



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS  
ANP

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Diretora Geral**

Magda Maria de Regina Chambriard

**Diretores**

Allan Kardec Duailibe

Florival Rodrigues de Carvalho

Helder Queiroz Pinto Junior

**Relatório de Gestão 2012**

**Coordenação**

Antonio Carlos Neves de Mattos

Auditoria Interna

**Coordenação Executiva**

Márcio Santos de Mello

Vinicius Jorge de Medeiros

Suely Schueler

**MARÇO/2013**



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-  
ANP

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 de 1 de setembro de 2010, da DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, da DN TCU nº 121 de 13 de junho de 2012, da DN TCU nº 124 de 5 de dezembro de 2012, da DN TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**Rio de Janeiro, Março/2013**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPG – American Association of Petroleum Geologists  
ABI – Agência Brasileira de Inteligência  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABPIP – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural  
Ae – Dias de atraso na distribuição aos estados  
AEHC – Álcool etílico hidratado combustível  
AFRMM – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante  
AIC – Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial  
AIN – Assessoria de Inteligência  
Am – Dias de atraso na distribuição aos municípios  
AMCHAM – Câmara de Comércio Americana  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres  
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
AO – Autorização de Operação  
APPOM – Associação de Empresas de Petróleo e Gás Natural  
AUD – Auditoria  
BA – Bahia  
BAR – Boletim Anual de Reservas  
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção  
BEN – Balanço Energético Nacional  
BMP – Boletins Mensais de Produção  
BRATEC – Câmara de Comércio Brasil-Texas  
BV – Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora  
CA – Cargo de Assessoria  
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local  
CCT – Cargo Comissionado Técnico  
CD – Cargo de Direção  
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência  
CDI – Centro de Documentação e Informação  
CEFET – Centro de Educação Federal de Tecnologia  
CENPES- Centro de Pesquisas da PETROBRAS  
CGC – Comitê Gestor de Capacitação  
CGE – Cargo de Gerência Executiva  
CGPEG – Coordenação Geral de Petróleo e Gás  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIEE – Centro Integração Empresa- Escola  
CIPP – Comunicações de Início de Perfuração de Poço  
CMGN – Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural  
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico  
CNP – Conselho Nacional do Petróleo  
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária  
COR – Coordenadoria do Orçamento  
CPAC – Concurso Público de Alocação de Capacidade  
CPD – Centro de Processamento de Dados  
CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais  
CRC – Centro de Relações com o Consumidor  
CRG – Corregedoria  
CSI – Comitê de Segurança da Informação e Comunicações  
CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público  
CTDUT – Centro de Tecnologia de Dutos  
CTMA – Câmara Técnica de Meio Ambiente  
CT-PETRO – Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás  
DP – Desvio Padrão  
DCPP – Demonstrativo de Controle de Produto Processado  
De – Dias de distribuição aos estados ( 14º dia do mês)  
DEFMM – Departamento do Fundo da Marinha Mercante  
DG – Diretoria Geral  
DILIC- Diretoria de Licenciamento  
DIR 1 – Diretoria 1  
DIR 2 – Diretoria 2  
DIR 3 – Diretoria 3  
DIR 4 – Diretoria 4  
Dm – Dias de distribuição aos municípios (24º dia do mês)  
DNC – Departamento Nacional de Combustíveis  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
DNV – Det Norske Veritas  
DPC – Diretoria de Portos e Costas  
DPF – Delegacia de Polícia Federal  
DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos  
E & P – Exploração e Produção  
DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos  
E & P – Exploração e Produção  
EDF – Escritório Sede-DF  
ESA – Escritório de Salvador  
ESP – Escritório de São Paulo  
EMN – Escritório de Manaus  
ESI – Escritório de Segurança da Informação  
FDC – Ficha de Delegação de Competência  
FEP – Fundo Especial do Petróleo  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
GAB – Gabinete  
GAP – Gestão e Administração do Programa  
GARSOL – Gasodutos Urucu-Coari  
GASCOM – Gasodutos Coari-Manaus  
GASENE – Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste  
GLP – Gás Liquefeito do Petróleo



GMC - Grupo Mercado Comum  
GN – Gás Natural  
GNC- Gás Natural Comprimido  
GNL – Gás Natural Liquefeito  
GNV – Gás Natural Veicular  
GRU – Guia de Recolhimento da União  
GT – Grupo de Trabalho  
GTPEG – Grupo de Trabalho de Petróleo e Gás  
i ADM – índice de Eficiência Administrativa  
I PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta  
IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente  
IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo  
ICRARD – International Committee on Regulatory Authority Research and Development  
INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia  
INT – Instituto Nacional de Tecnologia  
i-PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliadas  
IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas  
JBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
JPF – Sistema Julgamento Processual de Fiscalização  
LIGABOM – Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares  
LMC – Livro de Movimentação de Combustíveis  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LPMC – Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis  
Me – Média  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MJ – Ministério da Justiça  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MJ – Ministério da Justiça  
MPF – Ministério Público Federal  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NCDP – Notificações de Codificação de Poço  
NFP – Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural  
NIN – Núcleo de Informática  
NPA – Número de Planos de Avaliação  
NR – Normas Regulamentadoras  
NOS – Núcleo de Segurança Operacional na Exploração e Produção  
OBC – Ocean Bottom Cable  
OEMA – Organização de Estudos do Meio Ambiente  
OIE – Oferta Interna de Energia  
OLADE – Organização Latino- Americana de Energia  
OTC – Offshore Technology Conference  
P&D – Produção e Desenvolvimento  
P&G – Petróleo e Gás  
PA's – Planos de Avaliação  
PAA – Plano de Ação Anual  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAD – Planos de Avaliação de Descoberta  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PAP – Programas Anuais de Produção  
PAT – Programas Anuais de Trabalho  
PD – Plano de Desenvolvimento  
PDPETRO – Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás  
PE – Participação Especial  
PI – Proposta Irrevogável  
PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção de Gás  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PMC – Produtos de Marcação Compulsória  
PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes  
PMQL – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes  
PMS – Programa de Marcação de Solventes  
PNPC – Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível  
PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional  
PPA – Plano Plurianual  
PRG – Procuradoria Geral  
PRH – ANP – Programa de Recursos Humanos da ANP  
PRJ – Plano de Reabilitação de Jazidas  
PROCONVE- Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores  
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural  
RNEST – Refinaria do Nordeste  
RPAT – Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos  
RTM – Regulamento Técnico de Medição  
RTSGI – Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento  
SAB – Superintendência de Abastecimento  
SAEI-GSIPR – Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete  
SAOF – Sistema de Apuração de Ofertas  
SAT – Setor de Análises Técnicas  
SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência  
SBGF – Sociedade Brasileira de Geofísica  
SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos  
SCBP – Sistema de controle de bens patrimoniais  
SCI – Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional  
SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural  
SDB – Superintendência de Definição de Blocos  
SDE – Secretaria de Direito Econômico  
SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção  
SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos  
SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda  
SEC – Secretaria Executiva  
SECOB – Secretaria de Fiscalização de Obras  
SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil  
SEFID – Secretaria de Fiscalização e Desestatização  
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal  
SEMAG – Secretaria de Macroavaliação Governamental  
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SEP – Superintendência de Exploração  
SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa  
SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento

SGCL – Sistema de Gestão de Conteúdo Local  
SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional  
SGTSIC-PEGANCOR – Superintendência que Integra o Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICAFI – Sistema de Cadastramento de Fornecedores  
SICONV - Sistema Integrado de Convênio  
SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção  
SIGI – Sistema Integrado de Gestão de Informação  
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIMP – Sistema de Movimentação de Produtos  
SIN/LIAM – Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental  
SINDIGÁS – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito  
SINDTRR – Sindicato dos Transportadores Retalhistas  
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão  
SPD – Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento  
SPG – Superintendência de Controle das Participações Governamentais  
SPL – Superintendência de Promoção de Licitações  
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil  
SRH – Superintendência de Gestão de Recursos Humanos  
SRP – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural  
SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TAG – Transportadora Associada de Gás S.A.  
TCA – Termo de Coleta de Amostra  
TCJ – Termo de Conciliação Judicial  
TCU – Tribunal de Contas da União  
Ti – Tempo a ser considerado  
TLD – Teste de Longa Duração  
TNS – Transportadora Nordeste Sudeste S.A.  
TRR – Transportadoras Revendedoras Retalhistas  
UFL – Unidade de Fracionamento de Líquidos de Gás Natural  
UFRN – Universidade do Rio Grande do Norte  
UG – Unidade Gestora  
UGR – Unidade gestora responsável  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNIFACS – Universidade Católica de Salvador  
UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural  
USP – Universidade de São Paulo  
WPC – World Petroleum Congress  
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação – Relatório de Gestão Individual	22
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	60
Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	65
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	67
Quadro A.4.3.2 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	68
Quadro A.4.3.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	68
Quadro A.4.3.4 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	69
Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	70
Quadro A.4.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	70
Quadro A.4.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	71
Quadro A.4.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	71
Quadro A.4.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	72
Quadro A.4.4.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	72
Quadro A.4.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	73
Quadro A.4.4.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	74
Quadro A.4.4.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	74
Quadro A.4.4.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	75
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	77
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	78
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	78
Quadro A.4.6.4 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	79
Quadro A.4.6.5 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	79
Quadro A.4.6.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	79
Quadro A.4.6.7 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	80
Quadro A.4.6.8 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	80
Quadro A.4.6.9 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	81
Quadro A.4.6.10 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	81
Quadro A.4.6.11 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	81
Quadro A.4.6.12 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	82
Quadro A.4.6.13 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	82
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	85
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	87
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	87
Quadro A.4.10 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	88

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	93
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	94
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários	95
Quadro A.5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos e Recursos	97
Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	98
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	100
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	102
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	102
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	103
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	104
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	106
Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	106
Quadro A.5.11 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	107
Quadro A.5.12 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	107
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	110
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	110
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	111
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12	112
Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores	112
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro	113
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	113
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	114
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	114
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	115
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	115
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	115
Quadro A.6.14 – Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos e Salários da UJ	126
Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	127
Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários	127
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	135
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	136
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	136
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	139
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	143
Quadro A.9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água	146
Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	147
Quadro A.10.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de	

atendimento no exercício	158
Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI	166
Quadro A.10.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	168
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades ser autoridades servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	181
Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	217
Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	218

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados dos indicadores de desempenho da ANP para 2012	45
Tabela 2 – Evolução dos indicadores por área, 2007-2012	47
Tabela 3 – Evolução dos resultados acima da meta, abaixo da meta e não informados, 2007-2012	48
Tabela 4 – Evolução dos resultados dos indicadores de desempenho da ANP – 2007 a 2012	49
Tabela 5 – Resultados agregados dos indicadores do <i>Upstream</i> 2007-2012	52
Tabela 6 – Resultados dos indicadores do <i>Upstream</i> 2011-2012	52
Tabela 7 – Resultados agregados dos indicadores do <i>Midstream</i> 2007-2012	54
Tabela 8 – Resultados dos indicadores do <i>Midstream</i> 2011-2012	54
Tabela 9 – Resultados agregados dos indicadores do <i>Downstream</i> 2007-2012	55
Tabela 10 – Resultados dos indicadores do <i>Downstream</i> 2011-2012	55
Tabela 11 – Resultados agregados dos indicadores das Áreas meio 2007-2012	56
Tabela 12 – Resultados dos indicadores das Áreas Meio 2011-2012	56
Tabela 13 – Limites de Movimentação e Empenho em 2012	90

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – Composição do Orçamento e Execução da ANP 2008 a 2012	90
---	----

## ANEXOS

Anexo I – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	217
Anexo II – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	218
Anexo III – Fichas de Indicadores	219

## SUMÁRIO

1	Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	22
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	22
1.1.1	Relatório de Gestão Individual	22
1.1.2	Relatório de Gestão Consolidado ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
1.1.3	Relatório de Gestão Agregado ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
1.1.4	Relatório de Gestão Consolidado e Agregado ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	23
1.3	Organograma Funcional	25
1.4	Macroprocessos Finalísticos	28
1.5	Macroprocessos de Apoio	31
1.6	Principais Parceiros	32
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	33
2.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	33
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	37
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações	41
2.4	Indicadores	44
3	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	59
3.1	Estrutura de Governança	59
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	60
3.3	Remuneração Paga a Administradores ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	62
3.3.1	Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
3.3.2	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	
3.3.3	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	
3.3.4	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	
3.4	Sistema de Correição	63
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	64
4	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	65
4.1	Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	65
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	65
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	65
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	67
4.1.4	Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	70
4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	77
4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	77
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	85
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	85
4.2.2	Programação de Despesas	85
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes	85
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital	87
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	88
4.2.2.4	Análise Crítica	89
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	93
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	94
4.2.4.1	Execução da Despesa Com Créditos Originários	94
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	94
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	95
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	96
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	96
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	96
4.2.4.2.3	Análise crítica ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	96

5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	97
5.1	Reconhecimento de Passivos	97
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	97
5.1.2	Análise Crítica	97
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	98
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	98
5.2.2	Análise Crítica	98
5.3	Transferências de Recursos	100
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	100
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	102
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	102
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	103
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	104
5.3.6	Análise Crítica	105
5.4	Suprimento de Fundos	106
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	106
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral	106
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	106
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	106
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	106
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	107
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	108
5.5.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica <b>Não Aplicável à UJ</b>	
5.5.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.7	Comunicações à RFB ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.5.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.6	Gestão de Precatórios ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	109
5.6.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.6.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
5.6.3	Análise Crítica ( <b>Não Aplicável à UJ</b> )	
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	110
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	110
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	110
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	110
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	111
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	111
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	111
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	112
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	113
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	113
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	113
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	114
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos ( <b>Não Ocorrência no Exercício</b> )	114
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	114
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	114



6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	115
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	115
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	115
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	125
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	126
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público <b>(Não Ocorrência no Exercício)</b>	126
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados <b>(Não Ocorrência no Exercício)</b>	126
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	126
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	126
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	127
7	Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	129
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	129
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	135
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	135
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	136
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	136
8	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012	139
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	139
8.2	Análise Crítica	142
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	143
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	143
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	146
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	147
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	147
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	147
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	158
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	166
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	168
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	173
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	181
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	181
10.3.1.1	Análise Crítica	181
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	182
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	182
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	183
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	183
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	183
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	184
11.2.1	Declaração Plena	184
11.2.2	Declaração com Ressalva <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	184
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	185
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	186
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	187
11.5.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	187
11.5.2	Composição Acionária da UJ como Investidora <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	187
11.6	Parecer da Auditoria Independente <b>(Não Aplicável à UJ)</b>	188
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	189
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	189

Parte B do Anexo II da DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS **(Não Aplicável à UJ)**

- 13 Parte B, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1 Informações sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.1 Partidos Políticos de âmbito Nacional **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.2 Origem de Recursos do Fundo Partidário **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.3 Distribuição de Recursos aos Partidos Políticos **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.4 Prestação de Contas pelos Partidos Políticos ao TSE **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.5 Não Prestação de Contas pelos Partidos Políticos **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.6 Situação da Prestação de Contas Junto ao TSE **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.1.7 Julgamento das Contas das Direções Nacionais **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem Prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TER **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2.1 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2.2 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2.4 Não Prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais **(Não Aplicável à UJ)**
- 13.2.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais **(Não Aplicável à UJ)**
- 14 Parte B, item 2, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 15 Parte B, item 3, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012
- 16 Parte B, item 4, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1 Evolução da Situação Financeira dos Fundos constitucionais de Financiamento **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.1 Operações em Adimplência e Inadimplência **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.2 Créditos de Liquidação Duvidosa **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.3 Prejuízos Contabilizados no Exercício **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.4 Recursos Ressarcidos pelos Bancos Operadores **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.5 Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas **(Não Aplicável à UJ)**
- 16.1.6 Análise Crítica **(Não Aplicável à UJ)**
- 17 Parte B, item 5, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 18 Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU n° 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores **(Não Aplicável à UJ)**
- 18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES **(Não Aplicável à UJ)**
- 18.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES **(Não Aplicável à UJ)**
- 18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio **(Não Aplicável à UJ)**
- 19 Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 19.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005 **(Não Aplicável à UJ)**
- 19.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET **(Não Aplicável à UJ)**
- 19.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio **(Não Aplicável à UJ)**
- 20 Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005 **(Não Aplicável à UJ)**
- 20.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT **(Não Aplicável à UJ)**
- 20.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio **(Não Aplicável à UJ)**
- 21 Parte B, item 9, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 22 Parte B, item 10, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 23 Parte B, item 11, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 23.1 Análise da Situação Econômico-Financeira **(Não Aplicável à UJ)**
- 23.2 Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ **(Não Aplicável à UJ)**
- 23.3 Análise Crítica **(Não Aplicável à UJ)**
- 24 Parte B, item 12, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 25 Parte B, item 13, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 26 Parte B, item 14, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 26.1 Metas e Indicadores Complementares **(Não Aplicável à UJ)**
- 26.2 Programas e Ações **(Não Aplicável à UJ)**
- 26.3 Programas ou Fundos que não estão sob a responsabilidade da UJ **(Não Aplicável à UJ)**
- 27 Parte B, item 15, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 28 Parte B, item 16, do Anexo II da DN TCU N° 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**

212

- 28.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto” **(Não Aplicável à UJ)**
- 28.2 Análise Crítica **(Não Aplicável à UJ)**
- 29 Parte B, item 17, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 29.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares **(Não Aplicável à UJ)**
- 29.2 Providências Adotadas para Substituição de Terceirizados **(Não Aplicável à UJ)**
- 30 Parte B, item 18, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 30.1 Captações Realizadas e Ações de Fiscalização Empreendidas **(Não Aplicável à UJ)**
- 31 Parte b, item 19, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 31.1 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais **(Não Aplicável à UJ)**
- 32 Parte B, item 20, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 33 Parte B, item 21, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 34 Parte B, item 22, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 35 Parte B, item 23, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 36 Parte B, item 24, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 37 Parte B, item 25, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 38 Parte B, item 26, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 39 Parte B, item 27, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 40 Parte B, item 28, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 41 Parte B, item 29, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 42 Parte B, item 30, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 42.1 Imóveis Alienados em 2012 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND **(Não Aplicável à UJ)**
- 42.2 Análise Crítica acerca da Evolução do Plano Nacional de Desimobilização do INSS **(Não Aplicável à UJ)**
- 43 Parte B, item 31, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 44 Parte B, item 32, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 45 Parte B, item 33, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 46 Parte B, item 34, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 47 Parte B, item 35, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 48 Parte B, item 36, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 49 Parte B, item 37, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.2 Composição e Atuação do Conselho de Administração **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.3 Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.4 Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.6 Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.7 Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.8 Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 49.9 Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão **(Não Aplicável à UJ)**
- 50 Parte B, item 38, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 50.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada **(Não Aplicável à UJ)**
- 50.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados **(Não Aplicável à UJ)**
- 50.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados **(Não Aplicável à UJ)**
- 50.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria **(Não Aplicável à UJ)**
- 51 Parte B, item 39, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 52 Parte B, item 40, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 53 Parte B, item 41, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 54 Parte B, item 42, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 55 Parte B, item 43, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 56 Parte B, item 44, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 57 Parte B, item 45, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 58 Parte B, item 46, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**
- 59 Parte B, item 47, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012 **(Não Aplicável à UJ)**

## LEGISLAÇÃO APLICADA

### 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

### 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada  
Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos  
Execução do Plano de Metas ou de Ações  
Indicadores

### 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Estrutura de Governança  
Avaliação do funcionamento dos Controles Internos  
Sistema de Correição  
Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
Informações sobre objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
Informações sobre iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
Informações sobre ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
Informações sobre ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade UJ  
Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ  
Programação de Despesas Correntes  
Programação de Despesas de Capital  
Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência  
Análise Crítica  
Movimentação de Créditos Interna e Externa  
Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários  
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários  
Análise Crítica

### 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos  
Análise Crítica  
Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores  
Análise Crítica  
Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício  
Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes  
Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse  
Informações sobre a Análise da Prestação de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse  
Análise Crítica  
Suprimento de Fundos – Visão Geral  
Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)  
Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ  
Prestações de Contas de Suprimento de Fundos  
Análise Crítica

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Demonstração da Força de Trabalho à disposição da UJ  
Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ  
Qualificação da Força de Trabalho  
Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade  
Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade  
Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ  
Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria  
Demonstração das Origens das Pensões pagas pela UJ  
Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos  
Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos  
Atos sujeitos à Comunicação do Tribunal por intermédio do SISAC  
Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico  
Informações da atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos  
Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos  
Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão  
Informações sobre a substituição de Terceirizados em decorrência da realização de Concurso Público  
Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de Concursos Públicos para substituição de Terceirizados  
Informações sobre Locação de Mão de Obra para atividades abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão  
Composição do Quadro de Estagiários

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Gestão da frota de veículos próprios e contratado de terceiros  
Distribuição espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial  
Distribuição espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros  
Discriminação dos Bens Imóveis sob responsabilidade da UJ

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

## Análise Crítica

### 9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Gestão ambiental e licitações de sustentáveis  
Consumo de papel, energia elétrica e água

### 10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Deliberações do TCU atendidas no Exercício  
Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do Exercício  
Recomendações do OCI atendidas no Exercício  
Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do Exercício  
Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna  
Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93  
Análise Crítica  
Modelo da Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

### 11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público  
Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos  
Declaração Plena

### 12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Outras informações consideradas relevantes pela UJ:  
Acórdão nº 482/2012-Plenário  
Acórdão nº 2.081/2012-Plenário  
Acórdão nº 3.356/2012-Plenário

### PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Demonstrativo analítico das despesas com ações de Publicidade e Propaganda

### PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119 DE 18/01/2012

Regulamentação prevista na Lei do Gás nº 11.909/2009 e no Decreto n.º 7.382/2010

## ANEXOS

- I – Declaração de atualização de dados no SIAG e SICONV
- II – Declaração do contador de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ
- III – Fichas dos Indicadores

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas do Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 119/2012, 121/2012 e Portaria TCU nº 150/2012) e da Controladoria Geral da União/CGU (Portaria CGU nº 133/2013), contemplando todas as exigências nelas contidas, com exceção dos seguintes itens, elencados de acordo com a numeração apresentada na Portaria TCU nº 119/2012, com menção dos respectivos motivos:

- a) Item 1 da Parte A – Quadro 1.2 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não consolidar outra UJ.
- b) Item 1 da Parte A – Quadro 1.3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Agregado – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não agregar outra UJ.
- c) Item 1 da Parte A – Quadro 1.4 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não consolidar nem agregar outra UJ.
- d) Item 1 da Parte A – Item 3.3.1 - Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração fiscal.
- e) Item 3 da Parte A – Quadro 3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir os citados Conselhos.
- f) Item 3 da Parte A – Quadro 3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir Conselho de Administração.
- g) Item 3 da Parte A – Quadro 3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir remuneração variável para seus Administradores.
- h) Item 4 da Parte A – Quadro 4.5 – Programa de Governo constante do ppa de Gestão e Manutenção – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não responder por qualquer programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado.
- i) Item 4 da Parte A - Quadro 4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato de não ter ocorrido despesas por créditos recebidos por movimentação de outras unidades.
- j) Item 4 da Parte A - Quadro 4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato de não ter ocorrido despesas por créditos recebidos por movimentação de outras unidades.
- k) Item 5 da Parte A - Quadro 5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Motivo: Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício de 2012.
- l) Item 5 da Parte A - Quadro 5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”) – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não utilizar a Conta Tipo “B”.
- m) Item 5 da Parte A – Quadros 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 5.20, 5.21, 5.22, 5.23 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ e Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal – Motivo: Não se aplica pelo fato de não haver renúncias tributárias sob gestão da ANP.

- n) Item 5 da Parte A – Quadros 5.24 e 5.25 – Requisições e Precatórios – Administração Direta e Indireta - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir precatórios.
- o) Item 6 da Parte A – Item 6.1.6 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos - Motivo: Em 2012, não houve ocorrências de acumulação de cargos.
- p) Item 6 da Parte A – Quadro 6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados - Motivo: No exercício de 2012, não ocorreu na ANP, substituição de empregados terceirizados em decorrência de concurso público ou de provimento adicional autorizado.
- q) Item 6 da Parte A – Quadro 6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados - Motivo: No exercício de 2012 não ocorreu na ANP, substituição de empregados terceirizados em decorrência de concurso público ou de provimento adicional autorizado.
- r) Item 6 da Parte A – Quadro 6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva, pois esses serviços são pagos mediante cotas condominiais.
- s) Item 11 da Parte A – Quadro 11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato das demonstrações contábeis refletirem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da ANP.
- t) Item 11 da Parte A – item 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato dos registros contábeis da Agência serem realizados via SIAFI.
- u) Item 11 da Parte A – item 11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato dos registros contábeis da Agência serem realizados via SIAFI.
- v) Item 11 da Parte A – Quadro 11.3 – Composição Acionária do Capital Social - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir composição acionária.
- w) Item 11 da Parte A – Quadro 11.4 – Investimentos Permanentes em outras sociedades - Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato da Agência não possuir participação em outras sociedades.
- x) Item 11 da Parte A – item 11.6 – Parecer da Auditoria Independente - Motivo: Não se aplica pelo fato da Agência não ter suas demonstrações contábeis analisadas por Auditoria Independente.

No exercício de 2012, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -ANP aprovou o documento denominado Ações Prioritárias da ANP para o ano 2013. Ele decorreu de uma determinação da Diretoria Colegiada no sentido de fornecer diretrizes claras para o planejamento da atuação da Agência.

A definição das ações prioritárias pela Diretoria levou em consideração iniciativas legislativas e governamentais recentes, que vem alterando e aumentando as competências da ANP nos últimos anos. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, no período de 2009 a 2011 a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (Lei 11.909/2009), ao marco legal da exploração e



produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Leis 12.276/10, 12.304/10, 12.351/10) e aos biocombustíveis (Lei 12.490/11).

Essas iniciativas trouxeram atribuições novas à ANP, desafios e, especialmente, expectativas da sociedade com relação à atuação da Agência. Para corresponder às expectativas da sociedade, a própria ANP vem empreendendo um esforço constante de aprimoramento de seus instrumentos de gestão.

Todo esse conjunto foi dividido em duas dimensões distintas de atuação. A primeira dimensão agrupa os objetivos voltados para enfrentar os desafios proporcionados pelos novos marcos regulatórios e os problemas inerentes da dinâmica dos mercados e das atividades da cadeia de petróleo, gás natural, combustíveis e derivados, tendo como princípios balizadores o desenvolvimento, a fiscalização, a competitividade, a sustentabilidade, a transparência e a inovação.

A outra dimensão está voltada para o fortalecimento institucional e para permitir à ANP o melhor enfrentamento dos desafios colocados para a sociedade. Os objetivos e iniciativas dessa dimensão são balizados pela gestão, conhecimento, qualidade e a transparência.

1.1 – PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ –  
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia – MME			<b>Código SIORG:</b> 2852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
<b>Denominação abreviada:</b> ANP			
<b>Código SIORG:</b> 25.281	<b>Código LOA:</b> 32.265		<b>Código SIAFI:</b> 323030/323031
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia			
<b>Principal Atividade:</b> Regulação das atividades econômicas			<b>Código CNAE:</b> 8413-2/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(21) 2112-8100	(21) 2112-8129	
<b>Endereço Eletrônico:</b> atendimento_fanp@anp.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.anp.gov.br/falecomaanp">http://www.anp.gov.br/falecomaanp</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo 1, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20090-004			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.478/98 de 6 de agosto de 1997 e alterações.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 2.475/98 de 14 de janeiro de 1998.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Regimento Interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160 de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 de agosto de 2004.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
323030	Escritório Sede – DF		
323031	Escritório Central		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
32205	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
323030		32205	
323031		32205	

## 1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – DN TCU Nº 119/2012

A ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

Sua competência institucional está estabelecida na lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo), regulamentada pelo Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998. A Lei do Petróleo vem sendo alterada nos últimos anos, aumentando as competências Agência. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, no período de 2009 a 2011 a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (Lei 11.909/2009), ao marco legal da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Leis 12.276/10, 12.304/10, 12.351/10) e aos biocombustíveis (Lei 12.490/11).

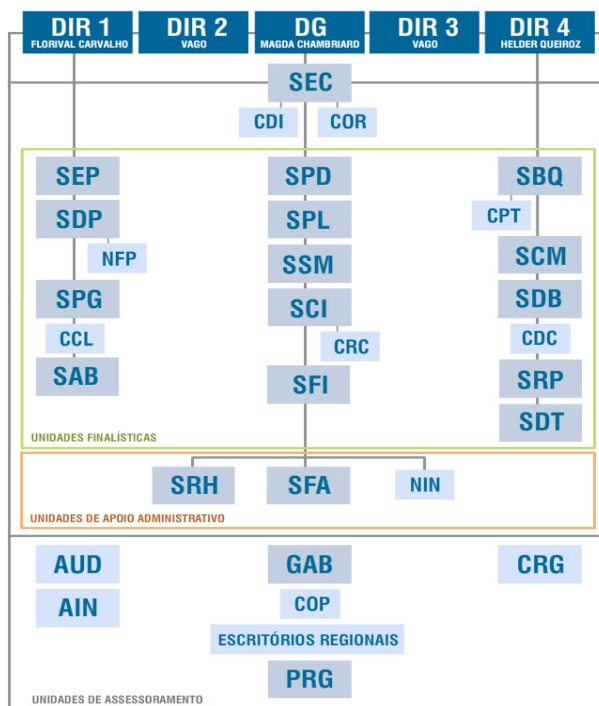
Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:

- I. implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- II. promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;
- III. regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não exclusivas;
- IV. elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;
- V. autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;
- VI. estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores;
- VII. fiscalizar diretamente e de forma concorrente ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;
- VIII. instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- IX. fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- X. estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

- XI. organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- XII. consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- XIII. fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis;
- XIV. articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;
- XV. regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos;
- XVI. regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios;
- XVII. exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;
- XVIII. especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis;
- XIX. regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos;
- XX. promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural;
- XXI. registrar os contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte, inclusive as procedentes do exterior, e os contratos de comercialização, celebrados entre os agentes de mercado;
- XXII. informar a origem ou a caracterização das reservas do gás natural contratado e a ser contratado entre os agentes de mercado;
- XXIII. regular e fiscalizar o exercício da atividade de estocagem de gás natural, inclusive no que se refere ao direito de acesso de terceiros às instalações concedidas;
- XXIV. elaborar os editais e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários para a exploração das atividades de transporte e de estocagem de gás natural;
- XXV. celebrar os contratos de concessão para a exploração das atividades de transporte e estocagem de gás natural sujeitas ao regime de concessão;
- XXVI. autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- XXVII. estabelecer critérios para a aferição da capacidade dos gasodutos de transporte e de transferência;
- XXVIII. articular-se com órgãos reguladores estaduais e ambientais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis à indústria e aos mercados de gás natural;
- XXIX. supervisionar a movimentação de gás natural na rede de transporte e coordená-la em situações caracterizadas como de contingência;
- XXX. Comunicar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para que estes adotem as providências cabíveis, quando, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica.

### 1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais, tendo como referência a composição da diretoria colegiada em 31 de dezembro de 2012. Nesse momento a ANP contava com apenas três diretores, muito embora até 16 de novembro de 2012 a Diretoria 3 tenha sido ocupada pelo Diretor Allan Kardec Duailibe Filho.



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP tem a seguinte estrutura organizacional:

1. AIN – Assessoria de Inteligência – RJ
2. AUD – Auditoria – RJ
3. CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local
4. CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência
5. CDI – Centro de Documentação e Informação
6. COR – Coordenadoria de Orçamento
7. COP – Coordenadoria Parlamentar
8. CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
9. CRC – Centro de Relações com o Consumidor
10. CRG – Corregedoria
11. DG – Diretoria Geral
12. DIR 1 – Diretoria 1
13. DIR 2 – Diretoria 2
14. DIR 3 – Diretoria 3
15. DIR 4 – Diretoria 4
16. GAB – Gabinete

17. NFP – Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural
18. NIN – Núcleo de Informática
19. NSO – Núcleo de Fiscalização da Segurança Operacional na Exploração e Produção
20. PRG – Procuradoria Geral
21. SAB – Superintendência de Abastecimento
22. SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
23. SCI – Superintendência de Relações Institucionais e Comunicação
24. SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural
25. SDB – Superintendência de Definição de Blocos
26. SDP – Superintendência de Desenvolvimento de Produção
27. SDT – Superintendência de Dados Técnicos
28. SEC – Secretaria Executiva
29. SEP – Superintendência de Exploração
30. SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa
31. SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
32. SPD – Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
33. SPG – Superintendência de Participações Governamentais
34. SPL – Superintendência de Promoção de Licitações
35. SRH – Superintendência de Gestão de Recursos Humanos
36. SRP – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural
37. SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente

A Portaria 69, de 6 de abril de 2011, aprovou o Regimento Interno da ANP e definiu as atribuições das unidades organizacionais e a tipologia organizacional adotada pela Agência. A ANP organizou sua estrutura da seguinte forma:

- i) uma unidade superior de gestão estratégica e deliberação, a Diretoria Colegiada.
- ii) Unidades executivas, incluindo aí a Secretaria Executiva e as superintendências (16), coordenadorias (3), núcleos (2) e centros (3). Essas unidades Executivas estão divididas em dois grandes grupos: as unidades finalísticas e as unidades de apoio administrativo.
- iii) Unidades de consulta e assessoramento (6)
- iv) Unidades administrativas regionais, com escritórios em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Manaus.

Em 2012 a estrutura organizacional foi modificada para criar duas novas superintendências.

A primeira mudança foi à fusão do Núcleo de Segurança Operacional e das Coordenadorias de Segurança Operacional e de Meio Ambiente para criar a Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM), vinculada à Diretoria Geral. A reestruturação e criação da nova unidade visavam dotar a ANP de uma estrutura robusta e compatível com a relevância da matéria, de forma a equilibrar, no âmbito institucional, as atribuições de promover as atividades de exploração e produção com a missão de executá-las em ambiente o mais seguro possível, igualando, na atuação da ANP, a importância do fomento das atividades da indústria e da regulação e fiscalização para que sejam exercidas levando-se em consideração a segurança operacional e a proteção do meio-ambiente. Além disso, a criação

da SSM permitiu a racionalização dos recursos humanos da ANP e deve viabilizar o gerenciamento integrado das equipes de segurança e meio ambiente, o que se espera permitirá maior eficácia no cumprimento da sua missão institucional.

Face ao desafio de incrementar os mecanismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos para a indústria petrolífera, introduzir melhorias nos procedimentos de análise e gestão das atividades relacionadas a estes temas, bem como alinhar os estudos estratégicos das unidades envolvidas, a ANP incorporou a Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) à Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP), alterando o nome desta para Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (SPD). Esta incorporação dotou a ANP de uma estrutura compatível com a relevância das atribuições das duas antigas unidades organizacionais, de modo a que a Superintendência, fortalecida possa responder de forma efetiva às demandas do setor. A fusão das duas unidades viabilizará o gerenciamento integrado das equipes de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de formação de recursos humanos, o que permitirá maior proficiência no cumprimento das metas institucionais da ANP, de maneira geral e, em particular, no direcionamento da pesquisa às prioridades identificadas em ambas às áreas e na gestão dos recursos da cláusula de pesquisa e desenvolvimento dos contratos de concessão.

#### 1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A ANP se organiza em torno de cinco macroprocessos: Regular, Promover, Monitorar, Fiscalizar e Informar.

Regular é à base da ação da ANP. Para cumprir a missão de regular o mercado, concedendo, autorizando e fiscalizando suas atividades, é necessário dispor de um conjunto de normas e regras, desenvolvidas a partir do que é a razão de ser da Agência: promover a livre concorrência e o desenvolvimento nacional, preservar o interesse público e o meio ambiente.

Em 2012 a ANP editou 56 resoluções e realizou 20 processos de consultas e audiências públicas. Merecem destaque, também, as iniciativas relacionadas à qualidade regulatória. Em 2011, a ANP iniciou experiências com realizando projetos piloto de análise de impacto regulatório, que se ampliaram em 2012 e que tem por objetivo estabelecer critérios para a adoção dessa ferramenta de estudos e análise de impacto prévio no processo de proposição de novos regulamentos. Outra iniciativa importante inaugurada em 2012 foi o levantamento do estoque regulatório gerido pela ANP (e que inclui ainda normas dos antigos DNC e CNP) e o início da construção de uma agenda regulatória, a ser finalizada e que será apreciada pela Diretoria em 2013. A Agenda Regulatória será uma importante referência das prioridades da agência para o setor regulado.

Promover é o processo que permite a entrada de novos agentes no mercado e acontece por meio das concessões e autorizações. Com relação às primeiras, o ano de 2012 foi marcado pela autorização, pelo CNPE, para realização da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que será realizada em maio de 2013. Serão ofertados 289 blocos, totalizando 155,8 mil km², distribuídos em 11 Bacias Sedimentares: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano.

Com relação às autorizações, em 2012 foram autorizados 373 novos agentes com destaque para a ratificação da titularidade dos produtores de etanol, reflexo das novas atribuições definidas para ANP pela Lei 12.490/11.

Outro macroprocesso da ANP é o monitoramento. Esse macroprocesso está relacionado com a ação educativa, de orientação e acompanhamento pró-ativo da ANP. Enquanto organização focada na busca do equilíbrio entre interesses nacionais, dos investidores e dos consumidores, respeitadas a legislação brasileira e as melhores práticas da indústria do petróleo, cabe à ANP monitorar as atividades que promove, garantindo a efetividade da ação regulatória, a partir de uma interação antes preventiva que punitiva aos agentes concessionários ou autorizados.

As principais iniciativas de monitoramento são os Programas de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PML) e o Levantamento de Preços e Margens de Comercialização.

O PMQC coletou em 2012, 217.476 amostras em 38.491 postos e analisou amostras de gasolina, etanol e óleo diesel, constatando um índice de qualidade de 98,1 %. O PML realizou análise em 275 amostras constando 10,5% de amostras não conformes.



O Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização abrange os preços de distribuição e de venda ao consumidor de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel não aditivado, óleo diesel S-10, GNV e GLP praticados pelos postos revendedores. O levantamento abrange 411 municípios para combustíveis automotivos e 363 municípios para revenda de GLP.

Os programas de monitoramento e o levantamento de preços são utilizados na ANP como fonte de informação para o planejamento da sua ação fiscalizadora.

Fiscalização é outro macro processo da agência. O exercício do poder de polícia se volta para as atividades autorizadas e para o cumprimento das cláusulas do contrato de concessão.

A fiscalização voltada para as atividades autorizadas podem ser divididas em dois grandes grupos. O principal deles agrupa as ações de fiscalização das atividades de distribuição e revenda. Em 2012 foram realizadas 20.786 ações de fiscalização em distribuidores e postos revendedores. Essas ações utilizam, no seu planejamento, informações oriundas dos programas de monitoramento da qualidade, dos levantamentos de preços e de denúncias feitas por cidadãos e órgãos públicos, conveniados ou não.

Outro grupo importante que é alvo das ações de fiscalização da ANP são as atividades e instalações de produção e movimentação de petróleo e derivados, de refino e de produção de etanol. Em 2012 foram fiscalizadas 4.327 instalações. Essas fiscalizações foram realizadas diretamente pela ANP e também por meio de termo de cooperação com a Marinha do Brasil, como forma de otimizar a utilização de recursos humanos, logísticos e tecnológicos nas atividades fiscalizatórias. Nesse conjunto de instalações fiscalizadas merece destaque, também, a entrada dos produtores de bicomcombustíveis, especialmente etanol, como decorrência, mais uma vez, da Lei 12.490/2011.

As fiscalizações dos contratos de concessão abrangem 692 concessões controladas e têm foco, sobretudo, na medição da produção e na segurança operacional. São atividades realizadas diretamente pela ANP ou por meio do termo de cooperação com a Marinha do Brasil.

No âmbito das atividades de exploração e produção a ênfase da ANP foi na segurança operacional, o que se demonstra, também, pela estruturação de uma unidade organizacional voltada exclusivamente para enfrentar o problema. No período, 46 instalações foram fiscalizadas e foram aplicadas multas que totalizaram cerca de R\$ 21 milhões.

O último macroprocesso é informação, ou seja, manter e disponibilizar dados e informações. O domínio do conhecimento sobre a indústria do petróleo e do gás natural é o principal requisito para a ação da ANP. O conhecimento é gerado interna e externamente à Agência e provém de várias fontes, sob diversos formatos. Este macroprocesso recebe insumos e gera resultados para todos os demais. Representa o conjunto de atividades voltadas a levantar, consolidar e distribuir informação ao público em geral, aos agentes econômicos e, internamente, à própria Agência.

Atualmente, a ANP disponibiliza no seu site 12 edições anuais do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Dados Estatísticos Mensais sobre o

setor, Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, Boletim Mensal da Qualidade dos Combustíveis Líquidos Automotivos Brasileiros, Boletim Mensal do Monitoramento dos Lubrificantes, **Relação de Postos Revendedores Autuados e/ou Interditados por Problemas de Qualidade dos Combustíveis**, Informe da Evolução do Mercado de Combustíveis e Derivados: 2000-2012, Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, Boletim Abastecimento em Números, Boletim Mensal do Gás Natural, Boletim Mensal do Biodiesel e o Informe Conjuntura e Informação.

Além desse conjunto abrangente de publicações disponíveis no seu *site* a Agência mantém, também, um sistema de consulta de legislação que reúne toda a legislação brasileira sobre petróleo, gás natural e biocombustíveis, com normas que remontam a primeira metade do século passado. Essas normas podem ser consultadas através do Sistema de Legislação ANP, um repositório de legislação que abrange a legislação federal do setor, as normas publicadas pela ANP e outros ministérios e conselhos. A página de legislação possui filtros de busca e notas de remissão que facilitam a pesquisa e a análise da evolução histórica da legislação do setor.

### 1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio são processos de gestão que suportam a atividade finalística da ANP. São eles: Gestão Financeira e Gestão Administrativa, realizada por meio da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA); Gestão de Recursos Humanos, realizada por meio da Superintendência de Recursos Humanos (SRH); e gestão dos Recursos Tecnológicos da Casa, sob responsabilidade do Núcleo de informática (NIN).

A descrição de como esses macroprocessos de apoio foi conduzida em 2012 serão feitas no decorrer desse relatório nas seções específicas deste documento.

## 1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS

Nas atribuições legais da Agência está previsto que a ANP executará suas ações de fiscalização diretamente ou através de convênios com outros entes (inciso VII, do artigo 8º da Lei do Petróleo).

A fiscalização do mercado de combustíveis de um país de extensão continental exige coordenação e uso inteligente de recursos. Para consolidar a efetividade da ação de fiscalização, a ANP celebra convênios com órgãos das esferas federal, estadual e municipal.

O quadro a seguir resume os convênios vigentes em 2012 relacionados à fiscalização das atividades de distribuição e revenda.

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ		Secretaria de Estado de Tributação	
ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
* Alagoas	14/10/2010 a 13/10/2012	* Rio Grande do Norte	15/09/2010 a 14/09/2012
Bahia	19/04/2011 a 07/04/2016	<b>Corpo de Bombeiros Militar - CBM</b>	
Ceará	13/10/2010 a 12/10/2013	ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
Espírito Santo	22/04/2009 a 21/04/2014	* Santa Catarina	02/03/2010 a 01/08/2012
Goiás	15/05/2012 a 14/05/17	<b>Prefeituras</b>	
Mato Grosso	22/07/2008 a 21/07/2013	MUNICÍPIO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
Minas Gerais	17/01/2011 a 16/01/2016	Curitiba	09/07/2012 a 08/07/2014
Pará	Sem prazo	São Paulo	23/05/2008 a 22/05/2013
Paraíba	24/09/2010 a 23/09/201	<b>Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON</b>	
Pernambuco	11/08/2008 a 10/08/2013	ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
**Rio de Janeiro	24/05/2010 a 23/05/2012	Amapá	24/05/2012 a 23/05/2014
	11/12/2012 a 10/12/2014	Espírito Santo	03/05/2011 a 02/05/2013
Tocantins	04/01/2010 a 03/01/2015	Maranhão	01/11/2012 a 31/10/2014
<b>Ministério Público Estadual - MPE</b>		Minas Gerais	Sem prazo
ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	Pernambuco	03/09/2012 a 02/09/2014
TODOS	Sem prazo	<b>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO</b>	
<b>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO</b>		ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
ESTADO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	TODOS	30/10/2012 a 29/10/2014
TODOS	30/10/2012 a 29/10/2014		

\* Expirados em 2012  
\*\* Renovado em 11.12.2012

Merece destaque também, o Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil, que apoia a ANP na fiscalização da movimentação de petróleo e derivados no modal aquaviário e as instalações *offshore* de produção de petróleo e gás natural. Esse termo de cooperação contribuiu com 90% do resultado obtido na fiscalização das atividades da indústria do petróleo em 2012.

## 2.1 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Os objetivos estratégicos da ANP foram estabelecidos por meio do documento “Ações Prioritárias para o biênio 2011-2012”, com a aprovação da Portaria ANP n.º 127/2011. As Ações Prioritárias são fruto de um exercício simplificado de definição de objetivos estratégicos, tendo como ponto de partida a atribuição regimental da Diretoria Colegiada para indicar os objetivos estratégicos da Agência e constituem uma síntese das diretrizes da Diretoria Colegiada a partir da Missão da ANP, conforme a Resolução de Diretoria n.º 410/2005, transcrita a seguir:

*“É missão da ANP a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas relativas à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, inclusive promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, de modo a preservar o interesse nacional, garantir o abastecimento e proteger os consumidores quanto a preço e qualidade dos produtos por ela regulados.”*

O quadro a seguir representa o documento aprovado na Portaria 127/2011 e foi divulgado no site da ANP.



As Ações Prioritárias foram instituídas para cumprir os seguintes objetivos:

- i) *estabelecer objetivos finalísticos* que direcionam o esforço regulatório da Agência;
- ii) *estabelecer objetivos de gestão* que darão suporte à execução das ações finalísticas e orientação para o aprimoramento dos processos internos.

- iii) *definir iniciativas* para fazer cumprir os objetivos.
- iv) *informar à sociedade* os objetivos da agência que vão balizar sua atuação.

Nas Ações Prioritárias 2011/2012, as ações propostas foram expressas em torno de duas dimensões, Sociedade e Institucional.

A dimensão Sociedade exprime objetivos que representam a ação regulatória da ANP junto a agentes econômicos no interesse da sociedade. A dimensão Institucional reúne os objetivos que deverão preparar a ANP para o cumprimento de sua missão e o aprimoramento de seus processos internos.

Dentro de cada dimensão as ações foram divididas em objetivos e iniciativas, definidos da seguinte forma:

- i) **Objetivos:** são proposições de ações para enfrentar problemas e questões de caráter estratégico para atuação da ANP;
- ii) **Iniciativas:** são proposições que, uma vez implementadas, contribuirão para o cumprimento dos objetivos. As Iniciativas não devem ser confundidas com atividades de caráter operacional e podem conter um conjunto de outras tarefas que vão contribuir para a realização da iniciativa.

A definição dessas ações consideradas prioritárias se deu por meio de entrevistas com os diretores, segundo determinados critérios, nas quais foram apresentadas, por cada um deles, as ações finalísticas e de gestão interna considerada prioritárias para o desenvolvimento institucional da ANP, à luz de sua missão.

As ações foram classificadas segundo critérios de urgência, impacto na sociedade, capacidade de realização pela ANP e necessidade, e agrupadas segundo a temática de cada ação.

Em torno das dimensões “Sociedade” e “Institucional” foram agrupados, respectivamente, 5 e 3 objetivos e iniciativas. O quadro a seguir detalha os objetivos e iniciativas aprovados pela Diretoria Colegiada.

Quadros das Ações Prioritárias da ANP para o Biênio 2011/2012 – Objetivos e Iniciativas

	Objetivos	Iniciativas
Sociedade	1. Intensificar e aprimorar a fiscalização das atividades reguladas.	1.1 - Intensificar as ações de fiscalização da indústria do petróleo, com foco na segurança e eficiência operacional e na proteção do meio ambiente;
		1.2 Enfatizar o combate à adulteração e à sonegação, ampliando os canais com consumidores, agentes de mercado e outros entes públicos.
	2. Ampliar as áreas exploratórias do País.	2.1 Intensificar os estudos das bacias sedimentares de novas fronteiras, para a sua correta valoração;

		2.2 Promover a descentralização dos investimentos de exploração e produção, com vistas a uma distribuição mais adequada dos rendimentos do setor às necessidades regionais;
		2.3 Definir planejamento de longo prazo para as rodadas, a fim de evitar oscilações no desenvolvimento do setor de petróleo no Brasil;
		2.4 Aprimorar as ferramentas de gestão do acervo de informações das atividades de exploração e produção.
	3. Consolidar a participação dos biocombustíveis na matriz energética e garantir o suprimento em longo prazo.	3.1 Ampliar a competitividade dos biocombustíveis aliando sustentabilidade ambiental e social;
		3.2 Divulgar a experiência brasileira de diversificação da matriz energética e promover os biocombustíveis ao patamar de <i>commodity</i> internacional;
		3.3 Adequar a estrutura e ações da Agência ao cumprimento de novas atribuições relacionadas à cadeia produtiva do etanol.
	4. Aprimorar os mecanismos de participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção.	4.1 Dimensionar a cadeia das pequenas e médias empresas na área de exploração e produção;
		4.2 Estabelecer regulamentação e critérios compatíveis à participação dos pequenos produtores no mercado de petróleo.
	5. Aumentar a participação da ANP na definição da agenda de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor regulado.	5.1 Revisar os instrumentos normativos para aplicação dos recursos previstos nas cláusulas de contratos de concessão e partilha de produção destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
Institucional	1. Definição do Modelo de Gestão Estratégica.	1.1 Definir Modelo de Gestão a partir do Planejamento Estratégico, direcionando as ações da ANP para a busca da excelência;
		1.2 Promover o aprimoramento dos quadros da Agência, com foco na capacitação em ferramentas de gestão pública.
	2. Conquistar a excelência da regulação setorial.	2.1 Identificar as melhores práticas de regulação das atividades que permitam o constante aprimoramento da regulação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
		2.2 Promover o aprimoramento dos quadros técnicos da Agência, com foco na ampliação das competências relativas à regulação do mercado;
		2.3 Tornar a ANP um centro de referência de informações e conhecimento sobre o setor regulado.
	3. Ampliar os mecanismos de transparência pública e participação da sociedade.	3.1 Simplificar e ampliar o acesso dos cidadãos e agentes econômicos às informações e serviços prestados pela ANP.

Os objetivos finalísticos, agrupados em torno da dimensão sociedade, têm como princípios a inovação, a sustentabilidade, o desenvolvimento, a competitividade e a soberania. Esses objetivos compreendem intensificar e aprimorar a fiscalização das atividades reguladas, ampliar as áreas exploratórias do País, consolidar a participação dos biocombustíveis na matriz energética e garantir o suprimento em longo prazo, aprimorar os mecanismos de participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção e, por último, aumentar a participação da ANP na definição da agenda de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor regulado.

Os objetivos agrupados em torno da dimensão institucional têm como pilares a conquista da excelência, a simplificação e a transparência. Eles compreendem a definição do modelo de gestão estratégica, a conquista da excelência da regulação setorial, além da ampliação dos mecanismos de transparência pública e participação da sociedade.



## 2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A atuação da ANP tem sido marcada, nos últimos anos, por uma contínua ampliação das suas atribuições, conforme descrito no item anterior. A despeito disso, os recursos orçamentários e humanos não têm sido disponibilizados de forma a atender a expansão das atividades da agência. Para enfrentar essa situação, a ANP tem procurado atuar em três frentes:

- i) a ampliação das dotações orçamentárias e dos limites de movimentação e empenho;
- ii) a busca de autorização para realização de novos concursos públicos, a fim de ampliar a força de trabalho; e
- iii) o aprimoramento dos instrumentos de gestão para otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

Em termos gerais, podemos afirmar que a limitação de recursos decorrentes do decreto de programação orçamentária e financeira prejudicou a execução de algumas das ações da ANP. Também é importante destacar o impacto das limitações da despesa com diárias e passagens, uma vez que, em função da ação fiscalizatória da agência, esse tipo de despesa é normalmente elevado.

Contudo, não é apenas o contingenciamento das despesas que tem se revelado prejudicial à ANP ano após ano. Apesar do crescimento das atribuições, as dotações orçamentárias dos últimos três anos tem tido um crescimento tímido, bem aquém das necessidades da Agência. A demonstração dessa evolução será feita em outra parte deste mesmo documento, contudo é importante registrar que, ao longo do exercício, a ANP buscou, por intermédio de sucessivos pedidos de alteração orçamentária, a ampliação das suas dotações orçamentárias. As principais ações objeto de ampliação estão voltadas para a melhoria da infraestrutura e a aquisição de soluções tecnológicas para o desenvolvimento do macroprocessos finalísticos.

A falta de pessoal também é um fator que prejudica o avanço necessário em algumas atividades essenciais. Para suprir essa demanda de pessoal a ANP pleiteou e obteve autorização para realização de concurso público para o preenchimento de 152 vagas, o que deve ocorrer ao longo de 2013.

Com relação ao aprimoramento da gestão (*Objetivo 1 - Definição do Modelo de Gestão Estratégica* - da dimensão Institucional das Ações Prioritárias 2011/2012), a ANP estruturou em 2012 seu projeto de planejamento estratégico e definição do modelo gestão. O projeto prevê, além do planejamento estratégico, um amplo diagnóstico organizacional e o mapeamento de macroprocessos e processos críticos para atuação da Agência e o desenvolvimento de uma sistemática de acompanhamento de metas e indicadores de desempenho. O projeto, que deve durar dois anos, também contempla esforço no sentido de disseminar a utilização de ferramentas de gerenciamento de projetos, mapeamento de processos e desenvolvimento de projetos de melhoria. Com a conclusão da estruturação do projeto, a ANP lançou um termo de referência para contratar instituição parceira para apoiar o planejamento estratégico e a definição do modelo de gestão. O processo de contratação foi concluído em março de 2013.

Ainda com relação ao Objetivo 1 das Ações Prioritárias 2011/2012, também é importante destacar a criação do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), importante passo no sentido de melhorar o planejamento da utilização e contratação dos recursos de tecnologia da informação. O CTI cumprirá importante função de racionalizar e indicar à Diretoria Colegiada o melhor caminho para a alocação dos recursos de TI, cumprindo as diretrizes do colegiado no sentido de intensificar o uso de recursos tecnológicos na atuação finalística da ANP, em particular no macroprocesso de fiscalização e na ampliação dos mecanismos de transparência pública.

Em 2012 teve início o levantamento do estoque regulatório do setor gerido pela ANP e a construção de uma agenda regulatória que será apreciada e aprovada pela Diretoria em 2013. A Agenda Regulatória informará os temas que são considerados prioritários será uma importante referência para a participação do setor regulado e da sociedade no processo de regulamentação.. Além disso, foi dada continuidade aos projetos piloto de Análise de Impacto Regulatório. Ambas as ações estão alinhadas com o Objetivo 2 da dimensão Institucional das Ações Prioritárias, em especial com a Iniciativa 2.1 - *Identificar as melhores práticas de regulação das atividades que permitam o constante aprimoramento da regulação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis*

O ano de 2012 marcou o início do Projeto de Classificação da Informação da ANP. Como passo inicial foram definidas as áreas dentro da Superintendência de Abastecimento, ligadas aos processos de autorização da revenda de combustíveis e de distribuição para a realização de um piloto. O início do projeto se alinha às definições expressas nas Ações Prioritárias 2011/2012 à medida que esta ação gera insumos importantes para a realização do Objetivo 3 da dimensão Institucional, ou seja, *“Ampliar os mecanismos de transparência pública e participação da sociedade”*.

O Projeto de Classificação da Informação tem como objetivo assegurar, de forma eficiente, a produção, a administração, manutenção e destinação de documentos da ANP, garantindo que a informação institucional esteja disponível quando e onde seja necessária à Agência e aos cidadãos, assegurando também a eliminação adequada dos documentos que não tenham valor administrativo, fiscal, legal ou histórico.

Adicionalmente, o projeto de Classificação da Informação permitirá estabelecer o grau de sigilo para as informações geradas e/ou custodiadas pela ANP, de forma a atender o disposto pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e pelo Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, através da análise funcional e identificação das tipologias documentais, tendo como produtos documentos que descrevem as funções, competências e atividades, o Plano de Classificação de Assuntos, o Manual de Tipologia Documental, a Tabela Temporalidade, o Mapa de Fluxo Ideal de Documentos, o Relatório de Criticidade, o Relatório de Classificação de Sigilo e o Manual de Gestão Documental. O projeto também deverá:

- Assegurar o pleno exercício da cidadania;
- Agilizar o acesso aos arquivos e às informações;
- Promover a transparência das ações administrativas;
- Garantir economia, eficiência e eficácia na administração pública ou privada;
- Agilizar o processo decisório;
- Incentivar o trabalho multidisciplinar e em equipe;

- Controlar o fluxo de documentos e a organização dos arquivos;
- Racionalizar a produção dos documentos;
- Normalizar os procedimentos para avaliação, transferência, recolhimento, guarda e eliminação de documentos;
- Preservar o patrimônio documental considerado de guarda permanente.

Diante da relevância dos documentos e informações produzidos e custodiados pela ANP, da necessidade de acesso, como instrumento de referência e consulta, da necessidade de disponibilidade desses documentos, de forma confiável, além das exigências legais quanto à sua guarda e preservação, é de fundamental importância a organização das informações.

Outra prioridade da ANP que está relacionada ao aprimoramento dos instrumentos de gestão e a otimização dos recursos disponíveis diz respeito a capacitação dos seus servidores. Nas Ações Prioritárias 2011/2012 a relevância do tema é abordada em duas iniciativas:

1.2 Promover o aprimoramento dos quadros da Agência, com foco na capacitação em ferramentas de gestão pública; e,

2.2 Promover o aprimoramento dos quadros técnicos da Agência, com foco na ampliação das competências relativas à regulação do mercado;

A capacitação é considerada uma ação fundamental na medida em que a ANP regula um universo diversificado de atividades, que tem caráter estratégico para o país e é intensivo em inovação e tecnologia. Isso exige que a ANP seja capaz de atuar utilizando as melhores ferramentas de gestão disponíveis e, ao mesmo tempo, tenha um corpo técnico sintonizado com o estado da arte da regulação e da tecnologia do setor.

Em 2012, para uma meta inicial de 772 servidores capacitados a ANP capacitou 636. O principal obstáculo foram restrições de natureza orçamentária. Tanto em termos de dotação como em termos de limitação para movimentação e empenho e gastos com diárias e passagens. Dentre as iniciativas de capacitação destacamos:

- Foram realizados 32 cursos *in company* ajustados às necessidades da ANP. Nossos servidores participaram de 422 eventos nacionais e 101 eventos internacionais. Foram realizados cursos com em parceria com o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, com a *Florence School of Regulation* (FSR) e com o Instituto Frances do Petróleo (IFP).
- Foi, também, concluído o Curso de Especialização em Economia, Regulação e Defesa da Concorrência na Área de Energia com Foco na Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, pós-graduação *in company* contratada junto à UFRJ para formação de 38 servidores.
- A ANP realizou parceria com a ESAF que permitiu treinamento de 60 servidores nas Semanas de Administração Orçamentária.

- Com a Escola Nacional de Administração Pública a ANP estabeleceu parceria para treinamento de servidores no Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS). Esse programa visa capacitar os gerentes operacionais da Administração Pública Federal para o exercício de suas funções, por intermédio de conteúdos essenciais à compreensão do contexto institucional do Estado e da Administração, da gestão de processos, do planejamento estratégico organizacional, do ciclo de gestão governamental e da gestão de recursos, bem como da aplicação de conceitos e ferramentas destinados à mobilização de equipes com foco nos resultados e na criação de valor público.
-

### 2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS E AÇÕES

Neste subitem serão evidenciados os resultados das três principais ações da ANP no exercício de 2012. As demais ações serão analisadas nos itens seguintes, quando serão tratados os objetivos e iniciativas da ANP no Plano Plurianual 2012/2015.

#### Objetivo 1 - Intensificar e aprimorar a fiscalização das atividades reguladas

A análise da execução desses objetivos pode ser dividida em duas partes. Num primeiro momento será analisada a evolução da fiscalização dos agentes da distribuição e revenda de combustíveis. Em seguida será analisada a ação fiscalizatória das atividades da indústria do petróleo.

As ações de fiscalização da ANP apresentaram queda no período compreendido entre 2010 e 2012. Em 2010 foram realizadas 27.758 ações de fiscalizações contra 20.786 em 2012. Dois fatores influenciaram o resultado. O primeiro, de caráter positivo, é a mudança de critérios para o planejamento das fiscalizações, que tem usado vetores de inteligência e o estabelecimento de convênios com outros entes públicos na definição das ações. Ainda nessa direção, outro fator que influenciou a redução no número de ações de fiscalização foi a mudança de procedimento, tendo sido estabelecida a obrigatoriedade de realização das ações fiscalizatórias em dupla, para aumentar a segurança técnica e pessoal dos servidores da ANP no exercício das suas atividades. Isso significa um número menor de ações de fiscalização, mas, também, uma busca de maior efetividade. O segundo fator, foi a greve de 45 dias dos servidores da ANP em 2012, que também influenciou negativamente essa queda no nº de ações de fiscalização.

Ainda que tenham existido dificuldades, alguns dados revelam que houve aumento na eficiência das ações de fiscalização. As 20.786 ações de fiscalização identificaram quatro mil infrações em todo o País. Mais de 800 estabelecimentos foram interditados; foram apreendidos 1,9 milhão de litros de combustíveis líquidos e 63,4 mil botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Entre as principais infrações encontradas pelos fiscais da ANP em 2012 está a oferta de combustíveis fora do padrão de qualidade estabelecido; o não atendimento às normas de segurança; documentação vencida e irregularidades nas bombas de abastecimento.

A Agência se tornou mais eficiente também no julgamento dos processos administrativos resultantes das autuações. Nos últimos dois anos, mais de 13 mil processos foram julgados em primeira instância, uma redução de 85% no passivo de processos em tramitação na ANP, impactando diretamente a arrecadação de multas que alcançou R\$ 52,6 milhões em 2012.

Esses resultados só são possíveis em razão da existência de uma rede de fiscalização inteligente organizada pela Agência, que identifica fontes de irregularidades na comercialização dos combustíveis por meio de seus programas de monitoramento da qualidade e de preços. Para ampliar a eficácia da fiscalização do abastecimento nacional de combustíveis, a ANP também estabelece parcerias com órgãos públicos de todos os estados e de grandes metrópoles, com sindicatos e entidades representantes dos agentes econômicos, e

estimula a participação da sociedade por meio do Centro de Relações com o Consumidor da ANP – CRC, que em 2012 recebeu mais de 20 mil denúncias.

É importante destacar também a conclusão, em 2012, do processo de contratação das obras de modernização do Centro de Pesquisas e Análise Tecnológica (CPT), em Brasília. O CPT é um conjunto de laboratórios dedicados ao controle da qualidade de combustíveis e lubrificantes. Conta com mais de 40 servidores e equipamentos de última geração. CPT dá suporte a várias ações da ANP, em especial as ligadas à fiscalização. Sua modernização trará como resultados a ampliação da capacidade de análise da Agência e melhores condições de trabalho e segurança para o corpo técnico e os equipamentos.

Com relação às fiscalizações voltadas para as atividades de indústria a tendência foi de crescimento. Nesse caso o crescimento se explica em função da entrada de novos atores no universo de agentes regulados em decorrência das novas competências atribuídas à ANP, em especial as relacionadas à Lei 12.490/2011.

Em 2010 a ANP fiscalizou diretamente ou por meio de termos de cooperação com outros entes, 2.917 instalações. Em 2012 esse número saltou para 4.327 instalações fiscalizadas. Esses números poderiam evoluir melhor caso não sofressem a influência negativa da falta de pessoal, da falta regulamentação sobre confinamento e periculosidade e da carência de sistemas informatizados de suporte às atividades fiscalizatórias.

Com relação aos problemas de pessoal relatados, a ANP pleiteou e conseguiu autorização para a realização de concurso público, realizado em janeiro de 2013. Com relação aos sistemas informatizados a ANP tem orientado a aplicação de seus recursos de TI no desenvolvimento de soluções que apoiem as ações de fiscalização.

Da mesma forma, o pleito por ampliação de dotações orçamentárias tem procurado não apenas suprir diretamente as ações como também destinar recursos para a aplicação e desenvolvimento de soluções tecnológicas que agreguem efetividade ao processo de fiscalização. Também é importante destacar que a criação da Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente, vinculada a Diretoria Geral, visa otimizar os recursos humanos e intelectuais da Agência e reafirmam a prioridade da ANP em enfrentar os desafios da regulação relacionados a segurança operacional das instalações da indústria e a preservação do meio ambiente.

**Objetivo 2 – Ampliar as áreas exploratórias do País.**

O atingimento desse objetivo tem sido influenciado nos últimos anos principalmente pela indefinição acerca da realização de novas rodadas de licitação de blocos de exploração e produção. Em 2012, com a definição pelo Congresso do novo marco regulatório para o setor, o governo federal autorizou a realização da 11ª Rodada de Licitações, que acontecerá em maio de 2013, quando serão oferecidos 289 blocos, totalizando 155,8 mil km², distribuídos em 11 bacias sedimentares.

Também é importante registrar o crescimento das áreas de bacias sedimentares avaliadas. Em 2011 as áreas avaliadas totalizaram 4.183,55 km². Esse número subiu para 618.313,6 Km² em 2012. Os dados adquiridos vêm possibilitando o aumento do conhecimento das bacias

sedimentares brasileiras e permitindo a inclusão de novos blocos em futuras rodadas. Por outro lado, com a diminuição da demanda por serviços de geologia e geofísica (sísmica, aerolevantamentos, geoquímica, etc.), em razão da descontinuidade das rodadas de licitação de blocos exploratórios, as licitações da ANP para contratação de estudos de geologia e geofísica passaram a ser mais atrativas, já que esta se tornou uma das maiores contratadoras deste tipo de serviço no país. Isso tem levado as licitantes a constantes disputas, interpondo recursos administrativos durante todas as fases do processo licitatório e, conseqüentemente atrasando as contratações desses serviços.

Além disso, o atraso e a não obtenção das licenças ambientais impactaram direta e negativamente na realização dos estudos previstos para 2012.

A ANP, em resposta a essas dificuldades, vem continuamente aperfeiçoando seus termos de referência, editais e procedimentos de modo permitir a ampliação dos estudos e o conseqüente enriquecimento do conhecimento sobre nossas bacias sedimentares.

O ano de 2012 marcou, também, o investimento em melhores condições de segurança para a preservação do acervo sobre bacias sedimentares brasileiras, com a aquisição da sala cofre do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), que hoje reúne cerca de 3.500 Tb de dados e informações sobre a indústria do petróleo e as bacias sedimentares brasileiras.

Objetivo 3 – Consolidar a participação dos biocombustíveis na matriz energética e garantir o suprimento em longo prazo.

Em 2012, o principal desafio enfrentado para o atingimento desse objetivo foi o ajuste interno para possibilitar a ampliação das atribuições da agência com relação aos biocombustíveis, em especial com relação ao etanol. ANP passou a ter a atribuição de regular cerca de 400 usinas, que produzem cerca de 23 milhões de m³ de etanol, em adição as 65 plantas produtoras de biodiesel que possuem capacidade autorizada de produção de 19.009,04 m³/dia.

O desafio foi ajustar a regulamentação e as condições para a fiscalização desse novo conjunto de agentes que passaram a ser regulados pela ANP. Em 2012 foram aprovadas diversas regulamentos, entre os quais devemos destacar a Resolução nº 26 / 2012 que disciplina a atividade de produtor de etanol.

Sobre a fiscalização, já tratada anteriormente, no que tange especificamente aos biocombustíveis, a principal dificuldade enfrentada foi o número insuficiente de servidores para fazer frente à entrada dos novos agentes regulados no rol de atribuições da ANP. Essa dificuldade foi enfrentada de início com a movimentação de servidores para a unidade competente. O concurso realizado em janeiro de 2013 deve reforçar as equipes voltadas para a fiscalização de produtores de biocombustíveis.

## 2.4 INDICADORES

### Introdução

O presente relatório integra o projeto de Indicadores de Desempenho da ANP, iniciado em 2006, cuja finalidade é estabelecer indicadores a serem utilizados para a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades da Agência. Este projeto atende a uma série de objetivos, a saber:

- aprimorar o **Relatório de Gestão da ANP** com as metas acordadas e os resultados alcançados dos Indicadores.
- servir como **instrumento de gestão** da Diretoria da ANP para avaliar a atuação das Unidades Organizacionais.
- atender às Decisões do **Tribunal de Contas da União - TCU** nº 243/2001 – Segunda Câmara e nº 553/2002 – Segunda Câmara, e demandas da **Controladoria Geral da União - CGU**.
- dar mais transparência aos processos e à atuação da ANP.

Em 2009, foi realizada uma revisão por solicitação da CGU com o intuito de aperfeiçoar os indicadores formulados em 2007 e criar novos indicadores de eficiência.

Cumpre informar que o projeto de Indicadores de Desempenho segue inacabado. Ainda não foram desenvolvidos os indicadores de efetividade exigidos pelos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU, respectivamente) a partir de 2007. Para dar cumprimento a essa determinação, faz-se necessário que a ANP dê início a uma rotina de realização periódica do Planejamento Estratégico, nos moldes dos já desenvolvidos em outras Agências, como Anvisa e Aneel. O Planejamento Estratégico deverá determinar as metas a serem cumpridas em seu período de vigência, e sua efetividade poderá ser medida por meio de indicadores específicos a serem definidos no escopo do presente projeto.

Em 1º de agosto de 2011, em cumprimento ao Decreto nº 7.133/2010, iniciou-se o primeiro ciclo de avaliação de desempenho institucional da ANP, visando a aferir o alcance das metas organizacionais. O segundo ciclo começou em 1º de agosto de 2012 e se encerrará em 31 de julho de 2013. Cada unidade organizacional (UORG) elaborou suas metas intermediárias – avaliadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho Institucional (CADI) – tendo como parâmetros indicadores para medir a qualidade de seus serviços e levando-se em conta os índices alcançados no exercício anterior. Observou-se que muitas UORGs estabeleceram suas metas com base nos indicadores de desempenho do presente projeto. Em vista disso, recomenda-se, no futuro, a unificação de ambos os sistemas para evitar duplo trabalho das áreas, e atender tanto às demandas internas (gratificação de desempenho dos servidores e Auditoria), quanto externas (CGU e TCU).

Os resultados alcançados em 2012 são apresentados a seguir, bem como a comparação com os resultados obtidos em anos anteriores (quando houver). A totalidade dos 41 indicadores formulados por 21 UORGs foram apurados. Cabe lembrar que, em 2011, a CMA tinha dois indicadores e a CSO, um. Essas Coordenadorias foram unidas em uma única Superintendência, a SSM, passando a ter um único indicador (*Atividades de fiscalização de segurança operacional*). Por sua vez, a CCL criou seu primeiro indicador em 2012, o *Índice de Ações de Fiscalização*. Além disso, a SRP excluiu para o exercício de 2012 o indicador



**Índice de Análise de Informações Declaradas**, porque a metodologia adotada não estava refletindo adequadamente o trabalho da Superintendência. As UORGs participantes do projeto são responsáveis pela apuração dos indicadores e devem guardar todas as informações que comprovem os resultados alcançados para fins de auditoria dos órgãos de controle.



## Resultados

Foram apurados 41 indicadores no exercício de 2012.

**Tabela 1** – Resultados dos indicadores de desempenho da ANP para 2012

UORG			Indicador	Meta	2012
1	CDC		Índice de Documentos Elaborados sem Prazo Pré-estabelecido	100%	100,0%
2	CDC		Índice de Documentos Elaborados com Prazo Pré-estabelecido (eficiência)	90%	95,5%
3	CDC		Índice de Acompanhamento do Contrato da Pesquisa de Preços dos Combustíveis	90%	98,6%
4	SSM		Atividades de fiscalização de segurança operacional	100%	100,0%
5	CCL		Índice de ações de fiscalização	100%	100,0%
6	CRC		Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	75%	78,5%
7	NIN		Indicador de Disponibilidade do SIGEP	95%	99,1%
8	NIN		Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	80%	97,7%
9	SAB		Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados	70%	100,0%
10	SAB		Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados	70%	85,5%
11	NFP		Inspeções de Medição	100%	100,0%
12	NFP		Notificações de Falhas nos Sistemas de Medição	60%	95,0%
13	SBQ		Índice de Publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	75%	88,9%
14	SBQ		Índice de Qualidade de Combustíveis	80%	81,0%
15	SCI		Comunicação com Públicos Institucionais	80%	93,0%
16	SCI		Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	90,0%
17	SCI		Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%
18	SCM		Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	92,8%
19	SCM		Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos	80%	98,2%
20	SDP		Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	99,1%
21	SDP		Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	22,9%
22	SDP		Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
23	SDP		Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	90%	96%
24	SDT		Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	100%
25	SDT		Tempo de Resposta à Solicitação de Dados.	80%	96%
26	SEP		Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	99,2%
27	SEP		Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	30	29
				indicador	
				desvio-padrão	

			12	18
28	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	99,9%
29	SFI	Índice de Ações de Fiscalização	100%	83,1%
30	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100,0%
31	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	97,2%
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	100%	100,0%
34	SPD	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	90%	91%
35	SPD	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	100,0%
36	SPD	Emissão do Anuário Estatístico	100%	100,0%
37	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	100,0%
38	SRH	Execução do PAC Anual	80%	85,0%
39	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	80,4%
40	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	29,6%
41	SDB	Fiscalização de Projetos	100%	100,0%

Legenda:	
	Abaixo da meta
	Acima da meta

Cabe ressaltar que os cinco indicadores de eficiência levaram em consideração somente a variável tempo na consecução das atividades.

Dos 41 indicadores apurados pela ANP, apenas três apresentaram resultados abaixo da meta estipulada. Dentre eles, o indicador **Índice de Ações de Fiscalização**, da SFI, tinha como meta 100%, mas atingiu 83,1%. A Superintendência realizou 20.786 das 25.000 ações de fiscalização planejadas para 2012. De acordo com a área, houve diminuição de ações motivada pela mobilização dos servidores públicos, que culminou com a greve geral de 45 dias. Ademais, ao longo do segundo semestre, as ações de fiscalização passaram a ser realizadas por dupla de fiscais, objetivando dotá-las de maior e imprescindível segurança técnica e pessoal.

Adicionalmente, os dois indicadores da SRP ficaram abaixo da meta. O **Índice de Análise de Processos da SRP** atingiu 80,4% da meta de 90%. A Superintendência apontou como ponto crítico para seu cumprimento o acréscimo de mais 437 instalações, após a publicação da regulamentação para a atividade de produção de etanol. Esse número corresponde a um incremento de 350% em suas atividades regulatórias. Somente no segundo semestre do exercício de 2012, foram analisados mais de 65 processos de produtores de etanol, número este que não foi incluído na contabilidade do indicador.

Já o **Índice de Fiscalização de Instalações**, cuja meta para o período corresponde a 30% dos agentes econômicos produtores de combustíveis e biodiesel autorizados, apresentou resultado

ligeiramente abaixo do esperado (29,63%). De acordo com a SRP, o desempenho do indicador é impactado pelo baixo número de especialistas em regulação de petróleo e derivados (ERPDs) alocados na Superintendência. Atualmente, a SRP conta com 8 (oito) especialistas e todas as ações de fiscalização são realizadas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) especialistas. Adicionalmente, como acima referido, houve o acréscimo das instalações de produção de etanol (437) na carteira de fiscalização da SRP.

### Análise dos Resultados

Inicialmente, analisa-se o resultado de 2012 em comparação com os obtidos nos quatro anos anteriores (2007 a 2011). Nas seções seguintes, com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados, os indicadores serão apresentados de acordo com a seguinte classificação: *Upstream*, *Midstream*, *Downstream*, Áreas meio e Geral (composta por SPD e CDC, cujo escopo de atuação perpassa todos os segmentos da cadeia de P&G). A Tabela 2 sintetiza os resultados dos indicadores, por área.

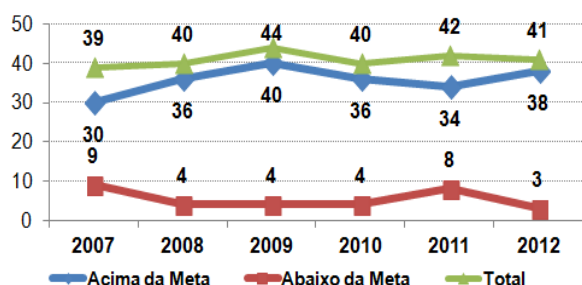
**Tabela 2** – Evolução dos indicadores por área, 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta
<i>Upstream</i>	11	3	13	2	14	0	10	2	12	2	16	0
<i>Midstream</i>	4	1	5	0	5	0	5	0	4	1	2	2
<i>Downstream</i>	4	1	6	0	7	2	7	0	7	0	6	1
Áreas-meio	6	2	7	1	7	1	7	1	5	3	8	0
Geral	5	2	5	1	7	1	7	1	7	1	6	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>36</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>4</b>	<b>36</b>	<b>4</b>	<b>35</b>	<b>7</b>	<b>38</b>	<b>3</b>

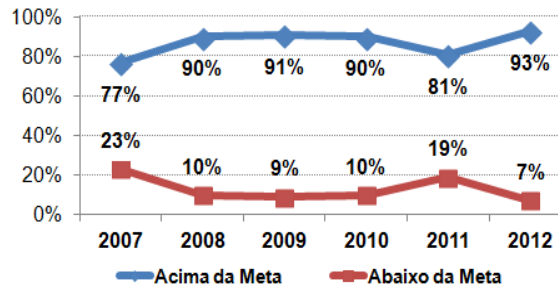
### Evolução dos Indicadores em relação aos anos anteriores

Os indicadores de desempenho da ANP em 2012 apresentaram os melhores resultados de todo o período de acompanhamento, com apenas 7% deles abaixo da meta (Tabela 3).

**Evolução dos Indicadores da ANP (em nº de indicadores)**



**Evolução dos Indicadores da ANP (%)**



**Tabela 3** – Evolução dos resultados acima da meta, abaixo da meta e não informados, 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Resultados acima da meta</i>	31	67	36	90	40	87	36	84	34	81	38	93
<i>Resultado abaixo da meta</i>	9	20	4	10	4	9	4	9	8	19	3	7
<i>Resultados não informados</i>	6	13	0	0	2	4	3	7	0	0	0	0
<i>Total</i>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Todas as áreas enviaram os resultados de seus indicadores em 2012. Os resultados abaixo da meta (três) estão abaixo da média histórica.

A Tabela 4 apresenta a evolução dos resultados de cada indicador, e no Anexo do documento encontram-se gráficos de evolução do desempenho dos indicadores no período 2007-2012.

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

**Tabela 4** – Evolução dos resultados dos indicadores de desempenho da ANP – 2007 a 2012

UOR G		Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Meta	2010	Meta	2011	Meta	2012	Variaçã o 2012/11	Evolução
1	CDC	Índice de Documentos Elaborados sem Prazo Pré-estabelecido	-	-	-	-	100 %	100,0 %	100%	100,0 %	100 %	100,0 %	100 %	100,0 %	0,0%	Estável
2	CDC	Índice de Documentos Elaborados com Prazo Pré-estabelecido (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,3%	90%	99,0%	90%	94,9%	90%	95,5%	0,6%	Estável
3	CDC	Índice de Acompanhamento do Contrato da Pesquisa de Preços dos Combustíveis	90%	96,9%	90%	100,0 %	90%	93,7%	90%	95,0%	90%	98,1%	90%	98,6%	0,5%	Estável
4	SSM	Atividades de fiscalização de segurança operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100 %	100,0 %	-	-
5	CCL	Índice de ações de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100 %	100,0 %	-	-
6	CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	70%	85,1%	70%	85,6%	75%	92,7%	75%	n.i	75%	95,0%	75%	78,5%	-16,5%	Piorou
7	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,9%	98%	98,2%	98%	99,7%	98%	99,7%	98%	99,6%	95%	99,1%	-0,5%	Estável
8	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,8%	98%	98,1%	98%	99,3%	98%	97,5%	80%	96,8%	80%	97,7%	0,9%	Estável
9	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados	70%	-	70%	96,7%	70%	94,5%	70%	96,6%	70%	100,0 %	70%	100,0 %	0,0%	Estável
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados	70%	50,5%	70%	82,3%	70%	78,1%	70%	91,8%	70%	94,6%	70%	85,5%	-9,1%	Piorou
11	NFP	Inspecões de Medição	22%	55,4%	43%	100,0 %	43%	59,0%	43%	22%	43%	25%	100 %	100,0 %	-	Estável
12	NFP	Notificações de Falhas nos Sistemas de Medição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60%	95,0%	-	-
13	SBQ	Índice de Publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	-	-	-	-	75%	81,3%	75%	95,8%	75%	80,6%	75%	88,9%	8,3%	Melhoro u
14	SBQ	Índice de Qualidade de Combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	80%	80,1%	80%	81,0%	0,9%	Estável
15	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	71,6%	80%	97,6%	80%	97,7%	80%	100,0 %	80%	100,0 %	80%	93,0%	-7,0%	Piorou
16	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	80,0%	80%	100,0 %	80%	83,3%	80%	100,0 %	80%	100,0 %	80%	90,0%	-10,0%	Piorou
17	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0 %	80%	99,9%	80%	100,0 %	80%	99,7%	80%	100,0 %	80%	100,0 %	0,0%	Estável
18	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	98,8%	90%	99,0%	90%	94,0%	90%	97,5%	90%	94,5%	90%	92,8%	-1,7%	Estável

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

19	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos	80%	40,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	80%	98,2%	-1,8%	Estável
20	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	73,9%	30%	88,5%	85%	99,0%	85%	99,9%	85%	97,5%	85%	99,1%	1,6%	Estável
21	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	5%	16,2%	10%	16,4%	20%	21,8%	20%	34,1%	20%	47,4%	20%	22,9%	-24,5%	Piorou

**Tabela 4** – Evolução dos resultados dos indicadores de desempenho da ANP – 2007 a 2012 (continuação)

UOR	G	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Meta	2010	Meta	2011	Meta	2012	Variação o 2012/11	Evolução
22	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
23	SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,4%	90%	86%	90%	94%	90%	96%	2%	Estável
24	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%	80%	87%	80%	100%	80%	100%	80%	100%	0%	Estável
25	SDT	Tempo de Resposta à Solicitação de Dados.	-	-	-	-	80%	87%	80%	96%	80%	98%	80%	96%	-2%	Estável
26	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	93,7%	90%	92,2%	90%	98,1%	90%	97,9%	90%	97,9%	90%	99,2%	1,3%	Estável
27	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	-	-	-	Média	30	26	30	22	30	44	30	29	-15	-
			-	-	-	DP	18	18	18	23	18	13	12	18	5	-
28	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	60%	55,6%	100%	99,7%	80%	99%	80%	100%	80%	64,1%	80%	99,9%	35,8%	Melhorou
29	SFI	Índice de Ações de Fiscalização	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	83,1%	-16,9%	Piorou
30	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
31	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	87,5%	90%	94,2%	n.i	n.i	n.i	n.i	90%	97,8%	90%	97,2%	-0,6%	Estável
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	90%	95,7%	90%	96,0%	n.i	n.i	n.i	n.i	100%	98,0%	100%	100,0%	2,0%	Estável
34	SPD	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	-	-	-	-	90%	91%	90%	90%	90%	91%	90%	91%	0%	Estável

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

35	SPD	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	95,0%	95%	100,0%	95%	99,5%	95%	100,0%	95%	99,8%	95%	100,0%	0,2%	Estável
36	SPD	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%	90%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
37	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	-	-	-	-	100%	85,9%	100%	83,6%	100%	53,6%	100%	100,0%	46,4%	Melhorou
38	SRH	Execução do PAC Anual	-	-	-	-	80%	93,6%	80%	89,2%	80%	77,2%	80%	85,0%	7,8%	Melhorou
39	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	97,3%	90%	95,8%	90%	94,2%	90%	92,5%	90%	94,3%	90%	80,4%	-13,9%	Piorou
40	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	15%	47,5%	30%	40,2%	30%	38,7%	30%	33,6%	30%	27,1%	30%	29,6%	2,5%	Estável
41	SDB	Fiscalização de Projetos	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável

Os critérios utilizados para definir se os indicadores apresentaram melhora, permaneceram estáveis ou pioraram foram:

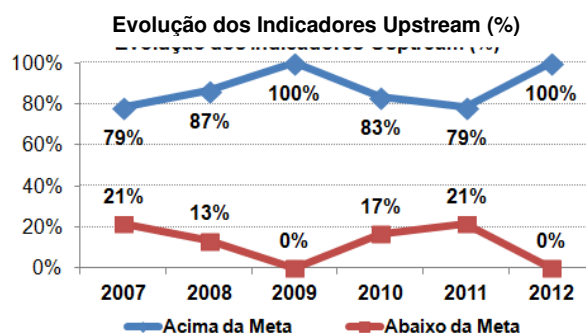
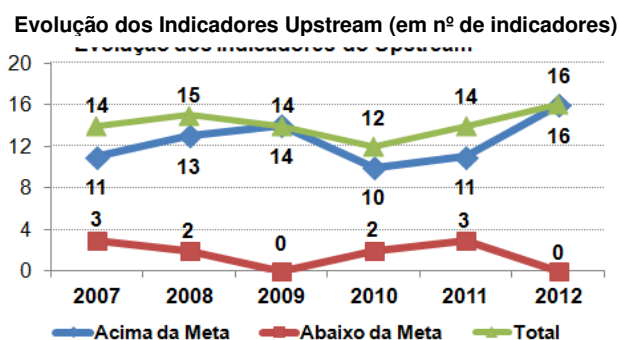
- Melhora: variação positiva acima de 3% em 2012 em relação a 2011;
- Estável: variação de menos de 3% no período;
- Piora: variação negativa acima de 3% em 2012 em relação a 2011.

Embora apenas três indicadores tenham ficado abaixo da meta em 2012, houve piora no resultado de sete indicadores, refletindo, em parte, a paralisação de 45 dias dos servidores no terceiro trimestre do ano. Outros 30 indicadores se mantiveram estáveis em relação ao passado e quatro tiveram desempenho superior, principalmente por causa da melhor execução orçamentária da ANP em relação a 2011.

### Upstream

Os indicadores do *Upstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: SSM, NFP, SDP, SDB, SDT, SEP, SPG, SPL e CCL.

Em 2012, estas unidades mediram 16 indicadores, todos acima da meta estipulada.



**Tabela 5** – Resultados agregados dos indicadores do *Upstream* 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	12	71	13	87	14	88	10	71	12	86	16	100
Resultado abaixo da meta	3	18	2	13	0	0	2	14	2	14	0	0
Resultados não informados	2	12	0	0	2	13	2	14	0	0	0	0
<b>Total Upstream</b>	<b>17</b>	<b>88</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>88</b>	<b>14</b>	<b>86</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

**Tabela 6** - Resultados dos indicadores do *Upstream* 2011-2012

UORG	Indicador	2011		2012	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
SSM	Atividades de fiscalização de segurança operacional	-	-	100%	100%
NFP	Inspecões de Medição	43%	25%	100%	100%
NFP	Notificações de Falhas nos Sistemas de Medição	-	-	60%	95,0%
SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	97,5%	85%	99%
SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	47,4%	20%	23%



SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100 %	100,0 %	100 %	100 %
SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores	90 %	94 %	90 %	96 %
SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	100 %	100 %	100 %	100 %
SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	80 %	98 %	80 %	96 %
SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90 %	98 %	90 %	99,2 %
SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	indicador	30	44	30
		desvio-padrão	18	13	12
SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100 %	100 %	100 %	100 %
SDB	Fiscalização de projetos	100 %	100 %	100 %	100 %
SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90 %	97,8 %	90 %	97,2 %
SPL	Índice de Qualificação de Empresas	100 %	98,0 %	100 %	100,0 %
CCL	Índice de ações de fiscalização	-	-	100 %	100,0 %

Os indicadores do *upstream* tiveram resultados acima da meta estipulada. Cabe destacar, no entanto, que o indicador **Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP** apresentou queda de 24,4% em relação a 2011, em função do cumprimento da rotina de atividades internas dos servidores, da dependência da logística dos concessionários para a fiscalização *in loco*, das distâncias entre as instalações marítimas, do movimento grevista da categoria, da indefinição em relação às regras de pagamento do "Adicional de Periculosidade" e, finalmente, da priorização pela Diretoria de análises dos Planos de Desenvolvimento.

O indicador de **Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP** teve média de dias de análise (29) abaixo da meta (30), porém a grande variabilidade na complexidade dos PAD ficou refletida no valor do desvio padrão, dado que casos mais complicados exigem maior tempo para emissão de parecer.

Outro destaque é a mudança na fórmula do indicador **Inspecções de Medição**, da NFP, que em 2011 era de 43% de todas as unidades de produção. Em 2012, a meta passou a ser inspecionar 80 instalações, com 100% de atendimento.

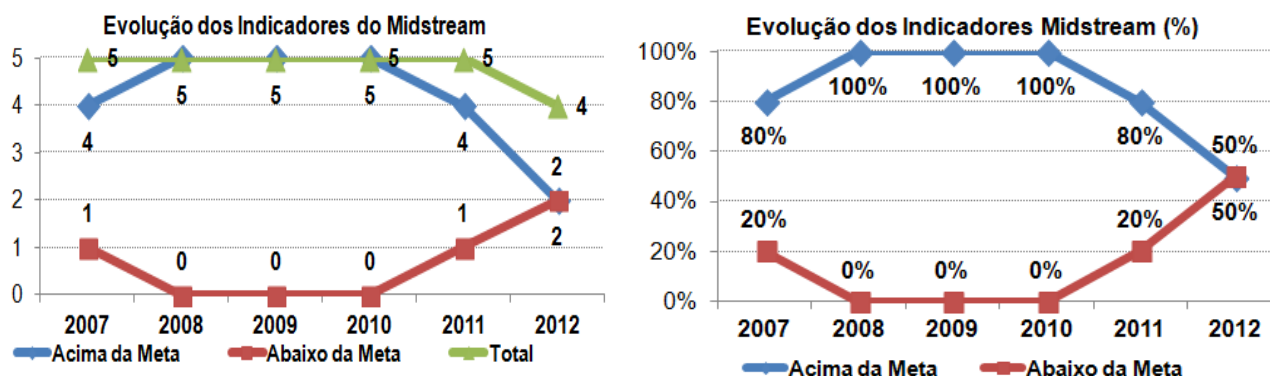
### Midstream

O *Midstream* teve um total de quatro indicadores, divididos entre duas UORGs: SCM e SRP. Os dois indicadores dessa última Superintendência alcançaram resultados abaixo da meta estipulada.

A SRP excluiu para o exercício de 2012 o indicador **Índice de Análise de Informações Declaradas**, porque este é impactado pela funcionalidade do sistema de recebimento das informações – SIMP – e fica restrito aos dados declarados pelos agentes econômicos no período, não refletindo adequadamente o trabalho da Superintendência. O aplicativo i-SIMP não impede que os agentes cometam erros no preenchimento dos campos, o que aumenta a quantidade de inconsistências observadas nos dados recebidos.

Evolução dos Indicadores Midstream (em nº de indicadores)

Evolução dos Indicadores Midstream (%)



**Tabela 7** – Resultados agregados dos indicadores do *Midstream* 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	80	5	100	5	100	5	100	4	80	2	50
Resultado abaixo da meta	1	20	0	0	0	0	0	0	1	20	2	50
Total Midstream	5	100	5	100	5	100	5	100	5	100	4	100

**Tabela 8** - Resultados dos indicadores do *Midstream* 2011-2012

UORG	Indicador	2011		2012	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	94,5%	90%	92,8%
SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transp. e Transf. Emitidos	80%	100,0%	80%	98,2%
SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	94,3%	90%	80,4%
SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	27%	30%	29,6%

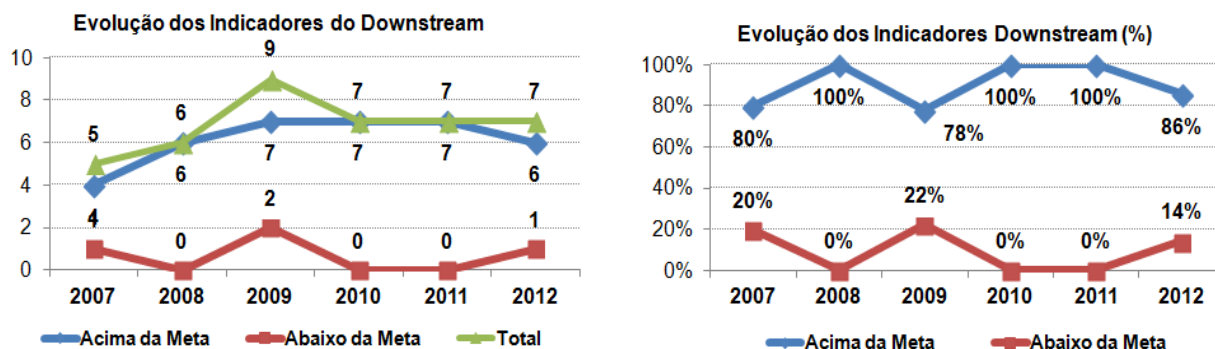
Os resultados abaixo do esperado para os dois indicadores da SRP, de acordo com a área, estão relacionados ao incremento da atividade regulatória após a publicação da regulamentação para a atividade de produção de etanol, que gerou acréscimo de 437 instalações para análise de processos e fiscalizações. Espera-se que os indicadores da SRP apresentem melhora a partir da entrada de novos servidores na Superintendência.

### *Downstream*

Os indicadores do *Downstream* são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: CRC, SAB, SBQ, SFI. Em 2012, foram apurados sete indicadores, dos quais seis apresentaram resultados acima da meta estabelecida.

Evolução dos Indicadores Downstream (em nº de indicadores)

Evolução dos Indicadores Downstream (%)



**Tabela 9** – Resultados agregados dos indicadores do *Downstream* 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	5	71	6	100	7	78	7	88	7	100	6	86
Resultado abaixo da meta	1	14	0	0	2	22	0	0	0	0	1	14
Resultados não informados	1	14	0	0	0	0	1	13	0	0	0	0
<b>Total Downstream</b>	<b>7</b>	<b>86</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>88</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Tabela 10** - Resultados dos indicadores do *Downstream* 2011-2012

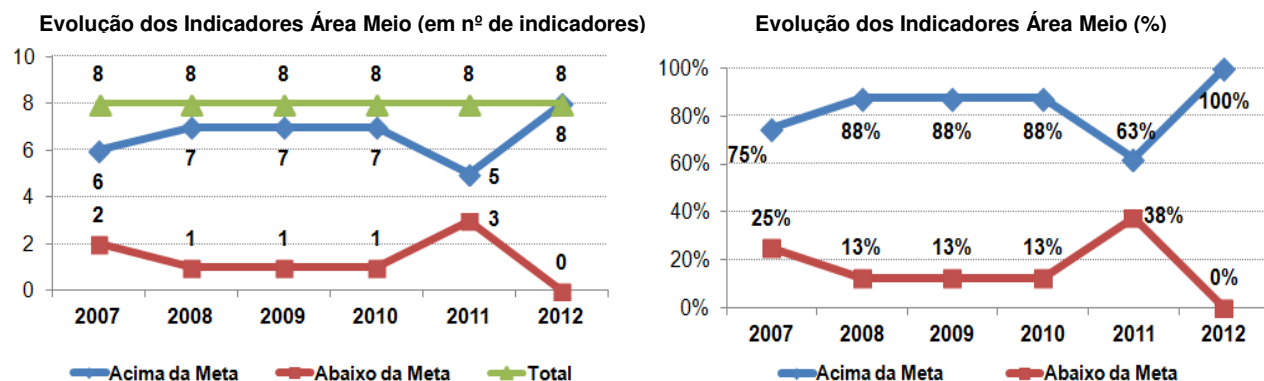
UORG		Indicador	2011		2012	
			Meta	Resultado	Meta	Resultado
CRC		Manifestações Respondidas pelo CRC	75%	95,0%	75%	78,5%
SAB		Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados	70%	100,0%	70%	100,0%
SAB		Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados	70%	94,6%	70%	85,5%
SBQ		Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC	75%	80,6%	75%	88,9%
SBQ		Índice da Qualidade de Combustíveis	80%	80,1%	80%	81,0%
SFI		Índice de ações de fiscalização	100%	100,0%	100%	83,1%
SFI		Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100,0%	100%	100,0%

O único indicador do *Downstream* que ficou abaixo da meta em 2012 foi o **Índice de Ações de Fiscalização**, da SFI, que tinha como meta 100% e atingiu 83,1%. A Superintendência realizou 20.786 das 25.000 ações de fiscalização planejadas para 2012. De acordo com a área, houve diminuição de ações motivada pela greve no terceiro trimestre de 2012. Ademais, ao longo do segundo semestre, as ações de fiscalização passaram a ser realizadas por dupla de fiscais, objetivando dotá-las de maior e imprescindível segurança técnica e pessoal.

Os outros indicadores ficaram acima da meta, mas alguns sofreram queda frente a 2011: o indicador Manifestações Respondidas pelo CRC registrou redução de 17,4%; e o **Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados**, da SAB, caiu 9,6%. A justificativa do CRC para a piora de seu resultado é que alterações regulatórias podem gerar demandas extraordinárias que implicam o não cumprimento do prazo de 10 dias estabelecido para responder às consultas recebidas.

## Áreas meio

Os indicadores das Áreas meio são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: NIN, SCI, SFA e SRH, totalizando oito indicadores em 2012. Todos os indicadores tiveram resultados acima da meta.



**Tabela 11** – Resultados agregados dos indicadores das Áreas meio 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	6	75	7	88	7	88	7	88	5	63	8	100
Resultado abaixo da meta	2	25	1	13	1	13	1	13	3	38	0	0
Total Área Meio	8	100	8	100	8	100	8	100	8	100	8	100

**Tabela 12** - Resultados dos indicadores das Áreas Meio 2011-2012

UORG		Indicador	2011		2012	
			Meta	Resultado	Meta	Resultado
NIN		Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,6%	98%	99,1%
NIN		Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	80%	96,8%	80%	97,7%
SCI		Comunicação com Públicos Institucionais	100%	100,0%	80%	93,0%
SCI		Participação nos Principais Eventos de Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	100,0%	80%	90,0%
SCI		Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%	80%	100,0%
SFA		Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	64,1%	80%	99,9%
SRH		Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	53,6%	100%	100,0%
SRH		Execução do PAC anual	80%	77,2%	80%	85,0%

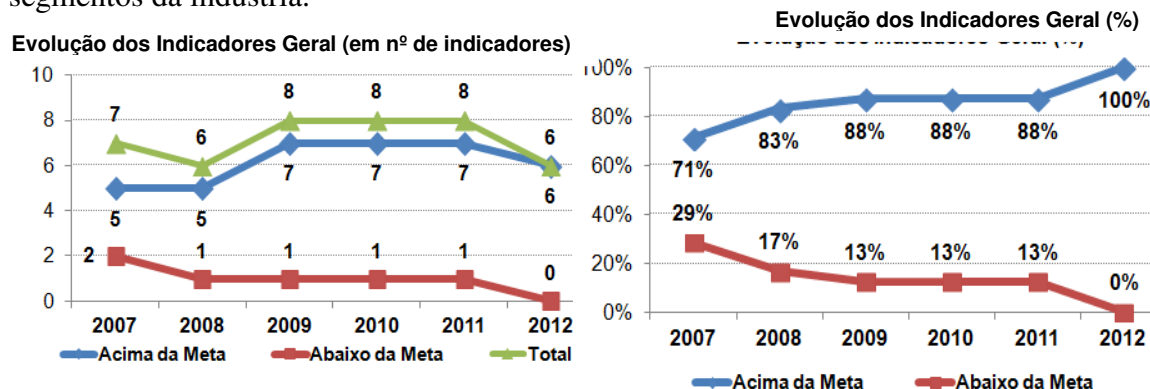
Os indicadores relacionados à execução orçamentária, que apresentaram resultados abaixo do esperado em 2011, se recuperaram em 2012.

Apesar de ter ficado acima da meta, os indicadores da SCI *Comunicação com Públicos Institucionais* e *Participação nos Principais Eventos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis* tiveram um resultado pior 7% e 10%, respectivamente, em relação ao de 2011. O primeiro porque a comunicação com públicos institucionais depende, muitas

vezes, de consultas a outras unidades da Agência. Já o segundo é impactado pelo limite de verbas destinadas às participações em eventos e ao transporte e às diárias de servidores.

### Geral

A atuação destas unidades organizacionais (CDC, SPD e SSM) envolve todos os segmentos da indústria.



**Tabela 11** – Resultados agregados dos indicadores da área Geral 2007-2012

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	44	5	83	7	88	7	88	7	88	6	100
Resultado abaixo da meta	2	22	1	17	1	13	1	13	1	13	0	0
Resultados não informados	3	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>67</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>

**Tabela 12** - Resultados dos indicadores da área Geral 2011-2012

UORG	Indicador	2011		2012	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	100%	100,0%	100%	100,0%
CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido	90%	94,9%	90%	95,5%
CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	98,1%	90%	98,6%
SPD	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	90%	91%	90%	91%
SPD	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	99,8%	95%	100,0%
SPD	Emissão do Anuário Estatístico	100%	100,0%	100%	100,0%

Em 2012, todos os seis indicadores ficaram acima da meta.

### Conclusões

Os indicadores de desempenho da ANP em 2012 apresentaram os melhores resultados de todo o período de acompanhamento, com apenas três deles (7%) abaixo da meta. Os outros 38 ficaram acima da meta. Em comparação a 2011, quatro indicadores

alcançaram melhores resultados, 26 se mantiveram estáveis e oito pioraram. Cinco indicadores de eficiência foram apurados e todos apresentaram resultados superiores às metas estipuladas.

Em 2011, a CMA tinha dois indicadores e a CSO, um. Essas Coordenadorias foram unidas em uma única Superintendência, a SSM, passando a ter um único indicador em 2012. Além disso, a SRP excluiu para o exercício de 2012 o indicador ***Índice de Análise de Informações Declaradas***, e a CCL criou seu primeiro indicador, o ***Índice de Ações de Fiscalização***.

Cumprir informar que o projeto Indicadores de Desempenho segue inacabado, porque ainda não foram desenvolvidos os indicadores de efetividade que passaram a ser exigidos pelos órgãos de controle interno e externo (Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, respectivamente) a partir de 2007. Para dar cumprimento à determinação da CGU e do TCU, faz-se necessário que a ANP dê início a uma rotina de realização periódica do Planejamento Estratégico, nos moldes dos já desenvolvidos em outras Agências, como Anvisa e Aneel. O Planejamento Estratégico deverá determinar as metas a serem cumpridas em seu período de vigência, e sua efetividade poderá ser medida por meio de indicadores específicos a serem definidos no escopo do presente projeto.

Recomenda-se que seja obrigatória a participação de todas as unidades organizacionais da Agência, com a definição de pelo menos um indicador, uma vez que, por determinação dos órgãos de controle interno e externo, os indicadores são parte integrante do Relatório de Gestão que a ANP apresenta anualmente. Por essa razão, a ausência de resultados de algum indicador do conjunto previamente aprovado pela Diretoria Colegiada sempre gera a necessidade de apresentação de justificativas para sua não apuração.

Por fim, sugere-se a unificação dos sistemas do Projeto de Indicadores de Desempenho e o da Avaliação de Desempenho Institucional da ANP (metas organizacionais), visto que muitas UORGSs elaboram suas metas intermediárias com base nos indicadores de desempenho. Esse novo sistema evitaria duplo trabalho das áreas e atenderia tanto às demandas internas (gratificação de desempenho dos servidores e Auditoria), quanto às externas (CGU e TCU).

### 3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O órgão diretivo decisório máximo da ANP é a Diretoria Colegiada, que analisa, discute e decide, como instância administrativa final, todas as matérias pertinentes às competências da Agência. Sendo que a Diretoria é composta por um Diretor Geral e quatro Diretores, nomeados na forma do disposto no art. 11, § 2º da Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997. Sendo que normalmente as estruturas organizacionais (Superintendências, Coordenações, Núcleos e Assessorias) vinculada a um Diretor.

A Auditoria Interna é órgão de assessoria da Diretoria Colegiada e vinculada administrativamente ao Diretor-Geral e tem como objetivo principal apoiar e assessorar a gestão quanto ao controle da legalidade e conformidade dos atos administrativos e na melhoria da qualidade dos processos organizacionais da Agência, em consonância com o estabelecido no Decreto nº 3.591 de 6 setembro de 2000, alterado pelos Decretos nº 4.304 de 16 de julho de 2002 e nº 4.440 de 23 de outubro de 2002, e com suas atribuições constantes no Regimento Interno da Agência, alterado pela Portaria nº 69 de 6 de abril de 2011 e pela Resolução de Diretoria nº 235 de 24 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011.

As atribuições da Auditoria Interna são:

Art. 16. Compete à Auditoria:

- I – auditar as gestões orçamentária, financeira, administrativa, técnica e patrimonial, e demais sistemas administrativos e operacionais da Agência;
- II – assessorar a Diretoria Colegiada e seus respectivos membros e orientar as unidades da estrutura organizacional da ANP sobre assuntos de controle interno;
- III – elaborar e propor à Diretoria Colegiada o Plano Anual de Atividades de Auditoria, incumbindo-se de sua execução;
- IV – coordenar e propor medidas para o aprimoramento e a avaliação periódica dos sistemas e controles internos;
- V – acompanhar a legislação relacionada ao controle interno;
- VI – coordenar o atendimento aos órgãos de controle externo;
- VII – coordenar o processo de Prestação de Contas Anual de Gestão e emitir Parecer de Auditoria;
- VIII – examinar eventuais Tomadas de Contas Especiais, sobre elas emitindo parecer.

### 3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		



16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES (NÃO APLICÁVEL À UJ)

### 3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A Corregedoria assessora a Diretora-Geral na adoção de medidas necessárias à racionalização e eficiência dos serviços, na apreciação de representação e denúncias, bem como na instauração de processos disciplinares, no caso de indícios de infrações e transgressões disciplinares praticadas por servidor no exercício de suas atribuições, que violam os dispositivos consignados nos artigos 116, 117 e 132 da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações, bem como a Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa.

A estrutura da Corregedoria foi composta pela Corregedora e por mais dois servidores lotados, além da colaboração de outros 22 (vinte e dois) servidores da Agência, designados para as diversas Comissões Disciplinares instauradas.

No exercício de 2012, a Diretora-Geral, com base em pareceres desta Corregedoria e em consonância com os termos do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Portaria nº 69, de 06/04/2011, decidiu instaurar 15 (quinze) sindicâncias e quatro processos administrativos disciplinares, totalizando 19 (dezenove) procedimentos disciplinares, todos devidamente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

No referido exercício foram julgados 12 (doze) processos, incluindo-se quatro instaurados em 2011. Desses, nove processos foram arquivados, um aplicado a penalidade de destituição de função comissionada e outro a penalidade de demissão, bem como no último decidiu-se pela instauração de outra sindicância. Ressalta-se que no final do exercício de 2012 se encontravam em curso de apuração 11 (onze) processos, sendo sete processos de sindicâncias e quatro processos administrativos disciplinares.

Quanto à meta de treinamento, a equipe da Corregedoria participou no exercício de 2012, de três cursos: um específico na área disciplinar, um de Elaboração de Relatórios e Pareceres e o outro comportamental – de Gestão e Liderança.

Em linhas gerais, estas foram as principais ações promovidas pela Corregedoria, no exercício de 2012, no que tange suas atribuições regimentais, atendendo às orientações e normas emanadas pela Direção da Agência, em harmonia com as estabelecidas pela CGU.

### 3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Quanto à “Política de Uso do Sistema CGU-PAD”, implantada por força da Portaria ANP nº 212, de 30/07/2008, para o acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito desta Agência, informo que esta Corregedoria mantém sistema atualizado, consoante o disposto na Portaria CGU/PR nº 1.043/2007.

#### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

##### 4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP não é responsável por programas do PPA 2012-2015. A Agência responde por um conjunto de objetivos, metas, iniciativas e ações inseridas nos programas 2022 – Combustíveis, 2053 – Petróleo e Gás e 2119 – Gestão do Ministério de Minas e Energia.

##### 4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

No âmbito do programa 2022 – Combustíveis, o objetivo 0553 é de responsabilidade da ANP, enquanto que para o programa 2053 – Petróleo e Gás, a Agência responde pelo o objetivo 0061, conforme descrito nos quadros que seguem:

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0553				
Descrição		Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.				
Programa		Combustíveis				
Órgão Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.794.812,00	50.678.441,00	46.910.602,02	46.273.230,54	1.319.501,36	637.371,48	44.953.729,18
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira**	
			Prevista*	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente.	Não quantificável	Não quantificada	Não quantificável	Não se aplica	Não se aplica

2	Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis.	Não quantificável	Não quantificada	Não quantificável	Não se aplica	Não se aplica
3	Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%.	%	96	97,7	Não se aplica	Não se aplica

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0061				
Descrição		Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.				
Programa		Petróleo e Gás				
Órgão Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.581.200,00	1.581.200,00	1.581.200,00	1.580.683,00	-	517,00	1.580.683,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira**	
			Prevista*	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha.	Unidade	2	-	Não se aplica	Não se aplica
2	Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial.	Não quantificada	Não quantificada	-	Não se aplica	Não se aplica
3	Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais.	Unidade	7	-	Não se aplica	Não se aplica

\*É importante esclarecer que não foram previstas metas para o exercício de 2012, as metas para este objetivo foram fixadas para o período 2012-2015.

**\*\*Não se aplica, tendo em vista que não há agregação que permita, a partir da execução financeira das ações, aferir a execução financeira de cada meta dos objetivos.**

#### ANÁLISE CRÍTICA

No tocante às rodadas em área do Pré-Sal, na modalidade de partilha, foi instituído um Grupo de Trabalho que vem preparando as minutas do Contrato e do Edital, de acordo com as regras estabelecidas na Lei 12.351/2010. Participam do GT: MME, EPE, ANP (que também constituiu um grupo de trabalho no âmbito da Agência), Casa Civil, Ministério da Fazenda. Estão em análise as cláusulas econômicas e de Conteúdo Local, bem como a minuta de contrato entre a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e o MME.

Aguarda-se ainda a aprovação Presidencial das regras que irão disciplinar o pagamento dos royalties na partilha.

Quanto às licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial, foram concluídos os estudos de áreas a serem ofertadas na 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, os quais foram aprovados no âmbito do CNPE e encaminhados à Presidência da República, que aprovou a realização da rodada para maio de 2013.

Com relação à meta de realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais, o MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo (E&P) para as empresas de pequeno e médio porte (EPM), de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando o aumento da participação destas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. O resultado desses estudos foi consubstanciado em resolução a ser emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, a qual tratará de questões regulatórias, econômicas, comerciais, ambientais e de infraestrutura.

Quanto ao objetivo 0553 do programa 2022 – Combustíveis, abordamos seu desempenho em 2012 no tópico “Análise Crítica do Conjunto de Iniciativas e Ações de Programas Temáticos”.

#### 4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	023X
Descrição	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Objetivo		0553				
Órgão ou Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.794.812,00	50.678.441,00	46.910.602,02	46.273.230,54	1.319.501,36	637.371,48	44.953.729,18
Metas do Exercício Para a Iniciativa*						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

No âmbito dos programas temáticos 2022 – Combustíveis e 2053 – Petróleo e Gás e em seus objetivos, tanto de responsabilidade da própria ANP quanto de outras unidades, esta agência responde por um conjunto de iniciativas, cujas informações estão descritas nos quadros abaixo:

\* Não se aplica, tendo em vista que a Lei nº 12.593/2012 - PPA 2012-2015 não prevê metas para as iniciativas.

Quadro A.4.3.2 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		004B				
Descrição		Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratória de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.				
Objetivo		0053				
Órgão ou Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.888.100,00	179.251.433,00	64.763.555,16	21.032.308,90	3.264.526,89	43.731.246,26	17.767.782,01
Metas do Exercício Para a Iniciativa*						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

\* Não se aplica, tendo em vista que a Lei nº 12.593/2012 - PPA 2012-2015 não prevê metas para as iniciativas.

Quadro A.4.3.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

<b>Identificação da Iniciativa</b>	
Código	005X



Quadro A.4.3.4 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0061
Descrição	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Descrição	Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.					
Objetivo	0061					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.581.200,00	1.581.200,00	1.581.200,00	1.580.683,00	0,00	517,00	1.580.683,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa*						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

\* Não se aplica, tendo em vista que a Lei nº 12.593/2012 - PPA 2012-2015 não prevê metas para as iniciativas.

Objetivo		0063				
Órgão ou Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	50.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa*						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

\* Não se aplica, tendo em vista que a Lei nº 12.593/2012 - PPA 2012-2015 não prevê metas para as iniciativas.

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		006N				
Descrição		Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.				
Objetivo		0064				
Órgão ou Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.524.140,00	29.602.807,00	28.515.810,80	27.895.833,81	6.888.553,39	619.976,99	21.007.280,42
Metas do Exercício Para a Iniciativa*						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

\* Não se aplica, tendo em vista que a Lei nº 12.593/2012 - PPA 2012-2015 não prevê metas para as iniciativas.

#### 4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

No âmbito dos programas temáticos 2022 – Combustíveis e 2053 – Petróleo e Gás e em seus objetivos, tanto de responsabilidade da própria ANP quanto de outras unidades, esta agência responde por um conjunto de ações, cujas informações estão descritas nos quadros abaixo:

Quadro A.4.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

<b>Identificação da Ação</b>
------------------------------

Código	10TP					
Descrição	Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas					
Iniciativa	023X - Regulação e Fiscalização do setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis					
Unidade Responsável	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.008.846,00	3.759.141,00	127.697,66	-	-	127.697,66	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	projeto executado	%	28	0	3.759.141,00	127.697,66

Quadro A.4.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2050				
Descrição		Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural				
Iniciativa		004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do pré-sal.				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
238.850.000,00	155.580.000,00	41.769.204,85	1.772.055,01	800.816,68	39.997.149,84	971.238,33
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	área avaliada	Km 2	1.246.600	688.123	155.580.000,00	41.769.204,85

Quadro A.4.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	2379
Descrição	Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural

Iniciativa		004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do pré-sal.				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.038.100,00	23.671.433,00	22.994.350,31	19.260.253,89	2.463.710,21	3.734.096,42	16.796.543,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Informação armazenada	Tbyte	2.200	3.500	23.671.433,00	22.994.350,31

Quadro A.4.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2380				
Descrição		Outorga de Áreas para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Iniciativa		005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção.				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.581.200,00	1.581.200,00	1.581.200,00	1.580.683,00	-	517,00	1.580.683,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	concessão outorgada	unidade	80	0	1.581.200,00	1.581.200,00

Quadro A.4.4.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	2381
Descrição	Gestão dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural
Iniciativa	006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural

Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.033.180,00	15.776.514,00	15.033.180,00	14.633.180,00	601.342,43	400.000,00	14.031.837,57
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	concessão controlada	unidade	715	692	15.776.514,00	15.033.180,00

Quadro A.4.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2391				
Descrição		Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis				
Iniciativa		023X - Regulação e Fiscalização do setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
45.945.966,00	46.079.300,00	45.942.904,36	45.433.230,54	1.319.501,36	509.673,82	44.113.729,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	fiscalização realizada	unidade	26.500	20.786	46.079.300,00	45.942.904,36

Quadro A.4.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	4860
Descrição	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Indústria do Petróleo, Gás Natural e dos Biocombustíveis
Iniciativa	0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis.
Unidade Responsável	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Unidade Orçamentária	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	50.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>técnico capacitado</b>	<b>unidade</b>	<b>18</b>	<b>23</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

Quadro A.4.4.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		6197				
Descrição		Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo				
Iniciativa		006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.090.760,00	13.424.093,00	13.090.760,00	12.870.783,01	6.287.210,96	219.976,99	6.583.572,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	instalação fiscalizada	unidade	4.216	4.327	13.424.093,00	13.090.760,00

Quadro A.4.4.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		6594				
Descrição		Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis				
Iniciativa		023X - Regulação e Fiscalização do setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
						840.000,00

840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	-	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	autorização outorgada	unidade	9.000	8307	840.000,00	840.000,00

Quadro A.4.4.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		6596				
Descrição		Autorização das Atividades Integrantes da Industria do Petróleo e Gás Natural				
Iniciativa		006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.200,00	402.200,00	391.870,80	391.870,80	-	-	391.870,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	autorização outorgada	unidade	155	373	402.200,00	391.870,80

#### ANÁLISE CRÍTICA DO CONJUNTO DE INICIATIVAS E AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

No tocante ao conjunto de iniciativas e ações de responsabilidade da ANP, que integram o programa temático 2022 – Combustíveis, destaca-se em primeiro lugar a realização de 20.786 ações de fiscalização de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis no ano de 2012, com isso alcançou 78,4% do total de 26.500 ações planejadas. Cabe observar que a meta prevista não foi alcançada. Um dos motivos que justificam o não atingimento das metas foi a mobilização de servidores públicos, que culminou com greve geral que teve duração aproximada de 45 dias. Ademais, ao longo do segundo semestre, as ações de fiscalização passaram a ser realizadas por dupla de fiscais, objetivando dotá-las de maior e imprescindível segurança técnica e pessoal. Como o número de servidores é pequeno, houve redução do número de fiscalizações.

Por outro lado, em 2012, o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC proporcionou o monitoramento da qualidade dos combustíveis em todo o território nacional, com a exceção dos estados do Acre e Rondônia, e a partir do mês de abril do estado do Mato Grosso do Sul, tendo analisado, até outubro, um total de 177.053 amostras, obtendo um percentual de conformidade de 98,0% para a gasolina, 97,3% para o óleo diesel e 97,8% para o etanol.

Avaliando-se a conformidade global do período em torno de 97,7%, podemos concluir que os resultados estão sendo satisfatórios se comparados com a meta estipulada de 96% de conformidade.

No tocante à ocorrência de problemas de execução identificamos o caso do projeto 10TP – Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas, cujo primeiro pregão resultou fracassado pela inabilitação de todos os 5 licitantes. Optou-se então pela revisão das exigências de habilitação dos licitantes e pela atualização do valor do preço de referência no intuito de ampliar a concorrência e tornar o certame mais atrativo. Efetuou-se então, com estes ajustes, o Pregão Eletrônico nº 75/2012 em 13 de dezembro de 2012, cujo licitante vencedor foi a Construtora LDN Ltda. Foi efetuado empenho parcial no valor de R\$ 127.698 em 21 de dezembro de 2012 e o contrato foi assinado pelo licitante em 27 de dezembro de 2012. É importante ainda destacar que a obra é imprescindível para a segurança das instalações laboratoriais e que serão necessários mais recursos para suplementar a dotação prevista para 2013.

Além disso, destacamos o não atendimento da solicitação de crédito adicional de R\$ 13 milhões para a ação 2391- Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, que pretendia fazer face ao aumento dos custos para manter o padrão de qualidade da fiscalização dos agentes regulados e do monitoramento da qualidade dos combustíveis.

Quanto ao programa 2053 - Petróleo e Gás, é importante abordar os estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP. O previsto pela LOA era avaliar 1.246.600 Km² em 2012.

Desse total, foram executados 49,6%, o que representa 618.313,60 Km² de área avaliada. Com a diminuição da demanda por serviços de geologia e geofísica (sísmica, aerolevantamentos, geoquímica, etc.) no mercado em razão da descontinuidade das rodadas de licitação de blocos exploratórios, as licitações da ANP, para contratação de serviços de geologia e geofísica, passaram a ser mais atrativas, já que esta tornou-se uma das maiores contratadoras deste tipo de serviço no país. Isso tem levado as licitantes a disputas intermináveis, interpondo recursos administrativos durante todas as fases do processo licitatório, atrasando as contratações dos serviços. Além disso, o atraso e a não obtenção das licenças ambientais impactaram direta e negativamente a execução da meta física prevista para 2012. Como contraponto a esses problemas, a ANP vem, continuamente, aperfeiçoando seus termos de referência, editais e procedimentos.

A análise acima elucida também a inscrição de R\$ 40,8 milhões em restos a pagar no âmbito da ação 2050 - Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural.

Com a finalidade de cumprir suas atribuições legais referentes ao acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras a ANP mantém a ação 2379 – Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural.



Esta ação tem como produto a quantidade de informações armazenadas medidas em terabytes. Para uma expectativa inicial de armazenar 2.200 terabytes, a ANP possuiu em 2012 a média de 3.500 terabytes de informações armazenadas, o que representa uma execução de 159,1% da meta física da ação. Levantamentos sísmicos cada vez maiores com quantidade de dados aumentando exponencialmente levaram à superação da meta.

Outro conjunto de iniciativas de fiscalização da ANP é realizado através da ação 6197 – Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo, o que inclui as instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis. A previsão era de fiscalizar 4.216 instalações em 2012, porém foram realizadas no ano 4.327 fiscalizações, representando uma execução de 102,6% em relação ao planejado.

Ainda no tocante à ação supracitada, destaca-se que a fiscalização da segurança operacional offshore é realizada com o apoio técnico e logístico da Marinha do Brasil, graças aos repasses de recursos previstos em Termo de Cooperação e que houve atrasos nos pagamentos por insuficiência de saldos financeiros. É importante esclarecer que a cooperação com a ANP implica, para a Marinha, a assunção de obrigações adicionais às ações de fiscalização e proteção da costa já executadas por aquela Força, ou seja, a manutenção da fiscalização da indústria petrolífera depende dos repasses desta Agência. A descontinuidade de tais atividades ensejaria na redução dos esforços de monitoramento do cumprimento das boas práticas de segurança operacional e de preservação do meio ambiente da indústria petrolífera, justamente no momento em que o desenvolvimento do pré-sal traz riscos adicionais e reclama a intensificação da fiscalização na região.

Além disso, para as mesmas ações, registra-se o não atendimento da solicitação de crédito adicional no valor de R\$ 17,9 milhões que permitiria garantir a qualidade da fiscalização e acompanhamento das atividades acima elencadas e cumprir o cronograma de repasses à Marinha.

#### 4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ (NÃO APLICÁVEL À UJ)

A ANP não responde por qualquer programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

#### 4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Esta agência responde por um conjunto de ações, inseridas no programa 2119 – Gestão do Ministério de Minas e Energia, cujo desempenho demonstra-se a seguir:

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20CW

Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
89.340,00	80.975,00	36.370,01	19.133,06	642,00	17.236,95	18.491,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	496	203	80.975,00	36.370,01

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
114.139.448,00	112.139.448,00	108.483.175,41	108.255.259,07	565.438,45	227.916,34	107.689.820,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física*		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					112.139.448,00	108.483.175,41

\* Não se aplica, ação sem produto ou meta

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
78.394.996,00	88.758.124,00	82.008.866,05	71.682.898,18	2.479.281,01	10.325.967,87	69.203.617,17
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física*		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					88.758.124,00	82.008.866,05

\* Não se aplica, ação sem produto ou meta

Quadro A.4.6.4 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.104.000,00	1.154.000,00	1.133.964,77	1.124.777,42	-	9.187,35	1.124.777,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	968	1.097	1.154.000,00	1.133.964,77

Quadro A.4.6.5 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
120.000,00	128.365,00	121.982,40	121.982,40	-	-	121.982,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança beneficiada	unidade	112	127	128.365,00	121.982,40

Quadro A.4.6.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2011
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
109.560,00	109.560,00	79.498,20	79.498,20	-	-	79.498,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	65	93	109.560,00	79.498,20

Quadro A.4.6.7 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.700.000,00	2.600.000,00	2.473.168,53	2.473.168,53	-	-	2.473.168,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	740	691	2.600.000,00	2.473.168,53

Quadro A.4.6.8 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2388				
Descrição		Regulamentação das Atividades da Indústria do Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.413.160,00	1.413.160,00	1.410.250,92	1.410.250,92	547.536,20	-	862.714,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade	Meta Física		Meta Financeira	

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

		de Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Norma publicada	unidade	44	56	1.413.160,00	1.410.250,92

Quadro A.4.6.9 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2393				
Descrição		Manutenção dos Canais de Relação com os Consumidores e Agentes Econômicos da Indústria do Petróleo e das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.812.373,00	1.812.373,00	1.812.373,00	1.650.324,05	-	162.048,95	
1.650.324,05						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Solicitação atendida	unidade	120.000	81.478	1.812.373,00	1.812.373,00

Quadro A.4.6.10 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.862.146,30	50.063,80	137.853,70	1.812.082,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	772	636	2.000.000,00	2.000.000,00

Quadro A.4.6.11 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	4641
Descrição	Publicidade de Utilidade Pública

Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.012.500,00	3.012.500,00	3.012.500,00	3.012.500,00	-	-	3.012.500,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física*		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					3.012.500,00	3.012.500,00

\* Não se aplica, ação sem produto ou meta

Quadro A.4.6.12– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8785				
Descrição		Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.150.000,00	1.350.000,00	566.306,24	107.332,24	-	458.974,00	107.332,24
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física*		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					1.350.000,00	566.306,24

\* Não se aplica, ação sem produto ou meta

Quadro A.4.6.13 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Unidade Orçamentária		32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
					-	19.605.478,92

21.333.280,00	21.333.280,00	19.605.478,92	19.605.478,92	-		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física*		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					21.333.280,00	19.605.478,92

\* Não se aplica, ação sem produto ou meta

## ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES DA ANP DO PROGRAMA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

No que se refere ao desempenho das ações de responsabilidade da ANP que integram o programa de Gestão do Ministério de Minas e Energia, destacamos:

No âmbito da ação 2393 - Manutenção dos Canais de Relação com os Consumidores e Agentes Econômicos da Indústria do Petróleo e das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o Centro de Relações com o Consumidor da ANP recebeu 81.478 manifestações, divididas entre: 58.263 pedidos de informações, 22.553 denúncias/reclamações, 662 elogios, sugestões, agradecimentos e agendamentos, entre outros.

É importante também destacar, no âmbito da ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação o treinamento de 636 servidores. O orçamento foi executado integralmente. Realizamos 32 cursos in company personalizados e adequados às necessidades da ANP, com custos reduzidos. Os servidores participaram de 422 eventos nacionais e 101 eventos internacionais. Os cursos foram muito bem avaliados, principalmente os realizados pelo Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG, Florence School of Regulation, Instituto Francês de Petróleo - IFP e ABS Consulting - ABS. Realizou-se também uma parceria com a Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF que permitiu que treinássemos 60 servidores nas Semanas de Administração Orçamentária. Foi concluída a turma de Pós-Graduação fechada para a ANP com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Curso de Especialização em Economia, Regulação e Defesa da Concorrência na Área de Energia com Foco na Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para 38 servidores.

Ainda no tocante à capacitação de servidores, é importante registrar que os resultados de 2012 foram alcançados a despeito do não atendimento de solicitação de crédito adicional no valor de R\$ 500.000,00, que de certa forma comprometeu a expectativa dos servidores da agência que necessitam de atualização constante, tendo em vista o caráter altamente especializado das atribuições da ANP.

No âmbito da ação 2000 - Administração da Unidade, cabe registrar as dificuldades impostas pela irregularidade do fluxo financeiro oriundo do Tesouro Nacional, que por vezes implicou atrasos no pagamento a fornecedores e ameaças de interrupção de serviços. Esse mesmo fluxo irregular justifica o volume de R\$ 12,8 milhões em empenhos, inscritos em restos a pagar.

Por fim, cabe registrar que o contingenciamento de R\$ 6,9 milhões da dotação final (exceto crédito extraordinário aberto pela MP 598/12) comprometeu o empenho de despesas com investimentos, notadamente aquisição de softwares, que tiveram certames licitatórios celebrados ao final do exercício.



#### 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

##### 4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	32265	323030

##### 4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

###### 4.2.2.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

###### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento (COR) se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de planejamento e orçamento e apoia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a COR, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira, quando necessário.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

###### DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2012

A Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou à ANP R\$ 561,4 milhões para realizar despesas. Contudo, no decorrer do ano, a LOA foi modificada pela abertura de créditos adicionais que

suplementaram e cancelaram dotações orçamentárias, resultando em uma redução de R\$ 60,5 milhões na dotação global em relação à dotação inicial, abaixo descrita:

- Suplementação de R\$ 2,4 milhões na ação Modernização Estrutural do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, aberta pelo Decreto de 29 de maio de 2012;
- Suplementação de R\$ 9,6 milhões na ação Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural, estabelecida no Decreto de 29 de maio de 2012;
- Suplementações de R\$ 50 mil para assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, de R\$ 8,3 mil para assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e de R\$ 680,2 mil para pagamento de aposentadorias e pensões, abertas pelo Decreto de 16 de outubro de 2012;
- Cancelamentos de dotações orçamentárias de R\$ 8,3 mil para as despesas com assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos e de R\$ 100 mil para despesas com auxílio-alimentação aos servidores e empregados, conforme Decreto de 16 de outubro de 2012;
- Cancelamento de R\$ 83,3 milhões na ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, sendo R\$ 39,3 milhões pelo Decreto de 24 de julho de 2012 e R\$ 44,0 milhões pelo Decreto de 29 de outubro de 2012.
- Suplementação de 6,9 milhões na ação Administração da Unidade, concedido pelo Decreto de 14 de novembro de 2012.
- Cancelamento de dotação orçamentária de R\$ 2 milhões na ação Pagamento de Pessoal Ativo da União – Nacional, conforme Decreto de 21 de dezembro de 2012.
- Crédito extraordinário, suplementando diversas ações, aberto pela Medida Provisória 598 de 27 de dezembro de 2012 totalizando R\$ 5,2 milhões, sendo R\$ 133,3 mil na ação Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, R\$ 334,1 mil na ação Modernização Estrutural do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, R\$ 33,3 mil na ação Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural, R\$ 743,3 mil na ação Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, R\$ 333,3 mil na ação Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo, R\$ 2 mil na ação Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural, R\$ 3,4 milhões na ação Administração da Unidade e R\$ 200 mil na ação Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. A edição dessa Medida Provisória foi a solução encontrada pelo Governo Federal para não paralisar os investimentos enquanto não for votada e sancionada a LOA 2013. A regra geral foi à liberação de 1/3 dos valores das dotações de investimento previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2013, que podem ser reabertos no exercício de 2013 antes da aprovação da Lei Orçamentária Anual, permitindo desta forma a execução das despesas com investimento.

A tabela abaixo demonstra a dotação proposta pela Agência, sua dotação orçamentária prevista no PLOA e na LOA, bem como seus créditos adicionais, referentes aos exercícios 2012 e 2011, levando em consideração a classificação por Grupo de Despesas.

Quadro A.4.8 - Programação de Despesas Correntes

Em R\$

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO		
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
Exercícios			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		141.169.559	133.783.804	-	-	558.675.325	449.931.162
	PLOA		138.605.728	118.247.367	-	-	413.882.524	403.563.734
	LOA		138.605.728	118.247.367	-	-	413.882.524	389.563.734
Créditos	Suplementares		680.210	15.808.930	-	-	-	915.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		2.000.000	-	-	-	83.915.000	48.550.000
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total			137.285.938	134.056.297		-	329.967.524	341.928.734

Fontes: SIAFI, SIOP, PLOA 2012, LOA 2012, PAA

#### 4.2.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Quadro A.4.9 - Programação de Despesas de Capital

Em R\$

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
-------------------------------------	--------------	---------------------

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					32265		323030	
Origem dos Créditos Orçamentários			4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital	
Exercícios			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		73.665.382	32.130.023	-	-	-	-
	PLOA		8.861.657	9.236.230	-	-	-	-
	LOA		8.861.657	9.236.230	-	-	-	-
Créditos	Suplementares		19.560.751	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	5.193.006	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total			33.615.414	9.236.230	-	-	-	-

Fontes: SIAFI, SIOP, PLOA 2012, LOA 2012, PAA

#### 4.2.2.3 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Quadro A.4.10 - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Denominação da Unidade Orçamentária		Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		32265	323030
Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes	Despesas de Capital	9 - Reserva de Contingência

Em R\$

Exercícios		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)	699.844.884	633.714.966	73.665.382	32.130.023	-	-
	PLOA	552.488.252	521.811.101	8.861.657	9.236.230	3.596.143.413	2.633.747.245
	LOA	552.488.252	507.811.801	8.861.657	9.236.230	3.596.143.413	4.426.687.802
Créditos	Suplementares		680.210	15.943.930	19.560.751	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	5.193.006	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		85.915.000	47.770.000	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-
Total		467.253.462	475.985.031	33.615.414	9.236.230	3.596.143.413	4.426.687.802

Fontes: SIAFI, SIOP, PLOA 2012, LOA 2012, PAA

#### 4.2.2.4 ANÁLISE CRÍTICA

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que a LOA da ANP totalizou em 2012 o valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esses recursos provenientes, em sua maioria, de compensação financeira paga pelas empresas para exploração de petróleo e gás natural. A maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário do governo federal. Para a execução de despesas, a LOA da ANP em 2012 atualizada pelas suplementações e pelos cancelamentos de dotações orçamentárias destinou um total de R\$ 500,9 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com pagamento de pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 202,6 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias. Desse montante, R\$ 190,3 milhões foram liberados para empenho, dos quais a ANP empenhou R\$ 190,2 milhões, o que representa 99,9% do liberado.

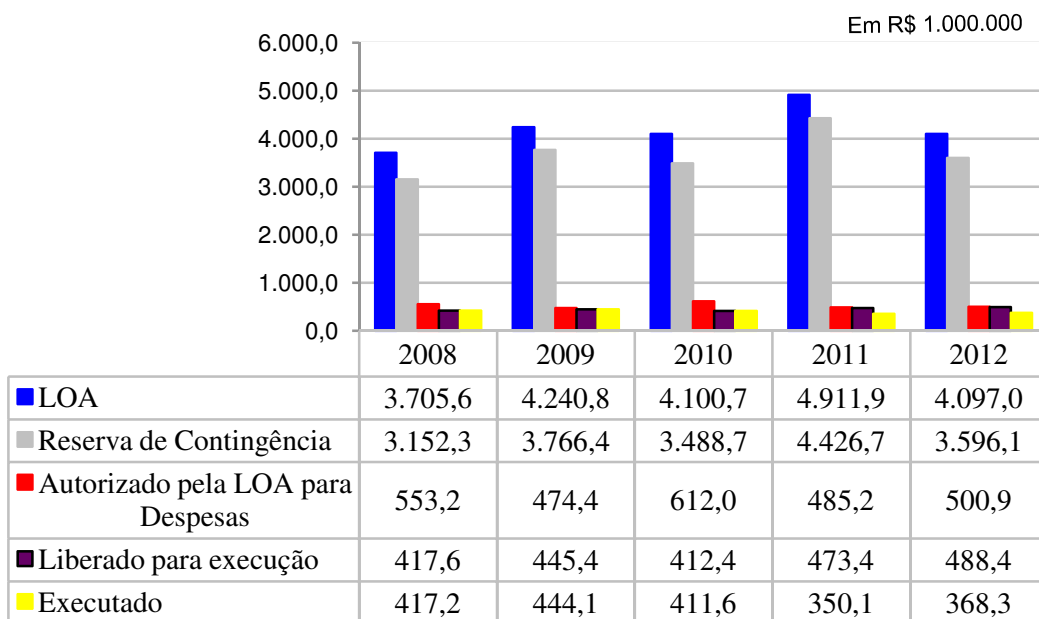
Cabe destacar que em 2012 o valor executado relacionado aos serviços de geologia, que são relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi de R\$ 41,8 milhões, sendo aproximadamente 12% inferior ao executado em 2011.

Nesse sentido, com a diminuição da demanda por serviços de geologia e geofísica (sísmica, aerolevantamentos, geoquímica, etc.) no mercado em razão da descontinuidade das rodadas de licitação de blocos exploratórios, as licitações da ANP, para contratação de serviços de geologia e geofísica, passaram a ser mais atrativas, já que esta tornou-se uma das maiores contratadoras deste tipo de serviço no país. Isso tem levado as licitantes a disputas intermináveis, interpondo recursos administrativos durante todas as fases do processo licitatório, atrasando as contratações dos serviços. Além disso, o atraso e a não obtenção das licenças ambientais impactaram direta e negativamente a execução prevista para 2012. Como contraponto a esses problemas, a ANP vem, continuamente, aperfeiçoando seus termos de referência, editais e procedimentos.

Em relação ao valor total do orçamento da Agência, excluída a Reserva de Contingência, o orçamento de 2012 foi aproximadamente 3% maior que o de 2011.

O gráfico a seguir mostra a variação da LOA, Reserva de Contingência, o autorizado pela LOA para realização de despesas, o montante liberado para sua execução e o valor total executado pela Agência nos cinco últimos exercícios.

Gráfico – Composição do Orçamento e Execução da ANP 2008 a 2012



Fonte: SIAFI

O quadro abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho em 2012.

*Tabela - Limites de Movimentação e Empenho em 2012<sup>1</sup>*

Em R\$				
Anexos	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado

<sup>1</sup> Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

Anexo I (fontes 100, 129, 174)	112.278.960	108.621.260	107.612.414	107.612.414
Anexo II (fonte 250 e 650)	90.301.078	70.000.021	82.725.021	82.683.539
Anexo VI (fonte 142 e 250)	156.930.000	240.000.000	156.730.000	42.335.511
Anexo VIII (fonte 100)	4.072.900	4.122.900	4.072.900	3.844.984
Total	363.582.938	422.744.181	351.140.335	236.476.448

Fontes: SIAFI e Ofício nº 022/2012-SPOA/SE-MME

### Créditos Suplementares

Durante o ano de 2012 foram encaminhadas pela ANP solicitações de créditos suplementares, citadas abaixo:

- R\$ 9,6 milhões para a ação *Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural* e R\$ 2,4 milhões para a Ação *Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicos*. Os pedidos foram encaminhados em abril e os créditos foram concedidos em maio.

- R\$ 3,0 milhões para a ação *Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural*, solicitados em abril e não concedidos. Novo pedido de suplementação na ação foi encaminhado em agosto, no valor de R\$ 6,4 milhões. Este segundo pedido também não foi atendido.

- R\$ 2,4 milhões para a ação *Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis* em abril, e novo pedido de R\$ 13,0 milhões em agosto. Ambos os pedidos de crédito não foram atendidos.

- R\$ 879 mil para a ação *Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação* no mês de abril. O pleito não foi atendido e nova solicitação de crédito suplementar foi encaminhada em agosto, também não atendida.

- R\$ 3,6 milhões para a ação *Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo*, solicitados em abril. O pedido de crédito não foi atendido, e nova solicitação para suplementação na mesma ação foi feita em agosto, no valor de R\$ 11,6 milhões. O segundo pedido também não foi atendido.

- R\$ 6,9 milhões na ação *Administração da Unidade*. Solicitação encaminhada em outubro e crédito orçamentário concedido em novembro.

- Alguns créditos foram abertos visando à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais e com benefícios aos servidores e envolveram as ações *Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis*; *Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos*; *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes*; *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados* e *Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados*. As alterações orçamentárias relativas a

estas despesas obrigatórias foram efetivadas gradativamente ao longo do exercício, de maneira a atender às necessidades da Agência.

O detalhamento de todos os créditos concedidos e cancelados, com suas respectivas datas de concessão e ações correspondentes foram expostos anteriormente, sob o título *Dotação e Execução Orçamentária em 2012*.

#### O processo de Planejamento Orçamentário para 2013

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2013, realizada no primeiro semestre de 2012, procurou aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, bem como estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e seus resultados.

Pelo processo de captação, chegou-se a um valor de R\$ 773,5 milhões necessários para 2013. Foi enviado ao Congresso Nacional um PLOA com uma programação de despesas de R\$ 505,9 milhões para a ANP (esse valor não considera a reserva de contingência). Deste total, desconsiderando as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com o pagamento de pessoal e benefícios o montante alocado para execução das despesas discricionárias foi de R\$ 179,4 milhões, sendo praticamente igual ao da LOA inicial de 2012. Durante a tramitação do PLOA no Congresso Nacional, foram acrescidos R\$ 15 milhões às despesas discricionárias por meio de emenda parlamentar, elevando o seu total para R\$ 193,6 milhões, segundo consta o Parecer Final da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, publicado em 21 de dezembro de 2012.

Cabe ressaltar que os referenciais monetários determinados para a elaboração do orçamento anual da ANP têm sido insuficientes para que se elabore uma proposta orçamentária que permita a plena execução das atividades legalmente atribuídas à Agência.

Nesse aspecto, desde 2009 a ANP assumiu novas atribuições voltadas para a regulação do gás natural, a exploração e produção de petróleo e gás em áreas estratégicas e, mais recentemente, ampliou suas competências regulatórias com relação aos biocombustíveis (etanol). Essas novas atribuições somaram-se a ações que já vinham sendo desenvolvidas para a regulação de um setor em constante crescimento, que tem como características marcantes o seu caráter estratégico e sua capilaridade, influenciando a dinâmica da economia e interferindo no dia-a-dia da sociedade.

A insuficiência de recursos afeta ações de fiscalização, com ênfase na segurança operacional e ambiental, a aplicação das cláusulas de conteúdo local e o combate a práticas criminosas e anticompetitivas no âmbito da distribuição e revenda de combustíveis e derivados, além do controle da qualidade dos combustíveis.

Outros impactos relevantes dessa insuficiência são a obsolescência do parque tecnológico, a falta de sistemas de informação para controle e gestão de processos corporativos, além da deficiente capacitação dos servidores que precisam desenvolver competências específicas para fazer face ao rápido desenvolvimento dos agentes regulados.



4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa							Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	323030		Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	139.285.938		214.704.293
	Recebidos		323031		139.285.938		213.029.919
			323085				
Movimentação Externa	Concedidos	323030					1.655.399
		323031		25.122.2119.2000.0001 25.753.2053.2050.0001 25.301.2119.20CW.0001 25.753.2053.2379.0001 25.125.2053.6197.0001 25.130.2053.2381.0001			25.060.045
	Recebidos		323028	25.301.2119.20CW.0001 25.122.2119.2000.0001			1.655.399
			110511	25.122.2119.2000.0001			65.899
			495001	25.753.2053.2379.0001			102.337
			752000	25.130.2053.2381.0001 25.125.2053.6197.0001			24.733.000
			153038	25.753.2053.2050.0001			158.808
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	323030		Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	20.649.318		
	Recebidos		323031		20.627.871		
			320058		5.220		
			320059		3.233		
			323085		12.994		
Movimentação Externa	Concedidos	323031		25.122.2119.2000.0001 25.753.2053.2379.0001 25.125.2053.6197.0001 25.130.2053.2381.0001	5.542.000		
	Recebidos		772001	25.122.2119.2000.0001 25.753.2053.2379.0001 25.125.2053.6197.0001 25.130.2053.2381.0001	5.542.000		
Fonte: Siafi Gerencial							

Fonte: Siafi Gerencial

#### 4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

##### 4.2.4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

##### 4.2.4.1.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

**Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>135.038.938</b>	<b>148.652.448</b>	<b>77.553.123</b>	<b>98.399.833</b>
a) Convite	2.932	18.209	2.932	16.743
b) Tomada de Preços		30.000		30.000
c) Concorrência	6.529.302	8.869.822	6.529.302	8.199.448
d) Pregão	74.666.199	94.260.685	46.969.135	53.455.697
e) Concurso	2.104	-	2.104	
f) Consulta	53.838.401	45.473.732	24.049.650	36.697.946
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>46.667.783</b>	<b>32.707.049</b>	<b>34.827.639</b>	<b>27.050.758</b>
g) Dispensa	28.543.206	23.531.054	21.584.347	20.511.050
h) Inexigibilidade	18.124.577	9.175.994	13.243.292	6.539.708
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>23.106</b>	<b>31.150</b>	<b>23.106</b>	<b>31.150</b>
i) Suprimento de Fundos	23.106	31.150	23.106	31.150
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>135.255.336</b>	<b>135.685.484</b>	<b>134.390.754</b>	<b>133.392.344</b>
j) Pagamento em Folha	131.867.815	132.760.807	131.008.832	130.493.857
k) Diárias	3.387.521	2.924.677	3.381.923	2.898.487
<b>5. Outros</b>	<b>186.614.437</b>	<b>168.752.127</b>	<b>-</b>	<b>158.470.567</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>503.599.600</b>	<b>485.828.257</b>	<b>246.794.622</b>	<b>417.344.651</b>

As despesas por modalidade de contratação demonstram a evolução de cada modalidade de acordo com sua execução ao longo do tempo. Cabe ressaltar que essas despesas englobam todas as Unidades Gestoras que receberam parcelas mediante transferências ou repasses pertinentes ao Orçamento da ANP. Como exemplo, podemos destacar a modalidade Pregão. Na execução da ANP de 2012, a despesa liquidada totalizou o valor de 74,6 Milhões nessa modalidade. Comparado ao exercício de 2011, constatou-se uma redução de R\$ 19,6 Milhões, o que demonstra o empenho da agência em buscar sempre o menor preço e uma melhor conscientização em relação aos gastos. Cabe ressaltar que existem recursos que são executados por outros Órgãos como CPRM e Marinha entre outros, e que a execução dos mesmos por aqueles Órgãos reflete na execução da ANP. As outras modalidades também têm, seguindo o mesmo critério de avaliação, sua execução em outras Unidades Gestoras.

No caso do grupo “Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos”, as despesas reduziram em torno de 25,8% em relação ao ano de 2011.

A despesa com pagamento de pessoal reduziu em 0,32% em relação a 2011. Ficando a cargo da SRH se pronunciar a respeito do assunto.

#### 4.2.4.1.2 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários								Valores em R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	105.093.734	106.451.277	105.093.734	106.451.277			104.626.802	104.357.105
13 - Obrigações Patronais	20.853.562	21.424.835	20.853.562	21.424.835			20.755.055	21.300.967
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.963.956	2.397.623	2.963.956	2.397.623			2.929.907	2.397.623
Demais elementos do grupo	2.956.564	2.487.072	2.728.647	2.487.072	227.916		2.697.067	2.438.161
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	154.117.842	169.587.515	110.597.867	121.991.171	43.519.975	47.596.344	96.231.534	117.625.096
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	28.238.814	16.141.719	28.171.636	16.141.719	67.177	-	28.169.099	16.141.719
37 - Locação de Mão de Obra	11.556.531	9.498.997	10.074.399	9.498.997	1.482.132	-	10.074.399	9.498.997
Demais elementos do grupo	21.537.047	16.281.270	20.038.023	14.777.331	1.499.023	1.503.939	19.856.789	14.766.389
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>								
51 - Obras e Instalações	9.150.698		5.864.950		3.285.748		5.864.950	
52 - Equipamento e Material Permanente	6.713.463	5.059.167	1.335.633	3.188.550	5.377.830	1.870.618	1.335.633	2.531.554
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.698.041		3.698.041				3.698.041	
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		808.099		800.099		8.000		800.099
30 - Material de Consumo		5.200		5.200		-		5.200
Demais elementos do grupo	1.464.014	-	595.518	-	868.496	-	595.518	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

Quanto às despesas do exercício de 2012 no grupo 1 – Despesas de pessoal -, considerando-se as empenhadas, podemos destacar uma redução referente ao Elemento de Despesa 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, de 1,98% quando comparado ao exercício de 2011. No mesmo Elemento de Despesa, vale ressaltar que o montante total pago chegou a 99,56% do total empenhado e liquidado.

No grupo 3 – Outras despesas correntes – registramos um aumento de cerca de 3,9 milhões para os valores empenhados.

Mesmo com o aumento em números absolutos, houve uma redução de aproximadamente R\$ 15,5 milhões no elemento de despesa 39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Tal diminuição deve-se, entre outros fatores, à modalidade de licitação 12 - Pregão. Não podemos deixar de mencionar também o contingenciamento imposto pelos Órgãos Superiores.

O elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores – Teve aumento significativo de aproximadamente R\$ 12 milhões devido ao contingenciamento sofrido pela agência, como também pelo aumento no número de fiscalizações.

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra teve um aumento de 17,8%, tendo em vista a implantação de novos Escritórios Regionais. Assunto específico da área de Recursos Humanos.

Em 2012, o Grupo de Despesa 4 – Investimentos, apresentou um aumento na sua execução tendo em vista a liberação de Créditos Adicionais, no valor de R\$ 18.965.751,00 para, entre outras demandas, a construção de uma Sala Cofre. A agência investiu o orçamento deste grupo na modernização de seus recursos tecnológicos. Outro fato gerador importante nos recursos de investimento foi a descentralização de recursos de capital para outros órgãos, que contribuíram no total da execução orçamentária da Agência.

#### 4.2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO (NÃO APLICÁVEL À UJ)

##### 4.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (NÃO APLICÁVEL À UJ)

##### 4.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (NÃO APLICÁVEL À UJ)

##### 4.2.4.2.3 ANÁLISE CRÍTICA (NÃO APLICÁVEL À UJ)

## 5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

### 5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
-		-			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
323031	02313673000208	0	0	0	0
<b>Razões e Justificativas:</b> Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício de 2012.					
<b>Fonte:</b>					

### 5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício de 2012.

## 5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios** Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 5.034.012	R\$ 0	R\$ 5.034.012	R\$ 0
2010	R\$ 125.627	(R\$ 125.627)		
2008	R\$ 24	R\$ 0		R\$ 24
2004	R\$ 21.320	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 21.320
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 50.978.900	(R\$ 8.740.996)	R\$ 10.413.553	R\$ 31.824.352
2010	R\$ 75.898.714	(R\$ 8.186.223)	R\$ 24.265.329	R\$ 43.447.162
2009	R\$ 643.864	(R\$ 161.049)	R\$ 0	R\$ 482.815
...				

Fonte: Siafi Gerencial

### 5.2.2 ANÁLISE CRÍTICA

O quadro acima tem por objetivo acompanhar a evolução dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores, demonstrando sua execução no decorrer do exercício de 2012. Os valores inscritos em 2004 e 2008 referem-se a processos que estão sub judice e são pertinentes a UG 323030.

Ressalta-se que a maioria das despesas inscritas em Restos a Pagar pertencem às áreas finalísticas. Como exemplo, os estudos geológicos dependentes de fatores climáticos; o processo fiscalizatório e de qualidade de combustíveis depende de fatores logísticos para a execução dos serviços.

Nos exercício de 2009 a 2011, os Restos a Pagar foram executados conforme execução dos referidos contratos ressaltando-se que a grande maioria pertence aos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/ANP destinados a atender a Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural e foram poucos os impactos decorrentes dos pagamentos dos Restos a Pagar no último exercício.

No exercício em questão a Ação 2050 não sofreu com contingenciamentos bem como restrições financeiras, porém a demora na liberação dos recursos financeiros vinculados

a essa Ação, fizeram com que o pagamento dos referidos contratos fossem alongados, comparando com exercícios anteriores, não interferindo na execução dos serviços.

### 5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

#### 5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade concedente ou contratante									
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.									
CNPJ: 02.313.673/0002-08							UG/GESTÃO: 32205/323031		
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício			
							Início	Fim	
1	480385 *	14645162000191	12.000.000,00	x	x	4.000.000,00	3/7/2003	1/7/2013	1
1	480715 *	8469280000193	13.210.000,00	x	x	2.250.000,00	30/7/2003	29/7/2013	1
3	TC 03	752000/00001	70.500.000,00	x	4.650.000,00	4.650.000,00	9/12/2011	31/7/2016	1
3	TC 02	752000/00001	38.500.000,00	x	3.850.000,00	3.850.000,00	1/1/2012	31/12/2016	1
1	700482	752000/00001	48.330.000,00	x	10.382.770,28	31.880.000,00	4/12/2008	30/11/2013	1
1	700481	752000/00001	21.408.000,00	x	3.284.221,00	21.408.000,00	1/12/2008	30/12/2011	1
1	700150	33661745000150	253.680,00	x	32.760,00	165.165,00	31/10/2008	30/10/2012	1
1	774064	62916366000162	68.000,00	8.000,00	60.000,00	60.000,00	27/9/2012	20/2/2013	1
1	731934	82951294000100	960.000,00	160.000,00	X	800.000,00	2/3/2010	1/8/2012	1
3	TC UFBA	153038/15223	490.800,00	x	169.378,33	169.378,33	9/12/2011	8/3/2013	1
3	PRH 01	153115/15236	1.658.870,13	156.585,09	514.288,38	970.111,76	3/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 02	153115/15236	3.249.256,21	295.386,93	535.749,86	1.738.581,81	9/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 03	153115/15236	1.991.636,48	181.057,87	856.779,05	1.387.920,18	3/11/2009	27/9/2017	1
1	PRH 04	63025530000104	1.006.332,10	106.104,80	x	718.479,02	2/3/2010	28/2/2013	1
1	PRH 05	48031918000124	903.890,10	89.786,52	247.957,32	523.208,73	9/12/2009	29/10/2017	1
3	PRH 06	153063/15230	1.970.658,63	179.142,61	344.863,50	1.251.851,67	9/11/2009	7/11/2017	1
1	PRH 07	33555921000170	949.255,11	89.544,08	51.291,63	464.549,24	17/12/2009	29/10/2017	1
3	PRH 08	153038/15223	2.096.884,75	190.625,89	44.798,10	1.043.213,49	25/11/2009	7/11/2017	1
3	PRH 09	153163/15237	2.340.510,60	219.655,08	273.088,01	950.256,98	3/11/2009	29/10/2017	1
3	PRH 10	153019/15246	1.316.860,16	119.714,56	375.582,20	1.038.209,64	11/12/2009	24/10/2017	1
3	PRH 11	153056/15227	923.585,36	86.933,80	143.717,80	403.189,80	9/12/2009	24/10/2017	1



Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012

3	PRH 12	153114/15 235	1.030.349,54	93.668,14	51.046,71	430.546,28	9/12/2009	26/11/2017	1
3	PRH 13	153115/15 236	1.899.544,91	172.685,91	476.090,51	763.401,92	25/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 14	153103/15 234	2.900.962,02	263.723,82	673.453,30	1.576.788,64	25/11/2009	24/10/2017	1
1	PRH 15	46068425 000136	1.543.965,61	140.360,51	x	965.149,44	16/12/2009	31/3/2013	1
3	PRH 16	153030/15 249	749.718,24	68.156,21	199.920,42	454.799,99	25/11/2009	7/11/2017	1
1	PRH 17	33540014 000157	816.965,57	80.702,55	151.629,83	604.151,61	17/12/2009	29/10/2017	1
3	PRH 18	153115/15 236	1.010.631,38	91.875,58	320.348,87	560.279,29	4/11/2009	27/9/2017	1
1	PRH 19	63025530 000104	710.832,56	64.621,15	x	616.038,77	18/6/2010	22/6/2013	1
1	PRH 20	48096880 00106	1.557.165,73	144.742,34	201.733,62	733.516,67	9/12/2009	29/10/2017	1
3	PRH 21	153115/15 236	2.072.289,58	188.389,97	655.058,70	1.090.776,92	9/11/2009	24/10/2017	1
3	PRH 22	153103/15 234	2.674.473,78	243.133,98	814.032,05	1.485.584,42	25/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 24	153079/15 232	2.151.278,14	195.570,74	526.485,66	1.233.353,99	25/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 25	158195/15 281	2.849.927,67	259.084,34	248.019,60	1.954.597,98	1/4/2010	24/10/2017	1
3	PRH 26	153080/15 233	3.097.542,57	281.594,78	686.043,40	1.748.938,38	25/11/2009	29/10/2014	1
3	PRH 27	154042/15 259	1.179.090,43	107.190,03	357.900,65	695.198,53	9/12/2009	29/10/2017	1
3	PRH 28	153080/15 233	5.763.786,46	523.928,14	1.280.140,2 9	3.299.733,20	25/11/2009	29/10/2014	1
3	PRH 29	153046/15 225	2.695.578,78	245.052,62	252.054,50	1.224.317,19	9/12/2009	30/10/2017	1
3	PRH 30	153103/15 234	1.512.708,12	137.518,92	94.524,74	481.107,88	25/11/2009	7/11/2017	1
3	PRH 31	153045/15 224	1.607.911,43	146.173,59	33.078,39	775.013,13	25/11/2009	26/11/2017	1
1	PRH 32	34475680 00143	798.951,36	87.626,12	256.883,12	633.451,01	2/3/2010	30/10/2017	1
1	PRH 33	33540014 000157	795.334,64	75.768,14	217.053,79	635.950,99	23/8/2010	29/10/2017	1
3	PRH 34	153163/15 237	1.563.594,83	142.144,99	160.161,28	733.911,06	25/11/2009	29/10/2017	1
3	PRH 35	153115/15 236	2.574.684,63	234.062,24	699.120,88	1.273.980,96	10/11/2009	27/9/2017	1
3	PRH 36	153103/15 234	954.887,24	95.898,84	478.054,40	696.681,30	25/11/2009	7/11/2017	1
3	PRH 37	153115/15 236	1.633.040,64	148.458,24	507.383,81	1.041.549,11	9/7/2010	27/9/2017	1
3	PRH 38	153114/15 235	1.695.558,48	154.141,68	145.498,25	848.253,75	9/7/2010	30/10/2017	1
3	PRH 39	154041/15 258	1.595.631,84	145.057,04	145.285,99	663.060,53	9/7/2010	26/11/2017	1
3	PRH 40	153037/15 222	133.973.664,00	121.794,24	188.889,11	887.842,11	14/7/2010	24/10/2017	1
3	PRH 41	153115/15 236	1.588.786,32	144.435,12	460.681,23	994.846,53	25/6/2010	27/9/2017	1
3	PRH 42	158195/15 281	1.103.733,84	100.339,44	134.142,66	683.674,21	23/08/210	24/10/2017	1
3	PRH 43	153103/15 224	1.726.736,88	514.216,15	357.201,63	1.080.373,30	25/6/2010	24/10/2017	1
3	PRH 44	154049/15 266	1.595.388,30	145.035,30	535.073,43	1.264.931,09	9/7/2010	27/9/2017	1
3	PRH 45	154050/15 267	1.003.968,24	91.269,84	23.938,60	569.083,24	29/7/2010	26/11/2017	1

3	PRH 46	153062/15 229	1.335.977,28	121.452,14	289.959,20	624.904,42	8/2/2011	30/10/2017	1
---	--------	------------------	--------------	------------	------------	------------	----------	------------	---

#### LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1- Convênio	1-Adimplente
2- Contrato de Repasse	2- Inadimplente
3- Termo de Cooperação	3- Inadimplência
4- Termo de Compromisso	Suspensa
	4- Concluído
	5- Excluído
	6- Rescindido
	7- Arquivado

Fonte:

### 5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS.					
CNPJ:	02.313.673/00002-08					
UG/GESTÃO:	32205/323031					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em cada exercício, independente do ano de celebração do instrumento (em R\$)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1		5	533.936,91	1.337.620,88	1.592.362,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	3	10	11.705.451,84	3.138.507,53	4.438.535,23
Termo de Compromisso						
Totais	2	3	15	12.239.388,75	4.476.128,41	6.030.897,23
Fonte:						

### 5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEQUINTE

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEQUINTE

Unidade concedente ou contratante
-----------------------------------

Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.					
CNPJ: 02.313.673/0002-08				UG/GESTÃO: 32205/323031	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$)			% do valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	13	81.743.436,66	36.554.495,48	6.758.941,09	44,72
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	39	171.341.426,67	46.590.243,01	61.151.183,66	27,19
Termo de compromisso	-	-	-	-	-
Totais	52	253.084.863,33	83.144.738,49	67.910.124,75	32,85
Fonte:					

#### 5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

##### QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade concedente					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.					
CNPJ: 02.313.673/0002-08			UG/GESTÃO: 32205/323031		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos (quantidade e montante repassado)		
			Convênios	Termo de cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	4	0	0
		Montante Repassado	76.586.090,32	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	4	0	0

		Montante Repassado	949.961,50	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Fonte:					

### 5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.					
CNPJ: 02.313.673/0002-08				UG/GESTÃO: 32205/323031	
Exercício da Prestação de contas	Quantitativos repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas				0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	4	0
			Contas NÃO analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		76.586.090,32	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0
			Quantidade reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado	0	0
2011	Quantidade de contas prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade aprovada		0	0
		Quantidade reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
2010	Quantidade de contas prestadas			4	0
	Contas analisadas	Quantidade aprovada		4	0
		Quantidade reprovada		0	0

		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0
		Montante Repassado	60.000,00	0
	Fonte:			

### 5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

Não houve transferências na situação de inadimplente, nem transferências empenhadas e não liquidadas no ano anterior. Para os Convênios, observa-se um decréscimo de aproximadamente 16% para o período de 2010/2011 e 60,08% de 2011/2012. Já para os Termos de Cooperação verifica-se um decréscimo de aproximadamente 29,29% para o período de 2010/2011 e um acréscimo de 272,96% para o período de 2011/2012. As transferências somente são realizadas após a análise e comprovação das prestações de Contas, que são devidamente prestadas nos prazos acordados nos Convênios. A SFA/Convênios possui duas servidoras designadas para análise financeira das Prestações de Contas dos Convênios. Quanto à evolução da eficiência e eficácia, julgamos que a demanda está sendo atendida.

#### 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

##### 5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

###### 5.4.1.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					Total Geral
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	-	-	7.112,32	7.112,32
UG 2					
UG 3					
UG n...					
	Total Utilizado pela UI por Tipo de SF				

###### 5.4.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B” (NÃO APLICÁVEL À UJ)

###### 5.4.1.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	323030	Limite de Utilização da UG	R\$ 80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Juliana Lopes de Carvalho	99547104187	3.500,00	-	130,10	130,10
Lilian Brito Bertoldi	00470170158	4.000,00	-	1.640,77	1.640,77
José Cláudio das Chagas	05467225120	4.000,00	-	1.589,12	1.589,12
Paulo Cesar G. de Oliveira	20759053715	7.500,00	-	2.094,62	2.094,62
Silvio Frank B. Rodrigues	06275004479	4.000,00	-	1.657,71	1.657,71
Total Utilizado pela UG			-	7.112,32	7.112,32
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI 2010 / 2011 / 2012

###### 5.4.1.4 UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	21	7.112,32	7.112,32
2011	-	-	-	-	21	10.954,02	10.954,02
2010	-	-	-	-	49	43.505,18	43.505,18

Fonte: SIAFI 2010 / 2011 / 2012

#### 5.4.1.5 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							9	7.112,32	12	10.954,02	27	43.505,18

Fonte: SIAFI 2010 / 2011 / 2012

#### 5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ (NÃO APLICÁVEL À UJ)



## 5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS (NÃO APLICÁVEL À UJ)

## 6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

### 6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	820	664	3	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	820	664	3	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	780	608		19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	40	23	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		32	2	3
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		75	9	19
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	820	739	12	41

Fonte:

### 6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>6</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei nº 9.020/95 e Lei nº 9.007/95)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	

<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>2</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>2</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>12</b>

Fonte:

## 6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

### 6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

O **Quadro A.6.4** a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos **Quadros A.6.1 e A.6.3**, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	117	252	136	116	40
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	117	252	136	116	40
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	12	23	19	15	9
2.1. Cargos de Natureza Especial			1	2	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	23	18	13	9
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>129</b>	<b>275</b>	<b>155</b>	<b>131</b>	<b>49</b>

Fonte:

### 6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo		Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		0	0	1	9	83	234	165	122	47
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos										
1.2. Servidores de Carreira		0	0	1	9	83	234	165	122	47
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>		0	0	0	1	20	32	18	4	3
2.1. Cargos de Natureza Especial									1	2
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	20	32	18	3	1
2.3. Funções Gratificadas										
<b>3. Totais (1+2)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>103</b>	<b>266</b>	<b>183</b>	<b>126</b>	<b>50</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00											
Tipologias/ Exercícios	Vencimen- tos e Vantagen s Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisõe s Judiciai s	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeniz ações	Benefícios Assistenciais e Previdenciári os	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exerc ícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exerc ícios	2012	21.726.88 1,89	-	29.039.131,71	1.821.418,02	8.240,19	1.938.152,54	319.690,35	254.205,41	74.134,0 7	55.181.854,18
	2011	54.637.44 2,27	122.791,91	4.630.699,96	2.671.327,02	-	1.046.522,50	1.780.727,76	-	115.589, 11	65.005.100,53
	2010	28.378.57 0,92	1.071.447,61	6.439.071,50	36.646.874,64	-	375.421,08	709.100,58	-	-	73.620.486,33
Servidores com Contratos Temporários											
Exerc ícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exerc ícios	2012	452.250,2 5	19.139,76	444.486,91	18.953,39	-	27.250,24	25.420,02	3.564,39	63.148,44	1.054.213, 40
	2011	491.274,2 5	-	74.928,00	16.206,52	-	29.326,53	9.546,82	-	13.401,20	627.714,32
	2010	102.698,4 2	-	21.552,10	85.257,87	-	-	13.717,58	-	-	223.225,97
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exerc ícios	2012	-	350.644,34	29.116,21	6.555,45	142.744, 32	10.571,42	-	-	-	539.631,74
	2011	-	484.931,89	44.051,94	13.494,27	-	4.995,37	10.584,72	-	-	558.058,19
	2010	-	544.448,76	-	-	-	-	-	-	-	544.448,76

Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	15.615.304,29	11.549.781,38	21.724.382,61	1.463.240,05	217.520,43	1.769.367,94	305.362,60	30.238,21	69.373,43	52.744.570,94
	2011	26.103.054,09	11.601.632,51	3.194.312,64	1.516.614,08	-	565.494,91	1.146.277,47	-	49.084,51	44.176.470,21
	2010	6.446.061,99	10.573.850,50	1.490.927,39	8.272.383,61	-	76.948,77	100.763,71	-	-	26.960.935,97
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fita – Espelho – SIAPE

#### 6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

##### 6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	24	
1.1 Voluntária	24	5
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	5	
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória	5	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	29	5

Fonte:

##### 6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	2	
1.1. Integral	1	
1.2. Proporcional	1	

<b>2. Em Atividade</b>	10	2
<b>3. Total (1+2)</b>	12	2

Fonte:

#### 6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

No momento do ingresso na ANP o servidor deve informar, em declaração específica, se já acumula cargo ou emprego público.

#### 6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS (NÃO OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO)

Em 2012 não houve ocorrências de acumulação de cargos.

#### 6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

##### 6.1.7.1 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				122
Concessão de aposentadoria	5	4	5	4
Concessão de pensão civil		2		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>126</b>

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	10	8	10	13
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Totais</b>				

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	1	4		
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Total</b>				
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	5	5		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>				

#### 6.1.7.2 ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
<b>Totais</b>				

#### 6.1.7.3 INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>				

#### 6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

## CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Em 31/12/2012, havia na ANP 627 servidores com nível superior, 103 com nível médio, 9 com ensino fundamental e 1 servidor com ensino fundamental incompleto.

Níveis de Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	0	0,00
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0,00
Primeiro grau incompleto	1	0,14
Primeiro grau	9	1,22%
Segundo grau, ensino médio ou técnico	103	13,92%
Superior	260	35,14%
Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação	187	25,27%
Mestrado	129	17,43%
Doutorado	47	6,35%
Pós-Doutorado	4	0,54%
<b>TOTAL</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>

Fonte: RM e Planilha de Promoção e Progressão (banco de dados SRH)

O quadro de pessoal da ANP está bem gabaritado tecnicamente, haja vista o número de servidores detentores de diplomas de pós-graduação. O quadro acima consolida o número de certificados apresentados pelos servidores do quadro efetivo, quadro específico, requisitados, descentralizados de carreira, lotação provisória e nomeados sem vínculo, registrando 367 cursos de Pós-Graduação, sendo 187 de nível de Especialização e Lato Sensu, 129 de Mestrado, 47 de Doutorado e 4 de Pós-Doutorado.

Em 2012 a ANP patrocinou 16 cursos de Pós-Graduação, que ainda não foram concluídos, conforme demonstrado a seguir:

Servidores por Diretoria que cursam Pós-Graduação patrocinada pela ANP posição em 31/12/2012	Nº de Servidores por Diretoria	Custo (R\$)
DG	9	58899,00
DIR-1	2	0,00
DIR-2	3	0,00
DIR-3	4	75380,00
DIR-4	1	0,00
Total	16	134279,00

Fonte: SRH – Capacitação

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS



## CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2012 foi investido o valor de R\$ 1.999.900,00 para a participação dos servidores em congressos, seminários, cursos e outros eventos.

Foram emitidas 1.387 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento (SPAT). Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 615 servidores, o que representa 83,1% do seu quadro de pessoal. Essas ações representaram um investimento de 56366 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 76,17 horas por servidor treinado.

Segue o demonstrativo do quantitativo de treinamentos e de servidores treinados por mês:

Exercício	Quantitativo						
2012	Eventos (cursos, congressos, seminários e outros)			Servidores Treinados			
Mês	Internacional	Nacional	Total	Internacional	Nacional	Total	QTD SERV
Janeiro	4	12	16	5	36	41	769
Fevereiro	0	21	21		89	89	765
Março	10	50	60	17	118	135	755
Abril	8	23	31	9	57	66	751
Maiο	6	63	69	4	68	72	749
Junho	7	50	57	1	58	59	747
Julho	11	33	44	5	29	34	743
Agosto	7	64	71	1	40	41	741
Setembro	11	44	55	16	23	39	741
Outubro	23	58	81	8	13	21	741
Novembro	14	56	70	2	13	15	741
Dezembro	3	13	16	1	2	3	740
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>487</b>	<b>591</b>	<b>69</b>	<b>546</b>	<b>615</b>	

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

## AÇÕES DE CAPACITAÇÃO POR UNIDADES ORGANIZACIONAIS

De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido.

Os cursos *in company* demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração entre os servidores da ANP, assim como alinhar o conteúdo sobre diversos temas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CURSO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	NÚMERO DE PARTICIPANTE	CARGA HORÁRIA	STATUS	CUSTO DO TREINAMENTO
RESERVATÓRIO DE PETRÓLEO E GÁS	ANP	20 DE OUTUBRO DE 2011 A 17 DE FEVEREIRO DE 2012	9	40	ENCERRADO	R\$ 7.900,00
CURSO BÁSICO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	ANP	6 A 9 DE FEVEREIRO	34	16	ENCERRADO	R\$ 0,00
SEMINÁRIO AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO/REVENIDA DO GÁS LP	SINDIGÁS	28 DE FEVEREIRO	46	4	ENCERRADO	R\$ 0,00
RESOLUÇÃO ANP Nº 67/11 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL	ANP	01 DE MARÇO	26	6	ENCERRADO	R\$ 0,00
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ARLLINGTON CAMPOS SOUSA	5 E 6 DE MARÇO	28	16	ENCERRADO	R\$ 7.000,00
AVALIAÇÃO DO IMPACTO REGULATÓRIO	ANP	19 A 29 DE MARÇO	12	29	ENCERRADO	R\$ 0,00
PALESTRA CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	ANP	28 DE MARÇO	22	3	ENCERRADO	R\$ 0,00
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO	ANP	16 DE ABRIL	30	8	ENCERRADO	R\$ 0,00
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GERENTES OPERACIONAIS E SUPERVISORES (DGOS)	ENAP	03 DE MAIO A 13 DE JULHO	24	148	ENCERRADO	R\$ 28.000,00
ECONOMIA DA REGULAÇÃO T1 (PRO-REG)	ENAP DF	09 A 11 DE MAIO	5	32	ENCERRADO	R\$ 0,00

GESTÃO ESTRATÉGICA T1 (PRO-REG)	ENAP DF	14 A 16 DE MAIO	4	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
AVALIAÇÃO DO IMPACTO REGULATÓRIO	ANP	16 A 21 DE MAIO	15	31	ENCERRADO	R\$ 0,00
INTRODUÇÃO À REGULAÇÃO T1 (PRO-REG)	ENAP RJ	21 A 25 DE MAIO	8	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
TREINAMENTO SID	IKHON TECNOLOGIA	11 A 19 DE JUNHO	57	4	ENCERRADO	R\$ 0,00
ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS T1 (PRO-REG)	ENAP DF	18 A 22 DE JUNHO	3	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
GESTÃO ESTRATÉGICA T2 (PRO-REG)	ENAP RJ	25 A 27 DE JUNHO	8	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
A SFI NO CONTEXTO DA ANP	ANP	26 A 29 DE JUNHO	26	16	ENCERRADO	R\$ 0,00
ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS T2 (PRO-REG)	ENAP DF	09 A 13 DE JULHO	2	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
CIMENTAÇÃO DE POÇOS	INSTITUTO FRANCÊS DO PETRÓLEO	10 A 14 DE JULHO	20	40	ENCERRADO	R\$ 173.557,17
INTRODUÇÃO À REGULAÇÃO T2 (PRO-REG)	ENAP DF	30 DE JULHO A 3 DE AGOSTO	2	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES E ANÁLISE DE CAUSA RAIZ	ABS CONSULTING	8 A 10 DE AGOSTO	20	24	ENCERRADO	R\$ 12.000,00
GEOLOGIA DO PETRÓLEO PARA NÃO GEÓLOGOS	ANP	13 A 16 DE AGOSTO	28	20	ENCERRADO	R\$ 0,00

ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS T3 (PRO-REG)	ENAP DF	13 A 17 DE AGOSTO	1	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
PREVENÇÃO DE FRAUDES NA TERCEIRIZAÇÃO	VICENTE ANTONIO DOS SANTOS	21 E 22 DE AGOSTO	23	16	ENCERRADO	R\$ 4.158,00
COMPETÊNCIAS CONVERSACIONAIS T1 (PRO-REG)	ENAP RJ	22 A 24 DE AGOSTO	10	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE PROCESSOS	ABS CONSULTING	27 A 29 DE AGOSTO	19	24	ENCERRADO	R\$ 12.000,00
INTRODUÇÃO À REGULAÇÃO T3 (PRO-REG)	ENAP RJ	28 A 31 DE AGOSTO	7	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
PERFURAÇÃO UNDERBALANCED	INSTITUTO FRANCÊS DO PETRÓLEO	10 A 14 DE SETEMBRO	17	40	ENCERRADO	R\$ 108.078,30
CURSO DE REGULAÇÃO DE GÁS NATURAL - MÓDULO 1	FLORENCE SCHOOL	17 A 20 DE SETEMBRO	27	32	ENCERRADO	R\$ 234.039,27
RIO OIL & GAS	IBP	17 A 20 DE SETEMBRO	79	32	ENCERRADO	R\$ 60.800,00
LIDERANÇA DINÂMICA T1 (PRO-REG)	ENAP DF	19 A 21 DE SETEMBRO	1	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
GEOLOGIA DO PETRÓLEO PARA NÃO GEÓLOGOS	ANP DF	25 A 27 DE SETEMBRO	21	20	ENCERRADO	R\$ 0,00
ECONOMIA DA REGULAÇÃO T2 (PRO-REG)	ENAP DF	26 A 28 DE SETEMBRO	5	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
CURSO DE TÉCNICAS DE APRESENTAÇÕES EMPRESARIAIS (ORATÓRIA)	ANP	02, 03, 09 E 10 DE OUTUBRO	16	16	ENCERRADO	R\$ 16.000,00

OIL & GAS FIELD PROCESSING	IFP	08 A 11 DE OUTUBRO	30	30	ENCERRADO	R\$ 169.512,04
SCHEMATIZATION OF OIL & PROCESSES	IFP	15 E 16 DE OUTUBRO	29	12	ENCERRADO	R\$ 67.804,82
INSTRUMENTATION & PROCESS CONTROL - SAFETY SYSTEMS	IFP	17 A 19 DE OUTUBRO	30	18	ENCERRADO	R\$ 101.707,22
ECONOMIA DA REGULAÇÃO T3 (PRO-REG)	ENAP DF	17 A 19 DE OUTUBRO	4	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE TRAPAS ESTRATIGRÁFICAS	PEDRO ZALÁN	22 A 26 DE OUTUBRO	10	40	ENCERRADO	R\$ 25.000,00
ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS T4 (PRO-REG)	ENAP RJ	22 A 26 DE OUTUBRO	6	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
CURSO DE TÉCNICAS DE APRESENTAÇÕES EMPRESARIAIS (ORATÓRIA)	ANP	29 DE OUTUBRO A 01 DE NOVEMBRO	16	16	ENCERRADO	R\$ 16.000,00
TREINAMENTO DA METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE GESTÃO DOCUMENTAL	ANP	01 DE NOVEMBRO	8	7	ENCERRADO	R\$ 0,00
INTRODUÇÃO À REGULAÇÃO T4 (PRO-REG)	ENAP DF	06 A 09 DE NOVEMBRO	3	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
DIREITO DA REGULAÇÃO T1 (PRO-REG)	ENAP DF	19 E 20 DE NOVEMBRO	3	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
WORKSHOP DO ASFALTO	ANP	21 DE NOVEMBRO	19	8	ENCERRADO	R\$ 0,00
LIDERANÇA DINÂMICA T2 (PRO-REG)	ENAP RJ	21 A 23 DE NOVEMBRO	7	32	ENCERRADO	R\$ 0,00

DIREITO DA REGULAÇÃO T2 (PRO-REG)	ENAP RJ	26 E 27 DE NOVEMBRO	5	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ESAF	26 A 30 DE NOVEMBRO	56	40	ENCERRADO	R\$ 0,00
ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS T5 (PRO-REG)	ENAP RJ	03 A 07 DE DEZEMBRO	6	32	ENCERRADO	R\$ 0,00
CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA DE PLATAFORMA (CBSP)	MULTILINK	DURANTE O ANO	34	40	ENCERRADO	R\$ 26.622,00
TREINAMENTO DE ESCAPE DE HELICÓPTERO SUBMERSO (HUET)	MULTILINK	DURANTE O ANO	22	8	ENCERRADO	R\$ 4.620,00
<b>TOTAL DE GASTOS COM CURSOS IN COMPANY EM 2012</b>						<b>R\$ 1.074.798,82</b>

(\*) No valor total não estão incluídos os resultados obtidos após parceria realizada com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), que possibilitou a inscrição de 56 servidores pelo custo total de R\$ 22665,37 (vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), referente às despesas com diárias e passagens de 15 (quinze) instrutores.

A experiência mostrou que eventos “*In Company*” de curta duração e longa duração são economicamente viáveis e que seus objetivos tem sido atendidos com excelência.

<b>RESUMO DOS CURSOS IN COMPANY ATÉ 31/12/2012:</b>
<p>Total de cursos promovidos pela ANP (internos): 32  Total de Cursos Encerrados: 32</p> <p>Cursos ofertados pelo PRO-REG: 19 (Brasília e Rio de Janeiro)  Total de cursos já realizados pelo PRO-REG: 19  Total de Servidores já treinados pelo PRO-REG: 90</p> <p>Total Geral de Servidores Treinados: 464  Total de servidores que realizaram apenas 1 dos cursos: 218  Total de servidores que realizaram 2 dos cursos: 132  Total de servidores que realizaram 3 dos cursos: 70  Total de servidores que realizaram 4 dos cursos: 17</p>

Total de servidores que realizaram 5 dos cursos: 13
Total de servidores que realizaram 6 dos cursos: 1
Total de servidores que realizaram 7 dos cursos: 7
Total de servidores que realizaram 8 dos cursos: 4
Total de servidores que realizaram 9 dos cursos: 2
Total de Ações de Treinamento: 943

EVENTOS INTERNACIONAIS QUE TIVERAM A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA ANP

EVENTOS INTERNACIONAIS
OIL & GAS FIELD PROCESSING
103RD AOCS ANNUAL MEETING AND EXPO
12TH IAEE EUROPEAN CONFERENCEICE
14TH SPICA - INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PREPARATIVE AND INDUSTRIAL CHROMATOGRAPHY AND ALLIED TECHNIQUES
1º OFFSHORE METERING WORKGROUP
29TH INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CHROMATOGRAPHY - 29TH ISC
2º BRAZIL GAS CONGRESS
34TH INTERNATIONAL GEOLOGICAL CONGRESS
4º ICBS (INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIOFUEL STANDARDS)
4º LATIN AMERICAN AND EUROPEAN MEETING ON ORGANIZATION STUDIES - LAEMOS 2012
4TH CCPS LATIN AMERICAN PROCESS SAFETY CONFERENCE
4TH EUCHEMS 2012 EUROPEAN CHEMISTRY CONGRESS
5TO. CONGRESO IBEROAMERICANO DE QUÍMICA ANALÍTICA
8º BIODIESEL CONGRESS LATIN AMERICA
AGILENT 6890 GC MAINTENANCE
AGILENT SCIENCE AND TECHNOLOGY SYMPOSIUM BRAZIL
APPLIED RESERVOIR ENGINEERING
APPLIED SUBSURFACE GEOLOGICAL MAPPING
AVIATION FUELS: SPECIFICATIONS AND TEST METHODS
BASIC DRILLING, COMPLETION AND WORKOVER OPERATIONS - BDC
BASIC PETROLEUM ENGINEERING PRACTICES - BE
BG BRASIL FIELD TRIP BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS
BIODIESEL CONGRESS
BIOREFINERY BRAZIL 2012
CEMENTING PRACTICES
COMPLETIONS AND WORKOVERS
CONGRESSO DA SOCIETY OF EXPLORATION GEOPHYSICISTS - SEG
CONGRESSO SUSTAINALITY HEALTH EDUCATION 2012
CONJUGATE MARGINS CONFERENCE
CRANKCASE OVERHAUL AND MAINTENANCE
DEVELOPMENT GEOLOGY
DIESEL FUELS: SPECIFICATIONS AND TEST METHODS

ECIM 2012 CONFERENCE
ECONOMIC FRAMEWORK OF EXPLORATION-PRODUCTION
ENTERPRISE CONTENT MANAGEMENT (ECM) - REQUISITOS DE SISTEMAS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS
EUROPEAN SYMPOSIUM ON COMPUTER AIDED PROCESS ENGINEERING
EXPANDED BASIC PETROLEUM ECONOMICS
F. O. LICHTS SUGAR & EHTANOL BRASIL
FORUM & EXPOSITION LATINVE&P 2012
FORUM ON SCIENCE, TECHNOLOGY & INNOVATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT
FUNDAMENTALS OF BASELOAD LNG: MARKETS, TECHNOLOGY, ECONOMICS
FUNDAMENTALS OF ORGANIC GEOCHEMISTRY AND ITS APPLICATION IN OIL EXPLORATION AND XIII LATIN AMERICAN CONGRESS ON ORGANIC GEOCHEMISTRY
GARTNER SYMPOSIUM ITXPO 2012
GASTECH - CONFERENCE AND EXHIBITION - 26TH EDITION
GLOBAL FORUM ON SCALING UP FLARING REDUCTION & GAS UTILIZATION DEVELOPMENT
HART FUELS CONFERENCE 2012 - DO REFINO AO TRANSPORTE: QUAL O FUTURO DA GASOLINA, DIESEL E DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL E NO MUNDO?
IAEE INTERNATIONAL CONFERENCE
ILTA 32 ST ANNUAL INTERNATIONAL OPERATING CONFERENCE & TRADE SHOW AND AIR EMISSIONS AND PUMP TECHNOLOGIESWORKSHOP
INSTRUMENTATION & PROCESS CONTROL - SAFETY SYSTEMS
INTERMEDIATE PETROLEUM MEASUREMENT
INTERNATIONAL OIL INDUSTRY GOIN TO RIO - CAPITALIZING ON LATIN AMERICAN GROWTH
INTERNATIONAL PIPELINE CONFERENCE 2012
INTERNATIONAL WORKSHOP ON SCIENCE, TECHNOLOGY AND ACTUAL GAS APPLICATIONS
INTRODUCTION TO ENERGY PRICE RISK MANAGEMENT FOR CRUDE OIL, NATURAL GAS AND ELECTRICITY
INTRODUCTION TO OFFSHORE OPERATIONS: THERIGSCHOOL
ITIL V3 FOUNDATION
LEGAL WRITING AND CONTRACT DRAFTING
NRDM - NATURAL RESOURCES DATA MANAGEMENT LATIN AMERICA 2012
INTENSIVE COURSE ON COMPETITION ECONOMICS: ABUSE OF DOMINANCE
OIL & GAS FIELD PROCESSING
OIL AND GAS RESERVES EVALUATION - OGR
OLGA ADVANCED BLOWOUT CONTROL WORKSHOP
OPEN INNOVATION SEMINAR
OTC - OFFSHORE TECHNOLOGY CONFERENCE - 2012
OVERVIEW OF OFFSHORE SYSTEMS (OS-21)
PETROLEUM FINANCE AND ACCOUNTING PRINCIPLES - PFA
PRACTITIONER EM PNL
PRINCIPLES OF NATURAL GAS REGULATION
PROCESS HAZARD ANALYSIS COMBO COURSE
RESERVOIR MANAGEMENT
RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE



SCHEMATIZATION OF OIL & GAS PROCESSES
SCHLUMBERGER NEW TECHNOLOGY SEMINAR
SEISMIC ACQUISITION FIELD TECHNIQUES - THEORY AND PRACTICE - SFT
SEISMIC FACIES ANALYSIS
SHALE GAS WORLD
STEFANINI IT TRENDS 2012
SUBSEA PRODUCTION SYSTEMS
THE 11TH ANNUAL CONFERENCE - ICN
THE 35TH ANNUAL IAEE INTERNATIONAL CONFERENCE
THE AMERICAS FLOW MEASUREMENT CONFERENCE
UNCONVENTIONAL GAS FORUM 2012
UNDERBALANCED AND MANAGED PRESSURE DRILLING: APLICATIONS, DESIGN AND OPERATIONS
V WORLD FORUM ON ENERGY REGULATION
VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE REGULACIÓN - ASIER
WELL DESIGN AND ENGINEERING
WELL INTEGRITY MANAGEMENT: A DEEPWATER APPROACH
WORKSHOP "GLOBAL PERSPECTIVES FOR DEEPWATER PRE-SALT EXPLORATION AND DEVELOPMENT"
WORL FISCAL SYSTEMS FOR OIL AND GAS
WORLD LEGAL FISCAL SYSTEMS FOR UNCONVENTIONAL OIL & GAS COURSE
WORLD REFINING & FUEL CONFERENCES
WORLD REFINING AND FUEL CONFERENCES: FROM REFINING TO TRANSPORTATION
XI SIMPOSIO BOLIVARIANO - EXPLORACIÓN PETROLERA EN LAS CUENCAS SUBANDINAS
XVII CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA
XXIII CONGRESO IBEROAMERICANO DE CATÁLISIS

## CONCURSO PÚBLICO ANP 2012

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Portaria nº 168, de 20 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2012, autorizou a realização de Concurso Público para provimento de 152 (cento e cinquenta e dois) cargos do Quadro de Pessoal da ANP, sendo 115 (cento e quinze) de Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, 15 (quinze) de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural e 22 (vinte e dois) de Analista Administrativo. Para a realização do concurso foi contratado como instituição organizadora do certame o CESPE/UNB - Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília.

### 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os cinco quadros a seguir. O primeiro

trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo trata da relação dos empregados terceirizados substituídos; o terceiro contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o quarto trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quinto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

#### 6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

##### QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Técnico Administrativo	106	106	106	-	-
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
Os 106 postos de serviços contratados, ou em processo de contratação, executam atividades que são inerentes ao cargo efetivo de Técnico Administrativo. Com o objetivo de cumprir o Termo de Conciliação Judicial - TCJ, firmado entre a União e o Ministério Público, que determina a substituição gradativa de terceirizados que executam atividades típicas ao previsto no plano de cargos, em 2009 foi solicitada ao Ministério do Planejamento a criação de cargos para a carreira da ANP com o objetivo de substituição integral dos terceirizados que estão em desacordo com o TCJ, que resultou no Projeto de Lei nº 5911/2009, atualmente tramitando no Congresso Nacional.					

Fonte: SRH

#### 6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO (NÃO OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO)

#### 6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS (NÃO OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO)

#### 6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA (NÃO APLICÁVEL À UJ)

As despesas com a manutenção predial são realizadas através do condomínio, o qual é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no prédio, assim como dos 50% restantes do edifício garagem.

#### 6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis													
UG/Gestão: ANP					CNPJ: 02.313.673/0002-08								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	7	7	0	0	0	0	A
2012	5	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	0	0	29	29	0	0	A
2012	7	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	0	0	3	3	0	0	A
2012	8	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	7	7	0	0	0	0	A
2012	12	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	0	0	177	177	0	0	A
2012	12	O	9.072	83343665000125	03/09/12	02/09/13	0	0	0	0	7	0	A
2012	4	O	9.077	02931592000190	10/10/12	09/10/13	3	3	0	0	0	0	A
2012	5	O	9.077	02931592000190	10/10/12	09/10/13	0	0	2	2	0	0	A
2012	8	O	9.077	02931592000190	10/10/12	09/10/13	2	2	0	0	0	0	A
2012	12	O	9.077	02931592000190	10/10/12	09/10/13	0	0	48	48	0	0	A
2012	12	O	9.077	02931592000190	10/10/12	09/10/13	0	0	0	0	3	3	A
2012	4	O	9.080	06090065000151	15/10/12	14/10/13	1	1	0	0	0	0	A
2012	5	O	9.080	06090065000151	15/10/12	14/10/13	0	0	2	2	0	0	A
2012	12	O	9.080	06090065000151	15/10/12	14/10/13	0	0	7	7	0	0	A
2012	5	O	9.071	05621208000141	11/07/12	10/07/13	0	0	1	1	0	0	A
2012	12	O	9.071	05621208000141	11/07/12	10/07/13	0	0	2	2	0	0	A
2012	5	O	9.070	13582555000130	17/09/12	16/09/13	0	0	1	1	0	0	A
2012	12	O	9.070	13582555000130	17/09/12	16/09/13	0	0	2	2	0	0	A
Observações: Em dezembro/2012 não se encontravam finalizadas as licitações para contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo nos escritórios de Porto Alegre – RS e São Paulo – SP, motivo pelo qual, os respectivos contratos não constam na presente planilha.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte:

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>104</b>	<b>111</b>	<b>106</b>	<b>100</b>	<b>633.587,00</b>

1.1 Área Fim	56	57	55	47	335.059,28
1.2 Área Meio	48	54	51	53	298.527,72
<b>2. Nível Médio</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>45.693,35</b>
2.1 Área Fim	1	2	3	2	6.847,22
2.2 Área Meio	12	12	11	12	38.846,13
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>117</b>	<b>125</b>	<b>120</b>	<b>114</b>	<b>679.280,35</b>

Fonte: SIAPE

## 7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

### FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

A gestão da frota de veículos da ANP até meados de 2012 era feita, seguindo o modelo padrão do serviço público, com contratações de Seguro Total, de postos de abastecimento e oficinas para as manutenções corretivas e preventivas.

Contudo, em razão da terceirização e de convênios com universidades, realizados pela Unidade Gestora 323031/RJ, o Setor de Transporte tornou-se inoperante, pelas seguintes razões:

- a) A coleta de amostra antes feita, usando os veículos e motoristas da ANP, passou a ser feita, com o uso dos veículos e motoristas terceirizados, no âmbito da fiscalização;
- b) A extinção do quadro de motoristas oficiais;
- c) De modo que o uso administrativo dos veículos tornou-se oneroso e praticamente inexistente. Segundo cálculo do setor, nos primeiros 05 meses de 2012, a média de quilômetros rodados foi de apenas 143,7, atendendo apenas a 11 solicitações, conforme quadro abaixo:

Meses/12	jan	fev	mar	abr	mai	Total
JFO 9773	307	275	431			1013
JFP 4973	106					106
JFP 4983						
JFP 4993						
CDV 1343	353	361	745			1459
FJP 3494	405	394	337	597		1733
Total Rodado no Período						4311
Dividido por seis veículos						718,5
Dividido pelos cinco meses do ano de 2012						143,7

- d) Todavia, devido ao tempo de uso as necessidades de manutenção eram quase constantes e onerosas, o que levou a unidade gestora 323030/BSB a extinguir o seu Setor de Transporte em junho de 2012, após aprovação da Diretoria Geral.

De modo que a extinção do setor de transporte da EDF/ANP foi a solução encontrada para dinamizar os serviços de fiscalização e coletas de amostras;

A quantidade de veículos hoje existentes e inoperantes sob responsabilidade do EDF/ANP são os constantes do quadro geral abaixo:

Item	Veículo	Ano	Placa	Local	Situação	Nº de patrimônio	Idade
1	GM/BLAZER	2000/00	JFP4963	AM	Quebrado	30003445	13
2	GM/BLAZER	2001/02	CDV1337	BA	Funcionando	30003452	12
3	GM/S 10 – 2.25	1996/97	JFO 2652	BA	Funcionando	30003448	17
4	GM/BLAZER	2000/00	JFP4983	DF	Quebrado	30003162	13
5	GM/BLAZER	2000/00	JFP4993	DF	Funcionando	30003157	13

6	GM/BLAZER	2000/00	JFP4973	DF	Funcionando	30003160	13
7	GM/BLAZER	2001/02	CDV1343	DF	Funcionando	30003159	12
8	GM/BLAZER	2001/02	JFP3494	DF	Funcionando	30003158	12
9	GM-IPANEMA	96/97	JFO9773	DF	Funcionando	30003161	12
10	GM/BLAZER	2001/02	LNS7138	RJ	Quebrado	30003449	12
11	GM/BLAZER	2001/02	LNS7146	RJ	Funcionando	30003450	12
12	GM/BLAZER	2001/02	LNS7139	RJ	Quebrado	30003451	12
13	VW-PARATI	1997/98	JFO4779	RJ	Quebrado	30003453	16
14	GM/BLAZER	2000/00	JFP5013	SP	Funcionando	30003444	13
15	GM/BLAZER	2000/00	JFP6113	SP	Funcionando	30003446	13
16	GM/IPANEMA	1996	JFO9843	CE	SUCATA		17
17	VW/KOMBI	1983	JFO2475	CE	SUCATA		30
18	VW/PARATI	97/98	JFO4789	BH	SUCATA		16

Todos os veículos acima são classificados como veículos de transporte institucional;

A média anual de quilômetros rodados, como mostrado acima, era bem baixa, razão que levou a extinção do setor de transporte;

A idade média da frota é de 14,33 anos;

Os custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, orçados para 2012 era conforme quadro abaixo:

Item	Custo
Gasolina 2012	12.614,00
Manutenção preventiva e corretiva 2012	43.592,88
Seguro total/junho 2012	14.500,00
<b>TOTAL DE GASTO</b>	<b>70.706,88</b>

Plano de substituição da frota, não há;

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, o EDF/ANP não pretende adquirir ou locar veículos, o que está a cargo da Unidade Gestora 323031/RJ;

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, atualmente utilizando-se da locação realizada pela Unidade Gestora 323031/RJ.

Todos os veículos da ANP sob a gestão da Unidade 323030/BSB e estão atualmente em processo de desfazimento.

#### FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Não há conhecimento de estudo anterior. A locação de veículos com motoristas é passível de execução indireta prevista no Decreto nº 2.271/97, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;  
Nome: Celin Transportes LTDA - EPP  
CNPJ: 05.591.280/0001-73

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Licitação na modalidade pregão eletrônico.

Contrato: 9.144/11 - ANP - 005.933

Vigência: 18/01/2012 – 17/01/2013. Valor (saldo inicial): R\$ 2.317.800,00

Termo Aditivo nº 01: 18/01/2013 – 17/04/2013. Valor (saldo inicial): R\$ 455.389,76

Valor executado: R\$ 1.280.906,26

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;  
Para nossa atuação seguimos a legislação abaixo indicada e as recomendações direcionadas nos relatórios de nossa auditoria interna.

- IN FA/ANP nº 06/2001

- IN SLTI/MPOG nº 03/2008

- Decreto nº 5.992/2006

- Decreto nº 6.403/2008

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículos, com motoristas, em caráter continuado, é necessária para atender a demanda administrativa da ANP, viabilizando o cumprimento de atividades externas essenciais e atinentes aos escritórios no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Salvador.

O serviço externo compreende reuniões e visitas técnicas, além de demandas e rotinas que exijam o deslocamento de diretores, servidores e colaboradores, materiais institucionais, documentos e pequenas cargas, necessários ao bom andamento das atribuições da ANP. Sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades da Agência.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

VEÍCULOS	PERMANENTES				INTERMITENTE
ESTADOS	ITEM I - Executivo institucional	ITEM II - Serviço administrativo	ITEM III - Serviço administrativo	ITEM IV - Serviço administrativo	Serviço eventos
RJ	5	5	2	1	3

<b>DF</b>	1	2	0	0	0
<b>SP</b>	1	1	0	0	0
<b>BA</b>	1	2	0	0	3

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

<b>ESTIMATIVA ANUAL - Em km.</b>					
<b>VEÍCULOS</b>	<b>PERMANENTES</b>				<b>INTERMITENTE</b>
<b>ESTADOS</b>	<b>ITEM I - Executivo institucional</b>	<b>ITEM II - Serviço administrativo</b>	<b>ITEM III - Serviço administrativo</b>	<b>ITEM IV - Serviço administrativo</b>	<b>Serviço eventos</b>
<b>RJ</b>	135000	129000	51600	25800	13500
<b>DF</b>	75000	73200	0	0	0
<b>SP</b>	32400	39000	0	0	0
<b>BA</b>	57000	88800	0	0	9600

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

<b>IDADE MÉDIA ANUAL - Em anos.</b>					
<b>VEÍCULOS</b>	<b>PERMANENTES</b>				<b>INTERMITENTE</b>
<b>ESTADOS</b>	<b>ITEM I - Executivo institucional</b>	<b>ITEM II - Serviço administrativo</b>	<b>ITEM III - Serviço administrativo</b>	<b>ITEM IV - Serviço administrativo</b>	<b>Serviço eventos</b>
<b>RJ</b>	1	1	1	1	2
<b>DF</b>	1	1	0	0	0
<b>SP</b>	1	1	0	0	0
<b>BA</b>	1	1	0	0	2

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

O contrato é executado em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário. Os custos diretos e indiretos do serviço são de responsabilidade da contratada. Estarão a cargo da contratada todas as despesas inerentes (legalização, conservação, operação, intervenção, aquisição) ou outras que digam respeito aos motoristas (incluindo hora extra, vale-alimentação, vale-transporte e demais previstas no dissídio



da categoria, na legislação trabalhista e na legislação previdenciária) e ao perfeito estado de utilização da frota, tais como: impostos, seguros, manutenções preventiva e corretiva, lavagem, conserto de pneus, combustíveis, óleos lubrificantes, substituição de partes/peças/acessórios, estacionamento, pedágios, multas ou qualquer outra que possa decorrer da utilização do veículo.


j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Para toda e qualquer saída (utilização) dos veículos de serviço de serviço administrativo é enviada solicitação formal via e-mail à equipe de transporte do respectivo escritório. Este e-mail é respondido em seu próprio corpo confirmando a possibilidade ou recusa do serviço e contendo o nome do motorista e a placa do veículo.

Os veículos executivos institucionais que atendem aos diretores da Agência não necessitam de solicitação via e-mail para sua utilização pois servem somente e diretamente ao seu respectivo diretor em suas atribuições.

Os Boletins de Controle de veículo (modelo em anexo) são obrigatórios no controle diário da utilização tanto dos veículos executivos institucionais de diretoria quanto de serviço administrativo.

Sem os boletins a ANP terá informações suficientes para validar os valores constantes nas Notas Fiscais emitidas pela contratada, pois somente serão pagos somente os quilômetros efetivamente rodados. Sem os boletins preenchidos corretamente, de modo que confirmem a real necessidade, a assinatura do usuário e a distância dos percursos realizados, não são atestadas as Notas Fiscais e nem liberadas para pagamento.

 <b>CONTROLE DE VEÍCULOS</b>						FOLHA	
VEÍCULO		C4 - PALLAS		PLACA	ABC - 1234	MÊS DE REFERÊNCIA	MARÇO
MOTORISTA		FULANO		VISTO MOTORISTA		DATA	25/3/12
HORÁRIO		PERCURSO		KILOMETRAGEM			
INÍCIO	TÉRMINO			(A) INÍCIO	(B) TÉRMINO	(B-A) TOTAL	
08:00	09:30	ANP	Barra da Tijuca	120	140	20	
10:00	11:40	Barra da Tijuca	ANP	140	165	25	
<b>A diferença de km poderá existir em função da diversidade local de cada trajeto. Por isso deverá ser utilizado o verso do controle para descrição dos trajetos.</b>							



DESCRIÇÃO DOS PERCURSOS	IDENTIFICAÇÃO / VISTO DO USUÁRIO	
Avenida Rio Branco x Avenida Atlântica (Orla) x Rua Olegário Maciel	<i>Beltrano</i>	
Rua Olegário Maciel x Linha Amarela x Avenida Rio Branco.		
MODELO EXPLICATIVO COM DESCRIÇÃO DE TRAJETO.		

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	12	12
	município 1: Rio de Janeiro	12	12
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SpiuNet

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Brasília -DF	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SpiuNet

## 7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Rio de Janeiro	03	03
	Município: Rio de Janeiro	03	03
	---	---	---
	UF São Paulo	02	02
	Município: São Paulo	02	02
	---	---	---
	UF Bahia	02	02
	Município: Salvador	02	02
Subtotal Brasil		07	07
EXTERIOR	PAÍS 1	---	---
	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
	PAÍS “n”	---	---
	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
Subtotal Exterior		---	---
Total (Brasil + Exterior)		07	07

Fontes:

Rio de Janeiro – Contratos nº 9108/08-ANP-005.357 e nº 4131/09-ANP-000.651

São Paulo – Contratos nº 9007/09-ANP-004.410 e nº 9006/09-ANP-004.410

Salvador – Contratos nº 4.121/09-ANP-005.277

## 7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
323030	9701164565002	12	5	14.791,498,46	05/02/2013	44.891.681,24		294.768, 65
Total								294.768,65
Fonte: SPIUNET								

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Reformas	Manutenção
323031	<u>6001.02845.500-3</u>	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 311.492,04
323031	6001 02848.500-0	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 164.072,71
323031	6001 02850.500-0	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 16.653,38
323031	6001 02852.500-1	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 155.048,71
323031	6001 02854.500-2	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 173.156,27
323031	6001 02856.500-3	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 164.072,71
323031	6001 02858.500-4	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 164.072,71
323031	6001 02860.500-5	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 311.492,05
323031	6001 02862.500-6	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 41.771,27
323031	6001 02864.500-7	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 397.591,74
323031	6001 02866.500-8	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	R\$ 47.771,91
323031	6001 02868.500-9	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	4.754.086,75	-	R\$ 178.824,50
Total							R\$ 2.126.020,00	

Fonte: SPIUnet

OBS: As despesas com Manutenção no exercício foram incluídas nas cotas condominiais pagas referentes ao exercício de 2012, não incluem as despesas com vigilância e limpeza, conforme documentação do processo nº 48610.9567/2001

## ANÁLISE CRÍTICA

A sede da ANP se localiza em Brasília-DF, ocupando o prédio denominado Conjunto Oziel de Almeida Costa, com área total construída de 24.231,23m<sup>2</sup>, composto por:

- Prédio denominado Edifício do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas–CEPAT, composto de 01 subsolo, 01 andar térreo e 01 terraço, com área total construída de 2.822,89m<sup>2</sup>.
- Prédio denominado Edifício Sede, composto de casa de máquinas enterradas, 01 subsolo, andar térreo e 04 pavimentos, com área total construída de 13.204,64m<sup>2</sup>.
- Prédio denominado Prédio anexo ao Edifício Sede, composto de casa de bombas, enterradas juntamente com reservatório enterrado, 01 subsolo, andar térreo, 2 pavimentos e casa de máquinas elevada, com área total de construção total de 8.203,70m<sup>2</sup>. Este imóvel destina-se a atividade própria da Unidade Gestora, com muito bom estado de conservação.

A ANP permanece como proprietária de 11 andares no prédio em que está localizado o Escritório Central (EC) e 50% do edifício-garagem anexo ao prédio do Escritório, todos localizados no bairro Centro, município do Rio de Janeiro.

O EC possui a infraestrutura recomendada aos prédios com atividades comerciais, sendo suas instalações adequadas ao uso dos servidores da ANP. Tal fato em muito contribui para a realização das atividades institucionais da Agência, e para a otimização no uso dos equipamentos disponibilizados aos servidores na consecução de suas respectivas atribuições funcionais.

As despesas com a manutenção predial são realizadas através do condomínio, o qual é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no prédio, assim como dos 50% restantes do edifício garagem.

Adicionalmente a ANP é locatária de 03 pavimentos localizados no prédio adjunto ao EC. A locação destes andares no prédio anexo foi necessária devido ao aumento do número de novos servidores após o último concurso público e da expansão das atribuições regulatórias exercidas pela ANP.

Em 2012 o Escritório Regional de São Paulo (ESP) continuou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial localizado no bairro de São Judas. A sede do ESP compreende um andar inteiro (02 salas), incluindo os respectivos mezaninos, cujas instalações são mais modernas e seguras, e portanto mais adequadas às operações regionais.

O Escritório Regional de Salvador (ESA) funciona em duas salas alugadas em prédio comercial de padrão adequado às suas atividades .

As informações sobre os imóveis próprios da ANP foram atualizadas no SPIUNet, de acordo com os requisitos do sistema, e tem validade até 26/09/2013.

Os imóveis de propriedade de terceiros (alugados) estão cadastrados no SPIUNet, conforme instrução do Manual Geral do SPIU e recomendação da Auditoria.

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
		monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
	X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.	
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.	
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.	
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:		
	Auditoria de governança de TI.	
X	Auditoria de sistemas de informação.	
X	Auditoria de segurança da informação.	
X	Auditoria de contratos de TI.	
	Auditoria de dados.	
	Outra(s). Qual(is)? _____	
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.



Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

## 8.2 ANÁLISE CRÍTICA

A ANP aprovou um Plano de Metas de Tecnologia da Informação para implantar as boas práticas de Governança de Tecnologia da Informação, contemplando metas para: Instituição de Comitê de TI; Elaboração de Planejamento Estratégico de TI; Revisão da Estrutura Organizacional do Núcleo de Informática; Alocação e Capacitação de Servidores Públicos no Núcleo de Informática; Implantação e Melhoria nos Processos de Gestão de TI. As ações previstas para o Plano de Metas estão, em sua maioria, em fase de execução, porém ainda dependem da alocação de novos servidores e recursos orçamentários para que sejam devidamente concluídas.

## 9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>Os equipamentos de informática têm sido adquiridos com a Certificação EPA Energy Star 5.0., Certificação EPEAT categoria Gold e a proibição de utilização de substâncias perigosas conforme diretiva ROHS. Quanto a materiais de expediente, devido à dificuldade nas especificações do objeto, a compra de materiais em estoque, aos poucos, está conseguindo atingir esta meta. Como exemplo: a ANP participará com mais de 10 órgãos públicos de uma grande compra utilizando critérios de sustentabilidade em todos itens. Também houve ampliação de exigências como no caso das pilhas, através da Resolução Conama nº 257, que estabelece normas de fabricação de modo a esse produto não oferecer riscos ao meio ambiente.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>		X			
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> <p>São utilizados laudo de toxidade NBR 11786/03 para 3 tipos de canetas esferográficas e CERFLOR para resmas de papel A4. Para equipamentos de TI são utilizados as certificações e a diretiva mencionadas na resposta ao item 1.</p>		X			
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> <p>No último exercício, não houve aquisição de torneira automática no Escritório Central, situado no Rio de Janeiro, embora já existam algumas em funcionamento. A gestão destes serviços no Escritório Central da ANP é do condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí que faz compra de lâmpadas econômicas e estuda implementar, ainda este ano, sensores de presença em sanitários e escadas, visando a economia de energia. Os Escritórios da ANP de Belo Horizonte, Manaus e Porto Alegre adquiriram refrigeradores com selo Procel. Não é possível medir o impacto da aquisição desses produtos nestes escritórios uma vez que os mesmos começaram a funcionar em 2012.</p>				X	

Parte A, Item 9 do Anexo II da DN TCU nº 119 de 18/01/12

6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul> Para a próxima compra de material de expediente, serão exigidos papel e plástico recicláveis em diversos itens.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul> Não houve aquisição de veículo.	Sim ( )			Não ( )	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul> A especificação do objeto de alguns itens é de refil em vez de toda peça, como cilindro de fax, lapiseiras e carimbos.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> Essa campanha foi efetuada com a distribuição de cartazes no hall dos elevadores e sanitários do Escritório Central.					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> Uma destas iniciativas foi realizada através de Comunicação Interna recomendando a adoção da fonte "Ecofont", a qual reduz o consumo de tinta dos cartuchos na impressão de documentos. Também foi promovida palestra com o tema "Compras Sustentáveis", realizada em 13/11/2012 no Escritório Central, ministrada por Renato Cader da Silva, servidor da ANCINE.					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					

**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
-			-	-		
-			-	-		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	8727	6312	12017	72.767,43	54.788,16	140.578,32
Água	358.099,90	380.505,30	414.113,40	198.863,08	200.538,53	217.956,02
Energia Elétrica	835.659,69	974.307,90	980.320,54	410.364,18	446.620,27	444.865,39
			Total	681.994,69	701.946,96	803.399,73

Fonte:

## 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

### 10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	035.301/2011-2	42/2012-Segunda Câmara	-	DE	45710/2012-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
Atos de Admissão: Prolatado na Sessão de 24/01/2012, Ata nº 1/2012, diante do qual foram considerados legais, para fins de registro, os atos de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
Encaminhado Memorando nº 040/2012/AUD para o setor responsável, para fins de registro o ato de admissão de pessoal, conforme pareceres emitidos pela Sefip e pelo Ministério Público.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	001.840/2012-6	256/2012-Plenário	9.1 a 9.4	DE	73/2012-TCU/SEMAG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – conhecer da presente representação e aprovar o projeto de decisão normativa anexo;</p> <p>9.2 – encaminhar cópia do Acórdão e da Decisão Normativa que vier a ser aprovada, bem como do Relatório e do Voto que os fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como ao Ministro de Estado da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Presidente do Banco do Brasil S/A, ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e ao Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;</p> <p>9.3 – determinar a Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos estados sobre a necessidade de encaminhar imediatamente, para a Secretaria de Macroavaliação Governamental, eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, independentemente da data de recebimento, em face dos prazos fixados no artigo 292-A do Regimento Interno; e</p> <p>9.4 – arquivar o presente processo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Encaminhado ao setor responsável, para conhecimento, o Memorando nº 053/2012/AUD cópia do Acórdão e da Decisão Normativa nº 120 de 8 de fevereiro de 2012 que aprovou para o exercício de 2012, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no artigo 159, inciso III e Parágrafo 4º da Constituição Federal (Cide-Combustíveis).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	022.631/2009-0	482/2012-Plenário	9.6	DE	106/2012-TCU/SEMAG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.6 determinar à Agência Nacional de Aviação Civil, à Agência Nacional do Cinema, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Petróleo, à Agência Nacional de Saúde, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Transportes Terrestres ao Banco Central do Brasil, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Superintendência de Seguros Privados que incluam nos Relatórios Anuais de Gestão referentes aos exercícios de 2012 a 2016, seção específica sobre o tema “arrecadação de multas”, contemplando as seguintes informações pertinentes às questões descritas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.2 do Acórdão 1817/2010-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Encaminhado a Diretoria Geral, Diretores, Secretaria Executiva, Superintendência de Fiscalização do Abastecimento e ao Escritório de Brasília, Memorando nº 057/2012/AUD, informando o teor do Acórdão, com a determinação de que a ANP inclua nos Relatórios Anuais de Gestão, referentes aos exercícios de 2012 a 2016, seção específica sobre o tema “arrecadação de multa”.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>No item 12, parte A, Conteúdo Geral – outras informações sobre a gestão estão relacionadas às informações relativas às determinações constantes do Acórdão 482/2012-Plenário.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	029.335/2009-4	661/2012-Plenário	9.1 a 9.6	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – julgar irregulares as contas de Luís Carlos Siqueira da Silva e Célia Regina Splitter e condená-los solidariamente com os demais responsáveis ao pagamento das quantias especificadas a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.2 – aplicar aos responsáveis, com exceção de Alfredo Caldas de Farias (falecido), multa nos valores especificados a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.3 – autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;</p> <p>9.4 – declarar Luís Carlos Siqueira da Silva inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) anos;</p> <p>9.5 – determinar a juntada deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, às prestações de contas da ANP relativas aos exercícios de 2003 (TC-009.080/2004-5) e 2004 (TC-013.025/2005-8), em razão de Célia Regina Splitter estar arrolada como responsável naqueles processos; e</p> <p>9.6 – encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências que entender cabíveis.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria – CRG e Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
Encaminhado aos setores responsáveis, Memorando nº 080/2012/AUD para as providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	026.599/2011-2	974/2012-Plenário	9.3	DE	112/2012-TCU/SEFID-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
9.3 – determinar à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que encaminhe a esta Corte as informações de que tratam o Memorando 537/2011-DAD/DEPCONSU/PGF/AGU, de 12/9/2011, de lavra da Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Procuradoria Geral – PRG					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
Encaminhado Memorando nº 121/2012/AUD à Procuradoria informando o teor do Acórdão para as providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Procuradoria Geral por meio Memorando nº 565/2012/PRG encaminhou cópia do Ofício nº 38/2012/PRG de 23 de maio de 2012, informou ao TCU que as providências adotadas no âmbito da ANP de apuração de irregularidades em processos administrativos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	002.741/2012-2	1054/2012-Plenário	9.2	DE	532/2012-TCU/SECEX-3
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.2 – a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem os órgãos e entidades a eles vinculados no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, atentando, em especial, para o salutar efeito do cumprimento desta nova regra sobre o novo Enunciado 331 da Súmula de Jurisprudência do TST, sem prejuízo de que a Segecex oriente as unidades técnicas do TCU nesse mesmo sentido.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação Financeira – SFA/FINANCEIRO					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Foi encaminhada a Coordenação Financeira, Memorando nº 127/2012/AUD informando o teor do Acórdão para conhecimento e adoção das medidas prescritas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>De acordo com o setor responsável todos os pagamentos somente são efetuados após a apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas – CND.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	008.096/2012-0	2901/2012-Segunda Câmara		DE	50420-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>Atos de Admissão:</p> <p>Prolatado na Sessão de 08/05/2012, Ata nº 14/2012, diante do qual foram considerados legais, para fins de registro, os atos de interesse dos servidores nele especificados, nos termos do artigo 6º da Resolução TCU nº 206 de 24 de outubro de 2007.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
Encaminhado Memorando nº 132/2012/AUD para o setor responsável, para fins de registro o ato de admissão de pessoal, conforme pareceres emitidos pela Sefip e pelo Ministério Público.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	015.408/2012-4	5933/2012-Segunda Câmara	-	DE	349/2012-TCU/SEMAG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>Informar à ANP que a disponibilidade em seu site das informações constantes do Relatório de Arrecadação e Distribuição das Participações Governamentais atende às determinações constantes do Ofício nº 69/2002-TCU/SEMAG de 08/05/2002, sendo oportuna a publicação mensal no Diário Oficial da União – DOU, durante seis meses, de nota informativa sobre a descontinuidade da publicação dos dados, em razão da disponibilização no sítio da ANP, com detalhamento do caminho de acesso e apensar o presente processo ao TC 002.102/2001-8.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Controle das Participações Governamentais – SPG					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Encaminhado ao setor responsável, Memorando nº 166/2012/AUD para conhecimento e adoção das medidas previstas no citado Acórdão.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Por meio do Ofício nº 008/2013/AUD foi encaminhado cópia dos referidos Despachos publicados no DOU no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013, cumprindo o prazo de seis meses determinado pelo Acórdão.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	007.130/2012-0	1204/2012-Plenário	3.3.2.3	RE	207/2012-TCU/SEMAG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>3.3.2.3 – que adotem medidas para priorizar a cobrança de multas no âmbito administrativo e judicial, sobretudo no que se refere aos casos cuja prescrição seja iminente, com vistas a evitar prejuízos ao Tesouro Nacional.</p> <p>3.3.2.3 – que avaliem a adoção de medidas extrajudiciais para aumentar a efetividade da cobrança das multas aplicadas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Controle das Participações Governamentais – SPG, Coordenadoria de Conteúdo Local – CCL, Escritório Sede da ANP – EDF, Superintendência de Com. e Mov. de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM, Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural – SRP, Superintendência de Desenvolvimento da Produção – SDP, Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente – SSM, Superintendência de Exploração – SEP, Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>A Auditoria Interna encaminhou Memorando nº 154/2012/AUD aos setores responsáveis para conhecimento e providências das recomendações constantes do acórdão.</p> <p>Por meio do Ofício nº 034/2012/AUD foram encaminhadas as informações solicitadas no Ofício nº 207/2012-TCU/SEMAG, relativas às Contas do Poder Executivo, exercício de 2011.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	027.708/2011-0	3356/2012-Plenário	9.1	DE	0359/2012-TCU/SEFID-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – determinar à ANP que apresente ao Tribunal de Contas da União – TCU, no prazo de noventa dias a contar da notificação, sem prejuízo de constar do próximo <i>Relatório de Gestão da Agência (exercício de 2012)</i>, informações a cerca da regulação das novas competências atribuídas à ANP pela Lei nº 12.490/2011, para fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria de biocombustíveis, no que concerne à comercialização, à produção e à estocagem de etanol, de modo a demonstrar os instrumentos estabelecidos pela ANP e os resultados obtidos ao longo do exercício, em alinhamento às diretrizes de política energética constantes da legislação federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Com. e Mov. de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM, Superintendência de Desenvolvimento da Produção – SDP, Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural – SRP, Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI e Superintendência de Abastecimento – SAB.					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Encaminhado Memorando nº 268/2012/AUD aos setores responsáveis para conhecimento e providências cabíveis relativas à determinação constante do acórdão, referente à avaliação da regulação de políticas públicas voltadas para o mercado interno de etanol à vista do risco de desestabelecimento e da instabilidade de preços.</p> <p>Por meio do Ofício nº 014/2013/AUD foram encaminhados ao TCU os resultados e as providências adotadas pela ANP no que concernem as determinações constantes do Acórdão. As mesmas informações foram encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia, por meio do Ofício nº 015/2013/AUD.</p> <p>As informações relativas a determinação do Acórdão, foram inseridas na Parte A, item 12 do Relatório de Gestão, exercício de 2012.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	028.807/2011-1	3081/2012-Plenário	9.2	DE	1034/2012-TCU/SECOB-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.2 – determinar à ANP que publique em seu sítio eletrônico:</p> <p>9.2.1 lista atualizada de todos os pontos de distribuição de asfaltos existentes no país;</p> <p>9.2.2 mensalmente, os preços médios ponderados dos produtos asfálticos, consolidados por unidade da federação, se houver informação de, no mínimo, três empresas do ramo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Em 22 de novembro de 2012 a Auditoria enviou à CDC o Memorando nº 242/2012/AUD, que encaminhava, para conhecimento e providências cabíveis, cópia do Acórdão nº 3081/2012-TCU/Plenário.</p> <p>A referida decisão, em síntese, determinava à ANP que publicasse, mensalmente, os preços médios ponderados de produtos asfálticos, consolidados por unidade da federação, se houver informação de, no mínimo, três empresas do ramo naquela unidade e, também, que publicasse lista atualizada de todos os pontos de distribuição de produtos asfálticos existentes no país.</p> <p>Em atenção à determinação do colendo Tribunal de Contas da União, a CDC empreendeu esforços para adaptar seus sistemas e rotinas no que se refere à publicação dos preços, e desde 08/03/2013 já se encontram no endereço eletrônico da ANP (no <i>link</i> “Defesa da Concorrência e Preços”) as novas informações relativas aos preços médios ponderados de distribuição de produtos asfálticos.</p> <p>Competem à Superintendência de Abastecimento (SAB) os processos de autorização de construção e operação de instalações de armazenamento de asfaltos, a responsabilidade pelo acompanhamento das atividades de distribuição do produto, e a gestão das informações relativas à movimentação de asfaltos no país, sendo encaminhado pela CDC memorando encaminhamos, por meio do Memorando nº 24/2013/CDC, cópia da decisão do TCU para aquela Superintendência.</p> <p>Em atenção à solicitação do TCU, assim, a SAB passou a disponibilizar, no sítio eletrônico da ANP (no <i>link</i> “Petróleo e Derivados – Abastecimento – Distribuidoras”), arquivo eletrônico contendo a listagem da relação de instalações de distribuidoras de asfaltos no país (bases de distribuição e escritórios administrativos).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Encaminhado ao TCU o Ofício nº 016/2013/AUD informando o atendimento às determinações constantes do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	007.887/2012-4	2585/2012-Plenário	9.4	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.4 – recomendar a Controladoria Geral da União, com fundamento na Lei nº 8.443/92, artigo 43, inciso I c/c o Regimento Interno do TCU, artigo 250, inciso III e, em atenção ao artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009, que avalie, nas contas anuais dos órgãos/entidades sob sua jurisdição, o cumprimento da obrigação de divulgar os serviços prestados diretamente aos cidadãos, as formas de acesso a esses serviços e respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC e Núcleo de Informática – NIN					25.281
Síntese das Providências Adotadas					
<p>Foi encaminhado o Memorando nº 205/2012/AUD para os setores responsáveis com o teor do citado Acórdão.</p> <p>Por meio da RD nº 159/2013 a Diretoria Colegiada aprovou a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão da ANP, com divulgação ao público, prevista para 01/04/2013.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

### 10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

1	030.315/2010-7	3137/2011-Plenário	9.3, 9.7 e 9.10	DE/RE	440/2011-TCU/SEMAG
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ANP					25.281
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.3. determinar aos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e da Integração Nacional, à Secretaria Especial de Portos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, juntamente com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de 90 (noventa) dias, definam sistemática de compatibilização das informações relativas aos bens, materiais ou serviços que devem ser imobilizados junto aos projetos aprovados para o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), com o intuito de subsidiar a RFB na efetiva fiscalização dos valores renunciado se imprimir maior celeridade ao exame dos pleitos, maximizando o alcance da política de incentivo, de modo a intensificar a percepção de risco;</p> <p>9.7. determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, no prazo de noventa dias, publique no Diário Oficial da União o inteiro teor da Instrução Normativa/Série Gestão Técnica 1, de 9/11/2010, com vistas a ampliar transparência dos procedimentos que envolvem a concessão do benefício fiscal instituído pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e em cumprimento ao princípio da publicidade;</p> <p>9.10. recomendar aos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, à Secretaria Especial de Portos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que estabeleçam rotina de fiscalização concomitante e subsequente dos empreendimentos beneficiados pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), no intuito de verificar a efetiva imobilização dos bens e serviços adquiridos em decorrência do referido regime.</p>					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM.					25.281
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<p>Por meio do Ofício nº 003/2012/AUD a ANP encaminhou as seguintes informações ao TCU:</p> <p>O item 9.7 foi atendido, por meio da Instrução Normativa/Série Gestão Técnica nº 1, de 9/11/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28/12/2011 (Seção 1, páginas 69 a 71);</p> <p>Para atendimento dos itens 9.3 e 9.10, foi realizada, em 18/1/2012, reunião, em Brasília, entre os representantes da ANP e Procuradoria Geral (PRG) com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), em anexo, a lista de presença e a ata da reunião;</p> <p>Também, para atendimento dos itens 9.3 e 9.10, foi realizada, em 26/01/2012, reunião, em Brasília, entre os representantes da ANP, PRG e MME, com representantes da Receita Federal do Brasil (RFB – Coordenação Geral de Auditoria Interna), em anexo, a lista de presença;</p> <p>As reuniões visaram à alteração das Portarias do MME referentes à aprovação do enquadramento dos projetos e do conteúdo das portarias publicadas pelo MME, de forma a atender ao disposto nos itens supracitados do Acórdão e adicionalmente buscaram construir uma proposta conjunta entre o MME, as Agências Reguladoras a ele vinculadas e a RFB para apresentação a essa Corte de Contas de forma a cumprir suas determinações/recomendações, em consonância com as competências legais de cada um dos órgãos envolvidos;</p> <p>Em atenção à solicitação dos representantes da Receita Federal do Brasil, a ANP providenciou o envio de cópia de processo de autorização de construção da ANP cujo projeto tenha sido enquadrado no REIDI pelo MME para estudo da Coordenação Geral de Auditoria Interna daquele órgão tributário.</p> <p>Por meio do Ofício nº 007/2012/AUD de 8/03/2012, foi encaminhado ao TCU, SEMAG, solicitação de prorrogação de prazo de sessenta dias, para atendimento aos itens 9.3 e 9.10, pedido efetuado pela Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), considerando os vários órgãos envolvidos e a complexidade do assunto. Foi aceita a prorrogação de prazo por mais noventa dias, por meio do Acórdão nº 1423/2012-</p>					

Plenário.

Por meio do Ofício nº 021/2012/AUD a Auditoria Interna encaminhou complemento ao Ofício nº 012/2012/AUD, com o objetivo de informar as providências adotadas pela Agência.

Em 30 de janeiro de 2013, Acórdão nº 73/2013-TCU/Plenário, deu por atendido o item 9.7; em andamento o item 9.3 e não implementada a recomendação 9.10, sendo encaminhado à área responsável pelo atendimento, enviado memorando nº 013/2013/AUD, com as determinações/recomendações constantes do citado acórdão e prazo para atendimento.

Por meio do Memorando nº 031/2013/SCM a Superintendência informou que continua no aguardo de minuta de nova Portaria a ser editada pelo Ministério de Minas e Energia, órgão responsável legal para a aprovação dos projetos afetos à área de energia elétrica, petróleo e gás natural no Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI).

Por meio do Ofício nº 013/2013/AUD foram encaminhadas a SEMAG as informações atuais fornecidas pelas SCM, relativas ao Acórdão nº 73/2013-Plenário, pois a ANP está aguardando a publicação de nova Portaria pelo Ministério de Minas e Energia para que a ANP possa dar prosseguimento nas determinações constantes.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	003.143/2010-4	3595/2012-Primeira Câmara	9.1 a 9.3	DE	394/2012-TCU/SECEX-9
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – conhecer desta representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;</p> <p>9.2 – rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, deixando de aplicar-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, devido às circunstâncias atenuantes de suas condutas;</p> <p>9.3 – determinar à Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro que informe nas próximas contas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:</p> <p>9.3.1 – a possível morosidade da ANP em aplicar multa contratual à empresa Análise &amp; Síntese Pesquisa e Marketing Ltda., ocorrida no exercício de 2010, decorrente do descumprimento de parte do contrato resultante do Pregão Eletrônico nº 053/2009-ANP;</p> <p>9.3.2 – o efetivo recolhimento da multa imposta à empresa Análise &amp; Síntese Pesquisa e Marketing Ltda., com consectários legais, em razão do disposto no subitem anterior;</p> <p>9.3.3 – a pertinência da habilitação da empresa Análise &amp; Síntese Pesquisa e Marketing Ltda. no Pregão Eletrônico nº 056/2010-ANP, em face das sanções impostas pela ANP, inclusive com imputação da multa de que trata o subitem anterior, decorrentes do descumprimento de obrigação do contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 053/2009-ANP;</p> <p>9.3.4 – a metodologia utilizada pela ANP para estimativa de preços, tendo por base o ocorrido no Pregão Eletrônico nº 056/2010, no qual se observa grande disparidade entre o valor estimado, no montante de R\$ 7.112.119,56, e aquele apresentado pela licitante vencedora, à empresa Análise &amp; Síntese Pesquisa e Marketing Ltda., no valor de R\$ 2.799.999,90;</p> <p>9.3.5 – a efetiva prestação do serviço pela empresa Análise &amp; Síntese Pesquisa e Marketing Ltda. objeto do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 056/2010-ANP.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC e Coordenadoria de Aquisições – CA					25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Encaminhado Memorando nº 145/2012/AUD aos setores responsáveis com as informações constantes do Acórdão para conhecimento e adoção das medidas cabíveis. A AUD realizou reuniões com a CDC e CA para discutir o item 9.3 e ficou acertado que seria feito o acompanhamento quando da realização pela CGU para Auditoria de Acompanhamento das contas do exercício de 2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	036.784/2011-7	2752/2012-Plenário	9.1 a 9.7	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, recomendar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que, no que tange à segurança operacional das plataformas de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas jurisdicionais brasileiras (offshore):</p> <p>9.1.1 adote meios para confirmar as principais informações declaradas nas Documentações de Segurança Operacional - DSO -, por meio de inspeções, diligências ou por intermédio de certificados emitidos por entidades idôneas;</p> <p>9.1.2 estabeleça critérios técnicos mínimos para análise das informações prestadas pelos concessionários, nos procedimentos de exame e aprovação das DSOs;</p> <p>9.1.3 com base em critérios de análise de risco, estabeleça periodicidade mínima para a realização das auditorias do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional das Instalações Marítimas de Perfuração e de Produção de Petróleo e Gás Natural (SGSO);</p> <p>9.1.4 em conformidade com os princípios de transparência e publicidade previstos no objetivo "e" da IN ANP 01/2009, divulgue em sua página na Internet os resultados de suas investigações de acidentes em plataformas offshore, com o fito de subsidiar estudos sobre a respectiva prevenção, resguardando, se necessário, a identificação e o sigilo industrial do concessionário;</p> <p>9.1.5 incorpore os conhecimentos obtidos com as investigações de acidentes em plataformas offshore mediante a criação de normas voltadas ao sistema de prevenção de acidentes, divulgando-as em sua página na Internet;</p> <p>9.1.6 normatize, ou incorpore à Resolução ANP 43/2007, a apuração anual de indicadores de desempenho dos concessionários e operadores de plataformas offshore, sem prejuízo de promover o devido debate destes indicadores em seus workshops de segurança operacional;</p> <p>9.1.7 em observância aos princípios da transparência e da publicidade, disponibilize em sua página na Internet os indicadores de desempenho das operadoras no país e as conclusões dos workshops;</p> <p>9.1.8 desenvolva indicador correlacionando os volumes de fluidos poluidores derramados no mar com os correspondentes volumes de produção;</p> <p>9.1.9 realize ou intensifique gestões junto à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão com o fito de ajustar seu quadro de pessoal técnico às reais necessidades de fiscalização incumbidas a essa agência;</p> <p>9.1.10 compartilhe com o Ibama e a DPC/Marinha as informações sobre os incidentes em plataformas que possam gerar danos ambientais, em conformidade com o objetivo "e" da IN ANP 01/2009 e a diretriz de integração fixada no art. 29, parágrafo único, da Lei 9.966/2000.</p> <p>9.3 – nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, recomendar à ANP, ao Ibama e à Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil - DPC/Marina, que, no que tange à segurança operacional e ambiental das plataformas de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas jurisdicionais brasileiras (offshore), analisem a viabilidade de acesso, pelo Ibama, ao Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio ao Petróleo - Simmap -, ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - Preps -, bem como a eventuais outros sistemas informatizados utilizados pela ANP e pela DPC/Marinha que sejam voltados ao rastreamento de embarcações, haja vista a necessidade do Ibama de fiscalizar e agilizar o atendimento a emergências ambientais em plataformas offshore.</p> <p>9.6 – nos termos do art. 250, III, in fine, do Regimento Interno deste Tribunal:</p> <p>9.6.1 fixar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência, para que a ANP, o Ibama, a DPC/Marinha, o Ministério das Minas e Energia e a Casa Civil da Presidência da República informem a este Tribunal sobre as</p>					

providências adotadas em face das recomendações ora expedidas às referidas unidades jurisdicionadas, ou, em caso de não acolhimento, apresentem as correspondentes razões.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Geral – DG e Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente – SSM	25.281
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Encaminhado Memorando nº 219/2012/AUD ao setor responsável informando o teor do acórdão e solicitando as providências cabíveis. Por meio do Ofício nº 239/2012/DG/ANP a Diretoria Geral, encaminhou resposta ao TCU relativa ao Acórdão 2752/2012 que trata do Relatório de Auditoria Operacional, com enfoque na segurança operacional e ambiental, esclarecendo itens e encaminhando o Plano de Atendimento às recomendações.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	016.701/2011-9	2815/2012-Plenário	9.1 a 9.2	DE/RE	0319/2012-TCU/SEFID-2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 – determinar à ANP, nos termos do artigo 37 da Constituição, combinado com o inciso VII do artigo 2º e com o inciso I do artigo 50 da Lei nº 9784/1999, que:</p> <p>9.1.1. em 180 (cento e oitenta) dias, encaminhe ao TCU minuta de portaria ou nota técnica estabelecendo os critérios mínimos para o exame dos requisitos do Regulamento ANP nº 7/2007;</p> <p>9.1.2. as análises realizadas nas solicitações de credenciamento sejam devidamente evidenciadas no processo, cotejando-se os elementos documentais e fáticos com os critérios previamente definidos;</p> <p>9.1.3. remeta ao tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações ora prolatadas, especificando a área responsável por cada medida e o prazo para sua conclusão;</p> <p>9.2 – Recomendar à ANP que:</p> <p>9.2.1. aprimore a metodologia de seleção de blocos para fiscalização de conteúdo local, mediante análise documental, de forma a gerar expectativa de controle tanto para as grandes operadoras quanto para as pequenas;</p> <p>9.2.2. busque identificar técnicas de auditoria que possam ser aplicadas aos processos de fiscalização por análise documental;</p> <p>9.2.3. elabore ou atualize manuais de procedimentos de fiscalização do cumprimento de conteúdo local, de auditoria nas certificadoras, e de análise dos pedidos de waiver;</p> <p>9.2.4. promova o desenvolvimento de ferramentas de TI adequadas às necessidades da Coordenadoria de Conteúdo Local, de modo que a estrutura da CCL possa beneficiar-se do gerenciamento informatizado de suas atividades e tenha meios de otimizar o desempenho de suas atribuições;</p> <p>9.2.5. avalie a conveniência e a oportunidade de realizar acordos de cooperação que permitam ampliar a capacidade da agência nas atividades de credenciamento e supervisão das certificadoras;</p> <p>9.2.6. na revisão dos Regulamentos ANP nº 7 e nº 8/2007:</p> <p>9.2.6.1. seja incluída a obrigatoriedade de inspeção prévia nas certificadoras;</p> <p>9.2.6.2. seja incluída a obrigatoriedade de realização de pelo menos uma auditoria durante o período de validade do credenciamento; e</p> <p>9.2.6.3. sejam aprimorados os procedimentos de análise para credenciamento de certificadoras, tendo em vista as boas práticas e as normas internacionais de certificação.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Conteúdo Local – CCL					25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Encaminhado Memorando nº 221/2012/AUD para os setores responsáveis com a cópia do acórdão para conhecimento e providências cabíveis, com as determinações e recomendações relativas à Auditoria Operacional realizada na ANP.</p> <p>Por meio do Ofício nº 004/2013/AUD de 4/02/2013, foram encaminhadas a SefidEnerg as informações/esclarecimentos fornecidos pela Coordenadoria de Conteúdo Local.</p>					



A CCL apresentou o Plano de Ação e Cronograma de adoção de medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações ao Acórdão.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108791	2.1.3.1	21.128/2011/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
Providenciar a criação de um Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Agência no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Informática – NIN			25.281
Síntese da Providência Adotada			
O Comitê foi criado por meio da Resolução de Diretoria nº 1243 de 12/12/12 e publicado no DOU nº 247 de 24/12/12, fl. 148, Portaria nº 374/12 que criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203662	2.1.1.7	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação nº 014 – Recomendação 001.</p> <p>Ultimar elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC e Núcleo de Informática – NIN			25.281
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi encaminhado o Memorando nº 205/2012/AUD para os setores responsáveis com o teor do citado Relatório.</p> <p>Por meio da RD nº 159/2013 a Diretoria Colegiada aprovou a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão da ANP, com divulgação ao público, prevista para 01/04/2013.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
167			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108791	2.1.3.1	21.128/2011/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
Elaborar Planejamento Estratégico Institucional que determine a organização das políticas e estratégias que orientarão a Agência no uso e disponibilização dos recursos para realização dos objetivos institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC			25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Em novembro de 2011, a SEC elaborou a Proposta de Ação nº 1162/2011 propondo celebração de Termo de Cooperação com a UFF para desenvolver o Modelo de Gestão Estratégica da ANP.</p> <p>No entanto, em virtude do término do mandato do Diretor-Geral em dezembro de 2011 e da vacância do cargo no período de dezembro de 2011 até o início de março de 2012, não foi possível dar andamento ao processo. A partir de março de 2012, com a nomeação da nova Diretora-Geral, novas diretrizes relacionadas à gestão da Casa foram estabelecidas. A realização do Planejamento Estratégico foi definida como prioridade, porém, dadas as novas diretrizes, foi necessário rever a proposição contida na PA 1162/2011 e iniciar novo processo para ajustar o escopo do trabalho e buscar junto a potenciais parceiros propostas de trabalho mais adequadas às necessidades de aprimoramento da gestão interna da ANP. A partir de maio de 2012 foi iniciada essa revisão e pesquisa de mercado junto a potenciais parceiros.</p> <p>Foram realizadas entrevistas e apresentações para a equipe da SEC, assessores e diretores de modo a formar um juízo claro junto à liderança da organização de quais seriam as melhores alternativas de parceria ou de contratação de expertise para a execução do projeto.</p> <p>A revisão do escopo e a definição de alternativas de parceria foram concluídas e a SEC iniciou um novo processo de contratação de apoio técnico para o projeto de desenvolvimento do modelo de gestão, cujo primeiro resultado será o Planejamento Estratégico Institucional da ANP.</p> <p>Na Reunião de Diretoria nº 703, de 14 de março de 2013, a Diretoria autorizou a contratação, por inexigibilidade de licitação, da Fundação Getúlio Vargas para desenvolvimento do planejamento estratégico e definição de modelo de gestão da ANP.</p> <p>Atualmente, o processo encontra-se em fase final de elaboração de contrato, com previsão de assinatura para o início do mês de abril. Imediatamente após a sua assinatura, a equipe da FGV começará a atuar na Agência.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108791	2.1.1.1	Ofício nº 21.128/2011/NAC6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
Que a Coordenação de Aquisições cadastre as aquisições por intermédio de Adesões à Registro de Preços, buscando orientação no Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG/MPOG para tal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Aquisições – CA/SFA			25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>A Coordenação de Aquisições encaminhou o Ofício nº 040/SFA/RJ/2011, para o Diretor de Logística e Serviços Gerais da SLTI do MPOG, solicitando orientação acerca da forma de cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, assim como solicitou que o Ministério examinasse a possibilidade de desenvolver o sistema de modo a permitir o cadastramento de contratos resultantes de licitações na modalidade consulta.</p> <p>O Ministério, por meio do Ofício nº 2082/DLSG-MP, informou que o novo módulo do contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG se encontra em desenvolvimento para atendimentos dos registros dos contratos de Concessão de Uso e Contratos oriundos de participação extraordinária em licitação por registros de preços Adicionalmente, o Ministério informou que será divulgado através de “Comunica no SIASG” e no sítio “Notícias Comprasnet” a implantação do novo módulo do contrato no SIASG.</p> <p>Em 2012, a Coordenação de Aquisição, não teve ciência da funcionalidade que permitiu o cadastramento de contratos oriundos de adesões a atas de registro de preços através de “Comunica no siasg” ou no sítio “Notícias Comprasnet”, mas através de consulta ao próprio sistema SIASG. A CA verificou que, atualmente, tais contratos podem ser cadastrados no sistema. Assim, nas próximas adesões, as publicações de contrato serão realizadas via sistema.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203662	2.1.1.1	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
Ausência de previsão de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, de política de aquisição e substituição de equipamentos conforme IN SLTI/MP nº 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Informática – NIN			25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Por meio do Ofício nº 020/2012/AUD foi encaminhado o Plano de Providências Permanente relativo à Nota de Auditoria nº 201203662/001 informando as providências adotadas pela ANP referente ao PDTI e o prazo para atendimento da implementação para Dezembro/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203662	2.1.1.2	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
Implementar controles administrativos destinados a monitorar as práticas de sustentabilidade ambiental.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC e Núcleo de Informática – NIN			25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento			

<p>Por meio do Ofício nº 030/2012/AUD foi encaminhado o Plano de Providências Permanente relativo ao Relatório nº 201203662 informando as providências adotadas pela ANP referente às práticas de sustentabilidade ambiental permanecendo a recomendação em processo de implementação, sendo o prazo para atendimento previsto para 31/07/2013.</p>	
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203662	2.1.1.2	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Descrição da Recomendação			
<p>Implementar controles administrativos destinados a monitorar as práticas de sustentabilidade ambiental. Implementar procedimento de avaliação das práticas de sustentabilidade ambiental a serem implementadas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC e Núcleo de Informática – NIN			25.281
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Por meio do Ofício nº 030/2012/AUD foi encaminhado o Plano de Providências Permanente relativo ao Relatório nº 201203662 informando as providências adotadas pela ANP referente às práticas de sustentabilidade ambiental permanecendo a recomendação em processo de implementação, sendo o prazo para atendimento previsto para 31/07/2013.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

6	201203662	2.1.1.4	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Criar indicadores de eficiência da gestão da ANP, no que tange às ações de capacitação de recursos humanos e fiscalização da SDB e SFI de modo a refletir a qualidade das ações efetivadas, retratando, de forma adequada, a situação existente.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH, Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI e Superintendência de Definição de Blocos – SDB.			25.281
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Por meio do Ofício nº 029/2012/AUD foi encaminhado o Plano de Providências Permanente relativo ao Relatório nº 201203662, Nota de Auditoria nº 004, informando as providências adotadas pela ANP.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	201203662	2.1.1.5	33019/2012/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP			25.281
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar medidas necessárias para que o Plano de Cargos e Salários da ANP preveja carreira específica para a área de tecnologia da informação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH e Núcleo de Informática – NIN			25.281
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Por meio do Ofício nº 020/2012/AUD foi encaminhado o Plano de Providências Permanente relativo à Nota de Auditoria nº 201203662/001 informando as providências adotadas pela ANP.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			



## 10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA NO ORGANOGRAMA DA UJ

A Auditoria é órgão de assessoria da Diretoria Colegiada e vinculada administrativamente ao Diretor-Geral, em consonância com o estabelecido na legislação, e com suas atribuições constantes no Regimento Interno da Agência, tendo como propósito básico apoiar e assessorar a gestão quanto ao controle da legalidade e conformidade dos atos administrativos e na melhoria da qualidade dos processos organizacionais da Agência.

Atualmente, a auditoria conta com cinco funcionários, três servidores efetivos, uma secretária gerencial e o Auditor Chefe. Está autorizado para compor o quadro da Auditoria Interna mais dois servidores com o cargo de Analistas Administrativos, no aguardo de serem preenchidas as vagas no próximo concurso público.

- a) Trabalhos mais relevantes realizadas no exercício e principais constatações

#### **1 – Análise do Contrato da GOLDEN CROSS Assistência Internacional de Saúde Ltda.**

- a. Foi constatado que os volumes I, II, e IV do chamado processo mãe possuem mais de 200 páginas cada. A falha detectada está em desconformidade com a Orientação Normativa/AGU nº 2 de 01/04/2009 (DOU de 07/04/2009, S.1, p.13);
- b. Constatamos a ausência de justificativas, no processo, com relação às razões para a aceitação do valor do contrato celebrado, em dezembro de 2008, com um aumento percentual de 16,7% em relação ao valor estimado.

#### **2 – Análise do Contrato nº 7.013/2010-ANP-014.393-UFRJ/FUJB relativo ao Programa de Monitoramento da Qualidade do Combustível.**

- a. Constatamos que para a celebração do Termo Aditivo, foi realizada pesquisa de preços de mercado, entretanto, somente uma instituição particular (PUC-RJ) foi convidada para a estimativa de valores, visando a avaliar se a prorrogação seria o procedimento mais vantajoso para a Administração Pública;
- b. Constatamos que, no Volume I de pagamento, às folhas 79 e 80, consta a existência de relação de amostras coletadas e entregues à PUC/RJ, essa documentação não tem pertinência com o contrato nº 7.013/2010, que foi celebrado entre as ANP e a UFRJ/FUJB.

#### **3 – Análise do Contrato nº 9.108/11 – ANP – 008.424 – EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.**

a. Constatamos a inexistência, dentro do processo analisado, de evidências no que tange ao cumprimento do item 4.1.12 da cláusula quarta das Obrigações da Contratada, no que diz respeito às qualificações e experiências requeridas dos funcionários alocados pela Eurexpress para atuarem nas instalações da ANP;

b. Apesar de já existirem alguns relatórios gerenciais anexados ao processo, entendemos que seria relevante para a ANP que o Contratado disponibilizasse ao Gestor do contrato uma quantidade maior de informações gerenciais com o intuito de aprimorar e auxiliá-lo nos processos de tomada de decisão.

#### **4 – Análise dos processos referentes à ajuda de custo.**

a. Constatamos que os controles internos devem ser aperfeiçoados nos processos de ajuda de custo, tendo em vista a existência de procedimentos distintos sobre a mesma transferência, dificultando o seu controle interno e acompanhamento;

b. Constatamos que há casos de ressarcimento por parte da Agência de serviços de transporte de bagagens e mobiliário para servidores;

c. Constatamos que não foi solicitada documentação que comprove o efetivo deslocamento do servidor e seus dependentes, tais como: comprovantes de passagens aéreas, comprovante escolar de filhos (as), ausência de documentação do cônjuge que comprove relação trabalhista na cidade de origem, etc.

d. Constatamos que, em boa parte dos casos analisados, não está demonstrado no processo o real interesse público na remoção ex-ofício dos servidores;

e. Constatamos falhas nos princípios da publicidade, impessoalidade e economicidade nos critérios adotados para a remoção de servidores;

f. Constatamos a inexistência de processo interno por parte da SRH no que tange a seleção interna para prover a lotação de servidores nos diversos escritórios da ANP;

g. Constatamos a falta de um normativo interno para regulamentar as transferências e o pagamento de ajuda de custo;

h. Constatamos que, no processo nº 48610.003661/2011-04, não existe o registro de dependência no sistema de cadastro funcional do servidor;

i. Constatamos situações em que, apesar de haver mais candidatos interessados em ser removidos do que vagas disponíveis, o processo de remoção foi considerado ex-ofício com a Administração Pública arcando com todas as despesas.

#### **5 – Termo de Cooperação celebrado entre a ANP e a UFPA (PRH 06).**

- a.** Constatamos que a ANP repassará R\$ 198.446,12 (cento e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e doze centavos) a título de Taxa de Bancada, entretanto, consta, no Plano de Trabalho, apenas que a totalidade dos recursos serão gastos para custeio. Considerando a materialidade dos recursos falta um maior detalhamento, inclusive, nos elementos de despesas a serem detalhados na Nota de Crédito.
- b.** Constatamos a inexistência, no processo, de autorização pela Comissão Gestora em todas as viagens realizadas, que utilizaram recursos da Taxa de Bancada;
- c.** Constatamos a inexistência, no processo, de cópias dos bilhetes de passagens aéreas, relatório de viagem e programa dos eventos, que utilizaram os recursos da Taxa de Bancada;
- d.** Constatamos a inexistência da Nota Fiscal relativa a dois SEDEX no valor de R\$ 86,10 (oitenta e seis reais e dez centavos), e R\$ 114,90 (cento e catorze reais e noventa centavos), relativo aos itens 1 e 3 da folha 76;
- e.** Constatamos a inexistência de justificativa sobre o pagamento de conta de hotel para o Coordenador do PRH e para a senhora Renata Hidalgo, nos valores de R\$ 988,00 (novecentos e oitenta e oito reais) e R\$ 1.488,00 (mil quatrocentos e oitenta e oito reais) respectivamente, folha 207;
- f.** Constatamos a existência de pagamentos de gastos não previstos no item 5.2, parte II, do Manual do Usuário, e nem no Plano de Trabalho. Citamos os pagamentos de hospedagem nos valores de R\$ 4.795,50 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), folha 235, R\$ 2.088,00 (dois mil e oitenta e oito reais), folha 245, e R\$ 1.260,60 (mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos), folha 171;
- g.** Constatamos que, embora o Termo de Cooperação determine que as despesas pagas com a taxa devam ser direcionadas ao objeto do Termo de Cooperação com o intuito de viabilizar a estruturação dos programas, a ANP tem aceitado despesas, sem a Universidade apresentar quaisquer explicações e as justificativas das despesas, que aparentemente não atendem ao Termo de Cooperação, citamos como exemplo: a) aquisição de camisas, folha 151; b) aquisição de passagens aéreas para professores convidados para os cursos oferecidos no primeiro encontro de Bolsistas do PRH-06, folha 170; c) cota de participação do PRH-06, no décimo segundo encontro anual de coordenadores e pesquisadores visitantes do PRH-ANP/MCT 2010; d) aquisição de rolo para plotter, folha 143 e papel glossy, folha 154; e) aquisição de duas baterias, folha 110; f) inexistência de justificativa sobre a participação da bolsista Carla Santos no Field trip “Tapajós”, folha 215; g) aquisição de notebook Dell, netbook e computadores Intel;
- h.** Constatamos que não consta no processo quaisquer informações da Universidade sobre os processos licitatórios e nem a solicitação de três propostas orçamentárias, para avaliação da melhor proposta pela Administração Pública;
- i.** Constatamos que aproximadamente 55% dos recursos da taxa de bancada foram utilizados para o pagamento de diárias, passagens e hospedagem;

j. Constatamos que, contrariando os termos do art. 42, § 1º, I e II da Portaria nº 127/08, os recursos relacionados ao Termo de Cooperação não estão sendo aplicados em caderneta de poupança, nem em fundo de aplicação financeira de curto prazo;

k. Constatamos que não consta no processo a relação dos professores que participam do PRH, desta forma, não tem como precisar a relação dos professores que teriam direito a receber diárias e passagens com recursos do PRH;

l. Constatamos a existência de grande número de Notas Fiscais, Faturas e Recibos no processo sem o devido atesto.

#### **6 – Convênio celebrado entre a ANP e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (PRH 17).**

a. Constatamos a falta de controle, em razão da publicação no DOU do mesmo Convênio duas vezes, em 10 de dezembro de 2009 e em 25 de agosto de 2010;

b. Constatamos que, conforme o Plano de Aplicação dos recursos, aproximadamente 80% dos recursos da Taxa de Bancada, deverão ser gastos para pagamento de diárias e passagens nacionais e internacionais, aparentemente, contrariando, os termos do Convênio e o Manual do Usuário;

c. Constatamos que o Termo de Convênio não está cadastrado no SICONV, apenas o Termo Aditivo. Além de outras informações pertinentes, tais como, os relatórios de execução, documentos de liquidação e de pagamento. Apesar de constar no SICONV informações necessárias para caracterizar o pagamento, como por exemplo, nº do documento de liquidação e do pagamento, data e valor do pagamento e o CNPJ do favorecido, não há nenhum documento comprobatório dessas informações;

d. Constatamos que, no SICONV, não foram cadastrados o Parecer sobre as Prestações de Contas, o relatório de execução que comprovem o cumprimento do objeto, bem como os formulários que devem compor o processo de prestação de contas, conforme o Manual do Usuário;

e. Constatamos que o pagamento do valor de R\$ 8.778,00 (oito mil, setecentos e setenta e oito reais), referente ao pagamento da bolsa de Coordenador do Convênio UERJ-PRH 17, está incompatível com a data do primeiro repasse para o Convênio que somente veio a ocorrer em outubro de 2010, sendo a primeira prestação de contas apresentada no quarto trimestre de 2010;

f. Constatamos que o Pesquisador Visitante do PRH-17 aparece na relação de pagamentos da UERJ como servidor, havendo uma aparente incompatibilidade, pois esse fato inviabiliza a dedicação exclusiva da qual o Pesquisador é regido;

g. Constatamos a inexistência no SICONV da documentação comprobatória dos pagamentos realizados, pois somente consta a data do pagamento no documento que

gerou o pagamento e o CNPJ ou razão social do favorecido, contudo, outros documentos comprobatórios, como por exemplo: a) a participação dos bolsistas no 45º Congresso Brasileiro de Geologia; b) o pagamento a título de inscrição para a Associação Brasileira de Pesquisa em Petróleo e Gás não consta o comprovante de participação dos bolsistas no evento e o nº de inscritos; c) o pagamento de diárias no valor de R\$ 1.554,30 para o Sr. Hernani Aquini Fernandes Chaves, tendo em vista que não há comprovação se o mesmo faz parte do programa, além de não constar a justificativa para o pagamento e o comprovante dos bilhetes de passagens aéreas.

**7 – Análise do Contrato nº 7.047/2010-ANP-014.829-UFPR/FUNPAR relativo ao Programa de Monitoramento da Qualidade do Combustível.**

a. Constatamos que permanece pendente de atendimento a determinação do Tribunal de Contas da União sobre a formalização de instrumento jurídico com a especificação das obrigações de cada contratada, em conformidade com o Acórdão nº 2.142/2010-Plenário.

**8 – Análise do Banco de Amostras da ANP.**

a. Constatamos que a inexistência de um Banco de Amostras da ANP acarreta uma série de problemas e custos aos concessionários, que são obrigados a guardar as amostras em suas instalações e consequentemente cobrar pela disponibilização dessas amostras a outras empresas. Na REDUC, por exemplo, segundo cálculos da concessionária, o armazém destinado às amostras estará completamente saturado em aproximadamente um ano, demandando investimentos e custos adicionais à Estatal. Atualmente o acesso às amostras somente podem ser feitas por intermédio das concessionárias detentoras dos seus bancos de amostras e não pela ANP, contrariando assim a Lei nº 9.478/97 e a Portaria ANP nº 283 de 14 de novembro de 2001. Inclusive, uma vez que a atividade de disponibilização de amostras não é prioritária para as concessionárias, uma solicitação de acesso às amostras normalmente é bastante oneroso e pode demorar até alguns meses para seu efetivo atendimento, e como resultado, podemos ter um desestímulo à realização de pesquisas e investimentos;

b. Constatamos que os sistemas de controle de Banco de Amostras da ANP são realizados por meio de planilhas Excel. Entendemos que, em face, da complexidade e quantidade de dados, poderia ser avaliada a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de controle do Banco de Amostras da ANP.

**9 – Análise do Contrato nº 9.137/10-ANP-000.846-MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A.**

a. Constatamos que na solicitação de repactuação apresentada pela contratada nas planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços consta a rubrica Reserva Técnica com percentual de 10%. Esse procedimento contraria o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, apresentado nos Acórdãos nºs 1.753/2008-Plenário, 3.092/2010-Plenário e na Nota Técnica nº 005/2011-AUD, desta Assessoria.

## **10 – Análise dos contratos e processos do Escritório de Salvador.**

a. Foi constatado que servidores não lotados no ESA estão utilizando linhas de telefone, que são de responsabilidade do Gestor do Escritório, pois elas estão agregadas ao contrato nº 9.105/08 que foi celebrado com a Vivo S/A. Esse procedimento contraria o objeto do contrato que prevê em sua cláusula primeira, que a contratada se obriga à prestação de serviços de Telefonia Móvel, modalidade pós-pago, incluindo a facilidade de roaming nacional, com fornecimento de 09 (nove) linhas e respectivos aparelhos telefônicos, devidamente habilitados para realizar ligações locais em todo território nacional, para atender ao Escritório de Salvador/ANP. As linhas número (071) 9954-8196 e (071) 9921-2771 estão sendo utilizadas por servidores que foram lotados no Escritório de Salvador e atualmente estão lotados nos Escritórios de Porto, Alegre e Manaus, respectivamente, acarretando maiores despesas para a ANP, pela utilização de interurbanos.

b. Constatamos que o aluguel das salas 2801 e 2802, totalizando uma área privativa de 770 (setecentos e setenta) metros quadrados com direito a 19 (dezenove) vagas de garagem ao custo de R\$ 11.550,00/mês/sala (onze mil, quinhentos e cinquenta reais), aparentemente o Escritório está superdimensionada para o quantitativo de pessoas que o utilizam atualmente.

## **11 – CONTRATO nº 9.144/11-ANP-005.933 CELIN – TRANSPORTES LTDA.-EPP.**

a. Constatamos que os veículos que são utilizados pelos Diretores pernoitam com os motoristas em suas residências, o que pode gerar um ônus maior para a Administração Pública, pois os motoristas residem em média 25 quilômetros da Agência, ocorrendo uma quilometragem adicional. Segundo informações coletadas, o pernoite se justifica em razão da necessidade de suprir a agenda dos Diretores. Constatamos que os veículos utilizados no Escritório de Salvador, Manaus e Brasília, também pernoitam com os motoristas;

b. Constatamos que o veículo Citroen, placa KOQ 4905 disponibilizado para o Escritório de São Paulo, com frequência vai para regiões fora do município de SP, denotando um aparente uso para ações de fiscalização, o que não está previsto no contrato, tendo em vista que o veículo é utilizado somente para apoio administrativo. A Agência possui um contrato específico de locação de veículo para as ações de fiscalização;

c. Constatamos que, nos Escritórios de São Paulo, Brasília e Salvador não constam um setor/pessoa responsável por autorizar o uso dos veículos, conforme procedimento realizado no Escritório Central. Sendo o controle de utilização dos veículos somente o percurso realizado, não existindo, na maioria das vezes, o atesto do usuário. Em razão da existência de somente um contrato para locação de veículos para serviços administrativos, a SFA é responsável pela fiscalização e atesto de todos os veículos, por essa razão entendemos que se faz necessário o aprimoramento dos controles utilizados por aqueles usuários. Inclusive, com a nomeação dos servidores responsáveis por acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços na Sede e nos Escritórios Regionais;

d. Constatamos que os veículos de transporte institucional são utilizados para o transporte até o local de embarque e desembarque, em viagens a serviço, apesar do recebimento da indenização de transporte, prevista no artigo 8º do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006;

e. Constatamos a inexistência no processo de registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato conforme previsto no item 3.1 do Contrato e no Acordo de Níveis de Serviços.

## **12 – Análise das propostas de concessões de diárias e passagens.**

a. Constatou-se a existência de servidores com pendências na devolução de diárias, relativas ao exercício de 2012, conforme o anexo II do presente relatório. Ressalte-se ainda que os valores devidos constantes nas PCDPs nº 003116/12-1C, 002709/12 e 003102/12-1C estão com atrasos superiores há dois meses e as referidas pendências já foram encaminhados para a SRH, conforme Memorando nº 571/212/SFA, porém os valores não foram ainda devolvidos ao Erário;

b. Constatou-se que o comprovante de embarque da PCDP nº 883/12-2C está em nome de outro servidor;

c. Constatou-se que não constam às justificativas com documentações anexadas ou as SPATs dos cursos e congressos que motivaram a realização das viagens nas PCDPs nº 2342/12, 3181/12, 1149/12-1C, 1382/12, 1550/12, 1921/12, 1964/12, 2724/12, 3682/12, 357/12, 603/12, 1563/12, 3846/12, 3712/12-1C;

d. Constatou-se a falta dos comprovantes (bilhetes e/ou tickets de viagem) com a comprovação da data de embarque e desembarque, contrariando o artigo 3º da Portaria nº 98/2008 nas PCDPs nº 746/12, 3440/12, 2342/12, 761/12, 930/12, 1723/12, 347/12, 3748/12, 3729/12, 3710/12, 3745/12, 3601/12, 3695/12;

e. Constatou-se que as solicitações de viagens verificadas nas PCDP'S nº 2480/12, 3440/12, 2342/12, 3181/12, 170/12, 3558/12, 411/12, 761/12, 1149/12-1C, 1382/12, 1550/12, 1921/12, 1964/12, 357/12, 1620/12, 1799/12, 603/12, 1563/12, 1723/12, 347/12, 3714/12, 3804/12, 3596/12, 3713/12 foram feitas em prazo inferior a dez dias sem que houvesse uma justificativa razoável, resultando em passagens aéreas mais caras, contrariando o disposto no inciso I do artigo 1º da Portaria MPOG nº 505/2009 e denotando um aparente despreço pelo princípio da economicidade;

Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

No exercício de 2012, foram realizadas 96 (noventa e seis) recomendações, dessas 78% foram implementadas até a presente data, sendo o restante a ser implementado nos próximos doze meses.

Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna:

O Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT é aprovada pela Diretoria Colegiada, que avalia regularmente o seu cumprimento por meio do acompanhamento da realização dos trabalhos. Os Relatórios elaborados a partir das ações realizadas são encaminhados para todos os Diretores e as Áreas Técnicas auditadas. Além de receberem diretamente os trabalhos, devem atender as implementações dentro de prazos determinados e acompanhados pela Auditoria Interna. No caso de descumprimento injustificável de algum prazo a Diretoria Colegiada é comunicada do ocorrido e é solicitado providências.

Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

A sistemática de monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna é por meio de exames realizados pela Auditoria Interna e follow up sobre a efetividade das recomendações.

Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações:

Conforme informado no item d, todos os relatórios são encaminhados formalmente para o Diretor Geral e para as Diretorias Técnicas. Não havendo casos de aceitação dos riscos pela não implementação das recomendações.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna:

Item não aplicável à ANP.



### 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDNA NA LEI Nº 8.730/93

#### 10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>315</b>
	Entregaram a DBR	10	24	293
	Não cumpriram a obrigação	1	2	22

Fonte:

##### 10.3.1.1 ANÁLISE CRÍTICA

O controle do recebimento e o tipo de documento apresentado é realizado por meio de planilha eletrônica. A maioria dos servidores optou pela entrega da Autorização de Acesso prevista na IN TCU nº 67/2011. Porém o cumprimento da determinação legal encontra dificuldade na execução em alguns momentos, pois alguns servidores entendem que cumprem a obrigação ao fazer a declaração de IR junto a Receita Federal, sendo este o Órgão de controle para fins de Bens e Renddas. As referidas declarações e a Autorizações de Acesso estão armazenadas em arquivo próprio da SRH.

#### 10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

##### 10.4.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (ANEXO I)

## 11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

### 11.1.1 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

- a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Parcialmente aplicando: para os bens adquiridos a partir de 2010 os cálculos de depreciação estão sendo realizados.

Para aqueles adquiridos antes de 2010, a Comissão Especial ainda não efetuou a avaliação dos mesmos, o que, assim que realizado, possibilitará o início da contabilização da depreciação dos mesmos.

- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

O sistema de gestão de patrimônio está em fase final de implantação e ajustes. A conclusão deste projeto disponibilizará a ferramenta tecnológica que permitirá à Comissão Especial de Avaliação levantar todos os bens incluídos nos grupos contábeis para atender ao cronograma estabelecido na Macrofunção SIAFI 020330.

- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na referida Macrofunção SIAFI 020330

- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na referida Macrofunção SIAFI 020330

- e) As taxas utilizadas para os cálculos;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na referida Macrofunção SIAFI 020330

- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

O acompanhamento dos itens são efetuados no SIAFI.

- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não aplicável

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 DECLARAÇÃO PLENA (ANEXO II)

11.2.2 DECLARAÇÃO COM RESSALVA (NÃO APLICÁVEL À UJ)

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 (NÃO APLICÁVEL À UJ)

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 (NÃO APLICÁVEL À UJ)

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS (NÃO APLICÁVEL À UJ)

11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE (NÃO APLICÁVEL À UJ)



ACÓRDÃO Nº 482/2012-PLENÁRIO

Em cumprimento ao Ofício nº 0148/2013-TCU/SEMAG que uniformizou o atendimento às deliberações do Acórdão nº 482/2012-Plenário, relativas a informações sobre a aplicação e a arrecadação de multas pelas entidades federais de regulação e fiscalização. Os Quadros encaminhados, pelo citado Ofício, foram preenchidos pelas Unidades Organizacionais da ANP, conforme a seguir apresentados:

1) Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP

MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE		
QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS		
Exercício 2012		
Item	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício*	0	0
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
<b>Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta</b>	0	0
<b>Valor total das multas aplicadas no exercício*</b>	0	0

MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE						
QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)						
Exercício 2012						
Item	Referentes a multas aplicadas*:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	-	-	0	0	3	3
Quantidade de multas aplicadas	-	-	8	6	9	23
Percentual (em relação ao total de multas)	-	-	0	0	33%	33%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	-	-	0	0	R\$ 1.510.250,00	R\$ 1.521.250,00

Valor das multas aplicadas	-	-	R\$ 100.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 1.964.250,00	R\$ 2.154.250,00
Percentual (em relação ao valor total das multas)	-	-	0	0	77%	70%

\* Considera-se como a data de aplicação das multas o dia em que foi proferida a sentença de 1ª Instância, pois é quando se estabelece, em uma sentença condenatória, o valor da multa.

#### PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS

DURAÇÃO DO PROCESSO						
Exercício 2012						
Item	Multas de processos administrativos concluídos* em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
<b>Quantidade de multas</b>	-	-	3	2	0	5
<b>Valor das multas</b>	-	-	R\$ 241.500,00	R\$ 42.875,00	0	R\$ 284.375,00

DURAÇÃO DO PROCESSO					
Exercício 2011					
Item	Multas de processos administrativos concluídos* em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
<b>Quantidade de multas</b>	-	-	6	0	6
<b>Valor das multas</b>	-	-	R\$ 89.256,49	0	R\$ 89.256,49

\*Foram considerados como concluídos somente os processos em que as multas foram recolhidas, não estão englobados os processos que estão para inscrição da dívida ativa.

#### 2) Núcleo de Fiscalização da Medição, Produção de Petróleo e Gás Natural – NFP

#### MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE

QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS		
Exercício 2012		
Item	Referentes às multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa	0	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício	1	25
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa	0	0
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício	R\$ 175.500,00	R\$ 295.098.382,47

**MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE**

QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE		
Exercício 2012		
Item	Referentes às multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	9
Quantidade de multas aplicadas	1	25
Percentual (em relação ao total de multas)	0%	36%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0
Valor das multas aplicadas	R\$ 172.500,00	R\$ 119.501.382,47
Percentual (em relação ao valor total de multas)	0,06%	99,94%

**PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

DURAÇÃO DO PROCESSO						
Exercício 2012						
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	Total
Quantidade de multas	0	0	13	3	0	16
Valor das multas	0	0	R\$ 170.267.700,00	R\$ 5.330.000,00	0	R\$ 175.597.700,00

DURAÇÃO DO PROCESSO					
Exercício 2011					
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	2009	2010	2011	Total
Quantidade de multas	0	0	1	0	1
Valor das multas	0	0	R\$ 172.500,00	0	R\$ 172.500,00

3) Superintendência de Definição de Blocos – SDB

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS
Exercício 2012

Item	Referentes às multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa	0	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício	1	2
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa	0	0
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício	R\$ 415.110,88	R\$ 1.722.660,00

### MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE

QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE		
Exercício 2012		
Item	Referentes às multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0
Quantidade de multas aplicadas	1	2
Percentual (em relação ao total de multas)	0%	0%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0
Valor das multas aplicadas	R\$ 415.110,88	R\$ 1.722.660,00
Percentual (em relação ao valor total de multas)	0%	0%

### PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS

DURAÇÃO DO PROCESSO						
Exercício 2012						
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	Total
Quantidade de multas	0	0	0	0	2	2
Valor das multas	0	0	0	0	R\$ 1.722.660,00	R\$ 1.722.660,00

DURAÇÃO DO PROCESSO						
Exercício 2011						
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:					
	Até 2008	2009	2010	2011	Total	

Quantidade de multas	0	0	2	1	3
Valor das multas	0	0	R\$ 8.332.481,60	R\$ 415.110,88	R\$ 8.747.592,48

4) Superintendência de Exploração – SEP

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS - Exercício 2012</b>		
Item	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa	7	4
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de termo de ajustamento de conduta (TAC)	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício	14	21
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (R\$)	700.000,00	100.000,00 (*)
Valores das multas aplicadas que foram objeto de TAC	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício	306.000,00	540.988,00

(\*) Não inclui multas canceladas em primeira instância, as quais, conforme a Lei 9.847/99, ainda não têm valor definido.

**MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE - Exercício 2012</b>						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente	0	0	0	0	1	1
Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0	0	4,76	
Valor das multas com recurso administrativo pendente	0	0	0	0	45.000,00	45.000,00
Valor das multas aplicadas (percentual em relação ao valor total das multas)	0	0	0	0	8,32	

**PRAZOS DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO - Exercício de 2012</b>						
Item	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas	0	0	0	1	21	22
Valor das multas	0	0	0	105.000,00	540.988,00	645.988,00

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO - Exercício de 2011</b>					
Item					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
Quantidade de multas	0	0	2	13	15
Valor das multas	0	0	2.000.000,00 (*)	201.000,00	2.201.000,00

(\*) Multas em cobrança parcelada pela SFA/DF.

## 5) Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente – SSM

<b>MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE</b>		
<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
Item	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	1	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício	22	24
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0*	0
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício (R\$)	88.630.000,00	21.310.000,00

\* A infração foi julgada insubsistente em decisão de 1ª instância, portanto não foi atribuído valor à multa.

<b>MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE</b>						
<b>QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	1	5	6
Quantidade de multas aplicadas	0	3	4	22	24	53

Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0	4,54%	20,83%	11,32%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento (R\$)	0	0	0	11.700.000,00	4.225.000,00	15.925.000,00
Valor das multas aplicadas (R\$)	0	650.000,00	9.700.000,00	88.630.000,00	21.310.000,00	120.290.000,00
Percentual (em relação ao valor total das multas)	0	0	0	13,2%	19,82%	13,23%

**PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	0	13	5	18
<b>Valor das multas (R\$)</b>	0	0	0	34.380.000,00	21.310.000,00	55.690.000,00

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>					
<b>Exercício 2011</b>					
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	2	8	10
<b>Valor das multas (R\$)</b>	0	0	300.000,00	42.550.000,00	42.850.000,00

6) Superintendente de Refino e Processamento de Gás Natural – SRP

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
<b>Item</b>	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	-	-
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	-	-
Quantidade de multas aplicadas no exercício	45	11
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	-	-
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	-	-

Valor total das multas aplicadas no exercício	R\$ 705.000,00	R\$ 667.500,00
---	----------------	----------------

Cumpra salientar que dois autos de infração foram considerados insubsistentes quando apreciados pelos julgadores da SRP em 2011. No entanto, por ainda não constituírem efetivamente multas e não terem valores aplicados, não foram contados para efeito do quadro acima.

Em outro auto de infração, a segunda instância tornou nulo o julgamento e encaminhou o processo novamente para a primeira instância julgá-lo. Entretanto, pelo fato de a multa não ter sido cancelada, foi considerada somente para efeitos de quantidade de multas aplicadas.

#### MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE

QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)						
Exercício 2012						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	-	-	-	1	7	8
Quantidade de multas aplicadas	-	-	-	45	11	56
Percentual (em relação ao total de multas)	-	-	-	2,22%	63,64%	14,29%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	-	-	-	R\$ 15.000,00	R\$ 610.000,00	R\$ 625.000,00
Valor das multas aplicadas	-	-	-	R\$ 705.000,00	R\$ 667.500,00	R\$ 1.372.500,00
Percentual (em relação ao valor total das multas)	-	-	-	2,13%	91,39%	45,54%

#### PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS

DURAÇÃO DO PROCESSO						
Exercício 2012						
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas	-	2	-	3		5
Valor das multas	-	R\$ 25.000,00	-	R\$ 50.000,00		R\$ 75.000,00

DURAÇÃO DO PROCESSO					
Exercício 2011					
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
Quantidade de multas	-	-	21	3	24
Valor das multas	-	-	R\$ 345.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 380.000,00



**Observações:** Foram considerados como concluídos somente os processos pagos. Os inscritos em dívida ativa ou em execução fiscal, entre outros, não foram contabilizados. Quanto ao início do processo administrativo foi utilizado o dia em que foi lavrado o documento de fiscalização.

7) Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
Item	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	<b>0</b>	<b>0</b>
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	<b>0</b>	<b>0</b>
Quantidade de multas aplicadas no exercício*	<b>21</b>	<b>12</b>
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	<b>0</b>	<b>0</b>
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor total das multas aplicadas no exercício* (R\$)	<b>3.970.000,00</b>	<b>9.181.500,00</b>

**MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	1	0	1
Quantidade de multas aplicadas	0	0	0	1	0	1
Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0	8,33%	0	8,33%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	155000	0	155000
Valor das multas aplicadas	0	0	0	9181500	0	9181500
Percentual (em relação ao valor total das multas)	0	0	0	0,17%	0	0,17%

**PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>
----------------------------

<b>Exercício 2012</b>						
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas	0	0	0	0	13	13
Valor das multas	0	0	0	0	9181500	9181500

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>					
<b>Exercício 2011</b>					
Item	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
Quantidade de multas	0	0	0	22	22
Valor das multas	0	0	0	3970000	3970000

8) Superintendência de Participações Governamentais – SPG

<b>MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE</b>		
<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
Item	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício	0	0
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício	0	0

<b>MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE</b>						
<b>QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	0	0	0
Quantidade de multas aplicadas	8	2	5	12	6	33
Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0	0	0	-

Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	0	0	0
Valor das multas aplicadas	R\$ 2.298.000,00	R\$ 3.549.320,24	R\$ 1.862.000,00	R\$ 1.459.000,00	R\$ 174.692.739,00	R\$ 183.861.060,67
Percentual (em relação ao valor total das multas)	0	0	0	0	0	0

**PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	0	7	6	13
<b>Valor das multas</b>	0	0	0	R\$ 1.045.000,00	R\$ 174.692.739,90	R\$ 175.737.739,90

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>					
<b>Exercício 2011</b>					
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:				
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	2	5	7
<b>Valor das multas</b>	0	0	R\$ 72.000,00	R\$ 394.000,00	R\$ 466.000,00

9) Coordenadoria de Conteúdo Local – CCL

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
<b>Item</b>	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012
Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Quantidade de multas aplicadas no exercício* (2)	48	25
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	0	0
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta	0	0
Valor total das multas aplicadas no exercício* (R\$) (3)	31.001.480,30	3.844.443,70

**Obs.:**

- 1-Não serão consideradas como canceladas as multas prescritas e as multas excluídas de Sistema de Gestão de Créditos por erro operacional.
- 2 – Blocos multados (uma multa para cada bloco)
- 3 – Valores constantes nas multas, sem descontos.

**MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
<b>Item</b>	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	0	0	0
Quantidade de multas aplicadas	0	0	0	48	25	73
Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0	0	0	-
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	0	0	0	0
Valor das multas aplicadas	0	0	0	31.001.480,30	4.244.225,25	35.245.705,55
Percentual (em relação ao valor total das multas)	0	0	0	0	0	-

**PRAZO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS**

<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>						
<b>Exercício 2012</b>						
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2012 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	0	23	2	25
<b>Valor das multas</b>	0	0	0	1.528.325,73	2.715.899,58	4.244.225,25
<b>DURAÇÃO DO PROCESSO</b>						
<b>Exercício 2011</b>						
<b>Item</b>	Multas de processos administrativos concluídos em 2011 e iniciados:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Total	
<b>Quantidade de multas</b>	0	0	0	48	48	
<b>Valor das multas</b>	0	0	0	31.001.480,30	31.001.480,30	

10) Superintendência de Gestão Administrativa e Financeira do Distrito Federal – SFA/EDF

**MULTAS CANCELADAS ADMINISTRATIVAMENTE**

<b>QUANTIDADE DE MULTAS CANCELADAS EM INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>Exercício 2012</b>		
<b>Item</b>	Referentes a multas aplicadas:	
	2011	2012

Quantidade de multas canceladas em razão de decisão administrativa em 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas	66	10
Quantidade de multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta		
Quantidade de multas aplicadas no exercício*		
Valores das multas canceladas em razão de decisão administrativa no exercício de 2012 (absolvição do infrator por decisão administrativa ou conversão em advertência, por exemplo), de acordo com o exercício em que as multas foram aplicadas		
Valores das multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta		
Valor total das multas aplicadas no exercício*		

\* Serão consideradas as multas aplicadas que foram objeto de Termo de Ajustamento de Conduta.

#### MULTAS NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE

QUANTIDADE DE MULTAS AINDA NÃO CONSTITUÍDAS DEFINITIVAMENTE (SEM TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO)						
Exercício 2012						
Item	Referentes a multas aplicadas:					
	Até 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
Quantidade de multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	12	286	1.368	1.666
Quantidade de multas aplicadas	4.693	6.243	11.545	8.697	5.774	36.952
Percentual (em relação ao total de multas)	0	0	0,10%	3,29%	23,69%	4,51%
Valor das multas com recurso administrativo pendente de julgamento	0	0	180.000,00	16.124.500,00	52.905.000,00	69.209.500,00
Valor das multas aplicadas	106.590.150,00	138.787.950,00	304.214.200,00	334.975.850,00	400.356.050,00	1.284.924.200,00
Percentual (em relação ao valor total das multas)	0	0	0,06%	4,81%	13,21%	5,39%

#### PENDÊNCIAS DE INSCRIÇÃO NO CADIN

INADIMPLENTES PENDENTES DE INSCRIÇÃO NO CADIN	
Item	Em 31/12/2012
Quantidade de devedores de multas exigíveis, definitivamente constituídas, <u>pendentes</u> de inscrição no CADIN	0
Total de devedores de multas exigíveis, definitivamente constituídas, que estão inscritos no CADIN somado aos devedores pendentes de inscrição no CADIN (Item anterior)	16.927

Percentual (em relação aos valores das multas cujos devedores estão inscritos no CADIN somados aos das multas contra devedores pendentes de inscrição no CADIN)	-
Valor das multas exigíveis, definitivamente constituídas, pendentes de inscrição no CADIN	0
Valor das multas exigíveis, definitivamente constituídas, que estão inscritos no CADIN somado aos devedores pendentes de inscrição no CADIN (Item anterior)	1.051.120.394,67
Percentual (em relação aos valores das multas cujos devedores estão inscritos no CADIN somados aos das multas contra devedores pendentes de inscrição no CADIN)	-

Obs.: Os sistemas disponíveis não nos permite extrair a posição dos dados em 31/12/2011. Desta forma, foi extraído apenas o total em 31/12/2012.

<b>PROCESSOS COM RISCO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA</b>	
<b>Exercício 2012</b>	
Quantidade de multas exigíveis e não encaminhadas para o órgão da PGF competente para inscrição em dívida ativa, com risco de prescrição da pretensão executória em 2013	0
Quantidade de multas exigíveis e não encaminhadas para o órgão da PGF competente para inscrição em dívida ativa	0
Percentual	0
Valor das multas exigíveis e não encaminhadas para o órgão da PGF competente para inscrição em dívida ativa, com risco de prescrição da pretensão executória em 2013	0
Valor das multas exigíveis e não encaminhadas para o órgão da PGF competente para inscrição em dívida ativa	0
Percentual	0

Obs.: Não há multas exigíveis e não encaminhadas à PRG para inscrição em dívida ativa com valor igual ou superior a R\$500,00.

#### ARRECADAÇÃO (MONTANTE FINANCEIRO)

<b>ARRECADAÇÃO</b>						
Item	Referentes a multas exigíveis e definitivamente constituídas:					
	Em 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Total
(*) Valor Arrecadado	17.728.147,13	26.798.548,97	56.789.370,64	52.507.845,05	60.350.458,10	214.174.369,89
(**) Valor arrecadado	33.020.500,00	32.529.800,00	68.865.000,00	41.460.000,00	77.046.800,00	252.922.100,00
Valor das multas exigíveis e definitivamente constituídas em cada exercício	106.590.150,00	138.787.950,00	304.214.200,00	334.975.850,00	400.356.050,00	1.284.924.200,00

Percentual do montante financeiro total recolhido (em relação ao total de multas que são exigíveis)	30,98%	23,44%	22,64%	12,38%	19,24%	19,68%
---	--------	--------	--------	--------	--------	--------

(\*) Os valores arrecadados referentes a essa linha são os valores que efetivamente foram depositados na UG 323030. Esses dados foram extraídos do SIAFI.

(\*\*) Os valores referentes a essa linha são os valores pagos referentes aos débitos com vencimento nos respectivos exercícios e cadastrados no Sistema de Controle de Multas - SICOM. Desta forma, o valor arrecadado faz referência ao vencimento do débito, considerando o seu pagamento independente do exercício em que o mesmo ocorreu.

Obs.:

1 - Foi excluída a tabela referente ao Exercício 2011. Os dados acima são os únicos que o sistema nos permite extrair.

2 - Os dados de valor das multas são os referentes aos exercícios de 2008 a 2012, pois como o sistema de controle de multas – SICOM não emite relatórios, estes são os dados que podemos apresentar com maior segurança.

#### PARCELAMENTO

PARCELAMENTO DE MULTAS	
Item	Até 2012
Quantidade de multas parceladas	1.698
Quantidade de multas exigíveis e definitivamente constituídas	24.997
Percentual	6,79%
Valor das multas parceladas	40.722.750,00
Valor das multas exigíveis e definitivamente constituídas	1.284.924.200,00
Percentual	3,17%

Obs: Os dados de quantidade e valor das multas exigíveis são os referentes aos exercícios de 2008 a 2012, pois como o sistema de controle de multas – SICOM não emite relatórios, estes são os dados que podemos apresentar com maior segurança.

#### ARRECADAÇÃO (QUANTIDADE DE MULTAS)

ARRECADAÇÃO						
Item	Referentes a multas exigíveis e definitivamente constituídas:					
	Em 2008	Em 2009	Em 2010	Em 2010	Em 2012	Total
Quantidade de multas arrecadadas	1.605	2.200	4.102	2.520	1.528	11.955
Quantidade de multas exigíveis e definitivamente constituídas	3.088	4.043	7.443	6.177	5.774	26.525
Percentual da quantidade de multas arrecadadas	51,98%	54,42%	55,11%	40,80%	26,46%	45,07

Obs: Os dados de quantidade das multas são os referentes aos exercícios de 2008 a 2012, pois como o sistema de controle de multas – SICOM não emite relatórios, estes são os dados que podemos apresentar com maior segurança.

<b>MULTAS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa POR DECISÃO JUDICIAL</b>	
<b>QUANTIDADE DE MULTAS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa POR DECISÃO JUDICIAL</b>	
<b>Exercício 2012</b>	
<b>Item</b>	Referentes a multas definitivamente constituídas e não pagas:
	Até 2012
Quantidade de multas definitivamente constituídas e com exigibilidade suspensa por decisão judicial e não pagas	422
Total de multas definitivamente constituídas e não pagas	25.001*
Percentual	1,69%
Valor das multas definitivamente constituídas e com exigibilidade suspensa por decisão judicial e não pagas	R\$ 293.272.839,90
Valor total de multas definitivamente constituídas e não pagas	R\$ 1.226.389.839,90*
Percentual	23,91%

As multas definitivamente constituídas estão em fase de execução fiscal.



ACÓRDÃO Nº 2.081/2012-PLENÁRIO

Item 9.4 – determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informando ao Tribunal sobre tal providência, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste acórdão.

A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos (SRH) encaminhou os seguintes esclarecimentos:

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário, aprovou a proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de substituir gradualmente, por servidores concursados, entre os anos de 2006 e 2010, empregados terceirizados contratados em discordância com o Decreto nº 2.217/1997, normativo legal que dispõe sobre contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

De acordo com o referido decreto, não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Segundo levantamento do MPOG à época da prolação do Acórdão nº 1.520/2006-Plenário, havia 33.125 postos de trabalho ocupados à margem das regras estabelecidas no Decreto nº 2.271/1997.

Paralelamente ao acordado com o Tribunal, por intermédio do Ministério e da Advocacia Geral da União, firmou Termo de Conciliação Judicial (TCJ) com o Ministério Público do Trabalho, em que se comprometeu a contratar serviços terceirizados apenas nas hipóteses previstas no Decreto nº 2.271/1997, bem como em substituir, também até 2010, toda a força de trabalho terceirizada em desconformidade com a lei por servidores concursados.

De acordo com a cláusula segunda, § 1º do TCJ, os órgãos da Administração Pública Federal deveriam elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos.

Já o § 3º da mesma cláusula, determinava que cabia ao MPOG adotar todas as medidas necessárias no âmbito de sua competência para promover tal regularização, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir novas despesas.

Cópia do referido Acórdão foi encaminhada à ANP, para conhecimento e providências necessárias, por meio do Ofício nº 2466/2007/SE/MME de 21 de dezembro de 2007.

De forma a atender as determinações do TCJ, a ANP realizou, em conjunto com os Ministérios de Minas e Energia e do Planejamento, estudo a respeito da situação dos contratos de terceirização de serviços então vigentes. Foi levantado que, à época, a ANP

contava com 143 prestadores de serviço ocupando postos que executavam atividades típicas de servidores ocupantes de cargo efetivo, em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997.

Com o propósito de promover a substituição dos prestadores em situação irregular por servidores concursados, o Ministério de Minas e Energia encaminhou ao MPOG, por intermédio do Ofício nº 1061/2008/SE/MME de 11 de junho de 2008, proposta de ampliação do quadro da Agência.

O estudo de ampliação do quadro resultou no encaminhamento, pelo Poder Executivo, do Projeto de Lei nº 5.911/2009, que prevê a criação de cargos para as Agências Reguladoras. No âmbito da ANP, está prevista a criação de 150 cargos de Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural e 30 cargos de Técnico Administrativo. O PL encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Mesmo sem a criação dos referidos cargos, a ANP, em cumprimento ao cronograma estabelecido na cláusula terceira do TCJ, extinguiu, até 31 de julho de 2009, 32 postos de trabalho em situação irregular; fato comunicado ao MME por meio do Ofício nº 556/2009/SRH-ANP de 21 de agosto de 2009. Até 31 de dezembro de 2009, foram extintos cinco postos de trabalho contratados em desacordo com a Lei.

Atualmente, a ANP mantém 106 postos de trabalho em situação irregular, que devem ser extintos com a aprovação do PL nº 5.911/2009 e o provimento, por meio de concurso público, das vagas criadas.

A SRH ressaltou que o quadro de servidores na ANP se encontra totalmente estruturado. O quantitativo definido inicialmente na Lei nº 10.871/2004 tornou-se insuficiente diante das novas atribuições conferidas pela Lei nº 11.097/2005, que introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira e atribuiu à Agência atuação regulatória sobre o setor de combustíveis derivados das fontes renováveis. Além disso, é possível citar a Lei nº 11.909/2009, que determinou alterações significativas às atividades da indústria do Gás Natural e também no que diz respeito às competências dos agentes governamentais que participam desse segmento e a Lei nº 12.490/2011, que transferiu o controle da fiscalização da cadeia do etanol à ANP.

Assim, a extinção dos postos de trabalho sem a devida substituição por servidores concursados comprometeria a continuidade do serviço e o interesse público, pois o incremento das atribuições da ANP não foi acompanhado do aumento no quantitativo de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 3.356/2012-PLENÁRIO

Item 9.1 – determinar à ANP que apresente ao Tribunal de Contas da União – TCU, no prazo de noventa dias a contar da notificação, sem prejuízo de constar do próximo ***Relatório de Gestão da Agência (exercício de 2012)***, informações a cerca da regulação das novas competências atribuídas à ANP pela Lei nº 12.490/2011, para fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria de biocombustíveis, no que concerne à comercialização, à produção e à estocagem de etanol, de modo a demonstrar os instrumentos estabelecidos pela ANP e os resultados obtidos ao longo do exercício, em alinhamento às diretrizes de política energética constantes da legislação federal.

Em 29 de abril de 2011, foi publicada no DOU nº 81, a Medida Provisória nº 532, que acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478 de 6 de agosto de 1997 e 9.847 de 26 de outubro de 1999, que dispõem respectivamente sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis. Diante disso, a atividade de produção de etanol passou a fazer parte do rol de atribuições da ANP, sendo que anteriormente tal atividade era tratada pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. De acordo com o inciso XVI do artigo 8º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, cabe à ANP regular e autorizar a produção de biocombustíveis, cuja definição foi alterada pela supracitada MP nº 532/2011, incluindo o etanol. Na Reunião de Diretoria nº 617, de 06 de maio de 2011, foi criado o Grupo de Trabalho Interno com o intuito de avaliar os impactos da supracitada MP e propor as ações necessárias para o cumprimento do prazo nela previsto. Em 19 de setembro de 2011, foi publicada a Lei nº 12.490, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 532.

Para o atendimento ao citado Acórdão, solicitamos que as Unidades Organizacionais da ANP envolvidas enviassem os devidos esclarecimentos/informações, dentro de suas atribuições, conforme a seguir:

**a) Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM.**

No que concerne à estocagem de etanol, a SCM informou que foram publicados no DOU os seguintes atos administrativos relativos à construção ou à operação de terminais de estocagem de etanol:

► Copersúcar S/A – Autorização nº 543 de 30/11/2012, publicada no DOU nº 232 de 03/12/2012, seção 1, pág. 91 - Autorização de Construção de um Terminal Terrestre, composto por 10 (dez) tanques e instalações complementares para a movimentação e o armazenamento de Etanol Combustível, no Município de Paulínia, Estado de São Paulo.

► Bona Terminais e Armazéns Gerais Ltda. – Despacho nº 1.401 de 04/12/2012, publicado no DOU nº 234 de 05/12/2012, seção 1, pág. 77 - Publicação de Sumário com vistas à regularização de um Terminal para a movimentação e armazenamento de graneis líquidos inflamáveis e combustíveis, inclusive derivados de petróleo, das classes

I a III e etanol combustível no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

► CPA Armazéns Gerais Ltda. - Autorização nº 94, de 16/03/2012, publicada no DOU nº 54, de 19/03/2012, Seção 1, pág. 63 - Autorização para a operação de 09 tanques para armazenamento de etanol, 04 dutos portuários, 01 plataforma rodoviária e 01 plataforma ferroviária para carga e descarga no Terminal da CPA Armazéns Gerais Ltda. – CPA, localizado no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Quanto às questões relacionadas à regulação, a Resolução ANP n.º 35, de 13/11/2012, dispõe sobre livre acesso de dutos de transporte destinados a movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis. As demais resoluções e portarias técnicas relativas à movimentação de biocombustíveis estão em fase de revisão pelos especialistas da SCM, e têm previsão de publicação no segundo semestre de 2013.

#### **b) Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural – SRP:**

No âmbito da SRP, iniciou-se ao processo de discussão da resolução específica para produção de etanol, por meio da visitação de servidores a plantas produtoras de etanol, troca constante de informações com o mercado e participação em eventos e cursos específicos.

Em 22 de julho de 2011, a SRP elaborou a Proposta de Ação nº 736/2011, propondo a Diretoria Colegiada a realização de audiência pública, precedida de consulta pública, da minuta de resolução que estabelece a regulamentação para o exercício da atividade de produção de etanol.

Em 07 de novembro de 2011, foi realizada Audiência Pública com o objetivo de recolher subsídios e informações para o processo decisório da ANP relativo à minuta citada. Previamente à Audiência Pública, foram realizados dois processos de Consulta Pública, durante os períodos de 23 de agosto de 2011 a 11 de setembro de 2011, e de 1º a 20 de outubro de 2011, visando propiciar tempo suficiente para apresentação de sugestões por parte da sociedade.

Como decorrência das inúmeras alterações realizadas na minuta da Resolução, a SRP identificou a necessidade de se realizar uma nova Audiência Pública, que foi realizada em 28 de março de 2012, com o objetivo de recolher mais subsídios e informações. Previamente à segunda Audiência Pública, foi realizado novo processo de Consulta Pública, durante o período de 22 de fevereiro de 2012 a 12 de março de 2012.

Em 30 de agosto de 2012, a ANP editou a Resolução ANP nº 26, para regulamentar a produção de etanol, propondo os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes interessados na construção e operação das instalações industriais relacionadas a esta atividade.

A Resolução ANP nº 26/2012 previa em suas disposições transitórias a ratificação da titularidade das plantas produtoras de etanol em operação, por meio do envio de documentação cadastral e dados técnicos básicos dos produtores em até noventa dias da data de sua publicação. Para Plantas em fase de construção, modificação ou ampliação,

foi concedido o prazo de cento e oitenta dias para comprovação dessa condição. Os demais documentos deverão ser encaminhados em até cinco anos, devido a maior dificuldade envolvida em sua obtenção ou elaboração. Os prazos estabelecidos consideraram as novas exigências para o setor e sua complexidade, levando também em consideração a disponibilidade de recursos da Superintendência para a apropriada implementação dos mesmos.

Em 29 de novembro de 2012, a Resolução ANP nº 41/2012 prorrogou o prazo até o dia 14 de janeiro de 2013 para a ratificação da titularidade de produtor de etanol, conforme estipulado na Resolução ANP nº 26/2012. A prorrogação ocorreu devido à necessidade de adequar o Sistema da ANP denominado SIMP WEB Cadastro de Produtor de Etanol quanto à Certificação Digital dos usuários.

A SRP, juntamente com o Núcleo de Informática - IN, realizou três reuniões, nos meses de setembro e outubro de 2012, com os produtores e seus representantes visando dirimir dúvidas relacionadas ao Sistema SIMP WEB Cadastro de Produtor de Etanol. Os eventos aconteceram nas Sedes das Federações das Indústrias de São Paulo, Pernambuco e Alagoas, registrando a presença, nos eventos, de aproximadamente 250 produtores ou seus representantes.

A SRP participou, juntamente com a Diretoria III da ANP, durante os anos de 2011 e 2012, de reuniões mensais envolvendo instituições de governo, produtores e distribuidores de etanol. Estas reuniões, denominadas “Mesa Tripartite de Etanol”, foram coordenadas pelo Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia - MME, e permitiram que a Agência acompanhasse e definisse orientações para o mercado de etanol com o objetivo de assegurar o abastecimento nacional.

Complementarmente, a SRP informou o estágio atual das ações:

351 instalações produtoras cadastradas;  
149 Autorizações de Operação já publicadas no DOU;  
115 Autorizações de Operação encaminhadas para publicação no DOU;  
70 processos de autorização estão em análise da documentação; e  
17 processos de autorização estão no aguardo da documentação.

### **c) Superintendência de Bicombustíveis e Qualidade de Produtos – SBQ**

A SBQ informou que, com a edição da Lei nº 12.490/2011, foi ampliada a competência da ANP para toda a indústria de biocombustíveis, definida como o conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de biocombustíveis. A Lei alterou também a definição de biocombustível, dispondo que a ANP estabelecerá as substâncias que poderão ser consideradas como biocombustíveis. Dentro do contexto de inovação e desenvolvimento da indústria de biocombustíveis e do novo marco regulatório de uso de biocombustíveis, a ANP deve incentivar a pesquisa e desenvolvimento de novos

biocombustíveis, e uma das formas de atingir este fim é fomentar a introdução no mercado desses combustíveis por meio de regulamentação.

Em 14 de agosto de 2012, a ANP editou a Resolução ANP nº 23/2012, prevendo as regras para obtenção de autorização prévia para a utilização de Biocombustíveis não especificados e de suas misturas com combustíveis e/ou biocombustíveis especificados no país, destinados ao Uso Experimental ou ao Uso Específico. Na vigência da Resolução, foram concedidas três autorizações, totalizando um consumo mensal de 930.000 litros, para os seguintes produtos: 85% diesel A, 5% biodiesel e 10% de diesel de cana; 65% diesel A, 5% biodiesel e 30% de diesel de cana; e Etanol Hidratado Combustível contendo 5% de ED95-101 (maximizador de ignição).

Além da Resolução ANP nº 23/2012, a utilização de biocombustíveis não especificados é regulada por meio de quatro Resoluções: as Resoluções ANP nº 18 e nº 19, ambas de 22 de junho de 2007, a Resolução ANP nº 2, de 29 de janeiro de 2008 e a Resolução ANP nº 58, de 10 de novembro de 2011. A primeira e a terceira regulamentam, respectivamente, o uso em caráter experimental e o uso em caráter específico de biodiesel e suas misturas com óleo diesel A, em teores diversos do autorizado pela legislação vigente. A Resolução ANP nº 19/2007 regula o uso experimental de quaisquer combustíveis não especificados no país, exceto os casos previstos na Resolução ANP nº 18/2007 e na Resolução ANP nº 58/2011. A Resolução ANP nº 58/2011 regula o uso experimental de biodiesel em mistura com os óleos diesel marítimos em embarcações. Desde a publicação das Resoluções citadas, pode-se constatar um aumento na demanda pelo uso de novos biocombustíveis ou biocombustíveis em teores diversos do previsto na legislação, decorrente da preocupação com o controle de emissões do transporte urbano nas grandes metrópoles. Esse fato é evidenciado pela publicação de Leis Estaduais e Municipais que incentivam o uso de biocombustíveis, a exemplo da Lei Municipal nº 14.933 da cidade de São Paulo, que estabelece metas de uso de biocombustíveis e institui a Política de Mudança do Clima no Município.

Por fim, a SBQ destaca as pesquisas em andamento sobre o uso de biocombustíveis no segmento aeroviário, com destaque para o Seminário Internacional de Combustíveis de Aviação. A Superintendência prevê a publicação, ainda no primeiro semestre de 2013, de Resolução estabelecendo a especificação e as regras de controle de qualidade do querosene de aviação sintético a ser adicionado de forma não compulsória ao querosene de aviação convencional.

#### **d) Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI:**

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento informou que realizou, no ano de 2012, 167 ações de fiscalização no segmento do etanol.

#### **e) Superintendência de Abastecimento – SAB:**

Em 09 de dezembro de 2011, a ANP editou a Resolução ANP nº 67, cujos principais objetivos são:

- ▶ Dar previsibilidade ao fornecimento de etanol anidro combustível por meio de contratos a serem firmados entre fornecedores de etanol e distribuidores de combustíveis; e
- ▶ Estimular a formação de estoques pelos fornecedores de etanol e distribuidores de combustíveis a fim de garantir o suprimento no período de entressafra.

A SAB destaca que, como resultado decorrente da implantação da referida Resolução, aproximadamente, 90% do volume de etanol anidro, correspondente à comercialização de gasolina C no ano de 2011, foram adquiridos por 54 distribuidores sob o regime de contratação. Os demais 10% do volume de etanol anidro, correspondente à comercialização da gasolina C no ano de 2011, foram adquiridos por 78 distribuidores sob o regime de compra direta.

A SAB também informou que o volume de etanol anidro contratado, de 6.111.949 m<sup>3</sup>, correspondeu a 75,3% da demanda estimada para a safra de 2012/2013 (8.112.129 m<sup>3</sup>), ficando o volume restante a ser atendido pelo regime de compra direta.

**DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE  
PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Beneficiário	Valor
Publicidade Institucional	X	X	X	X	X	X
Publicidade Legal (*)	25.122.2119.2000.0001	R\$ 88.758.124	R\$ 2.200.000 (IN) R\$ 230.000 (EBC)	19/12/2012 a 18/12/2013 14/08/2012 a 13/08/2013	X	X
Publicidade Mercadológica	X	X	X	X	X	X
Publicidade de Utilidade Pública	25131027546410000	R\$ 8.766.647,00	R\$ 7.700,00,00	17/08/2007 a 16/08/2012	Leiaute Comunicação e Propaganda	R\$ 7.478.291,98
Patrocínios	X	X	X	X	X	X

(\*) Imprensa Nacional (IN) – Publicidade Legal no Diário Oficial da União – Contrato nº 5.152/10-ANP-013.266  
 Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Publicidade Legal em jornais de grande circulação – Contrato nº 4.021/11-ANP-002.236

**Observação:**

- 1) A ANP não faz publicidade institucional, nem mercadológica;
- 2) A publicidade legal está a cargo da Secretaria Executiva (SEC);
- 3) A ANP não concede patrocínios e/ou apoios institucionais e financeiros por meio de contrato de publicidade;

Não existe ação orçamentária específica para a publicidade legal, o programa de trabalho que suporta os contratos relacionados é o 25.122.2119.2000.0001 – Administração da Unidade, cuja dotação em 2012 foi de R\$ 88.758.124.



A Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM) encaminhou as informações solicitadas quanto à regulamentação prevista na Lei do Gás e no Decreto nº 7382/2012, sob a sua responsabilidade, observando a Nota Técnica nº 018/SCM/2010, de 9/12/2010.

Conforme planejamento da SCM, a revisão da Portaria ANP nº 170 /1998 para abranger os itens a seguir descritos será iniciada em abril de 2013, com previsão de colocá-la em consulta pública em dezembro de 2013. Cabe ressaltar que esta portaria além de incluir as instalações a seguir descritas abrange as instalações de movimentação de petróleo, seus derivados líquidos e biocombustíveis.

Autorização das Atividades de Construção, Ampliação e Operação de Gasodutos de Transporte e de Transferência (§1º do Art. 41 – Gasodutos de Transporte Existentes; Art. 39 – Gasodutos Internacionais; Art. 61 – Gasodutos de Transferência): trata dos requisitos para autorização de construção, ampliação, operação ou desativação de instalações destinadas à movimentação de gás natural, assim como disciplina o processo de autorização de investimentos relativos a bens e instalações destinados à exploração da atividade de transporte (Inciso III do Art. 24 e Inciso III do Art. 44);

Autorização das Atividades de Construção, Ampliação e Operação das Unidades de Liquefação, de Regaseificação e dos Terminais de GNL (Art. 61): trata dos requisitos técnicos para autorização de construção, ampliação, operação ou desativação dessas instalações.

Foi publicada em 30 de setembro de 2011, a Resolução ANP nº 52 referente à autorização da Atividade de Comercialização de Gás Natural (Inciso XII do Art. 2º, Art. 66 e Inciso XXVI do Art. 8º da Lei nº 9.478/97 – incluído pelo Art. 58 da Lei nº 11.909/09).

Foi publicada em 30 de setembro de 2011, a Resolução ANP nº 51, referente ao Registro de Agente Autoprodutor e Autoimportador (Art. 64).

Foi publicada em 23 de setembro de 2011, a Resolução ANP nº 50, Tratamento dos Gasodutos que ligam Terminais de GNL a Malhas de Gasodutos (Art. 16).

Foi publicada em 19 de agosto de 2011, a Resolução ANP nº 44 - Declaração de Utilidade Pública (Art. 5º).

Conforme PA 913/2012, foi realizada a consulta pública relativa à minuta de Resolução para a Autorização da Atividade de Carregamento de Gás Natural (Inciso IX do Art. 2º, Parágrafo Único do Art. 7º e Inciso V do Art. 8º da Lei nº 9.478/97 – alterado pelo Art. 58 da Lei nº 11.909/09) no período de 19/10/2012 a 19/11/2012. Os comentários recebidos foram consolidados e, em 3/12/2012, foi feita a audiência pública com a presença de representantes do setor. As sugestões recebidas naquela ocasião foram analisadas pela equipe da SCM sendo elaborada nova minuta de resolução. Em 22/3/2013, a nova minuta e a nota técnica com a respectiva avaliação foram anexadas à proposta de ação anteriormente citada e enviada a CDC para análise e emissão de parecer antes do encaminhamento à Procuradoria Geral.

Conforme planejamento da SCM, a revisão da Resolução ANP 27/2005 compreenderá:  
a) adequar as regras de acesso à infraestrutura de transporte de gás natural conforme os

novos procedimentos emanados da Lei do Gás, agregando as regras afetas às novas atribuições da ANP com relação ao acesso e contratação de capacidade de transporte em gasodutos; b) questões relativas ao Acesso de Terceiros (§3º do Art. 49): trata da caracterização dos Serviços de Transporte Firme, Interruptível e Extraordinário, assim como estabelece os critérios para a definição dos valores devidos por terceiros que acessarem os gasodutos de transporte, a forma de pagamento e sua destinação (Art. 50). Tal revisão será iniciada no segundo semestre de 2013, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2014.

Foi elaborada pela equipe da SCM a nota técnica com os primeiros estudos referentes à interconexão entre Gasodutos (Art. 13) para subsidiar a minuta de resolução sobre o tema. No entanto, este assunto é do âmbito do MME.

A revisão da Portaria de Informações - ANP nº 001/2003 que estabelece os procedimentos para o envio das Informações pelos Transportadores (Inciso VII do Art. 32, Art. 34 e Art. 73) já foi iniciada em março de 2013 com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2014.

Este produto - Publicidade das Informações sobre Movimentação, Aferição de Capacidade, Acompanhamento dos Períodos de Exclusividade e Capacidade (Disponível, Contratada, Utilizada e Ociosa) (Inciso XXVII do Art. 8º da Lei nº 9.478/97 e Art. 73 - está vinculado à revisão da Portaria ANP nº 1/2003 que já foi iniciada.

Estão previstas para 2014 as revisões das Resoluções ANP 41/2007 e 118/2000 - Acondicionamento de GNC e GNL (Art. 59 e Art. 60) - adequando-as aos termos da nova Lei.

Já foram iniciados os estudos para o cálculo da tarifa de transporte de gás natural, em substituição à Resolução ANP nº 29/2005 – Critérios Tarifários e Aprovação de Tarifas (Novos Gasodutos Autorizados) (Art. 38 do Decreto nº 7.382 e Art. 58 da Lei nº 9.478/97, alterado pelo Art. 58 da Lei nº 11.909/09). Conforme planejamento da SCM prevê-se que no segundo semestre de 2013 a colocação da minuta em consulta pública, realização de audiência pública e publicação da resolução no primeiro semestre de 2014.

A regulamentação da Troca Operacional (Swap) de Gás Natural (Art. 15) não foi iniciada.

Não foram iniciados os estudos para elaboração da resolução que tratará da Definição da Receita Anual e Tarifa de Transporte Máxima (Concessão) (§1º do Art. 8º e §2º do Art. 22): trata das normas aplicáveis ao cálculo iterativo da tarifa de transporte e da receita máxima anual, aplicáveis, respectivamente, aos processos de Chamada Pública e de licitação de gasodutos, abarcando, também, situações de compartilhamento de infraestrutura (§3º do Art. 22).

Prevê-se para o segundo semestre de 2013 a revisão da Resolução ANP 28/2005, adequando-a aos termos da nova Lei a Cessão de Capacidade (Parágrafo Único do Art. 51), com previsão de conclusão no segundo semestre de 2014.

A regulamentação da Aprovação de Contratos de Transporte (Inciso I do Art. 32 e Inciso III do Art. 34) não foi iniciada.

A regulamentação relativa ao Envio e Registro de Contratos de Transporte, Comercialização e Interconexão (Art. 66 do Decreto nº 7.382 e Inciso XXI do Art. 8 da Lei nº 9.478/97, alterado pelo Art. 58 da Lei nº 11.909/09) não foi iniciada.

Já foram elaboradas a Nota Técnica e a minuta de resolução da Caracterização da ampliação de capacidade de Gasodutos de Transporte (Art. 72) para elaboração da PA que irá colocar em consulta pública a minuta de resolução prevista, a princípio, para o segundo semestre de 2013.

A regulamentação relativa à Habilitação de pessoas jurídicas certificadoras para avaliação das condições de operação dos gasodutos (§2º do Art. 14) não foi iniciada.

A regulamentação relativa à Extinção de concessão ou vencimento da autorização (Art. 24, Art. 37 e Art. 44) não foi iniciada.

A SCM/ANP participará da elaboração de documentos e normas que estejam relacionados às atividades de comercialização e movimentação de gás natural. Estão indicadas, nos temas abaixo, as siglas das superintendências da ANP responsáveis pela condução do processo de elaboração das resoluções. Cabe destacar que algumas atividades dependem de definição do MME.

Resolução acerca da disponibilização da Informação a respeito da origem ou caracterização das reservas do gás natural contratado (Art. 66, §§ 1º e 2º) (SDP);

Resolução que discipline a Autorização das Atividades de Construção, Ampliação e Operação das Unidades de Processamento e Tratamento de Gás Natural (Art. 61) (SRP);

Resolução que discipline a Autorização das Atividades de Construção, Ampliação e Operação de Gasodutos de Escoamento (Art. 61) (SDP);

Resolução sobre a Estocagem Subterrânea de Gás Natural (§§ 4º e 7º do Art. 55 e Art. 58) (SDP);

Edital de Licitação para Gasodutos de Transporte concedidos (Art. 17) (SPL);

Contrato de Concessão do Serviço de Transporte de Gás Natural resultante do processo licitatório (Art. 17)(SPL);

Edital de Licitação para Estocagem Subterrânea de Gás Natural (§ 4º, Art. 55) (SPL);

Contrato de Concessão para Estocagem Subterrânea de Gás Natural (Art. 55) (SPL);

Crítérios para a prévia aprovação de cisão, fusão, transformação, incorporação, redução do capital da empresa concessionária ou a transferência de seu controle societário (Art. 35) (SPL);

Contrato de Concessão para o aproveitamento de Gás Metano que ocorra Associado a Depósito de Carvão Mineral (Art. 58 da Lei 11.909/09) (MME).

#### AÇÕES DA ANP PARA O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 7.382/10 EM CURTO PRAZO

Em 1/06/2011, foi publicada na página da ANP a relação dos gasodutos de transporte autorizados, em licenciamento ambiental e de transferência em processo de conversão para gasodutos de transporte, bem como as informações relativas ao término do período de exclusividade.

Em 3/3/2011, foi publicada na página da ANP as tarifas de transporte e os critérios de reajuste já definidos até a publicação da Lei nº 11.909/2009.

Os transportadores encaminharam à ANP a relação dos bens e instalações vinculados à exploração da atividade de transporte sob o regime de autorização de que trata o Art. 41. Os gasodutos integrantes a terminais de GNL já foram devidamente reclassificados bem como o GASVIT, que passou de transporte para distribuição,

#### AÇÕES RELACIONADAS À REGULAMENTAÇÃO

Cabe destacar que muitas das tarefas em execução pela SCM/ANP de acordo com a nova regulamentação, necessitam da disponibilidade de recursos de tecnologia da informação (TI), principalmente nos seguintes assuntos: o registro dos contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte; o registro dos contratos de comercialização de gás natural; o registro de agente autoprodutor e autoimportador; o recebimento das informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira e contábil, assim como das informações sobre a movimentação diária e a capacidade dos gasodutos de transporte enviada pelos transportadores; e a publicidade das informações sobre movimentação e acompanhamento dos períodos de exclusividade e capacidade (disponível, contratada, utilizada e ociosa) pela ANP. No entanto, apesar do empenho da SCM na definição dos sistemas para desenvolvimento pela área de TI estes não estão, até a presente data, disponibilizados.

#### PLANO DE AÇÃO PARA CUMPRIMENTO DA NOVA LEGISLAÇÃO

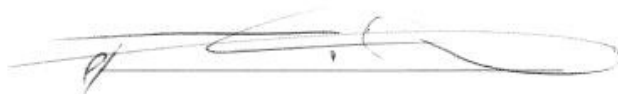
A SCM estabeleceu um plano de ações para cumprir os prazos estabelecidos na Lei do Gás e no Decreto 7382/2010 na elaboração das regulamentações e na publicação das diferentes informações nelas inerentes, além de manter em andamento as demais atividades sob sua responsabilidade, considerando sua exígua equipe. Neste plano foram elencadas as regulamentações e suas respectivas prioridades, a curto, médio e longo prazo, não só para gás natural, mas também para petróleo, seus derivados e para biocombustível.

## Anexo I

### Declaração

Eu, Jorge Luis de Almeida, CPF nº 256.125.817-34, Assessor da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa, responsável de pela Coordenação de Aquisições, em exercício na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção dos contratos resultantes de licitações na modalidade consulta e de adesões a registro de preços, pelos motivos apresentados no ofício nº 2082/DLSG-MP que respondeu ao Ofício nº 040 SFA/RJ/2011, cujas cópias seguem em anexo.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2013.



Jorge Luis de Almeida

Assessor da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

**Antônio Carlos do Couto Franco**  
Coordenador de Atividade  
Matrícula 104.268.76  
ANP/CPL

## Anexo II

**Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	01/03/2013
Contador Responsável	Felicíssimo Cardoso Neto	CRC nº	RJ026364/0-O

  
**FELICÍSSIMO CARDOSO NETO**  
 Contador Responsável  
 Mat. 12888888  
 CRC/RJ 026364/0-0

## Anexo III

### FICHAS DOS INDICADORES

#### *CDC - Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido*

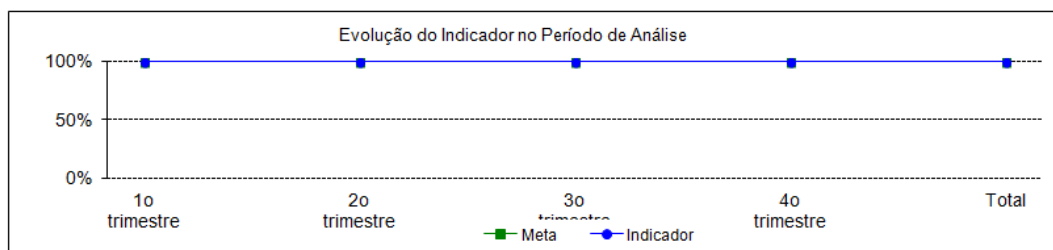


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a eficácia da análise das demandas correlatas à defesa da concorrência
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos sem prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios etc.) para efetuar análise referente à defesa da concorrência e o número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenaria pode ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de documentos sem prazo pré-estabelecido elaborados dividido pelo número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Documentos demandados	47	50	55	57	209
Documentos respondidos	47	50	55	57	209
Meta	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

## Anexo III

### CDC – Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido

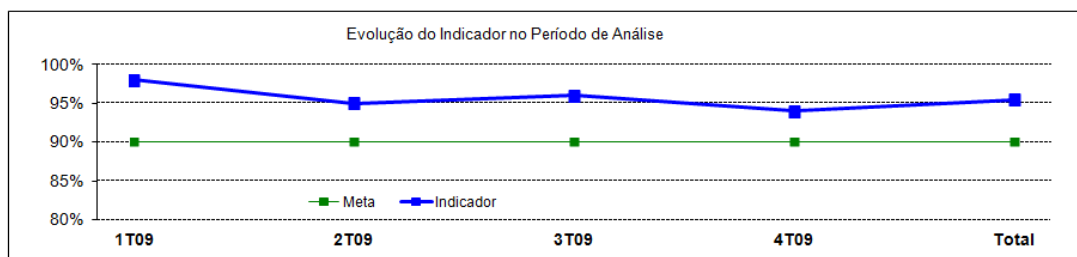


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Responsável	
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Aumentar a eficiência da análise das demandas com prazo da Coordenadoria (análise de Defesa da Concorrência, informe de preços de petróleo e derivados no mercado internacional).
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios, Informes etc.) no âmbito da Coordenadoria e o número de documentos demandados com prazo pré-estabelecido de responsabilidade da Coordenadoria. Para o cálculo desse indicador serão considerados os documentos entregues no prazo, antes do prazo e depois do prazo, ponderando-os de acordo com a participação de cada um deles sobre o total. Aos documentos adiantados e atrasados serão concedidos bônus e ônus, respectivamente, de acordo com o tempo relativo de adiantamento ou atraso.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (Poder Judiciário, DPF-s, SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenadoria poderá ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP. Nesses casos, a Coordenadoria irá suspender a contagem do prazo de elaboração do documento para fins do indicador e/ou solicitar dilação de prazo. O indicador não está considerando a complexidade na elaboração dos documentos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	O somatório do produto das notas médias atribuídas a cada documento (de acordo com o critério de prazo) e suas ponderações (de acordo com suas participações em relação ao total dos documentos com prazo). Os bônus e ônus serão atribuídos a partir da nota de 90% referente aos documentos entregues exatamente no prazo, que corresponde à meta do indicador. Para os documentos entregues adiantados ou atrasados em até 10% do prazo será concedido um bônus/ônus de 2,5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 20% do prazo será concedido um bônus/ônus de 5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 30% do prazo será concedido um bônus de 7,5 pontos percentuais e um ônus de 10 pontos percentuais, respectivamente. Para os entregues adiantados ou atrasados em mais de 30% do prazo será concedido um bônus de 10 pontos percentuais e um ônus de 90 pontos percentuais, respectivamente.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador	98%	95%	96%	94%	95,5%



#### Análise dos Resultados

--

#### Pontos Críticos

--

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

--

#### Observações

Documentos que cheguem à CDC fora do prazo poderão ter seu prazo revisto.
---



## Anexo III

### CDC – Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis

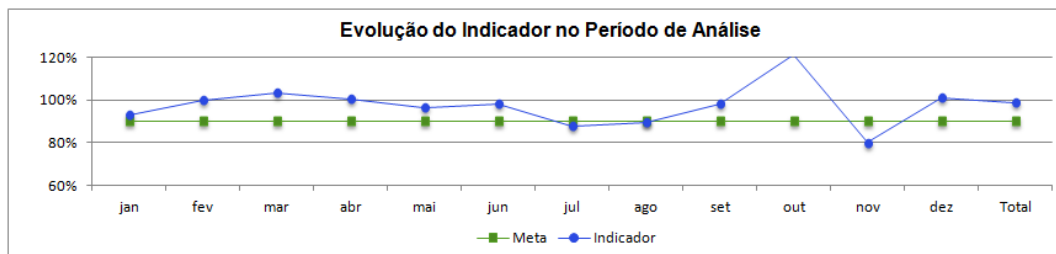


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Monitorar o mercado quanto ao preço dos combustíveis automotivos comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis
Conceituação	Estima a relação entre o número de resultados de análises processadas pela equipe de monitoramento da CDC, com vistas à disponibilização semanal no site da Agência, e os resultados fornecidos pela empresa de coleta de preços.
Objetivo do indicador	Acompanhar o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, cumprindo determinação constante na Lei do Petróleo, em seu artigo oitavo, que atribuiu à ANP o papel de implementar, na sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP.
Limitações	A base de dados cadastrais de postos revendedores, principalmente de GLP, contém muitos dados defasados ou divergentes em relação aos encontrados em campo. Além disso, a pesquisa fica restrita aos municípios participantes do PLPMCC.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de coletas mensais de preços de combustíveis automotivos dividido pelo número previsto em contrato.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Coletas Mensais Efetuadas	79764	68323	70738	68762	82607	67280	74987	76588	67350	82953	68481	69310	877143
Previsão em Contrato	85565	68452	68452	68452	85565	68452	85565	85565	68452	68452	85565	68452	889876
Indicador	93,2%	99,8%	103,3%	100,5%	96,5%	98,3%	87,6%	89,5%	98,4%	121,2%	80,0%	101,3%	98,6%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

Capacidade de fiscalização dos serviços prestados por empresa terceirizada responsável pela pesquisa de preços, em virtude da periodicidade semanal da coleta dos dados.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

## Anexo III

### SSM – Atividades de fiscalização de segurança operacional

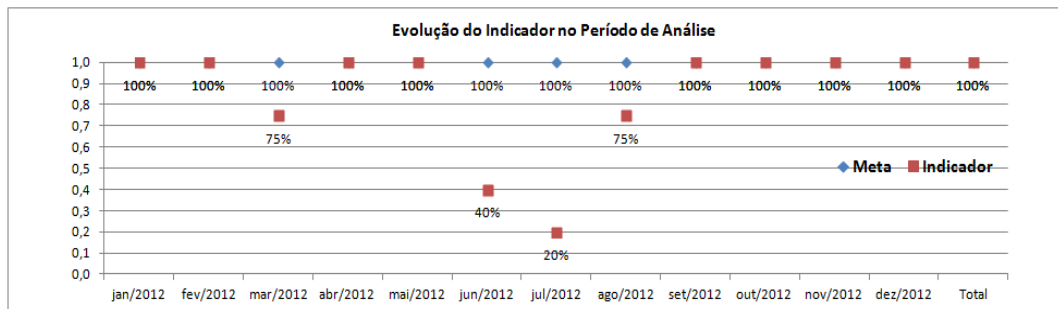


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM)
Período de Análise	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Processo de atividades de fiscalização do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional para instalações offshore e para o Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção
Nome do indicador	Número de atividades de fiscalização de segurança operacional.
Conceituação	Fiscalizar a situação de segurança operacional das unidades produtivas integrantes da indústria do petróleo e gás natural. Estabelecer contato e prover informações aos órgãos ambientais em caso de observação de irregularidades relacionadas ao Meio Ambiente.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das atividades de fiscalização da equipe da SSM para que os operadores não exponham a força de trabalho e o meio ambiente a níveis de risco não toleráveis.
Limitações	Perda da periculosidade; falta de adicional de confinamento; vencimento de contrato com Empresa Certificadora para acompanhamento das atividades.
Meta para o período	100% (40 auditorias - sendo 26 auditorias no período de janeiro a julho e 14 auditorias de agosto a dezembro)
Fórmula do indicador	Quantidade de auditorias realizadas pela equipe da SSM durante o Ciclo de Avaliação. A fonte de dados são as planilhas eletrônicas de planejamento e controle das auditorias.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan/2012	fev/2012	mar/2012	abr/2012	mai/2012	jun/2012	jul/2012	ago/2012	set/2012	out/2012	nov/2012	dez/2012	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Fiscalizações Previstas	2	2	4	4	4	5	5	4	2	3	3	2	40
Resultado	3	4	3	7	7	2	1	3	3	3	3	2	41
Indicador	100%	100%	75%	100%	100%	40%	20%	75%	100%	100%	100%	100%	100%



#### Análise dos Resultados

O resultado de 41 auditorias de segurança operacional realizadas em 2012, atingiu a meta estabelecida. A meta estipulada foi inferior ao ano anterior devido ao vencimento do contrato com Empresa Certificadora para acompanhamento das auditorias. Insta informar que, para consolidação anual, foram consideradas as metas relativas aos meses de janeiro a julho do indicador de 2011-2012 e as metas mensais de agosto a dezembro do indicador em 2012-2013.

#### Pontos Críticos

Vencimento do contrato com Empresa Certificadora. Servidores pararam de receber periculosidade. Falta de adicional de confinamento.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Para que a equipe da SSM volte a ter esse indicador acima da meta é imprescindível que sejam disponibilizados mais servidores dedicados às ações de fiscalização, além da regulamentação dos adicionais de periculosidade e confinamento, a serem pagos aos servidores, compatíveis com os riscos que os mesmo estão submetidos. A Portaria de Controle de Frequência precisa ser ajustada para o trabalho da equipe que faz fiscalização tanto em terra quanto em mar.

#### Observações

Os pontos críticos serão acompanhados pelos gestores da área e pede-se que sejam acompanhados também pela Superintendência de Recursos Humanos e pela Diretoria. Cabe observar que nova licitação foi realizada e novo contrato será assinado com Empresa Certificadora, entrando em vigência no mês de março de 2013.

**CCL – Índice de ações de fiscalização**

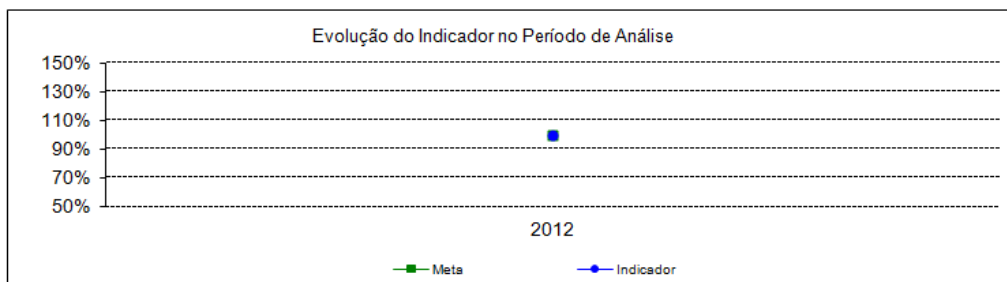


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Conteúdo Local - CCL
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Anual
Critério	
Foco	Ações de Fiscalização
Nome do Indicador	Índice de ações de fiscalização
Conceituação	Estima o percentual de atendimento da meta estipulada para o número de ações de fiscalização
Objetivo do indicador	Realizar o maior número de ações de fiscalização, com o objetivo de controlar o cumprimento dos compromissos de conteúdo local dos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural
Limitações	Possíveis restrições orçamentárias, de recursos humanos e de infra-estrutura
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Indicador = FC / MF, ONDE MF = META DE FISCALIZAÇÃO; FC = FISCALIZAÇÕES CONCLUÍDAS.

**Evolução do Indicador**

	2012	Total
Meta de Ações	32	
Ações de Fiscalização	32	
Meta	100%	100%
Indicador	100%	100%



**Análise dos Resultados**

Ao todo foram realizadas 32 fiscalizações em 2012 sendo 25 com multas.

**Pontos Críticos**

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

**Observações**

**CRC – Manifestações Respondidas pelo CRC/SCI**

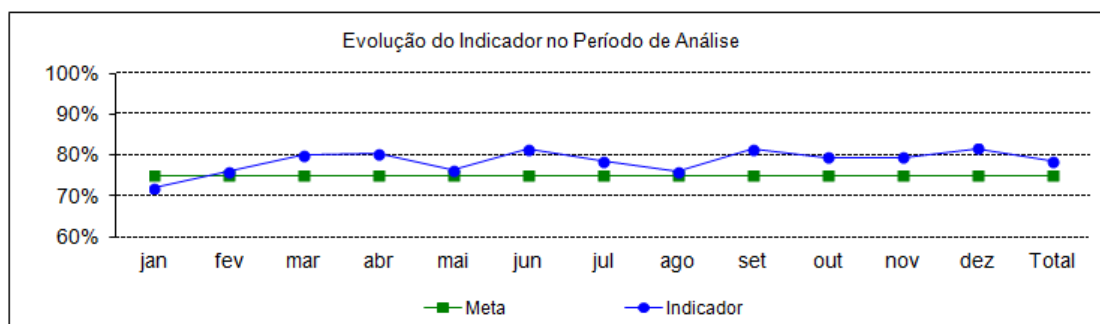


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Centro de Relações com o Consumidor - CRC/SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a eficiência da resposta às manifestações recebidas pelo CRC/SCI.
Nome do Indicador	Manifestações Respondidas pelo CRC/SCI
Conceituação	Avalia a eficiência no atendimento às consultas recebidas pelo CRC/SCI, em tempo hábil. Define-se como tempo hábil o prazo de 10 (dez) dias contados a partir do registro da consulta na Central de Atendimento. Define-se como consulta toda manifestação que constitua pedido de informação à ANP, excluindo-se denúncias, sugestões e elogios.
Objetivo do indicador	Medir e aperfeiçoar a eficácia do atendimento da ANP, por meio do CRC/SCI, às consultas recebidas, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e na Portaria ANP nº 111/2000.
Limitações	Tendo em vista que a meta proposta é calculada com base na demanda observada em períodos passados, alterações regulatórias podem gerar demandas extraordinárias que impliquem o não cumprimento do prazo estabelecido.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Número de consultas respondidas em até 10 dias sobre o total de consultas recebidas

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Indicador	72,0%	76,0%	80,0%	80,3%	76,3%	81,3%	78,4%	76,0%	81,5%	79,4%	79,4%	81,6%	78,5%



**Análise dos Resultados**

**Pontos Críticos**

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

**Observações**

## Anexo III

### *NIN – Indicador de Disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção – SIGEP*

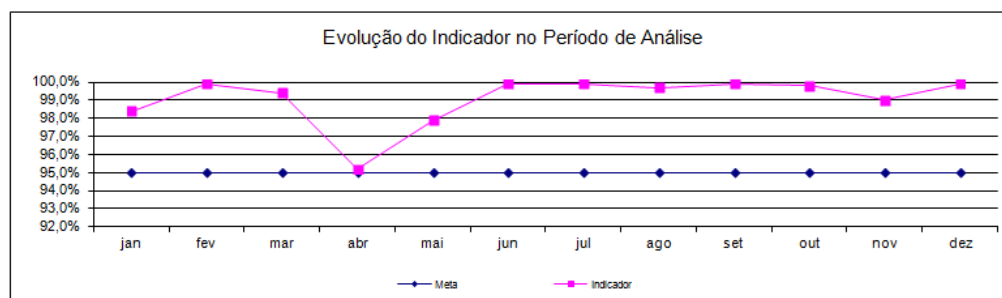


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação SIGEP e i-SIGEP
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção - SIGEP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação SIGEP está disponível tanto para a ANP, como para o público, através de seu módulo internet.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo SIGEP e iSIGEP.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	95%
Fórmula do Indicador	$(\text{Tempo disponível} / \text{tempo total decorrido}) \times 100\%$
Frequência de Medição	Mensal

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Indicador	98,4%	99,9%	99,4%	95,2%	97,9%	99,9%	99,9%	99,7%	99,9%	99,8%	99,0%	99,9%	99,1%



#### Análise dos Resultados

OBS: (No caso de indicador abaixo de 95%)

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

**NIN – Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-Simp**

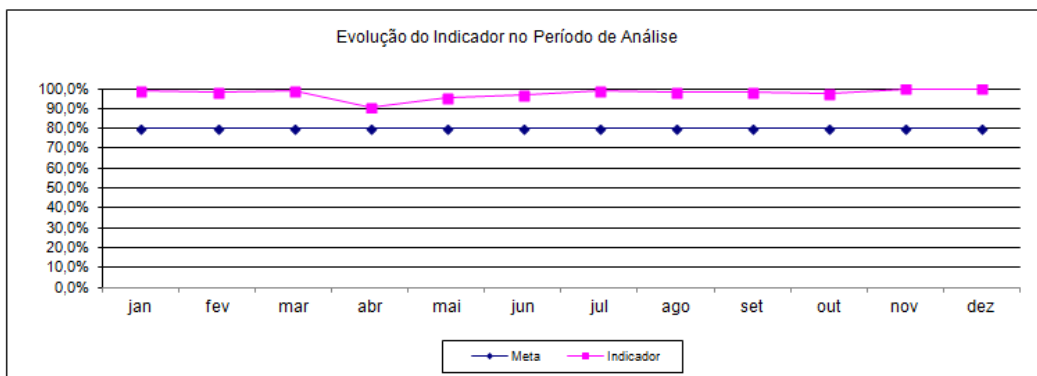


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação iSimp - Módulo Internet do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade da aplicação i-SIMP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação iSimp está disponível para o público.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo iSimp.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$(\text{Tempo disponível} / \text{tempo total decorrido}) \times 100\%$
Frequência de Medição	Mensal

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	98,7%	98,5%	98,8%	90,8%	95,5%	96,6%	99,1%	98,2%	98,1%	97,9%	100,0%	100,0%	97,7%



**Análise dos Resultados**

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

**Pontos Críticos**

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

**Observações**

## Anexo III

### SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados

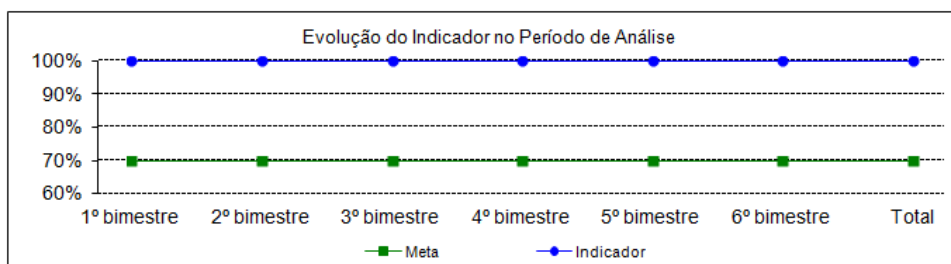


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Bimestral
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a data da manifestação oficial (via ofício) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 60 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não-constantemente ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

#### Evolução do Indicador

Mês	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	8	11	10	12	10	11	62
Pedidos Recebidos	8	11	10	12	10	11	62
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações



## Anexo III

### SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados

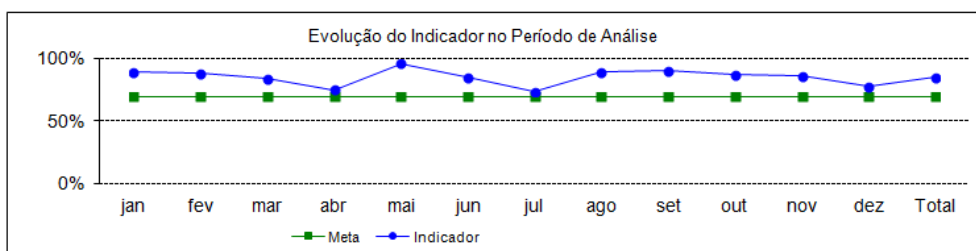


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo e a data da manifestação da Superintendência (via ofício ou documento de devolução) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 25 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	234	138	160	112	153	198	143	128	149	155	128	88	1.786
Pedidos Recebidos	262	156	191	149	159	233	194	143	164	177	149	113	2.090
Indicador	89,3%	88,5%	83,8%	75,2%	96,2%	85,0%	73,7%	89,5%	90,9%	87,6%	85,9%	77,9%	85,5%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

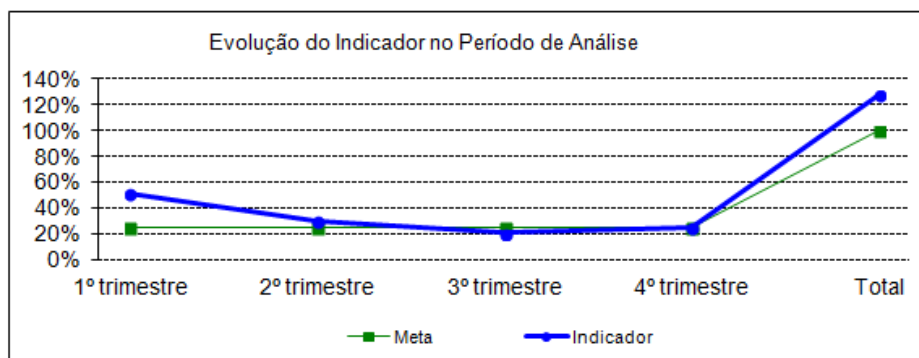


**NFP – Inspeções dos Sistemas de Medição de Petróleo e Gás Natural****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Núcleo de Fiscalização da Produção - NFP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Inspeções
Foco	Aumentar a confiabilidade dos dados de produção declarados
Nome do Indicador	Inspeção dos Sistemas de Medição de Petróleo e Gás Natural
Conceituação	Fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
Objetivo do indicador	Garantir o controle sobre os volumes de petróleo e gás natural produzidos no Brasil, para fins como o cálculo de participações governamentais.
Limitações	A meta está vinculada à atual composição do quadro pessoal do Núcleo, de forma que oscilações no quadro e reduções dos recursos orçamentários podem impactar o alcance da meta.
Meta para o Período	Inspeccionar 43% das unidades de produção (Unidades Marítimas e Campos Terrestres)
Fórmula do Indicador	Número de inspeções realizadas no período, dividido pela meta de 80 (oitenta) instalações e multiplicado por 100%

**Evolução do Indicador**

Trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Meta	25%	25%	25%	25%	100%
Indicador	51%	30%	21%	25%	128%

**Análise dos Resultados**

O desempenho alcançado foi superior em 28 (vinte e oito) pontos percentuais à meta fixada.

**Pontos Críticos**

Não há.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Não há.

**Observações**

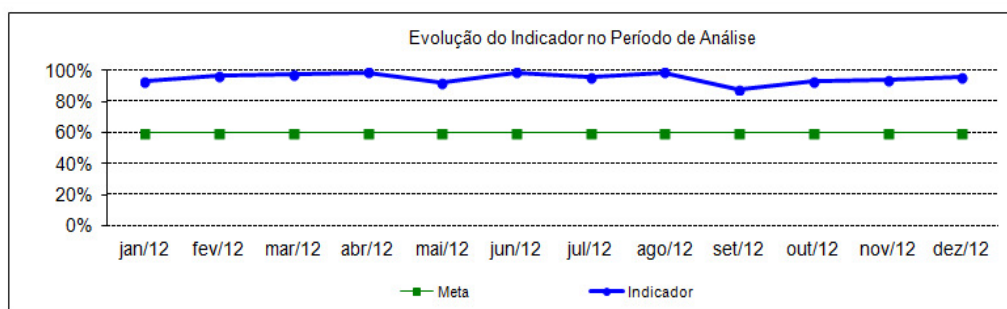
Não há.

**NFP – Notificações de Falhas nos Sistemas de Medição****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Núcleo de Fiscalização da Produção - NFP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Número de Notificações
Foco	Aumentar a confiabilidade dos dados de produção declarados
Nome do Indicador	Notificações de Falhas nos Sistemas de Medição
Conceituação	Análise das notificações de falhas nos sistemas de medição de petróleo e gás natural.
Objetivo do indicador	Acompanhar as análises de notificações de falha de medição realizadas pelo NFP
Limitações	A meta está vinculada à atual composição do quadro pessoal do Núcleo, de forma que oscilações no quadro podem impactar o alcance da meta.
Meta para o Período	Analisar 60% das notificações de falha recebidas em cada mês.
Fórmula do Indicador	Número de notificações de falhas nos sistemas de medição analisadas, dividido pelo número de notificações de falhas nos sistemas de medição recebidas no período e multiplicado por 100%

## Evolução do Indicador

Trimestre	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	Total
Meta	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%
Indicador	93%	97%	98%	99%	92%	99%	96%	99%	88%	93%	94%	96%	95%



## Análise dos Resultados

A meta foi plenamente atingida em todos os meses do exercício, tendo alcançado um resultado acumulado superior ao esperado em 30 (trinta) pontos percentuais.

## Pontos Críticos

Não há.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há.

## Observações

Não há.

**SBQ – Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC**

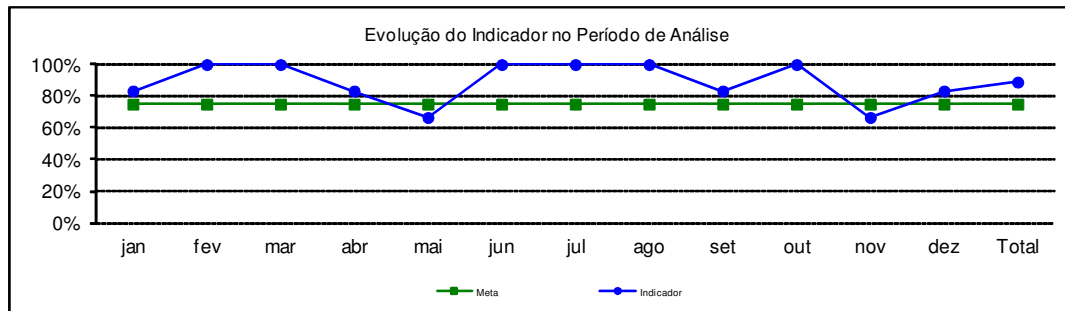


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Disponibilizar o resultado do Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC
Nome do Indicador	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC
Conceituação	Avalia a eficiência da Superintendência em publicar, no mês subsequente ao mês monitorado, o Boletim de Monitoramento do PMQC na internet.
Objetivo do indicador	Disponibilizar à sociedade e ao mercado de combustíveis / lubrificantes, no menor intervalo de tempo possível, o levantamento dos indicadores gerais de qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não-conformidade, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP e conveniados.
Limitações	Os dados a serem utilizados na elaboração do Boletim de Monitoramento provêm das instituições contratadas para o PMQC, que são encaminhados à ANP até o dia 10 do mês subsequente ao mês monitorado.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Fator 6: publicação do Boletim até o dia 15 do mês Fator 5: publicação do Boletim até o dia 18 do mês Fator 4: publicação do Boletim até o dia 21 do mês Fator 3: publicação do Boletim até o dia 24 do mês Fator 2: publicação do Boletim até o dia 27 do mês Fator 1: publicação do Boletim até o dia 30 do mês Fórmula: ( número do fator / 6 ) x 100%

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Fator	5	6	6	5	4	6	6	6	5	6	4	5	64
Indicador	83,3%	100,0%	100,0%	83,3%	66,7%	100,0%	100,0%	100,0%	83,3%	100,0%	66,7%	83,3%	88,9%



**Análise dos Resultados**

O indicador permaneceu acima da meta prevista durante a maior parte do ano, ocorrendo apenas duas publicações entre o 18º e 21º dia do mês.

**Pontos Críticos**

- 1- Massa de dados que necessitem de análise crítica detalhada por estarem acima do quantitativo de não conformidades normalmente encontrado para região.
- 2- Meses onde os feriados encontram-se no intervalo de publicação e antecedem ao final de semana.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Antecipar a análise dos resultados, principalmente para meses onde ocorram feriados que possam prejudicar a publicação dentro da meta prevista.

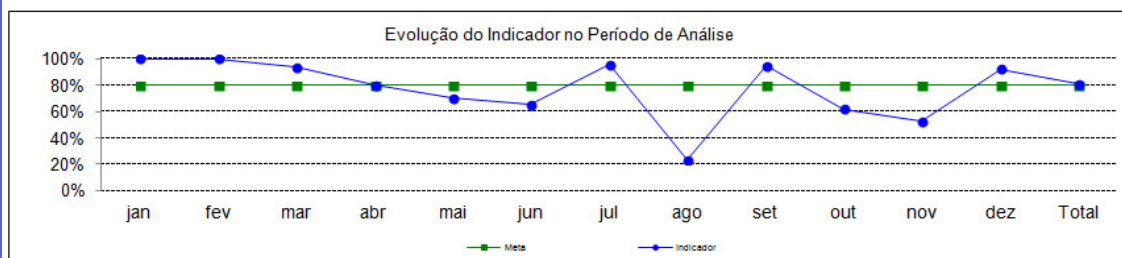
**Observações**

**SBQ - Índice de qualidade de combustíveis****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processo
Foco	Subsídio às ações de fiscalização
Nome do Indicador	Índice de qualidade de combustíveis
Conceituação	Realizar ensaios em amostras oriundas da SFI
Objetivo do indicador	Dar subsídio às ações de fiscalização
Limitações	
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Produto Prazo (dias) Etanol 15 Gasolina 20 Óleo Diesel 20 Combustíveis de Aviação 30 Biodiesel 40 Óleo Lubrificante 45 $\text{Índice} = 100\% \times (\text{n}^\circ \text{ de Relatórios emitidos dentro do prazo}) / (\text{n}^\circ \text{ total de relatórios emitidos no mês})$

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Relatórios no prazo	63	71	77	98	69	82	115	4	89	39	33	36	776
Relatórios emitidos	63	71	82	123	98	125	120	17	94	63	63	39	958
Indicador	100,0%	100,0%	93,9%	79,7%	70,4%	65,6%	95,8%	23,5%	94,7%	61,9%	52,4%	92,3%	81,0%

**Análise dos Resultados**

Apesar da meta de 80% ter sido atingida na avaliação anual, houve grandes oscilações nos resultados. A partir de abril, notou-se que os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade utilizado no CPT conflitavam com outros projetos. A solução só foi encontrada no final do semestre quando se decidiu pela alteração da estrutura organizacional do Sistema de Gestão. De imediato, os resultados foram sentidos no indicador de julho. Entretanto, com a intensificação da greve dos servidores, o indicador apresentou grande queda em agosto. Em outubro e novembro, em função da priorização de outros projetos (como o Grupo de Trabalho do S10 e a calibração de equipamentos portáteis do PMQC), alguns ensaios foram postergados fazendo com que a meta não fosse atingida nesses meses.

**Pontos Críticos****Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Além da alteração na estrutura do Sistema de Gestão da Qualidade implementada em junho de 2012, será adotado um acompanhamento efetivo dos prazos de entrega de resultados pelas coordenações. Adicionalmente, está sendo criado grupo de trabalho para discussão e melhoria da estrutura organizacional do CPT, o que melhorará o fluxo de informações e trabalho.

**Observações**

## Anexo III

### SCI – Participação nos Principais Eventos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

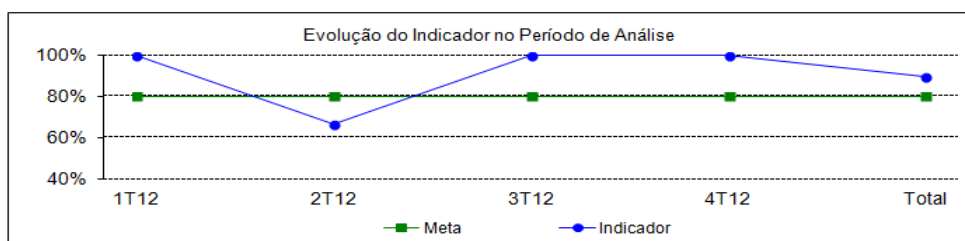


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da participação nos principais eventos da indústria regulada, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor e demais órgãos públicos e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Participação nos principais eventos do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
Conceituação	Avalia a capacidade de a ANP se fazer representar nos principais eventos de petróleo e gás natural com estande para atendimento a consultas e divulgação de informações. Os principais eventos são: 1. Internacionais: 1.1. Offshore Technology Conference (OTC), 1.2. World Petroleum Congress (WPC), 1.3. Rio Oil & Gas, 1.4. Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica (SBGF), 1.5. Rio Pipeline Conference & Exposition, 1.6. Niterói Fenashore e 1.7. Brazil Onshore; e 2. Nacionais: 2.1. Congresso Brasileiro de Energia e 2.2. Expo Postos e Conveniências Obs: O "SindTRR" foi excluído da relação dos principais eventos, pois não disponibiliza mais espaço para a montagem de estandes. Os eventos número 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 não ocorreram em 2010.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação institucional, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. Verbas: limites de verbas destinadas às participações em eventos e ao transporte e às diárias de servidores afetam o desempenho neste indicador.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de eventos em que a ANP participou dividido pelo número de principais eventos elencados para o período considerado.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1T12	2T12	3T12	4T12	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
No de eventos em que a ANP participou	1	2	5	1	9
No de principais eventos no período	1	3	5	1	10
Indicador	100%	67%	100%	100%	90%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

SCI – Comunicação com a Imprensa

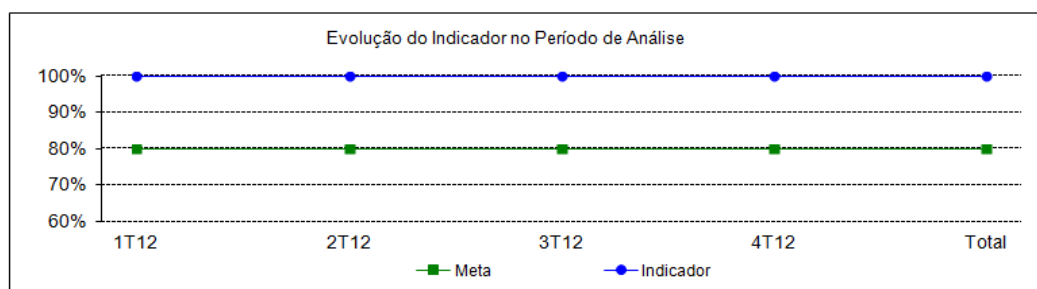


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da imprensa, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, demais órgãos públicos e a sociedade e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Comunicação com a imprensa
Conceituação	Avalia a comunicação com órgãos de imprensa, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" até 2 dias úteis depois do fato objeto da comunicação ou da solicitação, desde que a iniciativa ou a resposta esteja sob a total responsabilidade da SCI/AI. Foram selecionados como principais fatos objeto de comunicação à imprensa as Rodadas de Licitações, as audiências públicas sobre novas regulamentações e sobre as Rodadas, os fóruns regionais, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e o balanço trimestral de ações de fiscalização e qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com a imprensa, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. A comunicação com a imprensa depende, muitas vezes, de consultas a outras áreas da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI/AI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com órgãos de imprensa em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T12	2T12	3T12	4T12	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Nº de ações de comunicação	604	392	390	366	1752
Nº de manifestações recebidas	604	392	390	366	1752
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações



## Anexo III

### SCI – Comunicação com públicos institucionais

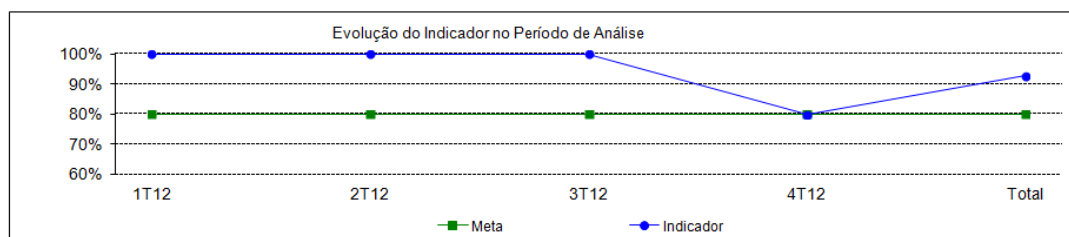


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Trimestral
Crítério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP com seus públicos institucionais e prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com entidades representativas do setor privado e demais ações públicas.
Nome do Indicador	Comunicação com públicos institucionais
Conceituação	Avalia a comunicação com os públicos institucionais da ANP, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" o prazo estipulado para a resposta a Requerimentos de Informação do Congresso Nacional ou, em geral, até 10 dias úteis depois da solicitação de outras instituições ou dos principais fatos objeto de comunicação externa, desde que a resposta ou a iniciativa esteja sob a total responsabilidade da SCI. Foram relacionados como os principais fatos objeto de comunicação institucional as Rodadas, as audiências públicas das Rodadas de Licitações, os fóruns regionais, as novas publicações, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e os Boletins da Qualidade dos
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com públicos institucionais, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	A comunicação com públicos institucionais depende, muitas vezes, de consultas a outras unidades da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com públicos institucionais em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1T12	2T12	3T12	4T12	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Número de ações de comunicação em tempo hábil	3	3	3	4	13
Número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação	3	3	3	5	14
Indicador	100%	100%	100%	80%	93%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

## Anexo III

### SCM - Índice de Processos Analisados pela SCM

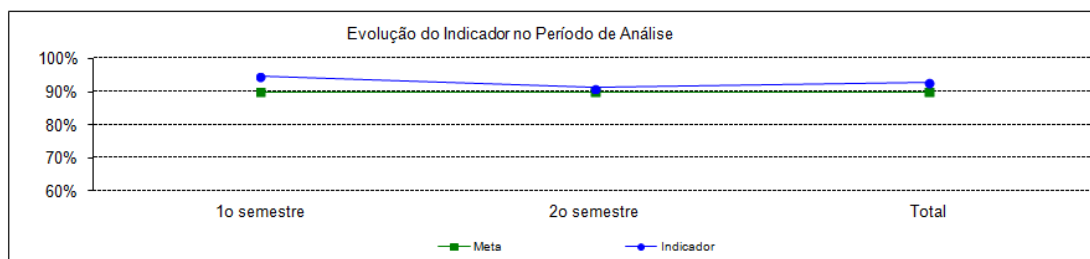


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Produtividade
Foco	Aumentar a Eficácia de Análise de Processos de Autorização.
Nome do Indicador	Índice de Processos Analisados pela SCM
Conceituação	Estima o quantitativo de processos recebidos e analisados dentro do prazo preestabelecido nas Resoluções e Portarias ANP.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia da Superintendência durante o processo de análise dos pedidos de autorização encaminhados à área, considerando o atendimento (por parte dos agentes) dos requisitos e dos prazos (por parte da SCM) estabelecidos nas Resoluções e Portarias ANP.
Limitações	Cabe destacar que o levantamento deste indicador deve considerar o prazo estipulado em cada Resolução/Portaria ANP, para cada processo de análise de processos de autorização. Ressalta-se, ainda, que a contagem deste tempo é paralisada no momento em que é finalizada a avaliação pelo corpo técnico da área e é enviado Ofício ao agente econômico constando as pendências existentes no seu processo (exemplo: (i) dados/informações necessários e não remetidos; (ii) documentos enviados e que são considerados incompletos e/ou inadequados). Logo, tendo por base essas limitações, não é possível realizar a mensuração deste indicador mensalmente, e sim semestralmente, conforme mencionado no item "Frequência de Medição".
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de processos analisados dentro do prazo estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP no período dividido pelo número de Processos recebidos no período

#### Evolução do Indicador

Mês	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	94,6%	91,2%	92,8%



#### Análise dos Resultados

Em 2012 observou-se elevada demanda de processos de autorizações na área de gás natural, tendo sido plenamente cumprida a meta prevista tanto para o 1º semestre quanto para o 2º. Além dos processos de autorização, a equipe da SCM publicou resoluções que aumentaram significativamente as análises de processo principalmente na área de gás natural com relação as atividades de autoprodutor, autoimportador e comercializador de gás natural.

#### Pontos Críticos

Quantitativo de servidores no limite para atendimento à demanda considerando as novas atribuições advindas com a Lei do Gás e a Lei de Biocombustíveis.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Aumento do número de servidores e sistemas compatíveis para agilizar o cumprimento das atividades da área.

#### Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.12 e 31.12.2012:  
 (i) 30/09/2012, para a Portaria ANP n.º 170/98 (90 dias para análise);  
 (ii) 31/10/2012, para a Portaria ANP n.º 118/2000 e Resolução ANP n.º 41/2007 (60 dias para análise);  
 (iii) 31/11/2012, para a Portaria ANP n.º 170/2002 (30 dias para análise).  
 A definição destas datas limites são necessárias, considerando como fim do período de análise o dia 31/12/2012.



**SCM – Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos**

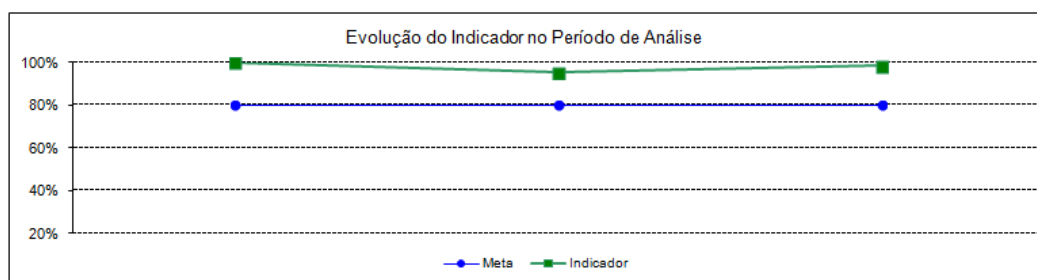


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Foco	Segurança Operacional de Instalações de Transporte e Transferência de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis Autorizadas pela SCM.
Nome do Indicador	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos
Conceituação	Estima o percentual de relatórios de vistoria emitidos em até 30 dias da data da vistoria, frente ao número de vistorias efetuadas.
Objetivo do indicador	Aferir a produtividade e eficiência do processo de vistoria de instalações quanto aos aspectos de segurança operacional, através da emissão de relatório de vistoria dentro do período estipulado.
Limitações	Entende-se como vistorias/inspeções técnicas a serem realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis aquelas que são realizadas para: (i) concessão de autorização de operação; (ii) verificação de aspectos relacionados com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) fiscalização de incidentes. Neste caso, as ações que são passíveis de planejamento são aquelas identificadas nos itens (i) e (ii), sendo estas, portanto, as ações objeto do acompanhamento deste indicador. Cabe ressaltar, ainda, que este indicador não afere a quantidade de vistorias que serão efetuadas no período e sim, tão somente, a quantidade de relatórios emitidos em função das vistorias/inspeções realizadas.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Relatórios de Vistoria Emitidos no Período de 30 dias a partir da data da Vistoria dividido pelo Número de Vistorias Realizadas.

**Evolução do Indicador**

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Relatórios de Vistoria Emitidos < 30 dias	33	21	54
Vistorias Realizadas	33	22	55
Indicador	100,0%	95,5%	98,2%



**Análise dos Resultados**

**Pontos Críticos**

Não Há

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Não Há

**Observações**

**SDB – Fiscalização de Projetos**

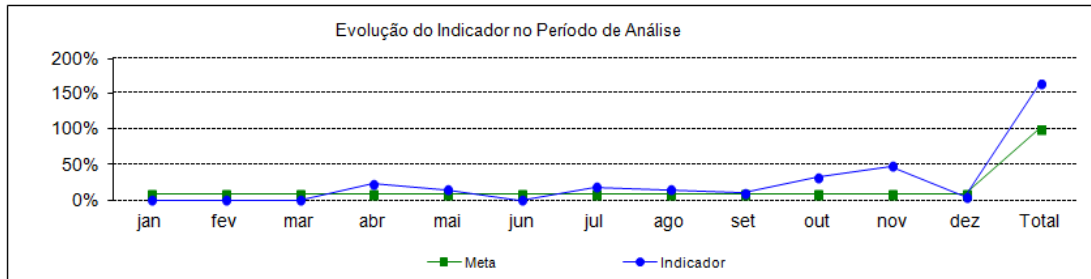


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	SDB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Crítério	Processos
Foco	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Nome do Indicador	Fiscalização de projetos
Conceituação	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Objetivo do indicador	Fiscalizar os projetos licitados pela Superintendência.
Limitações	Não há
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de fiscalizações realizadas no mês dividido pela meta definida para fiscalizações

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100%
Indicador	0,0%	0,0%	0,0%	22,5%	14,2%	0,0%	18,3%	14,2%	10,0%	31,7%	47,5%	4,2%	162,50%
Previsto (dias)	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
Realizados (dias)	0	0	0	27	17	0	22	17	12	38	57	5	195



**Análise dos Resultados**

A SDB, durante o ano de 2012, realizou 22 viagens de fiscalização totalizando 195 dias de trabalho em campo, o que corresponde a um acréscimo de 63% à quantidade prevista. Para alcançar tal meta, 11 servidores estiveram imbuídos na tarefa de acompanhar os levantamentos *in loco*. Importante ressaltar que as viagens de fiscalizações atingiram seus objetivos que são acompanhar a execução dos projetos de Geologia e Geofísica contratados pela ANP.

**Pontos Críticos**

Embora a meta tenha sido alcançada, é necessário destacar um ponto que talvez venha a ser ofuscado com uma leitura superficial do indicador, qual seja, a quantidade insuficiente de servidores na SDB. Durante o ano de 2012, inúmeras vezes foram solicitados servidores de outras superintendências para auxiliar as fiscalizações dos projetos de Geologia e Geofísica.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Aumento na quantidade de servidores efetivos, principalmente geólogos e geofísicos.

**Observações**

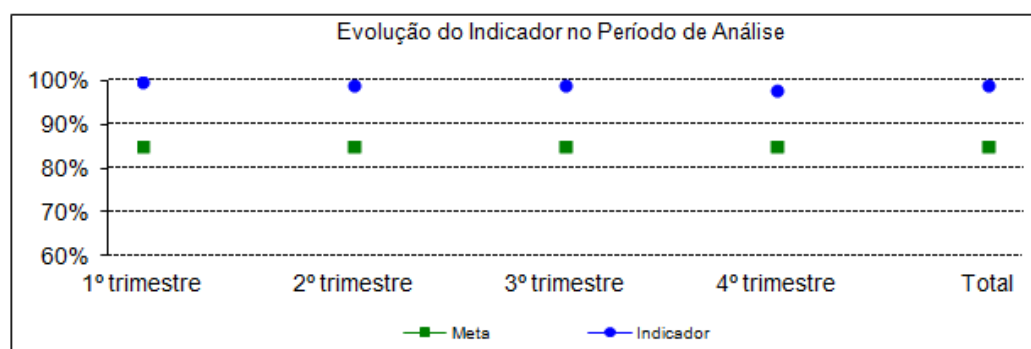
<b>PDCP</b>
<b>Abril</b> - 1296/12 (Elaine) e 1297/12 (Renato Silveira - SDT) e 0194/12 (Marina)
<b>Mai</b> - 1601/12 (Renato Silveira - SDT), 1599/12 (Marina) e 1695/12 (Cintia)
<b>Julho</b> - 2272/12 (Raphael Victor) e 2273/12 (Marcos)
<b>Agosto</b> - 2691/12 (Gustavo) e 2618/11 (Marcos) e 2695/11 (Hemert - SEP)
<b>Outubro</b> - 3135/12 (Adoniran), 3137/12 (Andrei), 3249/12 3532/12 (Raphael Victor), 3250/12 (Gustavo), 3527/12 (Marcos) e 3537/12 (Soraya)
<b>Novembro</b> - 3889/12 (Andrei), 3888/12 (Bolívar) e 4048/12 (Elaine)
<b>Dezembro</b> - 4078/12 (Andrei)
*Em vermelho estão os servidores de outras superintendências *

**SDP – Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar o controle da produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)
Conceituação	O BMP é um documento que apresenta a produção mensal realizada de hidrocarbonetos
Objetivo do indicador	Aferir a eficácia da SDP no acompanhamento e controle de produção
Limitações	Carga fora do prazo; Produção em TLD e Planos de Avaliação
Meta para o Período	85%
Fórmula do Indicador	Número de BMP's analisados em um mês dividido pelo número de BMP's recebidos

**Evolução do Indicador**

Trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Meta	85%	85%	85%	85%	85,0%
Indicador	99,8%	99,1%	99,4%	98,0%	99,1%

**Análise dos Resultados**

Atualmente, esta atividade está totalmente incorporada na rotina dos servidores da SDP, que tem realizado as análises acima da meta. No 1º trimestre, foram recebidos 1052 BMP's e analisados no prazo 1050. No 2º trimestre foram recebidos 1056 BMP's e analisados no prazo 1046. No 3º trimestre foram recebidos 1057 BMP's e analisados no prazo 1051. No 4º trimestre foram recebidos 1065 BMP's e analisados no prazo 1044.

**Pontos Críticos**

1) Carga dos dados pelo concessionário fora do prazo previsto, o que pode acarretar a falta de análise; 2) Perda no SIGEP da data de análise inicial nos casos de solicitações da ANP ao concessionário.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

1) Implantação no SIGEP de um sistema de validação de carga dos BMP's fora de um prazo estipulado, findo o qual não seria possível sua aceitação; 2) Aprimoramento do SIGEP em relação ao histórico de todos os eventos relacionados à análise do BMP.

**Observações**

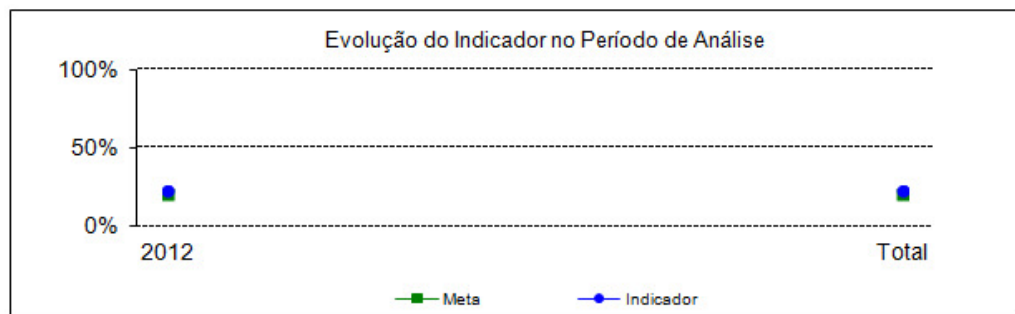
A apresentação dos BMP's tem previsão expressa nos contratos de concessão e no Decreto 2.705/1998.

**SDP – Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a atuação da fiscalização nas instalações em fase de produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Ações diretas de fiscalização da equipe da SDP
Conceituação	Controle efetivo da produção de hidrocarbonetos no país
Objetivo do indicador	Verificação das condições de operação das instalações quanto aos padrões legais
Limitações	Rotina de atividades internas dos servidores, dependência da logística dos concessionários, distância entre as instalações marítimas
Meta para o Período	20%
Fórmula do Indicador	Número de instalações em fase de produção inspecionadas anualmente dividido pelo número de campos em fase de produção naquele ano.

**Evolução do Indicador**

Ano	2012	Total
Meta	20,0%	20,0%
Indicador	22,9%	22,9%

**Análise dos Resultados**

A equipe da SDP realizou 95 fiscalizações em campos ou instalações de produção em um universo de 415 campos que se encontravam na fase de produção em janeiro de 2012.

**Pontos Críticos**

1) Rotina de atividades internas dos servidores; 2) Dependência da logística dos concessionários; 3) Distâncias entre instalações marítimas; 4) Movimento grevista da categoria: 40 dias; 5) indefinição em relação às regras de pagamento do "Adicional de Periculosidade"; 6) Priorização pela Diretoria de análises dos Planos de Desenvolvimento.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Autonomia financeira para realização de fiscalizações; Analisar e revisar objetivo da Fiscalização da SDP; Planejar as ações de fiscalização de forma mais eficaz.

**Observações**

A Portaria nº 69 de 2011 no art. 23, inciso V, define a atividade de fiscalização como atribuição da SDP.

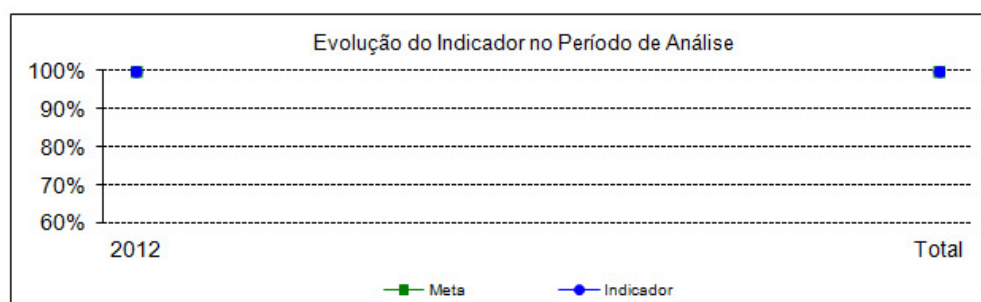


**SDP – Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Controle mais eficaz das reservas de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Análise dos Boletins Anuais de Reservas (BAR)
Conceituação	Estima a eficácia na análise, através da quantidade de BAR analisados dentro do prazo de 30 dias
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das reservas de hidrocarbonetos considerando as novas descobertas, as reavaliações e a produção acumulada.
Limitações	O concessionário deverá carregar as informações corretamente no sistema dentro do prazo.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de boletins analisados dentro do prazo, dividido pelo número de boletins recebidos

**Evolução do Indicador**

Ano	2012	Total
Meta	100%	100,0%
Indicador	100,0%	100,0%

**Análise dos Resultados**

Como ocorre anualmente, o resultado atingido, conforme a meta estabelecida, deve-se a um esforço concentrado de análise do BAR pelo corpo técnico da SDP, tendo em vista a necessidade de publicar anualmente a evolução das reservas nacionais de hidrocarbonetos. Foram analisados entre janeiro e fevereiro de 2012 os Boletins Anuais de Reservas dos 412 campos que carregaram seus dados no SIGEP.

**Pontos Críticos**

1) Prazo para análise e publicação (30 dias); 2) Carga adequada e dentro do prazo pelos concessionários.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

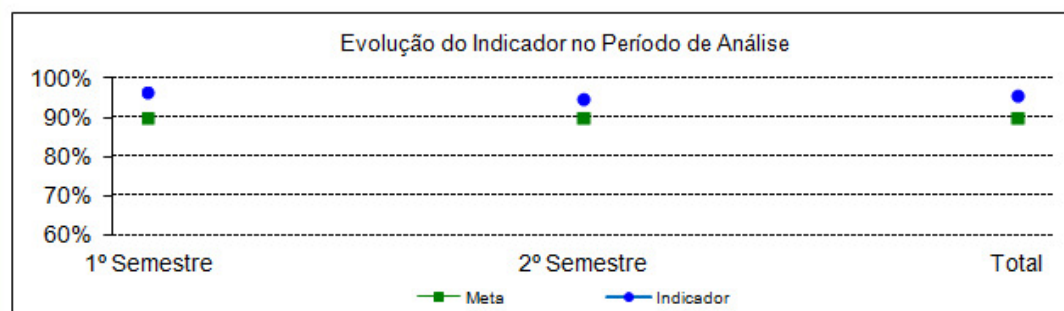
O prazo tem previsão legal e só pode ser alterado se houver revisão da Portaria 009/2000; em função da conclusão da revisão desta Portaria, o indicador poderá ser revisto. O carregamento dos dados no SIGEP pelos concessionários prossegue em contínuo aperfeiçoamento.

**Observações**

A Portaria nº 009/2000 estabelece os prazos para entrega dos BAR's e posterior divulgação sobre as reservas de hidrocarbonetos realizada pela ANP.

**SDP - Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP		
Período de Análise	Janeiro a Dezembro		
Frequência de Medição	Semestral		
Critério	Processos		
Tipo de Indicador	Eficiência		
Foco	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento		
Nome do Indicador	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores		
Conceituação	O PD é o documento que contém as informações técnicas necessárias para a verificação das condições de desenvolvimento de um campo produtor.		
Objetivo do indicador	Garantir o desenvolvimento do campo de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.		
Limitações	Devido a complexidade da atividade desenvolvida, um eventual envio de PD's para um técnico em um mesmo intervalo de tempo, comprometeria o indicador.		
Meta para o Período	90%		
Fórmula do Indicador	Percentual de PD's analisados dentro de um certo prazo multiplicado pelo valor do indicador referente aquele prazo.		
Evolução do Indicador			
Semestre	1º Semestre	2º Semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	96.7%	95.0%	95.9%

**Análise dos Resultados**

Em 2012, foram analisados 24 Planos de Desenvolvimento, todos aprovados. No 1º semestre de 2012 foram analisados 9 Planos de Desenvolvimento em menos de 4 meses; 2 Planos de Desenvolvimento entre 4 e 5 meses; e 1 Plano de Desenvolvimento entre 5 e 6 meses. No 2º semestre, 8 Planos de Desenvolvimento foram analisados em menos de 4 meses; 2 Planos de Desenvolvimento foram analisados entre 4 e 5 meses; e 2 Planos de Desenvolvimento foram analisados entre 5 e 6 meses.

**Pontos Críticos**

1) Data da entrada do PD; 2) Solicitações oriundas das análises e demora na resposta; 3) Tramitação para aprovação pela Diretoria colegiada, 4) definição do marco temporal para contagem do prazo

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Fazer um maior controle no fluxo dos processos para permitir um melhor acompanhamento dos prazos.

**Observações**

O artigo 26, §2º, da Lei 9478/97, estabelece o prazo de 180 dias para análise dos Planos de Desenvolvimento. Neste indicador, propomos prazos menores para medição da eficiência, onde 4 meses ou menos corresponde a 100% de eficiência; de 4 a 5 meses corresponde a 90% de eficiência; de 5 a 6 meses corresponde a 80% de eficiência; e acima de 6 meses corresponde a 0% de eficiência.

## Anexo III

### SDT - Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP – Ibdep

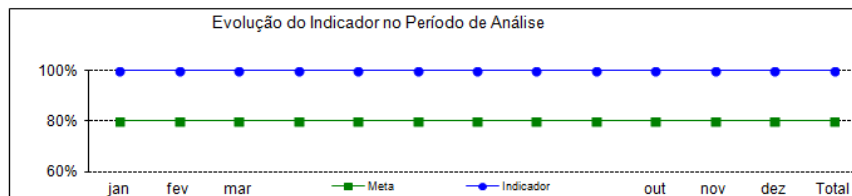


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumento constante do volume de dados técnicos públicos e privados de E&P
Nome do Indicador	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP
Conceituação	Estima a relação entre os dados públicos de Exploração e Produção (E&P) disponíveis no BDEP para os agentes internos e externos à ANP que efetivamente estão avaliados e armazenados, e a totalidade dos dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP.
Objetivo do indicador	Avaliar a eficiência do processo de organização e manutenção do acervo de dados técnicos relativos às atividades reguladas de E&P, conforme prevê a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997)
Limitações	A medição fica restrita aos dados técnicos recebidos pelo BDEP.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iBdep = \frac{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pelos dados públicos de E\&P disponíveis no BDEP}}{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pela totalidade de dados públicos de E\&P recebidos pelo BDEP}}$

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Dados Disponíveis	1.060.502,88	1.060.572,23	1.061.003	1.061.013,15	1.061.132	1.061.262	1.061.270	1.059.091,2	1.061.761,5	1.061.762,4	1.061.853,4	1.062.002,7	12733233
Dados Recebidos	312.217,92	312.403,57	312.422,5	312.437,525	312.453,2	312.468	312.489,7	312.504,9	312.522,1	312.535,5	312.540,6	312.554,2	3749550
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

### Anexo III

**SDT - Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa**

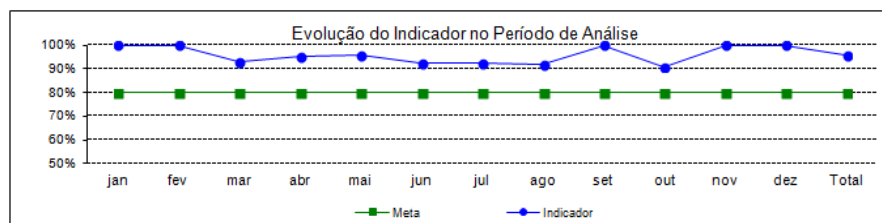


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos de solicitação de dados
Foco	Aumento da eficiência no atendimento à solicitação de dados
Nome do Indicador	Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa.
Conceituação	Acompanhar o tempo gasto entre a entrada da solicitação de dados na ANP-SDT e a resposta final.
Objetivo do indicador	Medir o tempo gasto entre a entrada de solicitação de dados na SDT e o envio da primeira resposta.
Limitações	Os vários trâmites internos da solicitação, com o pedido indo para o BDEP e voltando; as solicitações de informações adicionais à empresa.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iADM = (n^{\circ} \text{ de solicitações atendidas no período de 20 dias} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas no mês}) * 100$

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	#####	100,0%	92,9%	95,2%	95,8%	92,6%	92,3%	91,7%	100,0%	90,9%	100,0%	100,0%	95,95%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações



## Anexo III

### SEP – iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorados pela SEP

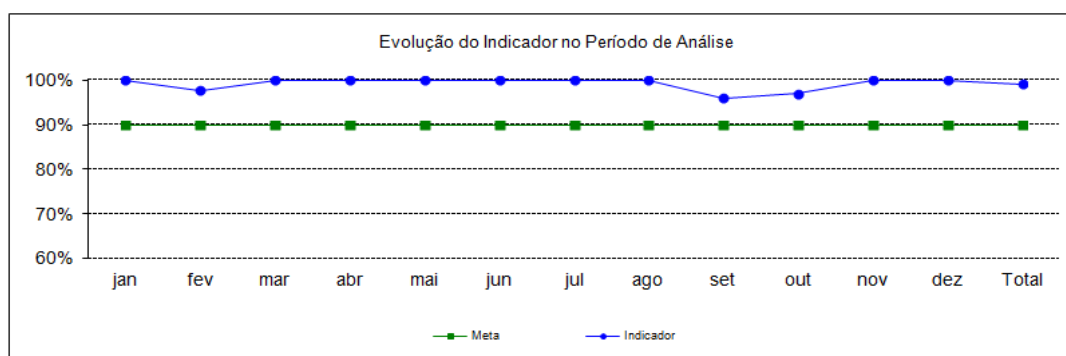


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SEP - Superintendência de Exploração
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Medir a eficácia no monitoramento e gestão das atividades de perfuração de poços através da carga das informações das Comunicações de Início de Perfuração de Poço (CIPP) no SIGEP.
Nome do Indicador	iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitoradas pela SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise e carga das informações referentes às atividades de perfuração de poços no SIGEP, dos documentos enviados pelos Concessionários a SEP.
Objetivo do indicador	Verificar o cumprimento das atividades de perfuração de poços previstas no contrato de concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Limitações	Não conformidades nos documentos recebidos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	1-Número de Notificações de Codificação de Poço (NCDP) enviadas ao Concessionário dentro do prazo de 7 dias / total de CIPPs recebidas.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	97,8%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	96,0%	97,0%	100,0%	100,0%	99,2%



#### Análise dos Resultados

As atividades relacionadas com o monitoramento e gestão das atividades de perfuração de poços exploratórios aconteceu de forma muito satisfatória em 2012. A comunicação de início de perfuração (CIPP) é recebida por correio eletrônico, e diariamente a caixa de entrada é checada na ANP, para o poço ser cadastrado. Os casos que excedem o prazo regulamentar são raros.

#### Pontos Críticos

Envio de CIPP's com dados errados pelo operador é a principal fonte de problemas. Mesmo nesses casos, normalmente a situação é resolvida dentro dos 7 dias regulamentares de prazo, esclarecendo-se os dados corretos e cadastrando-se o poço no sistema SIGEP.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não são consideradas ações necessárias para este indicador.

#### Observações

**SEP - iPad - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta**

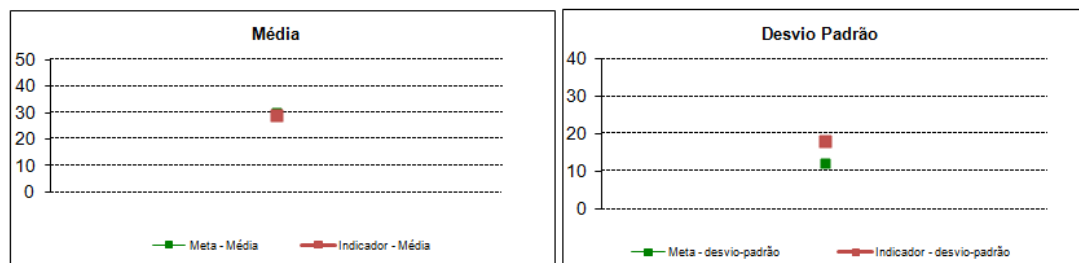


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Exploração - SEP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Medir a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta (PA) através de pareceres técnicos.
Nome do Indicador	iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta através de pareceres técnicos dentro dos prazos estabelecidos pelo Contrato de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência da Superintendência no cumprimento de sua atribuição.
Limitações	PA's com não conformidades.
Meta para o Período	Média (M) menor ou igual a 30 dias e desvio-padrão (D) menor que $(45 - M)/1,28$ , ou seja, segundo a fórmula do desvio-padrão, 90% dos PA's devem ser analisados em até 45 dias.
Fórmula do Indicador	A fórmula é descrita segundo os passos a seguir: 1- O tempo a ser considerando ( $t_i$ ) é aquele decorrido entre a data de protocolo da versão aceita da proposta do PA e a data da assinatura do Parecer Técnico que o analisa, medido em dias inteiros. 2- Desconsideram-se os 10% de Planos de Avaliação com maior tempo de análise, tendo em vista possibilidade de problemas diversos. 3- Calcula-se a média (M) de acordo com a fórmula $M = \sum t_i / NPA$ e o desvio padrão (D) de acordo com a fórmula $[\sum (t_i - M)^2 / (NPA - 1)]^{1/2}$ , onde NPA é o número de PA's analisados no período, e comparam-se os valores calculados com as metas.

**Evolução do Indicador**

Ano	2012
Meta - Média	30,0
Indicador - Média	29,2
Meta - desvio-padrão	12,4
Indicador - desvio-padrão	18,0



**Análise dos Resultados**

Os valores encontrados para o indicador foram considerados adequados em comparação aos valores propostos como meta. O prazo não deveria ser considerado isoladamente, pois existem outros fatores relevantes para o desempenho de avaliação de PAD. Destaca-se os variados níveis de dificuldades necessários para avaliação de planos de desenvolvimento (por exemplo, os PAD's propostos para exploração de Gás Não Convencional, que representam uma mudança de paradigma para exploração petrolífera brasileira e mundial), que exigem um acompanhamento mais complexo que não é explicável isoladamente pelo período dispensado pelo técnico na avaliação.

**Pontos Críticos**

Grande variabilidade na complexidade dos PAD, que é refletida no valor do desvio padrão, quando casos mais complicados exigem maior tempo para emissão de parecer que não é devidamente considerado pelo indicador.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Não foram consideradas necessárias mudanças, pois o indicador funciona adequadamente.

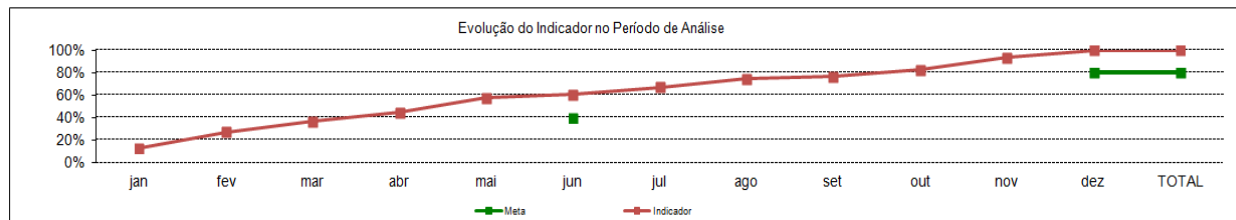
**Observações**

**SFA - Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa - SFA
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Critério	Processos
Frequência de Medição	Semestral
Foco	Estabelecer os procedimentos necessários relativo ao controle, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Orçamento Geral da União, destinado à ANP. Cumprindo rigorosamente a legislação vigente, através dos instrumentos de execução orçamentária (LOA; DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; INSTRUÇÕES NORMATIVAS; CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO), dando maior agilidade ao processo logístico que envolve as diversas áreas da Agência
Nome do Indicador	Índice de controle e utilização dos recursos orçamentários.
Conceituação	Efetuar a sistematização da execução do orçamento da Agência, com o intento de possibilitar o seu acompanhamento pela Diretoria Colegiada sobre as execuções do orçamento e situação financeira da Agência, bem como atender de forma eficaz toda a estrutura organizacional da ANP. realizar e controlar contratos e convênios.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia em gerir os recursos orçamentários atendendo as várias demandas: projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); recrutamento, incorporação, instrução, transporte, bem-estar, evacuação, e aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios, contrato ou prestação de serviços, objetivando que seja empregado de forma útil no decorrer do exercício, e na sua totalidade, para que não haja sobras de caixa, e que venha ocasionar em contingenciamento para o próximo período financeiro.
Limitações	Devido a não liberação do limite orçamentário, recursos financeiros em sua totalidade e também alguns contingenciamentos, o apoio logístico a toda estrutura organizacional da ANP, têm uma queda significativa nos meses de JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO, onde procura-se priorizar as atividades essenciais de funcionamento e finalidades da Agência
Meta para o Período	80% para o exercício, sendo 40% do valor anual empenhado no primeiro semestre e 40% no segundo semestre
Fórmula do Indicador	Valor total dos empenhos emitidos até o final do exercício financeiro, dividido pelo Limite Orçamentário recebido pelo Ministério de Minas e Energia aprovado para a Agência.

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Meta						40%						80%	80%
Empenhos Emitidos	24641489	28208911	18020707	16176469	25399469	5520057	12354684	14304626	3965497	11651058	21238573	12659397	R\$ 194.140.937,01
Limite Autorizado	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	194410335	R\$ 194.410.335,00
Indicador	13%	27%	36%	45%	58%	61%	67%	74%	76%	82%	93%	100%	99,86%

**Análise dos Resultados****Pontos Críticos****Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

**Observação:** Frequência de Medição com informação mensal e apuração semestral

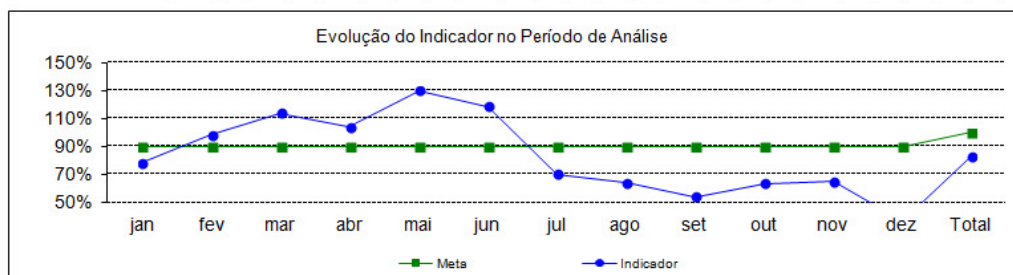
Conforme solicitado pela SDB em 2012, foi retirado neste ano do índice as despesas do PAC ( Programa de Aceleração do Crescimento), pois suas despesas dependem de autorização da sala

**SFI - Índice de ações de fiscalização****FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Ações de Fiscalização
Nome do Indicador	Índice de ações de fiscalização
Conceituação	Estima o percentual de atendimento da meta estipulada para o número de ações de fiscalização
Objetivo do indicador	Realizar o maior número de ações de fiscalização, com o objetivo de dar maior visibilidade da ANP para a sociedade
Limitações	Possíveis restrições orçamentárias e de infra-estrutura
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Ações de Fiscalização dividido pela Meta de Ações

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta de Ações	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	25000
Ações de Fiscalização	1628	2053	2375	2172	2712	2478	1464	1333	1128	1324	1349	770	20786
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	100,0%
Indicador	78,1%	98,5%	114,0%	104,3%	130,2%	118,9%	70,3%	64,0%	54,1%	63,6%	64,8%	37,0%	83,1%

**Análise dos Resultados**

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento realizou o total de 20.786 ações de fiscalização em 2012, com isso alcançou 83,1% do total de 25.000 ações planejadas para o ano. Na evolução do indicador de desempenho "índice de ações de fiscalização", ressalta observar que houve diminuição motivada pela mobilização dos servidores públicos, que culminou com a greve geral que teve duração aproximada de 45 dias. Ademais, ao longo do segundo semestre, as ações de fiscalização passaram a ser realizadas por dupla de fiscais, objetivando dotá-las de maior e imprescindível segurança técnica e pessoal.

**Pontos Críticos****Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos****Observações**

**SFI - Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância**

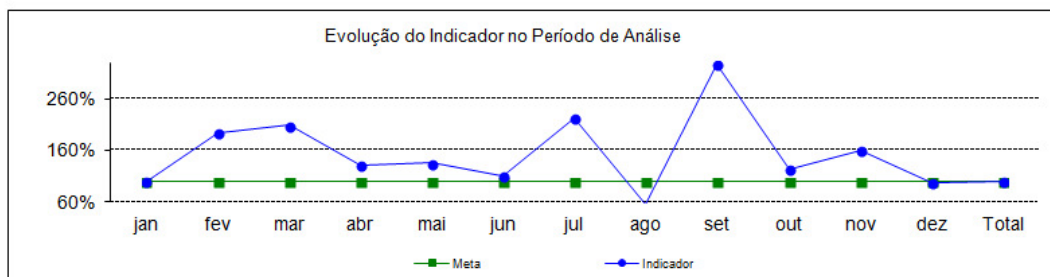


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Julgamento dos processos administrativos em 1ª instância
Nome do Indicador	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância
Conceituação	Julgar o mesmo quantitativo de processos administrativos que são instaurados pelos autos de infração
Objetivo do indicador	Manter o fluxo de processos administrativos controlado, sem a formação de estoque de processos a serem julgados em 1ª instância
Limitações	Quantidade de processos instaurados e de julgadores destes processos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Decisões dividido por Novos Processos

**Evolução do Indicador**

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Novos Processos	277	279	320	323	369	317	128	220	153	362	252	336	3336
Processos Julgados	699	544	666	428	500	354	286	126	498	450	404	329	5284
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	100,0%	195,0%	208,1%	132,5%	135,5%	111,7%	223,4%	57,3%	325,5%	124,3%	160,3%	97,9%	100,0%



**Análise dos Resultados**

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento alcançou a totalidade da meta anual prevista para o Setor de Análises Técnicas, a despeito da queda observada nos meses de julho e agosto, motivada pela mobilização de servidores públicos, que culminou com a greve geral que teve duração aproximada de 45 dias.

**Pontos Críticos**

Reduzido número de servidores, principalmente, com atribuição de fiscalizar.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Abertura de novas vagas para todas as carreiras da Agência.

**Observações**



## Anexo III

### SPG - Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties

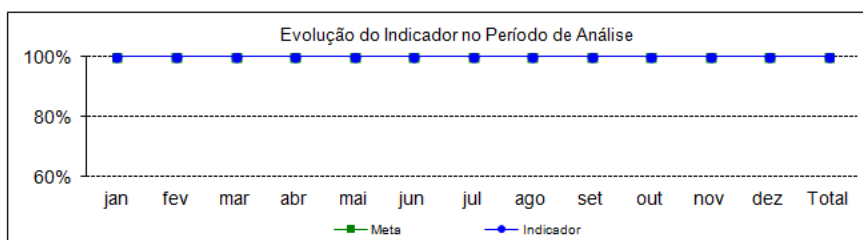


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Controle das Participações Governamentais - SPG
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Efetuar todos os cálculos e as distribuições de Royalties visando a otimização no menor prazo possível.
Nome do Indicador	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para cálculo e distribuição de Royalties.
Objetivo do indicador	Verificar a agilidade quanto à apuração, análise e distribuição dos valores dos royalties.
Limitações	Dependência de informações externas e de impedimentos processuais (liminares) e outros de ordem operacional relacionados ao desenvolvimento de um sistema, para cálculo dos royalties, e sua manutenção.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Indicador = $100 - (Am + Ae)$ se $dm + de > 38$ , então $Am + Ae = (dm + de) - 38$ ; se $dm + de \leq 38$ , então $Am + Ae = 0$ . Onde: Am = dias de atraso na distribuição aos municípios; Ae = dias de atraso na distribuição aos estados; dm = dia de distribuição aos municípios (24º dia do mês); de = dia de distribuição aos estados (14º dia do mês).

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



#### Análise dos Resultados

Janeiro/12: dm=17/01/2012 e de= 12/01/2012. Fevereiro/12 dm=17/02/2012 e de= 13/02/2012. Março/12: dm= 21/03/2012 e de= 13/03/2012. Abril/12: dm=16/04/2012 e de= 12/04/2012. Maio/12: dm=21/05/2012 e de=14/05/2012. Junho/12: dm=19/06/2012 e de= 13/06/2012. Julho: dm=19/07/2012 e de=12/07/2012. Agosto dm=21/08/2012 e de=10/08/2012. Setembro dm=20/09/2012 e de=13/09/2012. Outubro dm=18/10/2012 e de= 11/10/2012. Novembro dm= 16/11/2012 e de 12/11/2012. Dezembro dm=19/12/2012 e de= 13/12/2012.

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

Considera-se como DIA DE DISTRIBUIÇÃO, para efeito do cálculo deste indicador, a data do envio do arquivo DAF603C ao Banco do Brasil.

## Anexo III

### SPD – Emissão de Relatórios e Informações Mensais

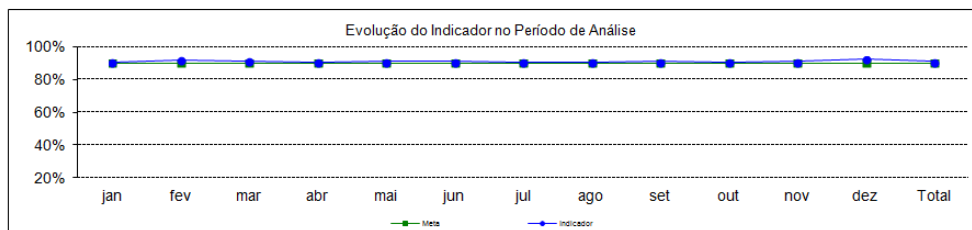


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - SPD
Responsável	
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão dos relatórios e informações de frequência mensal, pela SPP, dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Tipo de Indicador	Eficiência
Nome do Indicador	Emissão de Relatórios e Informações Mensais
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação dos seguintes relatórios ou informações: ( i ) Boletim Eletrônico; ( ii ) Boletim Internacional (iii) Dados Estatísticos Mensais; (iv) Boletim de Biocombustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão dos relatórios e informações pela SPP nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	Todos os relatórios acima mencionados dependem de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que tais relatórios sejam emitidos nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Indicador = Média (I <sub>i</sub> ) , onde i = a, b, c, d $a = 90 + x/100 - y/100$ , a = Boletim Eletrônico $b = 90 + x/100 - y/100$ , b = Boletim Internacional $c = 90 + x/100 - y/100$ , c = Dados Estatísticos Mensais $d = 90 + x/100 - y/100$ , d = Boletim de Biocombustíveis Onde: x = dias úteis que antecederam a data prevista de emissão do documento; e y = dias úteis que ultrapassaram a data prevista de emissão do documento.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador Boletim Eletrônico	91%	93%	90%	90%	90%	91%	90%	89%	89%	90%	90%	91%	90%
Indicador Boletim Internacional	90%	90%	90%	90%	90%	91%	90%	90%	90%	90%	90%	93%	90%
Indicador Dados Estatísticos	92%	95%	96%	93%	94%	92%	92%	94%	95%	93%	94%	93%	94%
Indicador Boletim de Biocombustíveis	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	93%	90%
Indicador	90,75%	92,00%	91,50%	90,75%	91,00%	91,00%	90,50%	90,8%	91,0%	90,8%	91,0%	92,5%	91,1%



#### Análise dos Resultados

Os resultados são satisfatórios. Houve apenas dois atrasos de um dia no Boletim Eletrônico. Os Dados estatísticos foram publicados antes do prazo acordado com frequência.

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

Nome do Relatório	Frequência	Prazo	Meio de Divulgação
Boletim Eletrônico	mensal	até o dia 20	email
Boletim Internacional	mensal	até o fim do mês	email
Boletim de Biocombustíveis	mensal	até o fim do mês	email
Dados Estatísticos	mensal	até o dia 10	site da ANP

Para efeitos deste Indicador, os relatórios ou informações serão considerados como "EMITIDOS" quando os mesmos estiverem disponibilizados para o seu público alvo através do meio de divulgação constante da tabela acima.

Os dias adiantados e atrasados serão calculados a partir do número de dias úteis.

**Os dados e informações referentes aos Dados Estatísticos, possuem as seguintes características:**

Os dados de vendas têm por base a Resolução 17/2004

Os dados de produção de petróleo e gás natural tem por base o Decreto Federal 2.705 de 1998 que obriga as produtoras a informarem os dados até o dia 15 do mês subsequente.

Os dados de processamento de petróleo e gás natural e produção de derivados têm por base a Resolução 17/2004.

As informações de importações e exportações de petróleo, derivados e gás natural têm como fonte a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Os dados estão disponíveis no site por volta do dia 15 do mês subsequente.

## Anexo III

### SPD - Emissão do Informe Conjuntura & Informação

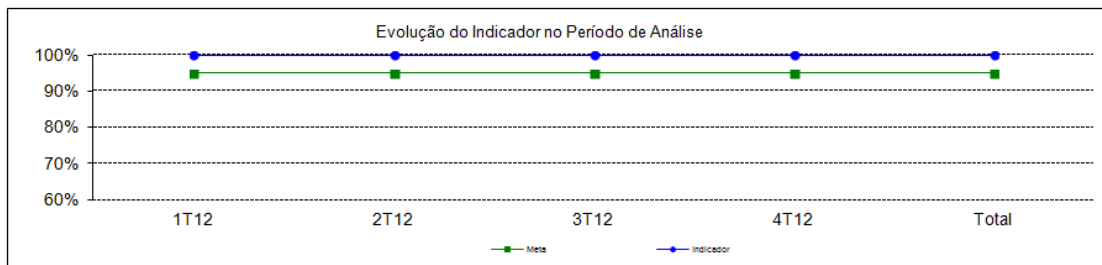


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - SPD
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	trimestral
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emitir o Informe Conjuntura & Informação dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Informe Conjuntura & Informação
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação do Informe Conjuntura & Informação
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do referido Informe nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	O Informe em questão possui informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que o mesmo seja emitido nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	0,95
Fórmula do Indicador	Indicador = 100 - ACI
	Se ACI = 90 então Indicador = zero.
	Onde:
	ACI = dias de atraso que excederem a data prevista para a emissão do Informe Conjuntura e Informação

#### Evolução do Indicador

Mês	1T12	2T12	3T12	4T12	Total
Meta	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Dias de Atraso Conjuntura & Informação	0	0	0	0	0
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

O Informe Conjuntura & Informação é emitido trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. As informações constantes do Informe possuem defasagem de 15 a 75 dias, dependendo da informação. Para efeitos deste indicador, o Informe será considerado emitido quando do envio de email, através da conta Conjuntura e Informação, para o público externo. O prazo limite para envio do Informe é o dia 15 de cada mês de sua emissão.



**SPD - Emissão do Anuário Estatístico**

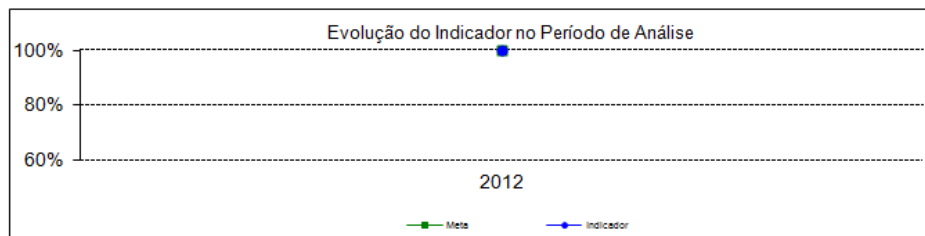


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - SPD
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2012
Frequência de Medição	anual
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão do anuário estatístico pela SPP dentro do prazo estipulado neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Anuário Estatístico
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento ao prazo para divulgação do Anuário Estatístico
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do Anuário Estatístico no prazo definido neste indicador.
Limitações	O Anuário Estatístico depende de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que os relatórios seja emitido no prazo definido neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência em sua integridade e no prazo correto.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Quantidade de gráficos e tabelas disponibilizados no site da ANP até o final de julho, dividido pela quantidade de gráficos e tabelas previstos para o Anuário Estatístico do ano.

**Evolução do Indicador**

Mês	2012
Meta	100,0%
Indicador	100%



**Análise dos Resultados**

O Anuário 2012 foi disponibilizado para o público em 31/07/2012

**Pontos Críticos**

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

**Observações**

O Anuário Estatístico é emitido anualmente, no mês de setembro, e no site até o final de julho.. As informações constantes do Anuário se referem ao período de janeiro a dezembro do ano anterior.

## Anexo III

### SPL – Índice de Consultas Respondidas pela SPL

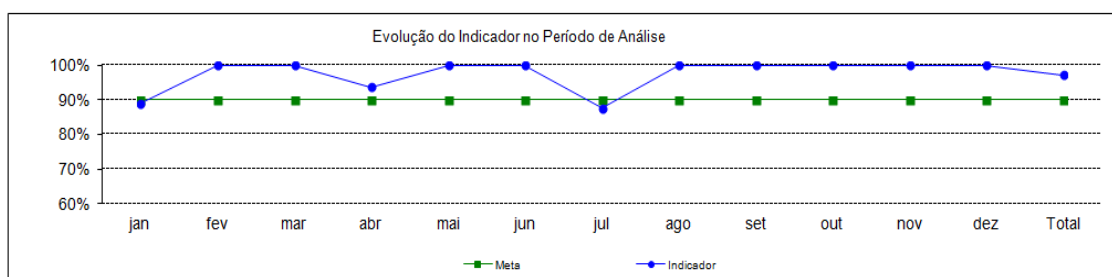


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Superintendência de Promoção de Licitações - SPL
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Foco	Manter elevado padrão de atendimento às consultas formuladas sobre as rodadas de licitações.
Nome do Indicador	Índice de consultas respondidas pela SPL
Conceituação	Revela o número percentual de consultas atendidas pela SPL em até quinze dias úteis de seu recebimento.
Objetivo do indicador	Avalia a eficácia do atendimento a dúvidas e consultas formuladas pelos concessionários, por seus representantes e pela sociedade em geral a respeito das Rodadas de Licitações da ANP e dos processos de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações.
Limitações	A apuração deste indicador considera apenas as consultas de assunto exclusivo da SPL. Não são consideradas para fins de cálculo do indicador as consultas que dependem do posicionamento de outras superintendências da ANP. Esta meta poderá ser revista caso o CNPE autorize a Rodada de Licitação
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	$(n^{\circ} \text{ de solicitações respondidas em até 15 dias úteis} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas}) * 100\%$

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Consultas Respondidas em até 15 dias úteis	16	16	22	15	13	9	7	5	10	13	12	3	141
Consultas Recebidas	18	16	22	16	13	9	8	5	10	13	12	3	145
Indicador	88,9%	100,0%	100,0%	93,8%	100,0%	100,0%	87,5%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	97,2%



#### Análise dos Resultados

Das 145 consultas recebidas, apenas 4 não foram respondidas dentro do prazo previsto, o que representa 2,8% do total de consultas. Algumas perguntas apresentam elevado grau de complexidade e envolvem consulta a outras áreas para serem respondidas. O prazo médio de resposta no ano de 2012 foi de 3 dias úteis.

#### Pontos Críticos

N/A

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

N/A

#### Observações

N/A

## Anexo III

### *SPL – Índice de Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações*

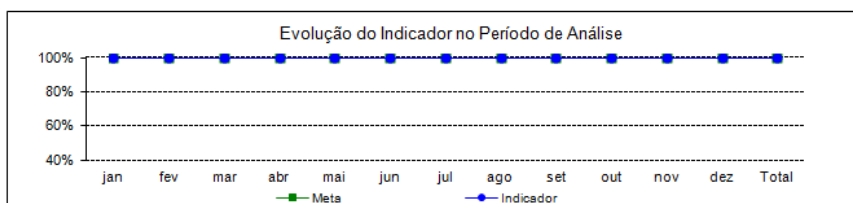


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Promoção de Licitações - SPL
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Manter elevada a eficiência no processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações.
Nome do Indicador	Índice de Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações
Conceituação	Avalia a eficiência do processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência do processo de qualificação para fins de Cessão de Direitos e Obrigações, que envolve a qualificação técnica e econômica, e a comprovação da regularidade jurídico-fiscal das cessionárias.
Limitações	A apuração deste indicador está condicionada à entrega pela cessionária de toda a documentação necessária para a qualificação, conforme as normas editalícias e contratuais. A SPL terá 30 dias para qualificar as cessionárias, compreendidos entre a data de entrega da documentação completa e o envio de memorando à SEP. Esta meta poderá ser revista caso o CNPE autorize a Rodada de Licitação
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Nº de empresas qualificadas em período igual ou inferior a 30 dias/Nº de empresas qualificadas

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100,0%



#### Análise dos Resultados

Durante o ano de 2012, todas as qualificações de empresas para os processos de Cessão foram realizadas em um prazo de 30 dias, tendo como prazo médio de análise 15 dias.

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

Cabe ressaltar que a análise para fins de Cessão se inicia a partir da entrega da documentação completa para a qualificação, em consonância com as regras editalícias e contratuais.

## Anexo III

### SRH – Índice de Execução orçamentária do PAC

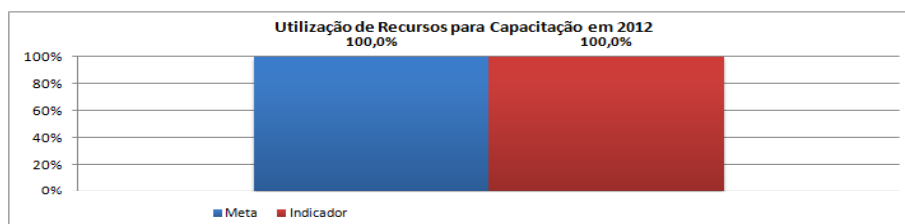


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Anual
Critério	Pessoas
Foco	Aproveitamento dos recursos disponíveis para promover a capacitação dos servidores da ANP
Nome do Indicador	Índice de Execução orçamentária do PAC
Conceituação	Mede o percentual de recursos utilizados para Capacitação com relação ao que fora disponibilizado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a utilização de recursos disponibilizados no Plano Anual de Capacitação
Limitações	O indicador é impactado diretamente por dificuldades para licitar cursos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Total gasto em capacitação dividido pela verba disponibilizada para tanto

#### Evolução do Indicador

Ano	2012
Meta	100,0%
Valor gasto com Capacitação	R\$ 2.000.000,00
Valor disponibilizado para Capacitação	R\$ 2.000.000,00
Indicador	100,0%



#### Análise dos Resultados

A restrição orçamentária prejudicou a concretização de mais treinamentos. Conseguimos realizar a contratação de cursos específicos da Indústria do Petróleo em instituições reconhecidas internacionalmente como o Instituto Francês do Petróleo e a Florence School of Regulation. Isto consumiu 41,06% do nosso orçamento total. Visando a continuidade destes treinamentos comprometeríamos cerca de 75% dos recursos disponibilizados para 2013, tendo havido a necessidade de deslocarmos alguns módulos para 2014 a fim de não esgotarmos o orçamento de 2013 com estes treinamentos. Fizemos um pedido de suplementação de verba orçamentária para atendermos as demais necessidades da Agência, incluindo a capacitação dos 152 servidores que deverão entrar em exercício em meados de 2013. Para tanto, está prevista a contratação de cursos in company e a organização de cursos com instrutores internos.

#### Pontos Críticos

- 1) Planejamento superficial das áreas em relação às ações de capacitação de seus servidores;
- 2) dificuldade na contratação de cursos com temas comuns tais como: informática, gerenciais, técnicas de apresentação (oratória), entre outros.
- 3) corte do orçamento aprovado.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

No segundo semestre de 2012, a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos - SRH se reuniu com as unidades organizacionais da ANP para construir um Plano de Capacitação para o Triênio de 2013 a 2015, estabelecendo necessidades de capacitação básicas, intermediárias e avançadas. Visando o alcance das metas da instituição e a implementação da Gestão por Competências no âmbito da ANP, por meio da qual a SRH poderá identificar de maneira mais embasada as necessidades de capacitação dos servidores, a SRH em um segundo momento retornará a cada uma das unidades para que seja esclarecido no Plano de Capacitação o que se pretende alcançar com cada um dos itens do Plano, além de vincular os planos de trabalho individuais dos servidores com as necessidades de capacitação para o alcance de suas metas e objetivos individuais.

#### Observações

##### Conceitos do Indicador:

##### Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal.
- II - Procuradores Federais.
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado Sem Vínculo.
- IV - Servidor Requisitado.
- V - Servidor em Exercício Provisório.
- VI - Servidores em Exercício Descentralizados.

**Capacitação:** Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem em serviço; Intercâmbio ou estágios; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

**Legislação:** IN 007/06; Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

## Anexo III

### SRH – Execução do PAC anual

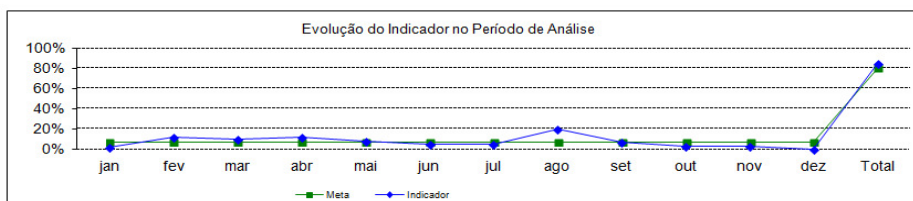


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2012
Frequência de Medição	Mensal
Crítério	Pessoas
Foco	Promover a capacitação dos servidores da ANP ao longo do tempo.
Nome do Indicador	Execução do PAC anual
Conceituação	Mede o percentual de servidores da ANP que participaram de eventos de capacitação no período analisado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a quantidade de servidores capacitados para o desempenho das atividades a eles atribuídas, de acordo com o Plano Anual de Capacitação da Agência.
Limitações	O indicador é impactado diretamente por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de servidores capacitados, de acordo com o Plano Anual de Capacitação, dividido pelo número de servidores da Agência. Nos dados mensais, cada servidor é computado apenas no primeiro mês no qual é treinado.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	80,0%
Servidores Capacitados	14	89	74	87	58	36	36	150	49	21	20	2	636
Servidores da Agência	769	765	755	751	749	747	743	741	741	741	741	740	749
Indicador	1,8%	11,6%	9,8%	11,6%	7,7%	4,8%	4,8%	20,2%	6,6%	2,8%	2,7%	0,3%	85,0%



#### Análise dos Resultados

De um total médio de 749 servidores, foram treinados 636 servidores. O orçamento foi gasto integralmente. Realizamos 32 cursos in company personalizados e adequados às necessidades da ANP, com custos reduzidos. Nossos servidores participaram de 422 eventos nacionais e 101 eventos internacionais. Os cursos foram muito bem avaliados, principalmente os realizados pelo PRO-REG, Florence School, IFP e ABS. O curso de oratória foi focado inicialmente para nossos gestores e sua avaliação foi ótima. Realizamos também uma parceria com a ESAF que permitiu que treinássemos 60 servidores nas Semanas de Administração Orçamentária. Foi concluída a turma de Pós-Graduação fechada para ANP com a UFRJ - Curso de Especialização em Economia, Regulação e Defesa da Concorrência na Área de Energia com Foco na Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para 38 servidores. O servidor Paulo de Tarso Antunes da SEP ministrou gratuitamente o curso de Geologia do Petróleo para Não Geólogos para 49 servidores e ainda tivemos a participação em parceria de mais 20 servidores da EPE.

#### Pontos Críticos

Não há como garantir a participação de servidores em eventos de capacitação, apesar da indicação do gestor, a efetivação dessa participação pode ser influenciada por diferentes fatores tais como: a) disponibilidade orçamentária para inscrição, diárias e passagens, quando se trata de servidores que atuam fora das principais cidades onde os cursos ocorrem; b) interesse do servidor; c) outros. Para 2013, teremos mais um dificultador que é o fim do programa do PRO-REG que no ano de 2012 possibilitou o treinamento de 90 servidores em temas de interesse da Agência.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Foi dado conhecimento aos gestores e aos servidores de que a capacitação é uma determinação legal, conforme Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, reforçada pela Instrução Normativa 007/2006 SRH/ANP - Capacitação de Servidores. Com a implementação do novo PAC com formato baseado em competências básicas, intermediárias e avançadas acreditamos que o planejamento de capacitação será melhor realizado, com foco nas necessidades de cada área e com melhor aplicação de recursos. Para 2013, as alternativas escolhidas para situações onde a restrição orçamentária impacta fortemente no alcance das metas serão: aumentar o incentivo (agora com a implementação da GQ - um dos pontos é a participação como instrutor em treinamentos, e com a implementação da GECC) para que os servidores ministrem cursos internos de forma gratuita ou com pagamento de GECC e contratação de cursos in company focados nas necessidades da Agência.

#### Observações

##### Conceitos do Indicador:

##### Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal
- II - Procuradores Federais
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado sem Vínculo
- IV - Servidor Requisitado
- V - Servidor em Exercício Provisório

**Capacitação:** Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem e serviço; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

Legislação: IN 007/06; Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13.

Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

## SRP – Índice de Fiscalização de Instalações

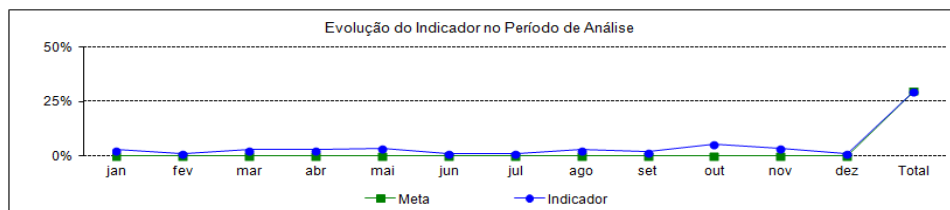


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2012
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Cumprir, com mais eficácia, a atividade de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
Nome do Indicador	Índice de Fiscalização de Instalações.
Conceituação	Estima o grau de cumprimento da atividade de fiscalizações em concordância com o número de instalações autorizadas para refino, processamento de gás natural, produção de biocombustíveis, produção de solventes, produção de combustíveis por centrais petroquímicas e formulação de combustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar se a Superintendência está acompanhando e fiscalizando "in loco" as atividades dos Agentes Econômicos autorizados, de acordo com as prescrições das Portarias e Resoluções aplicáveis.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias e de recursos humanos.
Meta para o Período	30%
Fórmula do Indicador	Número de Fiscalizações realizadas dividido pelo Número de Instalações Autorizadas.

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	30,0%
Indicador	2,78%	0,93%	2,78%	2,78%	3,70%	0,93%	0,93%	2,78%	1,85%	5,56%	3,70%	0,93%	29,63%



## Análise dos Resultados

O desempenho deste indicador é impactado pelo baixo número de ERPDs alocados na Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural - SRP. Atualmente, a SRP conta apenas com 8 (oito) especialistas e todas as ações de fiscalização são realizadas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) especialistas.

## Pontos Críticos

Após a publicação da regulamentação para a atividade de produção de etanol, foram acrescentadas mais 437 instalações na carteira de fiscalização da SRP, o que corresponde a um incremento de 350% nas atividades regulatórias desta Superintendência.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

- (1) Rever a metodologia utilizada para a definição da meta, considerando as instalações produtoras de etanol no exercício de 2013.
- (2) Aumentar o número de especialistas em regulação na SRP.
- (3) Realizar contrato de apoio à ação de fiscalização com instituições competentes nas regiões do Brasil.

## Observações

A meta de fiscalização para o exercício de 2012 corresponde à 30% dos agentes econômicos produtores de combustíveis e biodiesel autorizados. Não estão incluídas as usinas de etanol (Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011), visto que a regulamentação para a atividade de produção de etanol (Resolução ANP nº 26/2012) foi publicada no dia 31 de agosto de 2012.

=> Refinarias: 20  
=> Pólos de Processamento de Gás Natural: 16  
=> Produtores de Biodiesel: 64  
=> Centrais Petroquímicas: 3  
=> Produtores de Solventes: 3  
=> Formuladores de Combustíveis: 2  
=> TOTAL: 108  
=> META (30%): 33 (aproximadamente)



## Anexo III

### SRP – Índice de Análise de Processos da SRP

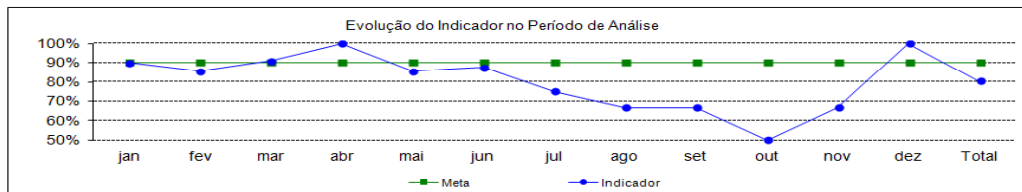


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2012
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficácia de análise de processos de autorização.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Processos da SRP
Conceituação	Estima o número de processos analisados dentro do prazo, conforme prescrito nas Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia quanto ao processo de análise de pedidos de autorização de empresas ou consórcio de empresas, atendendo as prescrições das Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo estipulado em cada Resolução ou Portaria ANP, para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do Agente Econômico dados e informações necessários e não-constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de Processos Analisados dentro do Prazo Estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP dividido pelo Número de Processos Recebidos no Período

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Total Efetuado	9	6	10	5	6	7	6	2	2	3	2	3	61
Total Possível	10	7	11	5	7	8	8	3	3	6	3	3	74
Indicador	90,0%	85,7%	90,9%	100,0%	85,7%	87,5%	75,0%	66,7%	66,7%	50,0%	66,7%	100,0%	80,4%



#### Análise dos Resultados

O desempenho deste indicador é impactado pelo baixo número de ERPDs alocados na Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural - SRP. Atualmente, a SRP conta apenas com 8 (oito) especialistas, em contrapartida, foram movimentados nesta Superintendência cerca de 74 processos administrativos para os agentes identificados no campo "observações" desta ficha. No gráfico pode-se perceber uma queda no desempenho nos meses de agosto, setembro e outubro, com uma retomada no desempenho no mês de novembro. Esta oscilação foi em decorrência da greve dos servidores, ocorrida no final do mês de julho e todo o mês de agosto, e o tratamento dos trabalhos represados ao longo dos meses citados.

#### Pontos Críticos

Após a publicação da regulamentação para a atividade de produção de etanol, foram acrescentadas mais 437 instalações na carteira de fiscalização da SRP, o que corresponde a um incremento de 350% nas atividades regulatórias desta Superintendência. Somente no segundo semestre do exercício de 2012, foram analisados mais de 65 processos de produtores de etanol, número este que não foi incluído na contabilidade deste indicador.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

- (1) Aumentar o número de especialistas em regulação na SRP.
- (2) Rever a metodologia utilizada para a definição da meta.

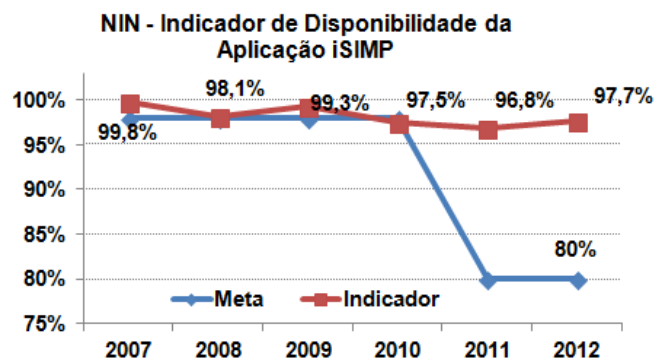
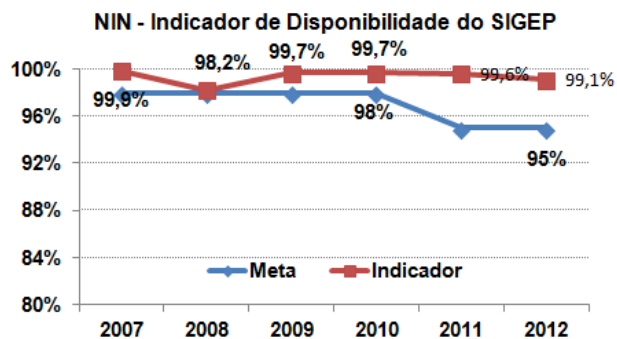
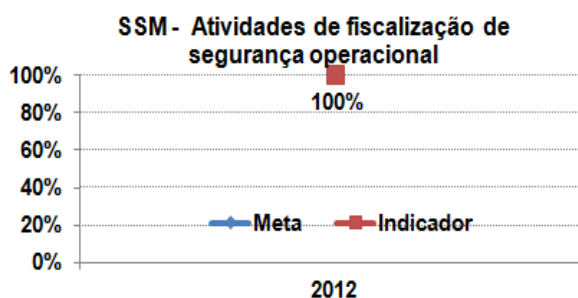
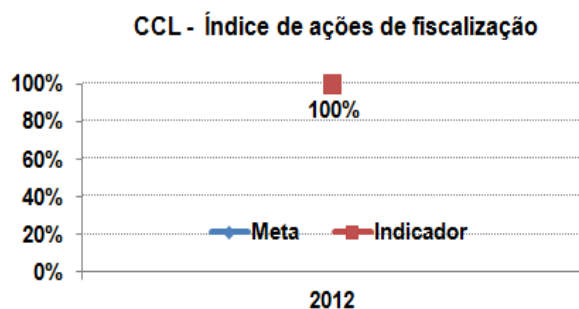
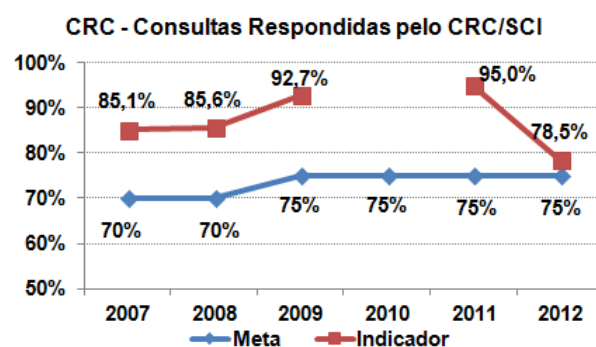
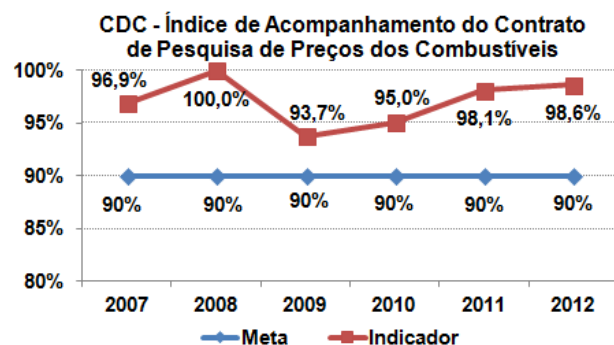
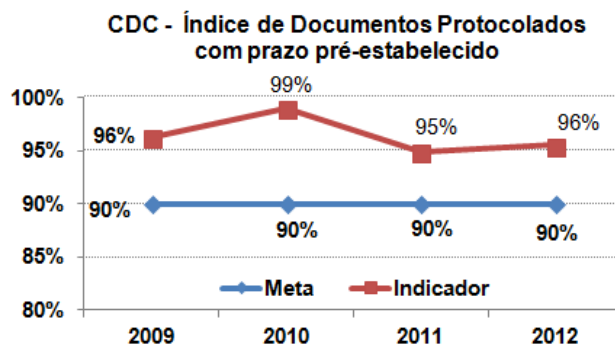
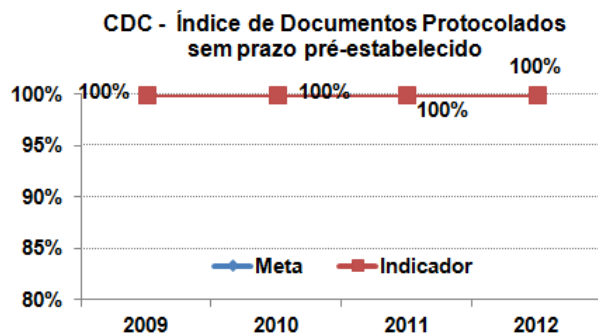
#### Observações

(1) Prazos estipulados pelas Resoluções ANP:

- => Resolução ANP nº 5/2012 (Formulação de Combustíveis): 45 dias corridos para autorização de construção e 30 dias corridos para autorização de operação.
- => Resolução ANP nº 16/2010 (Refino de Petróleo): 45 dias corridos para autorização de construção e 30 dias corridos para autorização de operação.
- => Resolução ANP nº 17/2010 (Processamento de Gás Natural): 45 dias corridos para autorização de construção e 30 dias corridos para autorização de operação.
- => Resolução ANP nº 25/2008 (Produção de Biodiesel): 45 dias corridos para autorização de construção e 30 dias corridos para autorização de operação.
- => Portaria ANP nº 84/2001 (Produção de GLP e óleo diesel pelas Centrais Petroquímicas): 60 dias corridos.
- => Portaria ANP nº 317/2001 (Produção de gasolina pelas Centrais Petroquímicas): 60 dias corridos.
- => Portaria ANP nº 318/2001 (Produção de Solventes): 120 dias corridos.

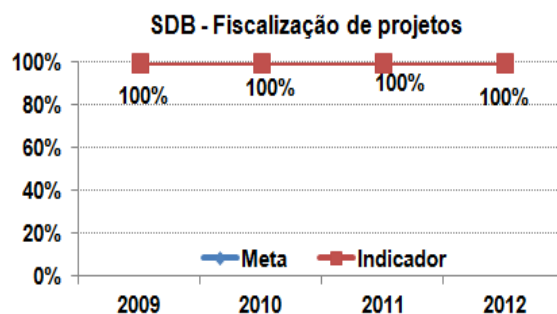
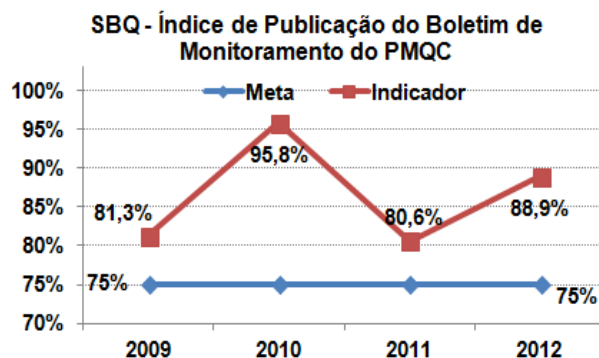
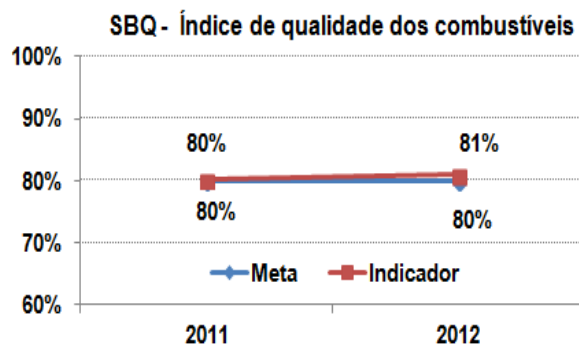
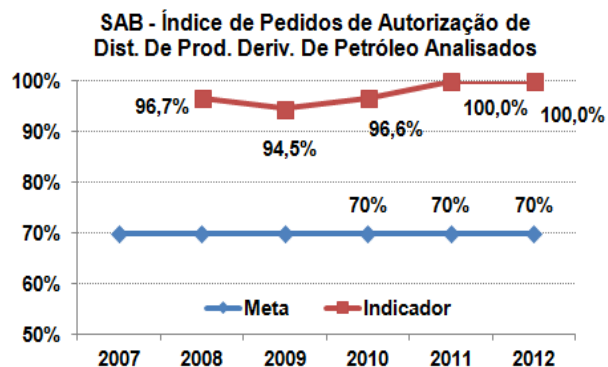
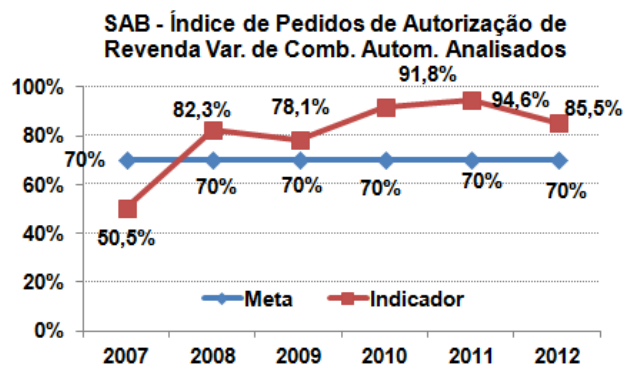
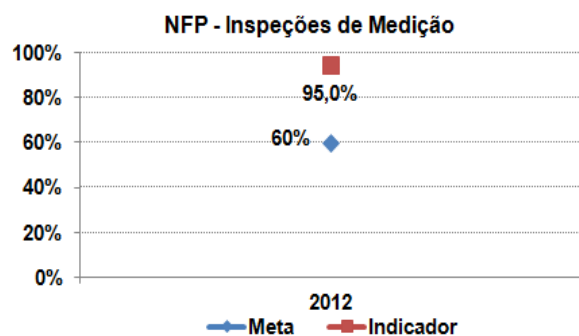
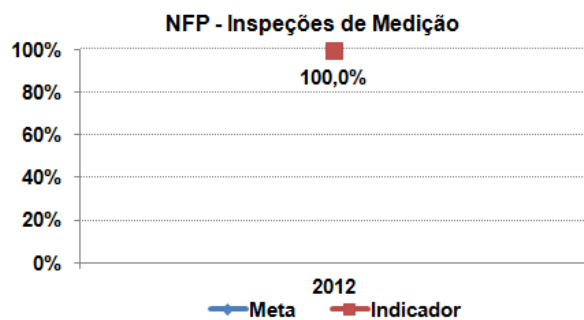
(2) Não estão incluídas as usinas de etanol (Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011), visto que a regulamentação para a atividade de produção de etanol (Resolução ANP nº 26/2012) foi publicada no dia 31 de agosto de 2012.

## GRÁFICOS DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

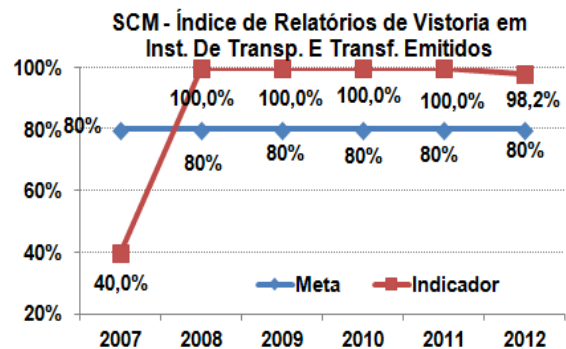
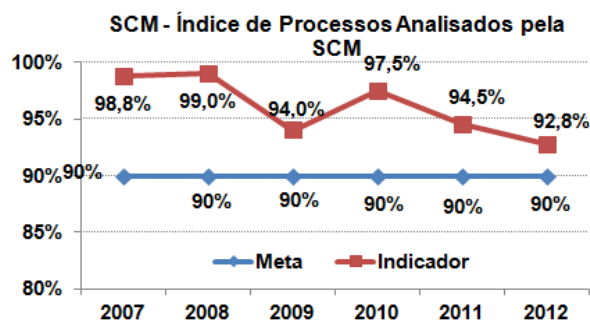
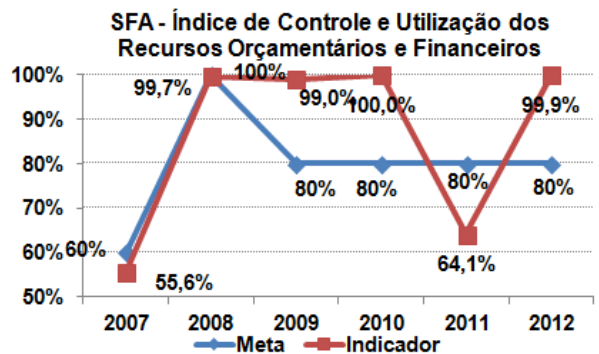
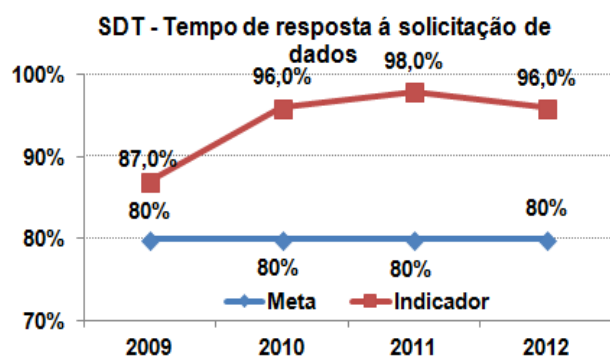
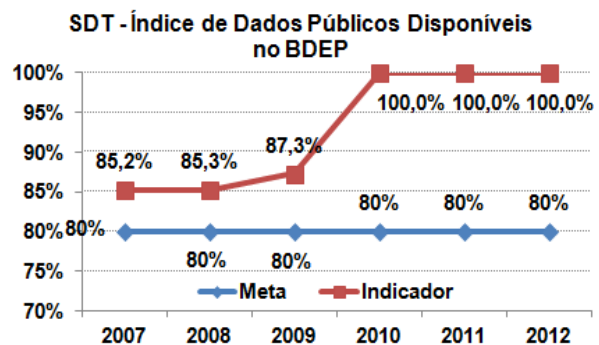
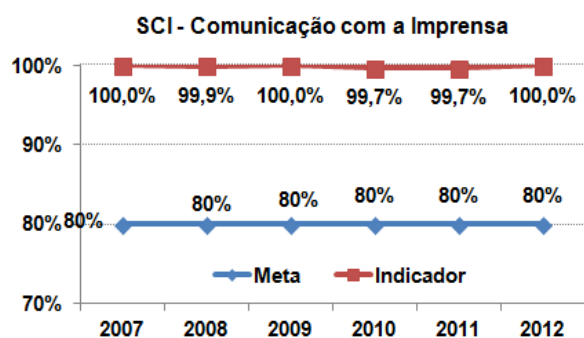
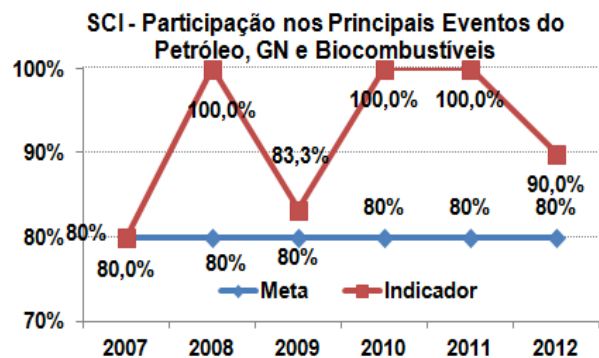
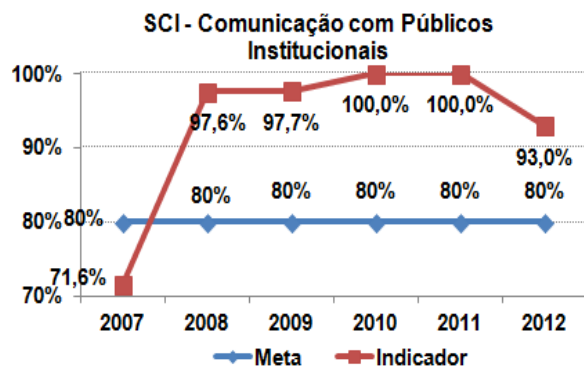


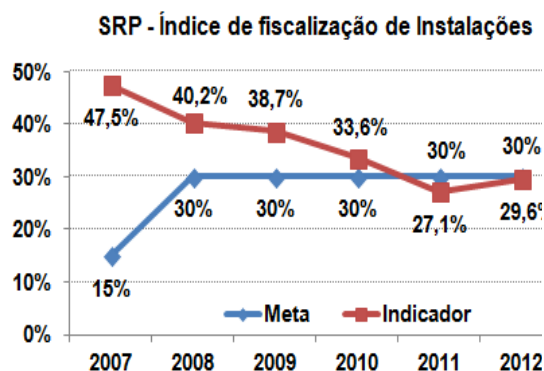
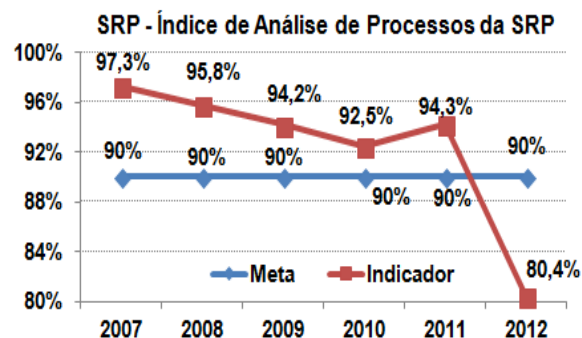
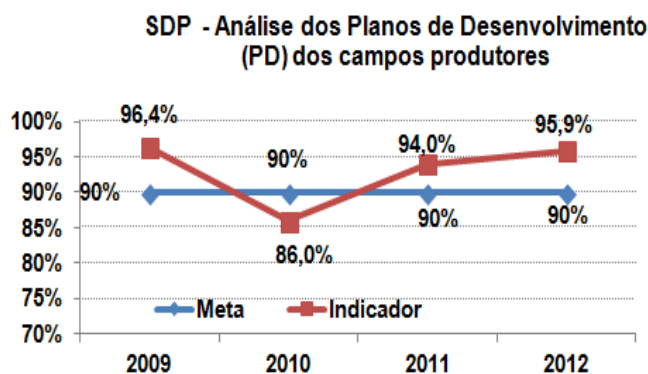
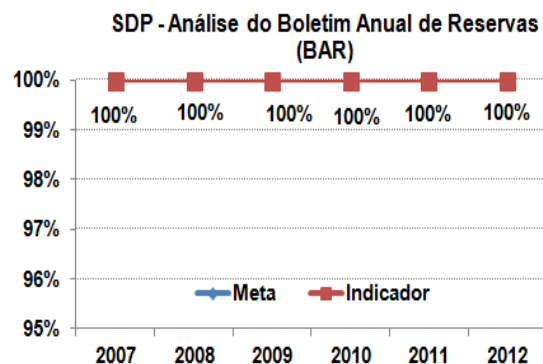
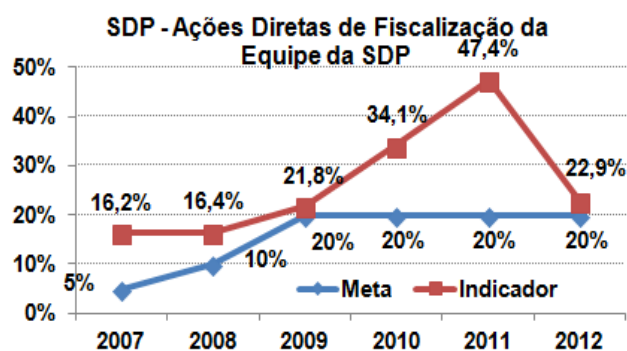
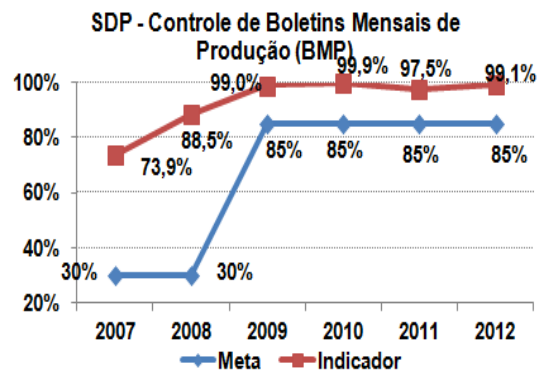
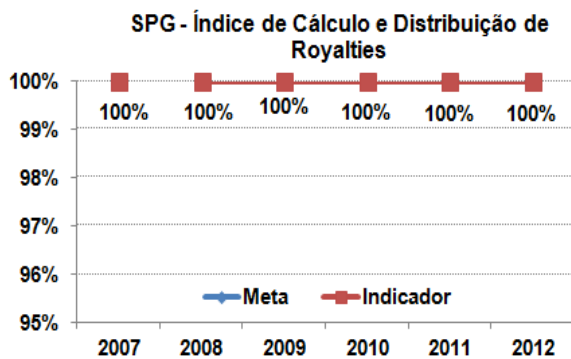


### Anexo III

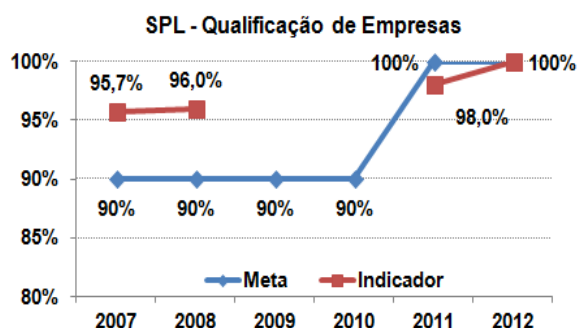
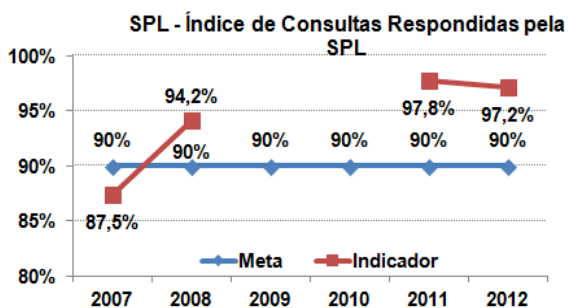
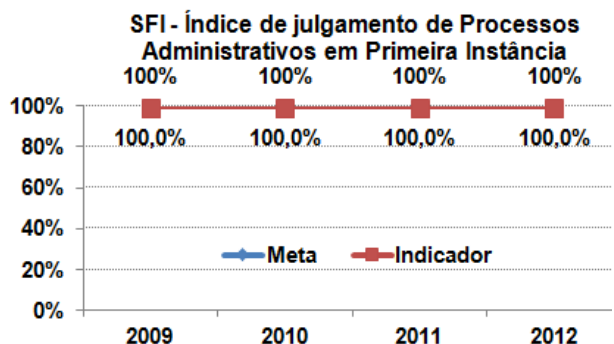
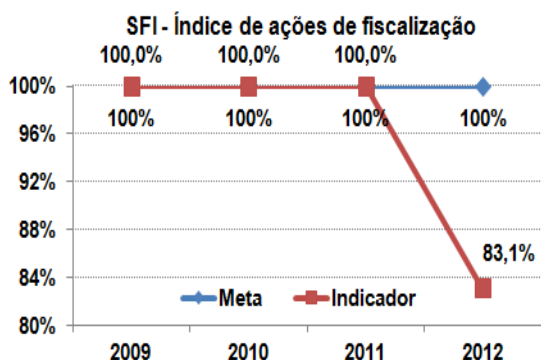
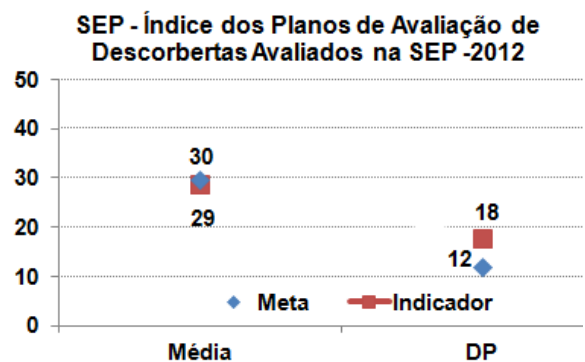
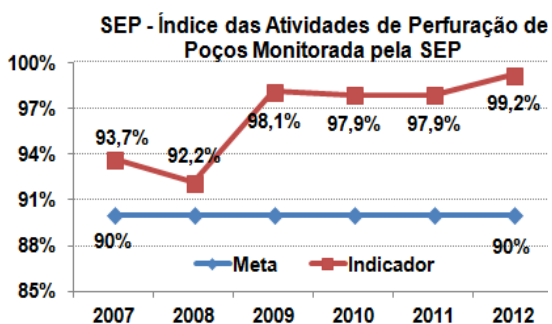
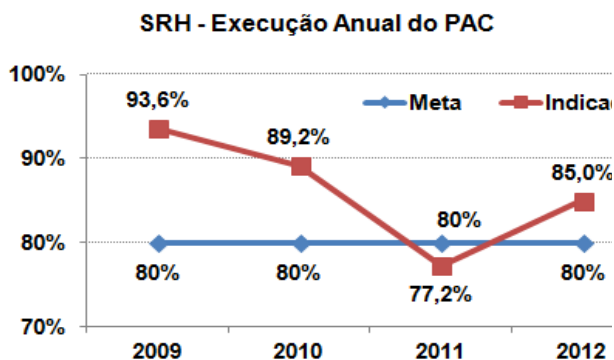
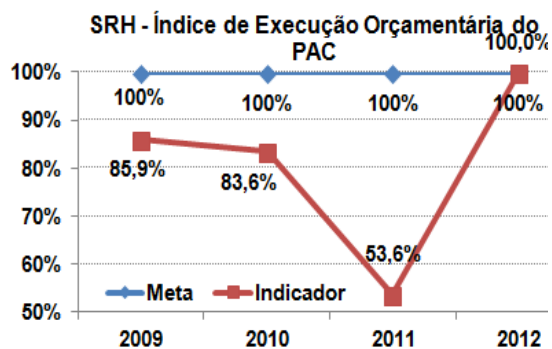


### Anexo III





# Anexo III



### Anexo III

